



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIX Nº 158, QUINTA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 2024

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)**  
Presidente

**Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)**  
1º Vice-Presidente

**Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)**  
2º Vice-Presidente

**Senador Rogério Carvalho (PT-SE)**  
1º Secretário

**Senador Weverton (PDT-MA)**  
2º Secretário

**Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)**  
3º Secretário

**Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)**  
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3ª - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
- 4ª - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Gustavo Afonso Sabóia Vieira**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**  
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Paulo Max Cavalcante da Silva**  
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

**Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**  
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**  
Diretora-Geral do Senado Federal

**Quésia de Farias Cunha**  
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Gleison Carneiro Gomes**  
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen





ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

**1 – ATA DA 136ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL, EM 18 DE SETEMBRO DE 2024**

1.1 – ABERTURA .....	14
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Oradores	
Senadora Damares Alves – Críticas ao Presidente Lula por suas recentes declarações, nas quais expressa suposta insatisfação com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) em relação ao combate às queimadas na região. ....	14
Senador Jorge Kajuru – Preocupação com os efeitos da mudança climática no país, destacando a necessidade de políticas públicas orientadas para essa questão. ....	16
Senador Eduardo Girão – Censura ao Governo Lula pela indicação da Sra. Macaé Evaristo ao cargo de Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania. Relato de supostas denúncias de corrupção e irregularidades no Governo Federal e cobrança de esclarecimentos sobre as acusações contra o ex-Ministro Silvio Almeida. ....	18
Senador Paulo Paim – Defesa do Projeto de Lei nº 3117/2024, que tramita na Câmara dos Deputados, e dispõe sobre medidas excepcionais para licitação e contratação, destinadas ao enfrentamento de calamidade pública, além de autorizar subvenções econômicas às micro, pequenas e médias empresas e aos proprietários rurais afetados pelas enchentes do Estado do Rio Grande do Sul. ....	20
Senador Flavio Azevedo – Apelo em favor da renovação do convênio, operado pela Embrapa Tabuleiros Costeiros, que permite a manutenção no país do Banco Internacional de Germoplasma de Coco para a América Latina e Caribe. ....	22
1.2.2 – Suspensão da sessão às 16 horas e 3 minutos e reabertura às 16 horas e 23 minutos .	23
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Fala da Presidência	
Homenagem ao Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo pelos seus 90 anos. ....	23
1.3.2 – Item 1	



Projeto de Lei nº 1725/2024, do Deputado Federal José Guimarães, que *institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil*; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360; institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas –Desenrola Pequenos Negócios; cria linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi; altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.735, de 11 de setembro de 2003, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.606, de 9 de janeiro de 2018, 14.042, de 19 de agosto de 2020, 14.165, de 10 de junho de 2021, e 14.166, de 10 de junho de 2021; e dá outras providências. **Aprovado, com emenda de redação**, nos termos do **Parecer nº 168/2024-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Jaques Wagner; após **Emendas nºs 1 a 5-CAE e 6 a 15-PLEN**; e **Requerimentos nºs 652 e 653/2024**. . 24

Redação final do Projeto de Lei nº 1725/2024 (**Parecer nº 169/2024-CDIR/PLEN-SF**). **Aprovada.** À sanção. . . . . 36

### 1.3.3 – Item 2

Projeto de Lei nº 2725/2022, da Deputada Federal Tabata Amaral, que *altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional*. **Aprovado, com emenda de redação**. . . . . 36

Redação final do Projeto de Lei nº 2725/2022 (**Parecer nº 170/2024-CDIR/PLEN-SF**). **Aprovada.** À sanção. . . . . 36

### 1.3.4 – Item 3

Projeto de Lei nº 6575/2019, do Deputado Federal Giovani Cherini, que *regulamenta o Rodeio Crioulo como atividade da cultura popular*. **Aprovado.** À sanção. . . . . 37

### 1.3.5 – Item 4

Projeto de Lei nº 5021/2019, do Deputado Vicentinho Júnior, que *reconhece o artesanato em capim dourado como manifestação da cultura nacional*. **Aprovado.** À sanção. . . . . 37

### 1.3.6 – Itens extrapauta

Requerimento nº 594/2024-CDIR, do Senador Humberto Costa, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da XCVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Assunção, Paraguai. **Aprovado**. . . . . 38

Requerimento nº 596/2024-CDIR, do Senador Jaques Wagner, de autorização para desempenho de missão, a fim de visitar a Universidade da Califórnia e integrar a Comitativa do Presidente da República à Assembleia Geral das Nações Unidas, em San Diego e Nova Iorque, Estados Unidos. **Aprovado**. . . . . 38

Requerimento nº 597/2024-CDIR, do Senador Astronauta Marcos Pontes, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar do ASE's XXXV Planetary Congress, em Noordwijk e Amsterdam, Holanda. **Aprovado**. . . . . 38



Requerimento nº 598/2024-CDIR, do Senador André Amaral, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da XCVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Assunção, Paraguai. **Aprovado.** ..... 38

Requerimento nº 600/2024-CDIR, do Senador Giordano, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar do II *Benchmarking* Saneamento Ambiental, em Cascais, Portugal. **Aprovado.** ..... 38

Requerimento nº 601/2024-CDIR, do Senador Nelsinho Trad, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da Missão Internacional do Transporte - China 2024, em Xangai, China. **Aprovado.** ..... 38

1.3.7 – Item extrapauta

Requerimento nº 517/2024, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, de realização de sessão especial destinada a celebrar o Dia Nacional do Hematologista e do Hemoterapeuta. **Aprovado.** ..... 40

1.3.8 – Oradores

Senador Alan Rick – Contentamento com a promulgação da Lei nº 14978/2024, que moderniza a regulamentação do turismo no Brasil. Anúncio do estabelecimento de rotas aéreas no Estado do Acre pela companhia de aviação Azul. .... 40

Senadora Rosana Martinelli – Indignação com a aparente demora na tramitação do Projeto de Lei nº 2706/2024, de autoria de S. Exa., que concede anistia aos acusados e condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023. .... 41

Senador Izalci Lucas – Críticas à atuação do Governo Lula no enfrentamento das recentes queimadas e da crise ambiental que assola o país. Insatisfação com a decisão do Ministro do STF Flávio Dino que autorizou o Governo a abrir crédito fora da meta fiscal para combate a incêndios. .... 45

Senador André Amaral – Reflexão sobre a prevenção ao suicídio e a promoção da saúde mental, no contexto da Campanha Setembro Amarelo, e expectativa quanto ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas para esse tema. Homenagem ao Sr. Aluísio Régis, ex-prefeito do Município de Conde-PB, cuja data de falecimento completou um ano. .... 49

Senadora Leila Barros – Defesa do Projeto de Lei nº 3629/2024, de autoria de S. Exa., que atualiza a legislação ambiental brasileira, a fim de prevenir e combater os incêndios em áreas rurais e em locais de preservação ambiental. Comentários sobre a importância da sua participação em diligências promovidas pelo Senado Federal para o entendimento e o controle das mudanças climáticas. .... 55

1.3.9 – Item extrapauta

Requerimento nº 650/2024, de Líderes, de realização de sessão de debates temáticos destinada a discutir os incêndios florestais e mudanças climáticas. **Aprovado** ..... 60

1.4 – ENCERRAMENTO ..... 60

1.5 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO ..... 61

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 136ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE



**2.1.1 – Requerimentos**

Nº 650/2024, de Líderes, requer realização de Sessão de Debates Temáticos destinada a discutir os incêndios florestais e mudanças climáticas. ....	64
Nº 594/2024-CDIR, do Senador Humberto Costa, requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar da XCVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Assunção, Paraguai. ....	69
Nº 596/2024-CDIR, do Senador Jaques Wagner, requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de visitar a Universidade da Califórnia e integrar a Comitiva do Presidente da República à Assembleia Geral das Nações Unidas, em San Diego e Nova Iorque, Estados Unidos. ....	72
Nº 597/2024-CDIR, do Senador Astronauta Marcos Pontes, requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar do ASE's XXXV Planetary Congress, em Noordwijk e Amsterdam, Holanda. ....	78
Nº 598/2024-CDIR, do Senador André Amaral, requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar da XCVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Assunção, Paraguai. ....	87
Nº 600/2024-CDIR, do Senador Giordano, requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar do II Benchmarking Saneamento Ambiental, em Cascais, Portugal. ....	91
Nº 601/2024-CDIR, do Senador Nelsinho Trad, requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar da Missão Internacional do Transporte, em Xangai, China. ....	94

**2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA****2.2.1 – Projeto de Lei nº 1725/2024**

Emendas nºs 1 a 5-CAE; 6 a 15-PLN ..... 99	99
Parecer nº 168/2024-PLN-SF ..... 155	155
Redação final (Parecer nº 169/2024-CDIR/PLN-SF) ..... 184	184
Requerimentos nºs 652 e 653/2024 ..... 212	212

**2.2.2 – Projeto de Lei nº 2725/2022**

Redação final (Parecer nº 170/2024-CDIR/PLN-SF) ..... 219	219
---	-----

**3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS****3.1 – EXPEDIENTE****3.1.1 – Deferimento**

Deferimento do Requerimento nº 603/2024-CDIR ..... 225	225
--	-----

**3.1.2 – Indicações**

Nº 78/2024, do Senador Dr. Hiran, que *sugere ao Poder Executivo que adote as medidas necessárias para incentivar, inclusive por meio da criação de gratificações, as atividades de preceptoria no âmbito*



*das carreiras de profissionais de saúde vinculadas à gestão federal do Sistema Único de Saúde. ....* 227

Nº 79/2024, da Senadora Soraya Thronicke, que *sugere ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a criação de um programa nacional de plantio de árvores nativas que inclua o “Dia Oficial de Plantio de Mudas Nativas”.* ..... 232

### 3.1.3 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 963/2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Cariré para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cariré, Estado do Ceará.* ..... 237

Projeto de Decreto Legislativo nº 1095/2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de São José dos Pinhais para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.* ..... 240

Projeto de Decreto Legislativo nº 459/2023, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Nova Voz para Trindade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Trindade, Estado de Goiás.* ..... 243

Projeto de Decreto Legislativo nº 498/2023, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Caminhos da Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itumbiara, Estado de Goiás.* ..... 246

Projeto de Decreto Legislativo nº 502/2023, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Centro de Desenvolvimento Comunitário de Munguba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Almeirim, Estado do Pará.* ..... 249

Projeto de Decreto Legislativo nº 544/2023, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação União de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Zé Doca, Estado do Maranhão.* ..... 252

Projeto de Decreto Legislativo nº 42/2024, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa Rádio Tropical FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Angélica, Estado de Mato Grosso do Sul.* ..... 255

Projeto de Decreto Legislativo nº 45/2024, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente dos Moradores do Município de Abaeté para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais.* ..... 258

Projeto de Decreto Legislativo nº 47/2024, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Aparecida d'Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aparecida d'Oeste, Estado de São Paulo.* ..... 261

Projeto de Decreto Legislativo nº 51/2024, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Avanhandava para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Avanhandava, Estado de São Paulo.* ..... 264

Projeto de Decreto Legislativo nº 60/2024, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Apoio aos Deficientes de Pacajus para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pacajus, Estado do Ceará.* ..... 267



Projeto de Decreto Legislativo nº 72/2024, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social e Educacional de Capivari ACSEC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capivari, Estado de São Paulo. ....	270
Projeto de Decreto Legislativo nº 81/2024, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Porto Alegre FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. ....	273
Projeto de Decreto Legislativo nº 82/2024, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro – AMICENTRO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salto do Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul. ....	276
Projeto de Decreto Legislativo nº 86/2024, que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Comunicadores de Rádio Pró-Cultura de Feiticeiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaribe, Estado do Ceará. ....	279
Projeto de Decreto Legislativo nº 87/2024, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Aquarela Cearense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itapajé, Estado do Ceará. ....	282
Projeto de Decreto Legislativo nº 90/2024, que aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal do Ceará – UFC para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará. ....	285
Projeto de Decreto Legislativo nº 117/2024, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Caxambuense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxambu, Estado de Minas Gerais. ....	288
Projeto de Decreto Legislativo nº 123/2024, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ágape Mantenense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mantena, Estado de Minas Gerais. ....	291
Projeto de Decreto Legislativo nº 124/2024, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis – ACVOLCAJA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jardinópolis, Estado de São Paulo. ....	294
Projeto de Decreto Legislativo nº 127/2024, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Conchal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Conchal, Estado de São Paulo. ....	297
Projeto de Decreto Legislativo nº 133/2024, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de São Gonçalo do Rio Abaixo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, Estado de Minas Gerais. ..	300
Projeto de Decreto Legislativo nº 136/2024, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Esportiva Rodolfense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rodolfo Fernandes, Estado do Rio Grande do Norte. ....	303
Projeto de Decreto Legislativo nº 148/2024, que aprova o ato que outorga autorização ao CEDESCOM - Centro de Desenvolvimento Social Comunitário de Nova Campinas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro. ....	306





Projeto de Decreto Legislativo nº 156/2024, que aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Videira, Estado de Santa Catarina. ....	309
Projeto de Decreto Legislativo nº 158/2024, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Princesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná. ....	312
Projeto de Decreto Legislativo nº 160/2024, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais. ....	315
Projeto de Decreto Legislativo nº 174/2024, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Apoio às Entidades – ACAE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caibi, Estado de Santa Catarina. ....	318
Projeto de Decreto Legislativo nº 179/2024, que aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – Campus Januária para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Januária, Estado de Minas Gerais. .	321
Projeto de Decreto Legislativo nº 187/2024, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Joca Motta para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de União, Estado do Piauí. ....	324
Projeto de Decreto Legislativo nº 190/2024, que aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal de Uberlândia para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais. ....	327
Projeto de Decreto Legislativo nº 193/2024, que aprova o ato que outorga permissão ao Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia. ....	330
Projeto de Decreto Legislativo nº 195/2024, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Aparecida do Carmo da Silva para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jacutinga, Estado de Minas Gerais. ....	333
Projeto de Decreto Legislativo nº 215/2024, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Rainha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araquari, Estado de Santa Catarina. ....	336
Projeto de Decreto Legislativo nº 216/2024, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Frutal, Estado de Minas Gerais. ....	339
Projeto de Decreto Legislativo nº 218/2024, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. ....	342
Projeto de Decreto Legislativo nº 220/2024, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural Chaleense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chalé, Estado de Minas Gerais. ....	345



Projeto de Decreto Legislativo nº 221/2024, que <i>aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Serrana de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina.</i> .....	348
Projeto de Decreto Legislativo nº 244/2024, que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Guidoal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guidoal, Estado de Minas Gerais.</i> .....	351
Projeto de Decreto Legislativo nº 245/2024, que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação de Promoção Cultural, Educacional e Comunicação Social de Água Boa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Água Boa, Estado de Minas Gerais.</i> .....	354
Projeto de Decreto Legislativo nº 248/2024, que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Produtores Rurais de Campo Verde II para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serraria, Estado da Paraíba.</i> .....	357
Projeto de Decreto Legislativo nº 249/2024, que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores das Comunidades do Município de Aguiar – ASSOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aguiar, Estado da Paraíba.</i> .....	360
Projeto de Decreto Legislativo nº 250/2024, que <i>aprova o ato que outorga permissão a Márcio Freitas Áudio e Vídeo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bandeira do Sul, Estado de Minas Gerais.</i> .....	363
Projeto de Decreto Legislativo nº 251/2024, que <i>aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brito Junior de Rádio e TV Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Peruíbe, Estado de São Paulo.</i> .....	366
Projeto de Decreto Legislativo nº 255/2024, que <i>aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Educativa e Cultural Lucykeiser para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Carpina, Estado de Pernambuco.</i> .....	369
<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Comunicação e Direito Digital, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 963 e 1095/2021; 459, 498, 502 e 544/2023; 42, 45, 47, 51, 60, 72, 81, 82, 86, 87, 90, 117, 123, 124, 127, 133, 136, 148, 156, 158, 160, 174, 179, 187, 190, 193, 195, 215, 216, 218, 220, 221, 244, 245, 248 a 251 e 255/2024.</i> .....	372

### 3.1.4 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 498/2024, na origem, que <i>comunica o envio à sanção do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024.</i> .....	380
Nº 502/2024, na origem, que <i>comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 1.847, de 2024.</i> .....	381
Nº 506/2024, na origem, que <i>comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 5.813, de 2023.</i> .....	382

### 3.1.5 – Projetos de Lei



Nº 3608/2024, do Senador Beto Martins, que <i>faculta ao contribuinte pessoa física efetuar, diretamente na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, tantas doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos Fundos do Idoso quantas forem as quotas do imposto a pagar que indicar.</i> .....	385
Nº 3611/2024, do Senador Alessandro Vieira, que <i>estabelece diretrizes para as instituições de ensino privadas na prestação de serviços educacionais a estudantes bolsistas.</i> .....	390
Nº 3614/2024, do Senador Jorge Kajuru, que <i>altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para estabelecer medidas voltadas ao enfrentamento da emergência climática.</i> .....	396
Nº 3615/2024, do Senador Ciro Nogueira, que <i>dispõe sobre a obrigatoriedade de tampas fixas em garrafas confeccionadas em Polietileno Tereftalato comercializadas em todo o território nacional.</i> .....	402
Nº 3617/2024, da Senadora Soraya Thronicke, que <i>institui o Dia Oficial de Plantio de Mudas Nativas e dá outras providências.</i> .....	407
Nº 3629/2024, da Senadora Leila Barros, que <i>altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990 (legislação sobre o Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural), 8.171, de 17 de janeiro de 1991 (Política Agrícola), 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (reforma agrária), 11.952, de 25 de junho de 2009 (regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal), 9.636, de 15 de maio de 1998 (regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União), 6.766, de 19 de abril de 1979 (Parcelamento do Solo Urbano) e 13.465, de 11 de julho de 2017 (Lei da Regularização Fundiária Urbana - Reurb), para promover medidas de prevenção e combate aos incêndios florestais e em demais formas de vegetação, reduzir o uso irregular do fogo, garantir a recuperação das áreas de vegetação nativa atingidas por incêndios, qualificar os crimes de incêndio em áreas de vegetação nativa e aumentar as penas a eles correlatas.</i> .....	411
Nº 3631/2024, do Senador Alessandro Vieira, que <i>altera e acrescenta disposições à Lei nº 14.817, de 2024, que estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública.</i> .....	424
Nº 3632/2024, do Senador Rodrigo Cunha, que <i>altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta os serviços notariais e de registro, para incluir a responsabilidade administrativa dos notários e registradores.</i> .....	436

### 3.1.6 – Requerimentos

Nº 651/2024, do Senador Flavio Azevedo, requer voto de repúdio à Ministra da Saúde, Nísia Trindade Lima, pela falta de vacinas nos municípios brasileiros e pelo desperdício de recursos públicos na aquisição de imunizantes. ....	442
Nº 655/2024, de Líderes, requer calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 7/2021. ....	446

## PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL .....	448
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA .....	451



**6 – LIDERANÇAS ..... 452**

**7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS ..... 454**

**8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO ..... 463**

**9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES ..... 466**

**10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS ..... 509**



## Ata da 136ª Sessão, Deliberativa Ordinária Semipresencial, em 18 de setembro de 2024

### 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Rodrigo Pacheco, Castellar Neto e Izalci Lucas, da Sra. Leila Barros e do Sr. André Amaral.*

*(Inicia-se a sessão às 15 horas e 9 minutos e encerra-se às 18 horas e 57 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG. Fala da Presidência.)

– Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa. Os Senadores presentes remotamente e inscritos para o uso da palavra poderão fazê-lo através do sistema de videoconferência.

A presente sessão deliberativa ordinária é destinada à apreciação das seguintes matérias, já disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje:

- Projeto de Lei nº 1.725, de 2024, do Deputado José Guimarães;
- Projeto de Lei nº 2.725, de 2022, da Deputada Tabata Amaral;
- Projeto de Lei nº 6.575, de 2019, do Deputado Giovani Cherini; e
- Projeto de Lei nº 5.021, de 2019, do Deputado Vicentinho Júnior.

Passamos aos oradores inscritos, que terão o prazo de dez minutos para o uso da palavra.

Senador Jorge Kajuru. (*Pausa.*)

Aguardando o Senador Jorge Kajuru, passamos ao Senador Eduardo Girão, se conectado. (*Pausa.*)

Passamos ao terceiro orador inscrito, Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Senadora Rosana Martinelli. (*Pausa.*)

Passamos, portanto, em inversão, à Senadora Damares Alves, aqui presente. (*Pausa.*)

Senador Jorge Kajuru, já passei a palavra à Senadora Damares. V. Exa. será o próximo orador.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Primeiro, é uma honra vir à tribuna com o senhor presidindo a Mesa. Quero dizer que o senhor tem sido uma grata surpresa para o Senado Federal. Que alegria compartilhar esse mandato com o senhor neste período em que o senhor está aqui! Seu estado precisa saber disto: do trabalho que o senhor está fazendo aqui. É uma honra ser sua colega.

Mas, Sr. Presidente, eu me preparei muito para subir à tribuna hoje, para estar calma e tentar me conter, não exagerar, porque eu estou tomada de muita indignação hoje, Presidente. Eu vim falar sobre fogo, é claro. Qual é o assunto do dia? Fogo!

O Brasil está pegando fogo, meu Distrito Federal está pegando fogo. Mas tem uma pessoa querendo colocar mais fogo no país, que é o Presidente Lula, com as suas palavras indevidas, com as suas colocações, com as suas posições equivocadas. E eu vim aqui hoje para falar sobre isso.

O nosso Distrito Federal, no fim de semana, teve um incêndio grande no Parque Nacional, mas o nosso Distrito Federal, neste período, tem muitas queimadas, Presidente, muitas queimadas. Inclusive, nós estamos, entre ontem e hoje, com centenas de focos de incêndio – centenas de focos!

Os nossos bombeiros são muito bons, porque, para ser bombeiro em um lugar como o DF, um lugar seco, um lugar em que as queimadas acontecem muito neste período, tem que ser muito bom. E o nosso corpo de bombeiros, Presidente – eu posso falar com toda a certeza; permita-me essa indelicadeza, porque o senhor defende com tanta veemência o seu estado –, o Corpo de Bombeiros do DF é o melhor do Brasil, um dos melhores do mundo – do mundo!

E o Presidente Lula fez uma fala indevida ontem. Realmente, o Presidente Lula sobrevoou o Parque Nacional e viu chamas, viu fogo, mas ele tinha que ter sobrevoado um pouco mais. Ele ia ver fogo em todo o DF e ia ver os nossos bombeiros trabalhando como nunca. E o Presidente Lula fez uma fala dizendo que parecia que os nossos bombeiros não estavam querendo apagar o fogo.

Oras bolas! É dessa forma que o Presidente Lula quer unir a nação? É desta forma que ele quer entrar para a história como o Governo do amor, colocando em xeque o trabalho de homens valorosos





daqui do Distrito Federal, querendo insinuar que os nossos bombeiros não queriam apagar o fogo de forma proposital?

Eu estou, de fato, muito indignada, Presidente – muito indignada! Eu não entendo por que esse ódio do Presidente Lula contra o DF. Nós já pagamos um preço tão alto ano passado, quando, numa campanha absurda, foram para cima dos nossos policiais militares por conta do 8 de janeiro. Colocaram os nossos Policiais Militares do DF como monstros, bandidos, golpistas. Arrastaram para o cárcere aqui no DF os nossos comandantes da polícia militar. Ficaram, durante meses, presos. Passaram para o Brasil uma imagem de que a nossa polícia militar era golpista, quando quem estava lá, dentro do Palácio, dando água para as pessoas que estavam quebrando tudo não era a polícia militar, era o GSI, do Presidente Lula. Agora, o Presidente Lula vem atacar os bombeiros do Distrito Federal.

Eu quero muito usar da minha prerrogativa como Parlamentar e da minha imunidade parlamentar – enquanto ainda a temos –, para dizer ao Presidente Lula que cuide do ICMBio! Cuide do Ibama! Cuide da sua Polícia Federal, Presidente Lula. Cuide da sua Força Nacional. Presidente Lula, cuide das Forças Armadas. Deixe que do Corpo de Bombeiros do DF cuidamos nós.

Nós não vamos aceitar esse tipo de ataque vil aos bombeiros do Distrito Federal. E eu estou me contendo, estou aqui segurando as palavras, porque eu estou, Presidente, de fato, muito indignada.

Eu fui eleita para defender o meu DF. E vou dizer para a esquerda brasileira: podem me atacar – podem me atacar. Eu até fico em silêncio, algumas vezes, quando falam que eu sou golpista, nazista, neofascista, louca... Eu até fico em silêncio, mas atacar o meu DF, não! Todas as vezes que meu Distrito Federal for atacado, eu subirei a esta tribuna tentando conter a indignação, mas não vou me calar.

Há uma campanha de ódio contra o Distrito Federal. O que quer o Presidente Lula? Fazer uma intervenção agora? Porque fizeram lá atrás uma intervenção, porque os nossos policiais militares eram golpistas. Acaso está pensando numa nova intervenção, porque nossos bombeiros não estão dando conta de apagar as chamas no Parque Nacional, que é de responsabilidade federal? Vá lá, Presidente Lula! Os nossos bombeiros estão dormindo dentro do Parque Nacional. Nossa Vice-Governadora está postando vídeo, de botina, de colete. Toda a nossa força-tarefa está lá cuidando do nosso Parque Nacional e de todo o Distrito Federal.

Eu preciso continuar esse discurso – já indo para o final, Presidente – dizendo que o Presidente Lula tem que se preocupar mesmo é com o que está acontecendo no ICMBio. A gente sabe que o Ibama fez greve nos últimos meses no país. O Corpo de Bombeiros do DF não fez greve. Sabem por quê? Porque nosso Governador cuida do corpo de bombeiros. O nosso Governador respeita o corpo de bombeiros. E o ICMBio lançou cartas de protesto ao Presidente Lula, inclusive os agentes estão dizendo que foi uma péssima surpresa a forma como este Governo está tratando com eles.

Eu estou preocupada com os incêndios no Brasil. Nós estamos preocupados. Mas do nosso quadrado, Presidente Lula, cuidamos nós. E se o senhor estava tão preocupado com os nossos bombeiros e com o fogo que a gente não estava dando conta de apagar, cadê as Forças Armadas? O senhor convocou a Força Nacional para nos ajudar no DF? O senhor convocou a Aeronáutica e a Marinha para virem ajudar?

Marinha que, por sinal, está sem dinheiro, Presidente. Li hoje que a Marinha está procurando ajuda de um *influencer* bilionário que estudou numa escola naval; estão buscando esse *influencer* para poder fazer uma campanha para levantar dinheiro para a Marinha.

Ora, Presidente, nós estamos cuidando bem do nosso corpo de bombeiros. Cuide da Marinha, cuide do Exército, cuide da Aeronáutica. Converse com sua Ministra de Direitos Humanos para saber o que está acontecendo dentro do Ibama e do ICMBio.

E aqui, Presidente, querido Senador, eu estou com imagens do Brasil inteiro: estão fazendo a queima



prescrita, estão fazendo o fogo prescrito. O Xingu está em chamas porque os brigadistas estão fazendo o fogo prescrito no Xingu. Gente, se o fogo chegar às aldeias, uma única faísca numa maloca... A maloca é, Presidente, de palha. Uma única faísca... Vejam as imagens de uma maloca. É uma única portinha. Os indígenas, inclusive, se abaixam para entrar numa maloca.

Uma única faísca da queima prescrita que vocês estão fazendo no Mato Grosso e aqui também, no DF... Queima prescrita, e não é o corpo de bombeiros – e me disseram que a queima prescrita estava suspensa...

O país pegando fogo, e eles fazendo fogo prescrito? Nós vamos ter que rever as práticas do Ibama, do ICMBio, do que está acontecendo no Ministério do Meio Ambiente.

E não venham culpar a direita e o agro de que somos criminosos não. Já nos acusaram – já nos acusaram – de golpistas; agora, querem nos acusar de incendiários.

Termino, Presidente, fazendo aqui a homenagem aos bombeiros do Distrito Federal.

Força, guerreiros!

*(Soa a campainha.)*

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Força!

O Distrito Federal sabe o corpo de bombeiros que tem. Nós amamos vocês!

E, Presidente Lula, deixe o Distrito Federal em paz. Deixe-nos em paz. Deixe o nosso povo trabalhar. Deixe o nosso Governador cuidar do DF. Deixe o nosso povo ser feliz. Chega de perseguição ao Distrito Federal!

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Obrigado, Senadora Damares, pelas palavras elogiosas. Digo a V. Exa. que também tem sido um grande privilégio acompanhá-la aqui no Senado Federal.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, pelo sistema de videoconferência, Senador Jorge Kajuru. *(Pausa.)*

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Por videoconferência.*) – Presidente, está me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Perfeitamente, Senador. V. Exa. tem a palavra.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Castellar, querido, você sabe que tenho verdadeira admiração por você. Eu só tenho uma dúvida: eu adoraria mesmo saber se você é Galo ou Raposa em Belo Horizonte. Depois você me conta, ou publicamente, ou só entre nós dois.

Abraço! Deus e saúde a você, a sua família e, especialmente, a nossa pátria amada.

Bom, inicialmente, são 3h22. Eu me sinto injustiçado – perdoe-me. Eu estou desde a 1h30 da tarde aqui, pronto, porque eu fui o primeiro inscrito, como fui ontem e como sou sempre, modéstia à parte, para falar na tribuna. E lamento informar que é triste ver o nosso Congresso Nacional – e, no caso, o Senado –, neste período eleitoral, não trabalhar. Só voltaremos depois das eleições, e ponto final. Não terá nenhum projeto importante para votação. Nada, nada e nada.

E nós não podemos, Presidente Castellar, culpar os Senadores. Por quê? Porque eles precisam trabalhar nos seus estados, especialmente nas suas cidades, elegendo os seus Prefeitos, e tem que ser de forma presencial. Você não pode, de forma alguma, criticar um Senador que está no seu estado trabalhando.

E é por isso que eu quero deixar algo bem claro aqui, e sei que a minha amiga Damares Alves



– eu posso discordar das opiniões dela, mas ela sabe que eu sou apaixonado por ela, a minha esposa é apaixonada por ela, somos amigos, jantamos juntos e tudo – vai concordar comigo: é por isso que o General Hamilton Mourão concorda – e tantos outros da Oposição – com a minha propositura histórica do fim da reeleição no Executivo para Prefeitos, Governadores e Presidentes, passando o mandato de quatro para cinco anos, e do alinhamento das eleições no Brasil a cada cinco anos, e não a cada dois anos. Por quê? Porque vira isto: um ano sim, um ano não.

A cada dois anos, o Congresso Nacional para dois meses, porque Deputados Federais e Senadores precisam trabalhar em suas cidades, nas eleições municipais, e nós perdemos um tempo precioso. Tem tanto assunto importante para colocar em votação, para colocar em discussão, e nada disso vai acontecer.

Mas eu vou ao meu assunto.

Última semana de um inverno marcado por longa estiagem, temperaturas altas e baixa umidade. As queimadas, grande parte delas criminosas, cobrem de fumaça cerca de 60% do território nacional.

Respirar tornou-se, nos últimos dias, quase um ato de resistência para milhões de brasileiros. São várias as cidades com prontos-socorros cheios de pacientes com problemas respiratórios, a maioria crianças e idosos, os mais indefesos, num ambiente de muito calor, clima desértico e um ar insalubre.

Parece ficção, mas o que estamos vendo não é cenário de filme sobre desastres naturais. Vivemos uma realidade assustadora com o Brasil pegando fogo, e não se trata de figura de linguagem: é literal e inconcebível, “neste país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza” – como dizia e diz a música do meu amigo pessoal Jorge Ben Jor –, que estejamos queimando as nossas belezas, extinguindo muitas das nossas mais de 100 mil espécies animais e destruindo inúmeros dos quase 50 mil tipos de vegetais. Lamentável, muito lamentável.

Não podemos desprezar a bênção de reunir seis biomas – Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa –, que nos possibilitam ser o país de maior biodiversidade do mundo, Presidente Castellar.

Vivemos, há pouco, a tragédia provocada pelas chuvas torrenciais que inundaram o Rio Grande do Sul. O socorro aos irmãos gaúchos foi consistente, mas a mitigação das consequências das inundações por parte dos poderes públicos não foi seguida. Apesar dos alertas das instituições científicas, de um trabalho preventivo para conter os riscos da forte estiagem que se avizinhava, deu no que deu.

Em situação de emergência, o Executivo anuncia agora a criação da Autoridade Climática, prometida na campanha de 2022, e o Judiciário, através do STF, faz cobranças e adota medidas para amenizar o quadro dramático.

Já o Legislativo, infelizmente, segue de costas para o país, priorizando temas de interesse de grupos específicos, nos poucos momentos de atividade, neste imenso ponto facultativo que abrange o período pré-eleitoral. Entretanto, mais do que apontar falhas, o que se impõe, no momento, é a busca de soluções.

Os cientistas chamam a atenção, e não é de hoje. As ondas de calor, as secas prolongadas, as chuvas intensas e os incêndios florestais serão cada vez mais frequentes e com maior poder de destruição, Presidente Castellar.

Se somos uma potência climática e queremos ser respeitados como tal, as decisões não podem mais tardar. Com urgência, são necessários planos, metas e trabalho articulado, conduzido pelo Governo Federal, com participação de toda a sociedade, para enfrentar os eventos climáticos extremos.

Precisamos dar exemplo ao mundo, Brasil. Adotar, de fato, uma política de Estado ambiental sustentável, reduzir o espaço para negacionismos e evitar a leniência por parte do poder público, inclusive nas esferas estaduais e municipais.

O Brasil deve levar a sério o compromisso de zerar, até 2030, o desmatamento legal e ilegal. Precisa ainda, entre outras providências, acelerar a transição energética e iniciar logo a restauração florestal



nas áreas urbanas e também periféricas, para conter o aumento das temperaturas, principal fator de agravamento dos desastres climáticos.

E não nos enganemos, senhoras e senhores, meus únicos patrões: é fundamental uma ação firme, destemida e incessante contra o crime ambiental praticado por madeireiros, traficantes de animais silvestres, garimpeiros e setores agrícolas arcaicos.

O naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, que aqui esteve há mais de 200 anos, fez uma advertência. Advertência, abro aspas: “Ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil.” Não vejo exagero em dizer, aspas: “Ou o Brasil acaba com os crimes ambientais, ou os crimes ambientais acabam com o Brasil”, fecho aspas.

Concluindo: por sua natureza, pela sua rica biodiversidade, por respeito aos seus habitantes, o Brasil não pode, em hipótese alguma, contribuir para colocar em risco o futuro do planeta Terra.

Agradecidíssimo, Presidente Castellar.

E que sigamos trabalhando, mesmo neste período eleitoral, em que eu repito: o Senado, hoje, tem maioria para votar a favor do fim da reeleição no Executivo – de quatro para cinco anos o mandato de Prefeitos, Governadores e Presidentes –, propositura histórica, desculpe-me, de minha parte; e, quanto às eleições, alinharmos a cada cinco anos e pararmos com eleição um ano sim, um ano não.

Abraço, querido.

**O SR. PRESIDENTE** (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Agradeço ao Senador Jorge Kajuru.

V. Exa. tem a minha plena admiração, como jornalista e como Parlamentar.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Eduardo Girão, por sistema de vídeo.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Muitíssimo obrigado, Presidente Castellar Modesto Guimarães Neto, nosso Senador que chegou chegando ao Senado Federal.

Quero cumprimentar a todos os colegas, aos brasileiros que estão nos assistindo, à equipe da TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, funcionários e assessores da Casa.

Sr. Presidente, a indicação da Deputada Estadual do PT de Minas Gerais, Macaé Evaristo, para o Ministério dos Direitos Humanos escancara a aceitação da corrupção pelo Governo Federal como um crime insignificante.

Macaé responde por 13 processos de improbidade administrativa, do período em que foi Secretária Estadual de Educação. Segundo matéria publicada pelo Estadão, o Ministério Público estima que os desvios chegaram à casa dos R\$17 milhões.

Não é a primeira vez, nem a última. O Governo Lula inverte os valores.

E a gente tem visto aí, inclusive, o Ministro das Comunicações, que usou jatinho para ir a leilão de cavalo, escondeu seu patrimônio do TSE, e uma série de outras denúncias.

E o Presidente Lula nada faz. Isso parece que não incomoda. Mas isso incomoda o cidadão de bem do Brasil.

À primeira vista, o Governo foi rápido na demissão do Ministro Silvio Almeida, em função das gravíssimas denúncias da prática de assédio sexual. Mas será que foi assim tão rápido?

Isso, porque essa rapidez não acontece com outras situações igualmente graves, como, por exemplo, as denúncias de corrupção – como eu falei há pouco – do Ministro Juscelino Filho. Mesmo depois de ter sido indiciado pelo desvio de finalidade, no uso de milhões de reais em emendas parlamentares, dirigidas a obras superfaturadas em pequeno município, no interior do Maranhão, administrado por sua irmã, e ele continua firme como Ministro, como se nada tivesse acontecido neste país.

A mesma leniência tem o Governo com seu Ministro da Casa Civil – olha só os sinais, os alertas



sendo jogados o tempo todo para a gente –, Rui Costa, diretamente envolvido no escandaloso calote da maconha, que eu tanto denunciei durante a CPI da pandemia.

Em plena covid, momento grave da nação, quando era Governador da Bahia e coordenador do Consórcio Nordeste, o Ministro Rui Costa, o Rui Costa, autorizou, sem licitação, a compra de 300 ventiladores por R\$48 milhões. A empresa, Sr. Presidente, comercializava, acredite se quiser, produtos à base da maconha e, obviamente, nunca fez entrega de nada. Esse dinheiro evaporou. E pode ter certeza de que nordestinos, conterrâneos meus, morreram por causa disso, por esse escândalo considerado o calote da maconha. Nunca entregaram um respirador.

E uma parte ia parar sabem onde? Lá no interior de São Paulo, onde Edinho Silva é Prefeito, em Araraquara. Olhem que mundo, que voltas o mundo dá.

Essa aparente rapidez, que seria correta, em relação ao crime de assédio sexual do ex-Ministro Silvio Almeida, é também profundamente incoerente, pois este é um Governo que já demonstrou ser conivente com o hediondo crime do estupro.

O Ministério da Saúde, já nos primeiros dias do Governo, revogou uma importante portaria que, nos casos de aborto decorrente de estupro, obrigava que houvesse a devida informação às autoridades policiais. Com isso, os estupradores continuam abusando e estuprando impunemente, graças a essa medida do Governo Lula.

Segundo a última pesquisa publicada em 2023 pelo Ipea, todas as estimativas apontam para a prática de 800 mil estupros por ano. Isso representa, Sr. Presidente, o trágico índice de um estupro a cada dois minutos. E o pior: apenas 8,5% dos casos são registrados pela polícia, e 4,5%, pelo sistema de saúde.

No dia 27 de abril de 2023, foi realizada uma importante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, para que o Senado pudesse ouvir e debater as prioridades da pasta. Meu primeiro questionamento foi em relação às declarações feitas em defesa da liberação da maconha. Em seguida, enumerei vários casos de brutal desrespeito aos direitos humanos dos presos políticos de 8 de janeiro, em relação aos quais o Ministério – o Ministro Silvio Almeida, na época – se mantinha completamente indiferente, como se nada estivesse acontecendo.

Abusos cometidos contra pais e mães de família sem nenhum antecedente criminal e que foram detidos no dia 8 de janeiro, portando apenas uma bandeira do Brasil e uma Bíblia. Mesmo assim, foram arbitrariamente julgados e condenados pelo STF a mais de 15 anos de prisão, como se fossem perigosos terroristas.

É, Sr. Presidente, os tempos são sombrios, são de trevas. Tudo isso acontecendo no Brasil e o Ministério dos Direitos Humanos absolutamente inerte, sem esboçar nenhuma iniciativa, nem para que fosse observado o devido processo legal e respeitado o amplo direito de defesa, que é garantia constitucional básica de qualquer democracia. Isso é hipocrisia dessa turma que se arvora a ser defensora de direitos humanos. A máscara está caindo para essas pessoas e a verdade vem logo junto. Tudo o que você planta, você colhe.

Agora, olha só, Presidente – o senhor não tinha chegado ainda no Senado – o pior momento daquela audiência pública na Comissão de Direitos Humanos ocorreu quando eu questionei a posição do Ministério em relação à prática do aborto, que nada mais é do que o assassinato de crianças indefesas pelos próprios pais. Ao tentar entregar, educadamente, educadamente – eu mostro aqui para o senhor –, educadamente, essa réplica de um bebê com 12 semanas de gestação, de vida, o Ministro refutou-a de maneira grosseira, intolerante.

Isso aqui, Sr. Presidente, é o símbolo mundial pró-vida. Ele tinha que ter a consciência de que 80% dos brasileiros são contra o aborto, a favor da vida. Mas ele, como ministro de todos os brasileiros, não teve a dignidade, não teve a sensibilidade de fazer um gesto e receber o que a maioria do seu povo pensa.



É a ideologia acima do bom senso, acima dos valores e princípios do povo brasileiro.

Sr. Presidente, para encerrar, já que o Ministério da Saúde nada fez pela vida dos bebês, pelo menos o Ministério dos Direitos Humanos deveria se importar com isso, realizando, como no Governo anterior, campanhas educativas de esclarecimento sobre as consequências do aborto, que deixa graves sequelas também na mulher, de ordem física, emocional, psicológica e mental.

Geralmente, nos casos de assédio sexual, quando a primeira denúncia é registrada, isso acaba encorajando outras vítimas a fazerem o mesmo. A própria ONG Me Too Brasil, responsável pela divulgação pública do caso envolvendo a Ministra Anielle Franco, informa que, além dela, existem outros casos protegidos pelo anonimato. É o caso da última denúncia feita por uma ex-aluna do curso de Direito da Universidade de São Judas, em São Paulo. Em 2007, o então Prof. Silvio Almeida teria forçado um abraço, beijou no canto da boca da sua aluna, que optou por manter o anonimato com receio de represálias.

Atendendo a um pedido da Polícia Federal, o Ministro do STF André Mendonça autorizou a abertura de inquérito para investigar as demais vítimas, protegidas até agora pelo anonimato. Muito me estranha também o Governo Lula querer que fiquem na Corte Suprema essas denúncias contra o Ministro Silvio Almeida. É aquela velha história: a gente começa a parar para pensar, para saber o que está por trás disso tudo.

É também muito importante, Sr. Presidente, o devido esclarecimento à sociedade sobre desde quando o Governo Lula tinha conhecimento das práticas desses crimes, pois, nesses casos, um eventual acobertamento com a permanência no cargo, intensifica o nível de constrangimento e repressão a colegas de trabalho e, principalmente, aos seus subordinados no Ministério.

É por isso que eu, imediatamente, quando a imprensa começou a divulgar as denúncias de assédio sexual, de violência, do Ministro Silvio Almeida, entrei tanto na Casa Civil, como no Ministério da Justiça, como na AGU para que o Governo explicasse. Estou esperando resposta; até agora, não recebi, de nenhum desses Ministérios, resposta sobre exatamente se eles já sabiam e o que fizeram em relação a isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Que a verdade venha à tona, que a justiça seja feita e que o bom senso prevaleça neste momento, porque a verdade está muito na cara de cada um, e a gente está vendo a hipocrisia, a gente está vendo o *show* de ideologia cair por terra, porque não se sustenta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Agradeço ao Senador Eduardo Girão e passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Paulo Paim, pelo sistema de vídeo.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Senador Castellar Neto, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, hoje, neste momento, para satisfação do Rio Grande, a Câmara dos Deputados vota o Projeto de Lei 3.117, que flexibiliza regras de licitação de todos os estados em situação de calamidade pública. A Câmara deve aprová-lo esta tarde. O debate está acontecendo, e já há um entendimento de que o Governo, o Presidente Lula, vai sancionar o projeto, que é a fusão de quatro medidas provisórias.

Destaco, em especial, que esse projeto garante condições mínimas para que micro, pequenos e médios empresários, produtores rurais e agricultores familiares afetados pela tragédia climática aqui no nosso Estado do Rio Grande do Sul possam seguir adiante, continuar suas atividades, retomar suas vidas e buscar novamente o seu sustento, o seu meio de vida. O projeto, Presidente, é de autoria do Deputado José Guimarães e também do Dionilso Marcon, que é o Líder da bancada gaúcha, e a relatoria é do Deputado





Bohn Gass.

Eu tive o privilégio, Presidente Castellar Neto, de ser o Relator desse projeto aqui no Senado, indicado pelo Presidente Rodrigo Pacheco, e conseguimos aprová-lo por unanimidade. Presidente Castellar, eu já agradeço a todos os Senadores, porque eu fiz uma síntese do relatório – e olhem que eu botei mais duas MPs: vieram duas da Câmara, eu coloquei mais duas –, os Senadores acataram o relatório que fiz, e o projeto agora deve ser votado daqui a no máximo uma hora, lá na Câmara, e já vai para a sanção do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A proposta é fundamental para o Rio Grande do Sul, pois vai facilitar que esses que foram prejudicados possam ter empréstimos e créditos com menos burocracia, além de destravar os processos, o que permitirá que eles voltem a produzir, gerando renda, riqueza, emprego e qualidade de vida.

Ressalto ainda que, aqui no Senado, nós incorporamos as duas MPs de que eu falava antes. A MP 1.226, de 2024, aumenta a participação da União no Fundo de Garantia de Operações de crédito para o produtor rural; e a outra, a Medida Provisória 1.245, também de 2024; garantindo mais um bilhão, totalizando três bilhões para o limite de subvenção econômica.

Mais crédito e facilidades para produzir são urgentes. Aqui no Rio Grande do Sul, há uma unanimidade para que esse projeto seja votado, como está sendo agora na Câmara, e sancionado pelo Presidente Lula.

O projeto fortalece o Pronampe, micro e pequenas empresas, que significa Pronampe; o Pronaf, agricultura familiar; e o outro é o Pronampe Médio, que vai garantir ao médio produtor rural. São instrumentos fundamentais, Presidente.

O Rio Grande do Sul está numa grande expectativa, mas como já há uma sinalização do Presidente Lula – e o acordo foi feito, eu participei aí no Senado, ele vai sancionar uma vez aprovado na Câmara dos Deputados –, isso nos tranquiliza.

Essa fusão de quatro MPs vai ser muito importante para o Rio Grande do Sul. A economia do nosso estado foi atingida em 80%, prejudicada de forma devastadora: 2,3 milhões de pessoas foram atingidas, e 471 cidades foram afetadas.

Sabemos que esse projeto, claro que não é o ideal, não vai agradar 100% a todos, mas é o possível; e todos sabem que nós estamos no caminho certo.

Agradeço ao Ministro Haddad, ao Ministro Rui Costa, ao Presidente Lula, a todos aqueles que trabalharam para que esse projeto – depois da relatoria final que eu fiz aqui, e o Bohn Gass fez um belíssimo trabalho na Câmara – fosse então pautado para ser votado no dia de hoje.

Então, fica aqui meu agradecimento aos nossos Deputados e Deputadas de todo o Brasil. Eu tenho certeza de que eles vão aprovar o PL 3.117, de 2024, pela sua importância, Presidente.

A expectativa é grande, mas eu tenho certeza de que vai ter um final feliz, porque todos querem ajudar o Rio Grande. E o nosso Governo do Presidente Lula está contribuindo muito nesse sentido.

Avançaremos. Que seja aprovado hoje e sancionado o mais rápido possível.

Agradeço, Presidente Castellar Neto, por ter aberto os trabalhos no dia de hoje e colaborado para que cada um dos Senadores coloque o seu ponto de vista.

Eu aqui, mais uma vez, faço a defesa dos interesses do meu Estado, o Rio Grande do Sul, e sei que essa é a visão dos três Senadores, não é só a minha visão. É a do Mourão, é a do Luis Carlos e também de todos os Deputados Federais, estaduais e de todas as entidades de empresários, de trabalhadores do campo e da cidade, aqui do Rio Grande do Sul.

Obrigado, Presidente. É uma satisfação falar sob a sua orientação, Presidente Castellar Neto.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Muito obrigado,



Senador Paulo Paim.

Passo a palavra ao Senador Flavio Azevedo, aqui presente.

**O SR. FLAVIO AZEVEDO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discursar.) – Sr. Presidente Castellar Neto, Sras. Senadoras, Srs. Senadores presentes no Plenário e também presentes através do sistema de vídeo, ontem o nosso querido Senador Rogério Carvalho, do PT de Sergipe, ocupou aqui esta tribuna e fez uma justa homenagem à Embrapa. Falou sobre a importância da Embrapa para o setor primário brasileiro, falou da importância da Embrapa, inclusive, para evitar maiores desastres como esses que estão ocorrendo com as queimadas, ao desenvolver novas tecnologias para melhor e maior produtividade do solo do Cerrado.

Tanto eu quanto a Senadora Rosana Martinelli pedimos um aparte e transformamos em nossas as palavras de elogio do Senador Rogério Carvalho à Embrapa. De fato, a Embrapa tem contribuído para que o Brasil tivesse essa explosão de produção no setor primário, tanto no setor agrícola quanto no setor da pecuária.

Mas ontem eu recebi uma nota técnica da Embrapa Tabuleiros Costeiros, localizada no Estado de Sergipe, que me deixou tremendamente preocupado. Eu fiz uma rápida menção a essa nota técnica ontem mesmo no aparte que eu fiz ao Senador, mas eu chego hoje aqui para focar nesse assunto e exprimir minha enorme preocupação sobre uma ocorrência gravíssima e que pode ter uma solução bastante simples, que eu vou tentar resumir.

Em 1982, foi instalado no Brasil um banco de germoplasma do coco por meio de uma ação da Embrapa Tabuleiros Costeiros, que naquela época era denominada Centro Nacional de Pesquisa do Coco. Isso foi instalado no Município de Neópolis, em Sergipe.

Em 1988, o Brasil apresentou uma proposta para sediar o Banco Internacional de Germoplasma de Coco para a América Latina e Caribe. E em 2006 foi assinado um acordo entre Embrapa e o instituto de recursos genéticos da cadeia do coco, cuja sigla em inglês se diz Cogent. A Cogent anteriormente era vinculada ao instituto de biodiversidade internacional. Esse acordo oficializou e consolidou o BAG-Coco, que é, em português, o Banco Internacional de Germoplasma de Coco para a América Latina e Caribe, ou seja, existe instalado em Sergipe um banco que tem um enorme trabalho, de valor inestimável, para tratar não só do aumento da produtividade do coco, mas, sobretudo, das moléstias, das doenças envolvidas dentro da cadeia internacional do coco, da produção do coco. A produção do coco é uma cadeia enorme. A produção do coco não é só água de coco. Na produção do coco tem água de coco, óleo de coco, coco ralado, chegando a essa cadeia de hoje. Pelo fato de a fibra da casca do coco ser indeformável, essa fibra é usada para encher estofamentos de carro de luxo, tipo Rolls Royce, BMW e Mercedes Benz, com o objetivo de essas fábricas estarem inseridas no esquema de produção sustentável. Então, a cadeia do coco é uma coisa enorme, e esse banco de germoplasma é fundamental para o Brasil.

O que ocorre? O convênio que existia entre o Brasil e o antigo Cogent precisa ser renovado, porque o Cogent transformou-se num instituto internacional do coco, que há anos vem insistindo para que esse convênio seja renovado. Essa é uma providência burocrática e não exige, pelo menos pela nota técnica que eu tenho em mãos, investimento nenhum. É uma providência burocrática que tem que ser feita, sob pena – e isso consta nessa nota técnica – de o Brasil perder esse banco de germoplasma, não é?

O papel do Brasil, representado pela Embrapa Tabuleiros Costeiros, é absolutamente fundamental para a manutenção e – por que não dizer? – para salvar da aniquilação a cadeia do coco do Brasil, por conta dos conhecimentos que existem e que vão evoluindo com as pesquisas, contando, para isso, com contribuições de, salvo engano, 92 países que contribuem para essa cadeia.

E, na verdade, os agricultores, aqueles que produzem coco no Brasil... E, registre-se, o coco é produzido desde o pequeno produtor, aquele que está na beira da praia ali, com 100, 200 coqueiros, até



empresas multinacionais, como a Coca-Cola, que tem uma plantação de mais de mil hectares no São Francisco; o coco é um dos vetores de desenvolvimento da Região Nordeste; o coco é fundamental para a economia do Pará e é fundamental para a economia de quase todos os estados nordestinos.

Então, o motivo de minha fala é um apelo que faço... Ah, sim! Tem um registro importante: na companhia do Senador Laércio Oliveira, estivemos com o Ministro da Agricultura, nosso colega aqui no Senado, quando fomos muito bem recebidos, e ele tomou providências imediatas. Essa nota técnica é fruto dessa audiência que eu e o Senador Laércio tivemos com o Ministro da Agricultura e das rápidas providências que ele determinou que a Embrapa tomasse.

Então, fica aqui o meu apelo para que... Todos têm conhecimento da importância da manutenção da Embrapa Tabuleiros Costeiros e de suas pesquisas. É uma providência que não exige investimento – e, se houver, é um investimento pequeno, que cabe em qualquer orçamento; não tem nenhuma importância, considerado o tamanho do orçamento do Governo.

Esse nosso banco está sendo reclamado pela Jamaica, como representante da Cogent para a América Latina. Ela quer ser a representante já que o Brasil, teoricamente, não faz parte mais do instituto internacional do coco.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLAVIO AZEVEDO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Então, eu faço um apelo... Primeiro, agradeço as providências do Ministro, que foram providências imediatas, mas eu faço um apelo, um novo apelo ao Ministro, para que essas providências burocráticas sejam tomadas o mais rápido possível, porque, na sua ausência, o Brasil, na agricultura brasileira, terá um prejuízo incalculável.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Indago ao Senador Marcos do Val se deseja fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Não havendo mais oradores presentes, a Presidência suspende a sessão deliberativa, que será reaberta para apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

*(A sessão é suspensa às 16 horas e 03 minutos e reaberta às 16 horas e 23 minutos, sob a Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco, Presidente.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. Para discursar - Presidente.) – Está reaberta a sessão.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, é com grande satisfação que esta Presidência, em nome do Senado Federal, felicita o Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo pelos seus 90 anos de existência, comemorados neste mês de setembro de 2024.

Nas últimas nove décadas, o Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo tem desempenhado um papel fundamental não apenas na luta pelos direitos e pela valorização profissional dos engenheiros paulistas, mas também pelo desenvolvimento do nosso país. Desde 1934, o sindicato tem sido uma voz ativa e influente, contribuindo para o crescimento e o avanço tecnológico de São Paulo e do Brasil.

Mais do que uma categoria profissional, a instituição representa o progresso e a inovação que os engenheiros trazem para toda a sociedade brasileira. Sua história se confunde com a própria história da engenharia nacional, marcada por grandes obras e conquistas que transformaram nossa nação.

A engenharia é a força motriz por trás de nossa infraestrutura, de nossas cidades, de nossa economia. É por isso que todos os membros desta Casa reconhecem o esforço diário desses profissionais que, através



de seu conhecimento e dedicação, constroem – literalmente, constroem – o presente e o futuro do Brasil.

Saudamos o sindicato, na pessoa de seu Presidente, o engenheiro Murilo Pinheiro, por seu incansável trabalho na defesa dos interesses da categoria e por seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e bem-estar social. Que os próximos 90 anos sejam tão exitosos quanto os que hoje comemoramos, continuando a inspirar novas gerações de engenheiros a construir um Brasil cada vez melhor.

Parabéns ao Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo pelos seus 90 anos de história, luta e realizações!

Encerrado o Período do Expediente.

Declaro aberta a Ordem do Dia.

Início da Ordem do Dia.

Projeto de Lei 1.725, de 2024, do Deputado José Guimarães, que institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial – Programa Eco Invest Brasil – e dá outras providências.

A matéria se encontra em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 627, de 2024, de Líder, aprovado em Plenário.

Perante a Comissão de Assuntos Econômicos, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 5. **(Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Perante a Mesa, foram apresentadas as Emendas nºs 6 a 15, já disponibilizadas na tramitação da matéria e que serão encaminhadas à publicação. **(Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

A Emenda nº 1 foi retirada pelo autor.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do nobre Senador Jaques Wagner para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra, Líder Jaques Wagner.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para proferir parecer. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu quero cumprimentá-lo.

Como V. Exa. sabe, eu estou fora do país, e o Senador Humberto, que deveria fazer este relatório, está com problema de internet. Eu estou fora do país, mas só estou esperando me entregarem, se V. Exa. tiver a tolerância...

De qualquer forma, eu queria, antes de ler... O relatório chegou às minhas mãos agora, e eu vou passar à leitura. Eu ia fazer um comentário sobre algumas emendas que foram colocadas, e uma delas particularmente me preocupa. É a emenda que foi apresentada pelo Senador Izalci sobre matéria já votada nesta Casa, na Câmara e já sancionada pelo Presidente da República, que diz respeito à recuperação dos depósitos esquecidos, como foi nominado, e que V. Exa., inclusive, apresentou no Colégio de Líderes – e houve o acordo para fazer cumprir a compensação da reoneração. Eu estou fazendo esse comentário – tentei falar com o Líder da Oposição, e não consegui – só porque, é óbvio, terei que rejeitar essa emenda que foi apresentada, se não me engano, ontem.

De qualquer forma, eu vou para a análise.

De acordo com o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre... Bom, aqui ainda estava como se fosse matéria.

Da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira.

Quanto à constitucionalidade, frisamos que a União é competente para legislar privativamente sobre política de crédito, conforme o inciso VII do art. 22 da Constituição Federal. Ao mesmo tempo, o art. 48 da Lei Maior incumbe ao Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República, dispor sobre



todas as matérias de competência da União.

Ademais, a matéria não consta do rol de vedações de edição de medida provisória previsto no §1º do art. 62 da Constituição Federal, nem da lista de competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expressa nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

Quanto à juridicidade, o PL inova o ordenamento jurídico vigente, sob os atributos de generalidade e abstração. De igual modo, a espécie normativa utilizada na proposição para alterar leis ordinárias é pertinente, pois não disciplina matéria reservada à lei complementar.

No mais, o PL trata de assuntos vinculados por afinidade ou pertinência, cumprindo assim os enunciados no art. 7º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Em relação à adequação orçamentária e financeira, verifica-se que as despesas são de natureza discricionária e dependem de disponibilidade orçamentária e financeira em cada exercício. Com efeito, para garantir os riscos das operações de crédito do Programa Acredita no Primeiro Passo, as garantias serão oriundas de recursos do FGO, desde que não comprometidos com honra do programa Desenrola Brasil; de cotas do FGO adquiridas pela União e por outros entes; dos resultados da operacionalização do próprio FGO; e de outras fontes a serem designadas. O custeio das despesas de serviços de agentes de crédito e de estruturador de negócio para o crédito correrá à conta de dotações do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, com impacto estimado em R\$262 milhões no triênio. Outras despesas eventuais do programa terão natureza discricionária e serão custeadas com dotações orçamentárias.

Não foi oferecida compensação para a redução das receitas, mas os valores das renúncias constarão das leis orçamentárias seguintes e o benefício terá prazo máximo de vigência de cinco anos, atendendo ao disposto no inciso I do art. 14 da Lei Complementar 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, e às disposições da Lei 14.791, de 2023, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024.

Quanto ao exame da proposição sob a ótica da despesa pública, verifica-se que o PL 1.725 permite criação de despesa, tendo em vista que a garantia ao Programa Acredita Brasil pode ser operacionalizada por meio de integralização de novas cotas do FGO, limitada a R\$1 bilhão entre 2025 e 2026, e que outros R\$262 milhões de recursos da União podem ser utilizados para financiar o custeio da subvenção aos estruturadores de negócios. As estimativas anuais quanto ao impacto orçamentário e financeiro desse programa foram apresentadas na edição da MPV 1.213, de 2024.

No mais, as modificações introduzidas não geram subsídio implícito, mas apenas crédito, não impactam o orçamento público ou dependem de disponibilidade orçamentária e financeira.

Dessa forma, diante do exposto, entendemos que a adequação orçamentária e financeira deste PL resta atendida.

Do mérito.

Quanto ao mérito, o PL busca criar uma “escada” de proposta de crédito, que atenda a faixas diferentes de empreendimentos, que, por sua vez, possuem diferentes necessidades. Entre os objetivos, destacam-se: i) garantir renda e disponibilidade de microcrédito produtivo e orientado para a população mais vulnerável, inscrita no CadÚnico, com o Programa Acredita no Primeiro Passo; ii) ampliar o acesso a crédito de MEIs e microempresas com a criação do ProCred 360, e criar condição de renegociação de dívidas, no âmbito do Pronampe; iii) ampliar condições de renegociação e reduzir custo das dívidas de micro a médias empresas no âmbito do Peac-FGI; iv) habilitar a Emgea a atuar como securitizadora para ampliar a oferta de crédito imobiliário para classe...

Desculpe, Presidente. Prossigo:

... para a classe média, compensando a queda da captação líquida de poupança; e v) conceder incentivos às instituições financeiras por meio de crédito presumido para estimular a renegociação de



dívidas bancárias de empresas com faturamento anual de até R\$4,8 milhões.

Já o Programa Eco Invest busca inovar e lançar instrumentos para mobilizar recursos privados para suportar os investimentos necessários para, dentre outros, oferecer infraestruturas mais verdes, estimular a agricultura sustentável, fazer reflorestamento, promover a transição para práticas e tecnologias sustentáveis, incentivar o adensamento tecnológico, a bioeconomia e a economia circular, e investir na utilização da tecnologia nos processos produtivos para adaptação climática. E para que o capital externo privado venha com a urgência que o desafio climático requer, é necessário um ambiente econômico e de negócios estável e previsível, no qual se destaca, a questão cambial.

Ademais, cria linha de crédito para renovação de frota de taxistas e autoriza maior prazo para liquidação e renegociação de dívidas.

Para uma análise mais detalhada do mérito da matéria, necessitaríamos avaliar cada programa de crédito.

Eu vou me abster, Presidente, de analisar cada um, para poupar o tempo desta sessão, e vou direto para a apreciação das emendas.

A Emenda nº 1 foi retirada pelo autor, portanto não será objeto de análise.

Quanto à Emenda nº 2, que retira objetos da Emgea, ela poderia ter algum sentido quando da edição da MPV 1.213, pois existiam legítimas preocupações com a governança da empresa pública. Todavia, o PL em análise, aprovado pela Câmara dos Deputados, já incorpora importantes avanços na governança, como descritos.

Em referência à Emenda nº 3, consideramos que a instituição de um Programa Pró-Melhorias Habitacionais para pessoas de baixa renda possui um mérito inegável. Porém, seria contraproducente para a aprovação deste PL e das medidas para a população de baixa renda que ele contém, inclusive pela necessidade de se verificar a adequação orçamentária e financeira da emenda, incorporá-la ao PL, que necessitaria ser reavaliado pela Câmara dos Deputados.

Quanto à Emenda nº 4, consideramos que o Pronampe possui a sua continuidade assegurada por dois motivos básicos: primeiro, o próprio PL altera o §2º do art. 6º da Lei 13.999, de 2020, para determinar que os recursos poderão, em vez de “deverão”, ser encaminhados ao Programa Pé-de-Meia, para a concessão de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, à permanência e à conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público ou devolvidos à União, a partir de 2025; em segundo lugar, o PL prevê, com a redação do art. 6º-C da Lei do Pronampe, recursos para a garantia da continuidade do programa.

Por fim, em relação à Emenda nº 5, não podemos deixar de reconhecer seu mérito em estabelecer prazo máximo de 30 dias para pagamentos a empresas da economia criativa com até 99 funcionários. Porém, consideramos que tal medida deve ser analisada no âmbito de um projeto de lei específico ou com afinidade temática com a matéria.

Vou ao complemento, porque entraram as outras emendas.

Eu só queria destacar, Presidente, que, em relação à última emenda de que eu falei, que é a do Senador Laércio, eu tive um diálogo com ele e acordamos que eu não aprovaria a emenda aqui, apesar de meritória, para que não voltasse... porque nós temos o prazo de 30 de setembro para que a gente não descontinue o Pronampe, porque há um compromisso de um *swap* cambial que depende da aprovação dessa matéria. Por isso, eu me comprometi com o Senador Laércio de ele introduzir a matéria como PL e a gente tentar fazer uma urgência para aprová-la.

Assim como as outras emendas do próprio Senador Esperidião Amin, que tem duas matérias tramitando na Casa, uma na CAE e a outra na CAS, que são exatamente sobre... eu vou chamar de distribuição daquilo que não foi utilizado do FGO, com a preocupação de garantir exatamente a questão





do Pronampe. E eu me comprometi com o Senador Amin – e reafirmo aqui o meu compromisso – que daremos urgência aos PLs que já tratam dessa matéria, portanto seria desnecessário a emenda ser acatada aqui.

A Emenda nº 6, de autoria dos Senadores Flavio Azevedo e Izalci Lucas, pretende alterar a Lei 14.973, de 16 de setembro de 2024, sobre a remuneração gradual da folha, que aprovamos nesta Casa, aprovamos na Câmara e foi sancionada. A matéria que é fruto dessa emenda já consta dessa matéria, que foi fruto de um acordo celebrado, inclusive, entre o Executivo e o Legislativo, que V. Exa. apresentou, inclusive, no Colégio de Líderes. Então, eu estou solicitando ao Senador Izalci Lucas que reveja a ideia de ter essa emenda, porque, efetivamente, não há como aceitá-la porque ela vai ferir o acordo que nós fizemos, que já foi, inclusive, sancionado pelo Presidente da República para resolver a questão da desoneração/reoneração.

A Emenda nº 7 de redação, da Senadora Mara Gabrilli, altera o *caput* do art. 2º para incluir pessoas com deficiência na relação de beneficiários prioritários do programa Acredita no Primeiro Passo.

O ajuste redacional proposto pela Senadora Mara Gabrilli é pertinente, uma vez que deixa claro que as pessoas com deficiência também terão prioridade no grupo de beneficiários do programa Acredita no Primeiro Passo.

Visto que esse ajuste não altera o mérito do projeto, mas tão somente busca enfatizar uma situação que guarda relevância com o texto original da matéria, considerando que muitos brasileiros com deficiência estão em situação de alta vulnerabilidade econômica, entendemos que esta emenda de redação precisa prosperar e, por isso, ela está sendo acatada.

As Emendas nºs 8 a 14, de autoria do Senador Mecias de Jesus, pretendem criar mecanismo para renegociar as dívidas de produtores rurais que foram atingidos por eventos climáticos adversos.

Corroboramos com o autor quando este destaca que os eventos climáticos dos últimos anos têm sido prejudiciais para os produtores rurais do nosso país, que muito contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Todavia, apesar de louváveis e meritórias, as emendas fogem do objetivo central do projeto que ora analisamos.

Por essa razão, entendemos que elas não devam prosperar, destacando que este tema e a iniciativa legislativa do Senador Mecias de Jesus precisam ser urgentemente discutidos pelo Congresso Nacional.

Dito isso, eu vou ao voto.

Pelos motivos expostos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.725, de 2024, pelo acatamento da Emenda nº 7, de redação, e pela rejeição das demais emendas.

É esse o relatório e o voto.

Eu peço desculpas a V. Exa. e aos colegas, porque, na verdade, esse relatório deveria ser lido pelo Senador Humberto, e eu acabei de chegar de uma viagem de 12 horas. Mas, como o Senador Humberto está com dificuldade no *link*, eu assumi a tarefa.

Era só isso, Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 168/2024-PLEN-SF - Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senador Jaques Wagner.

O parecer é favorável ao projeto e à Emenda nº 7, de redação, e contrário às demais emendas.

Completada a instrução, passamos à discussão da matéria.

Para discutir, Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Para discutir, Senador Rodrigo Cunha.

**O SR. RODRIGO CUNHA** (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para discutir.)



– Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, Sras. Senadoras, eu quero discutir esse tema, um tema de grande importância para o país, primeiro, resgatando e deixando claro que não é mais nem a minha opinião. Já está comprovado pela história que, aqui no Brasil, há bastante tempo, o endividamento deixou de ser um problema individual, que afetava apenas um indivíduo, um cidadão, para ser um problema social, que afeta a economia e a todos que estão ao redor. Então, este é mais um caso em que nós, aqui no Senado, temos a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento do país.

Esse tema do endividamento é um tema sobre o qual me debruço desde que cheguei aqui ao Senado, quando trabalhei, e conseguimos aprovar, e fui Relator da Lei de Combate ao Superendividamento.

Tive a oportunidade também de ser o Relator da Lei do Desenrola, direcionado para as pessoas, com mais de 14 milhões de brasileiros tendo renegociado suas dívidas e conseguido alguma forma para sair do buraco financeiro, que, muitas vezes, não é nem sua culpa, mas pelas facilidades de crédito e dificuldades de pagar as contas, pelos altos juros principalmente.

Nós, hoje, estamos diante de uma situação que, desde dezembro do ano passado, identificamos como sendo algo necessário para o país. Apresentamos uma indicação ao Ministério da Fazenda, conversamos com o Ministro de Micro e Pequenas Empresas sobre o assunto, e venho acompanhando este tema que atinge mais de 6 milhões, num primeiro momento do levantamento que foi feito, de empresas em nosso país.

E, para se ter uma ideia, Sr. Presidente, além de essas empresas corresponderem a mais de 50% dos empregos formais no nosso país, o pleno funcionamento dessas empresas também é decisivo para a nossa economia.

E eu me dedico a este tema, Sr. Presidente, na parte individual do cidadão, porque vivo no estado que mais tem pessoas passando fome neste país, que é o Estado de Alagoas. Não é mérito nenhum, pelo contrário, é uma vergonha falar sobre isso, mas também é o estado que mais tem, percentualmente, empresas endividadas.

Alagoas é o estado brasileiro com a maior taxa de inadimplência de empresas no país. Segundo levantamento do Serasa, dos mais de 190 mil CNPJs registrados no estado, cerca de 85 mil estão no vermelho, o que corresponde a 44% do total.

E, Sr. Presidente, observei que este tema chegou aqui na Casa há pouco tempo. Infelizmente, nós já nos acostumamos a ter a medida provisória como sendo algo que não vai para frente, em que não se tem a instalação das Comissões, e esse é mais um caso, em que o Programa Acredita, do qual o Desenrola empresas faz parte, se transformou em um projeto de lei. E é por isso, Sr. Presidente, pela importância da celeridade e de que se tenha uma aprovação, para tirar do sufoco muitos brasileiros, muitos empresários, porque a grande maioria deles enfrenta um leão por dia para sobreviver, e também, na grande totalidade, este empresário é o mantenedor da sua família através dessa sua única empresa.

Então, estamos aqui em um processo para avaliar um projeto de extrema importância, de uma tarefa que não é fácil para o empresário, com a qual nós podemos contribuir, e que trará, sem nenhuma dúvida, uma contribuição para que se possam pagar as dívidas e, inclusive, favorecer a nossa economia.

Lembro que aqui nós estamos falando de empregos – são milhares de empregos, é quem mais emprega neste país –, e essas medidas chegam no momento em que ainda estamos colhendo o resultado do prejuízo financeiro tido desde a pandemia.

Então, Sr. Presidente, esse programa tem tudo para aliviar um pouco e criar uma boa expectativa para os pequenos empresários, e é por isso que eu sou favorável.

Venho batalhando para que se tivesse essa celeridade. Não foi no modelo ideal, eu acredito que deveria ter sido pela medida provisória, mas o tempo assim não permitiu, e que a gente possa, nesta tarde,



dar esta contribuição para os empresários, para os MEIs, para as micro e pequenas empresas deste país.

Além disso, neste programa tem outros elementos, dentre os quais eu quero destacar uma atenção necessária para os taxistas, que estão reformulando o seu modelo de negócio e que têm, através desse projeto também, a oportunidade de ter acesso a um financiamento com taxas melhores.

É muito complicado se comprar um carro hoje com a taxa para pessoa física. E, podendo, através de um programa como este, ter taxas melhores, com certeza, vão renovar as frotas, contribuindo também para a economia, contribuindo para a segurança dos passageiros, dos condutores, e, com certeza, para toda a categoria.

Então, Sr. Presidente, só quero aqui deixar registrada a importância de se ter sempre uma visão social sobre o inadimplemento, principalmente no caso das micro e pequenas empresas que estamos tratando aqui. Não é um perdão, mas sim um auxílio, para que possam sair do buraco em que estão afundadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigada, Senador Rodrigo Cunha.

Nós vamos dar sequência à discussão da matéria.

À luz do pronunciamento do Senador Rodrigo Cunha, que é uma referência nesse tema no Senado Federal e foi Relator da lei do superendividamento, há, Senador Izalci Lucas, Senador Flavio Azevedo, o reconhecimento acerca da importância desse projeto de lei e do que ele representa para a sociedade brasileira, no tema que ele trata e propõe.

Eu queria fazer uma ponderação – e nós vamos continuar com a discussão e todos poderão se pronunciar – apenas em relação à Emenda nº 6, de autoria do Senador Flavio Azevedo e do Senador Izalci Lucas, para que haja a seguinte consideração de V. Exas....

O tema tratado nessa emenda, relativamente à questão dos recursos esquecidos do Sistema Financeiro Nacional, foi objeto de projeto de lei recentemente aprovado no Senado, na Câmara e, anteontem, sancionado pelo Presidente da República, acerca da reoneração da folha de pagamento, que foi fruto de um acordo entre o Poder Executivo, o Poder Legislativo, 17 setores da economia e os municípios brasileiros, que aguardavam muito ansiosamente a concretização desse projeto de lei para a redução da alíquota – de 20% para 8% – da previdência social de inúmeros municípios do Brasil. Então, isso foi efetivado.

As medidas de compensação foram elencadas no projeto da reoneração, inclusive essa relativamente aos recursos esquecidos, e, na ocasião, nós fizemos uma votação no Plenário do Senado Federal.

Não foi unânime, houve registro de votos contrários, mas, na essência do projeto em si, havia o intuito de celebração de um acordo, ainda que divergências pontuais pudesse haver em relação ao projeto, que fez uma previsão de inúmeras fontes de compensação para a desoneração da folha de pagamento até 2027.

Além disso, há, de fato, essa conveniência política em relação a esse projeto – e acredito que todos reconheçam o mérito dele, a importância dele; o Líder Jaques Wagner, ao relatá-lo, destaca a importância de vê-lo apreciado e aprovado até o dia 30 de setembro –, que é a conveniência política de termos agilidade em relação ao projeto em si, e aquilo de que trata a emenda não necessariamente tem uma pertinência com o que é o projeto Acredita, que é objeto desse projeto de lei, além do que, de fato, houve já um pronunciamento muito recente do Congresso Nacional em relação ao tema, aprovando o instituto que agora se visa a suprimir com a emenda.

Eu me lembro de que no próprio projeto, Senador Izalci, da desoneração da folha de pagamento, quando nós aprovamos a desoneração no final do ano de 2023, dois dias depois uma medida provisória visava a desconstituir o que o Congresso Nacional havia decidido em relação ao tema da desoneração, e isso foi objeto de muito inconformismo do Senado Federal, porque se visava a desconstituir aquilo que o



Senado Federal acabara de decidir. Tanto, que, ao final do prazo de 60 dias, esta Presidência deixou de prorrogar esse tema, que desafiava um entendimento do Congresso muito recente, porque é absolutamente impertinente fazer uma revisão, dias depois, daquilo que havia acabado de ser pronunciado pelo próprio Congresso Nacional.

Parece-me que é a situação que se apresenta aqui. Obviamente que eu não desconsidero a oportunidade e a possibilidade de o Plenário, eventualmente, revisar institutos, revisar temas, mas eu gostaria de fazer uma invocação e um pedido de que isso pudesse se dar num ambiente de discussão próprio, relativo à questão da desoneração e ao próprio instituto dos recursos do Sistema Financeiro Nacional, e não como emenda desse projeto de lei, sob pena de uma eventual aprovação de emenda num destaque redundar nesse retorno à Câmara dos Deputados, atrasando o encaminhamento do projeto.

Há ponderação, também – considerando essa circunstância do pronunciamento e da decisão do Congresso em relação a este tema sancionado esta semana –, de que poderia haver também a prejudicialidade da emenda em razão desta circunstância, mas eu prefiro sempre oportunizar à composição do Senado as múltiplas e diferentes visões que nós temos em relação a cada um dos temas que são submetidos à nossa análise, para que possamos fazer um acordo que possa fazer com que o texto-base seja votado, ressalvados, obviamente, os votos contrários, mas que o encaminhemos rapidamente à sanção do Sr. Presidente da República.

Então, essa é a ponderação que faço em relação à Emenda nº 6, destacada pelo Partido Liberal, uma emenda de autoria do nobre Senador Flavio Azevedo e do Senador Izalci Lucas, ambos presentes no Plenário do Senado Federal.

E a Secretaria-Geral da Mesa, até em boa hora, Senador Izalci, Senador Flávio, me lembra também da questão e da circunstância da necessidade da votação do projeto da desoneração, em função da decisão do Supremo Tribunal Federal, que dava até 11 de setembro para que pudesse haver o acordo, sob pena de cair a desoneração da folha de pagamento para municípios e para 17 setores. Daí também a nossa necessidade de aprovação daquele projeto, naquela circunstância, com aquelas fontes de compensação, com ampla maioria do Senado Federal.

Então, essa é a ponderação que faço. Não é propriamente uma discussão da matéria, mas uma questão procedimental para avaliação do Partido Liberal, em relação à importância desse projeto e de avaliação sobre a conveniência da emenda.

Prosseguindo na discussão, eu concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia. Na sequência, Senador Flávio Azevedo e Senador Izalci Lucas.

Senadora Zenaide Maia com a palavra.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu quero aqui parabenizar esse projeto de lei.

Quando a gente fala em microempresas e empreendedores individuais, a gente sabe que as microempresas são responsáveis por 75% dos empregos deste país. E, ao mesmo tempo, poder desenrolar, como teve o projeto Desenrola...

A gente sabe que essas pessoas, os microempresários e o MEI, o individual, ainda têm o resquício da covid, porque não conseguem facilmente os recursos de financiamento para eles. Isso aqui ainda vai ajudar bastantes MEIs, que vão querer legalizar, porque vão ter uma oportunidade de ampliar o seu negócio.

E, quando eu vejo um projeto desse, isso me anima muito, porque é muito mais fácil.

A gente sabe que o sistema financeiro tem um interesse bem maior em emprestar aos médios e grandes. Quando aparece um projeto desse, a gente tem que aplaudir – e já dizendo aqui o meu voto



favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Flavio Azevedo.

**O SR. FLAVIO AZEVEDO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu preciso justificar a minha discussão, que eu quero, neste momento.

Existiram fatos novos das votações para cá, como a nota técnica expedida pelo Banco Central, e, além disso, é preciso também lembrar que – e com toda a vênia que eu devo ao Senador Jaques Wagner – o PL não concordou com essa forma de compensação.

Houve divergência do PL, não quanto à matéria em si, que é de uma fundamental importância para o país – nós reconhecemos isso –, mas o PL discordou daquele tipo de compensação.

Eu cheguei a dizer que considerava até uma expropriação, porque – o senhor imagine, Presidente – a maioria dessas contas são contas pequenas, de pessoas pobres, que não leem jornal, que não ouvem A Voz do Brasil, que não veem a TV Senado... Então, tem muitas pessoas que não sabem que têm dinheiro. Eu, pelo menos, no meu pequeno estado, ouvi de algumas pessoas – e, diria, pessoas até com tino – que disseram: “Cara, por conta disso, eu fui lá e vi que eu tenho um dinheiro a receber”.

Então, esse dinheiro não pode – é o meu entendimento e o de quem eu consultei – ser considerado receita primária. Ele não é uma receita primária, para ser considerado dentro do bojo de compensações, e isso pode criar problema no futuro.

Ele não compõe receita – juridicamente, não. Não é de uma receita orçamentária. Ele veio como uma forma de compensação.

Além disso, na nota técnica do Banco Central – e isso serve como alerta –, o Banco Central explicita que – vou ler o que diz o texto –: “Pede a rejeição integral do §2º do art. 45 na proposição legislativa, pois, da forma como está redigido, pode-se entender que o dispositivo obriga o Banco Central a promover registro de superávit primário, em claro desacordo com sua metodologia estatística, indo de encontro às orientações do TCU e ao entendimento recente do STF sobre a matéria”.

Nossa responsabilidade, a responsabilidade do PL é dar estes alertas, mas, sobretudo, meu caríssimo Líder Jaques Wagner, é lhe explicar – o senhor sabe da admiração que tenho, do respeito que tenho por V. Exa. – o porquê da nossa emenda: é uma expropriação, e nós não votamos a favor disso.

O PL não votou a favor disso; o PL votou a favor do projeto, importantíssimo. Mas, se isso, de uma forma ou de outra... E aí vem aquela velha frase de Camões, nos Lusíadas: “[Se um] valor mais alto se alevanta” – que é a importância desse projeto para o país...

Como o Senador Izalci vai falar, e eu sou novato na Casa, eu não tenho a experiência que ele tem, eu deixaria essa decisão de retirar a nossa emenda a critério do Senador Izalci, que tem mais experiência, é um professor na matéria – e eu, um pobre novato; quem sou eu para atrapalhar os desígnios da nossa República?

Então, eu deixo essa decisão para o meu querido Líder e Senador Izalci, pedindo ao Senador Jaques Wagner que compreenda os meus motivos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senador Flavio Azevedo.

V. Exa. é um Senador de alta capacidade e pontua uma questão, de fato, muito relevante.

Eu peço a atenção do Senador Jaques Wagner, até para confirmar que eu também, como Presidente, recebi um telefonema do Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que, na sequência, me encaminhou uma nota técnica do Banco Central do Brasil, em relação a esse tema, sobretudo sobre a



consideração dessa fonte de receita como um primário ou não. E houve, na Câmara dos Deputados, uma alteração, a título de emenda de redação, no intuito de, se não resolver, minimizar essa questão.

De qualquer forma, sem desconsiderar o bom mérito que V. Exa. e o PL apresentam como reflexão a respeito desse instituto, dos recursos esquecidos do Sistema Financeiro Nacional, o que eu pondero a V. Exa. e ao Senador Izalci Lucas, que na sequência falará, é que esse tema pode, eventualmente, a partir de agora, ser um tema de pauta do Senado Federal e de um diálogo entre o Senado, o Ministério da Fazenda, o Banco Central. E o veículo para a eventual correção dessa aparente, ou eventual distorção, pode se dar através de qualquer outro projeto de lei ou de uma medida provisória, não necessariamente como emenda nesse projeto, sem que haja uma plena reflexão a respeito da procedência, ou não, daquilo feito por nós; ou da procedência, ou não, daquilo arguido pelo PL neste momento.

Então, apenas essa reflexão de que, ao se retirar esse destaque, acatando o parecer do Senador Jaques Wagner, a oportunidade que nós teremos de dialogar sobre esse tema sustentado por V. Exa. não se esgota e, eventualmente, havendo razão ao PL nessa ponderação, contará comigo, como Presidente do Senado, para que o Senado leve adiante essa correção de rumos em relação a esse instituto.

Então, apenas quero registrar isso, que terá o meu compromisso em relação a esse tema, inclusive para submetê-lo, em algum momento, ao Plenário do Senado Federal, especificamente como um conteúdo principal, e não como uma emenda de um projeto que V. Exa. reconhece meritório e que pode, eventualmente, ter um atraso em função dessa emenda.

Senador Izalci Lucas, para discutir.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela Liderança.) – Presidente, primeiro, quero dizer que o Senador Flavio tem muita experiência e conhece até mais do que a gente essa matéria. Ele foi Presidente, inclusive, da Federação das Indústrias e tem conhecimento profundo sobre a matéria.

Bem, a gente vem discutindo isso há muito tempo. Essa questão da remuneração, eu ainda era Deputado, como V. Exa., nós aprovamos, se não me engano, em 2011. Vigorou a partir de 2012, depois foi prorrogado, depois nós aprovamos novamente a prorrogação, e aí vieram todas essas questões que foram colocadas através de medida provisória, através de recurso do Supremo. Nós aqui sugerimos diversas alternativas para buscar recursos para realmente justificar essa reoneração parcial, e nós colocamos, foram colocadas no projeto várias alternativas, inclusive esta, mas outras foram sugeridas também.

Acho, inclusive, por exemplo, que a questão dos jogos, que está causando aí um desastre nacional, todo mundo viciado nisso, inclusive crianças... O Governo até agora não se posicionou com relação à questão da tributação. Eu vi a declaração do Ministro hoje dizendo que vai tirar do ar, a partir de primeiro de outubro, aquelas que não estão inscritas, mas isso não resolve nada em termos de arrecadação. Se não podia começar a arrecadar agora, devia ter liberado a partir de janeiro do ano que vem.

De qualquer forma, Presidente, é um tema que é perigoso a gente simplesmente acatar e aceitar, porque são recursos de terceiros. Eu nem sei se eu tenho crédito lá, é possível até que a Senadora Damares tenha, eu tenha, o Senador Flavio – e eu nem estou sabendo. Como o Banco Central tem mecanismo de informar a todo o sistema financeiro qual é o Pix, ou qual é a conta das pessoas que têm recurso lá disponível, eu acho que mereceria realmente dessas instituições todo um trabalho de localização dos correntistas para que eles sejam ressarcidos, ou para que seja devolvido a eles o recurso que está lá parado há muito tempo.

Mas, de fato, colocar isso como receita do Governo, como uma receita primária, o próprio Banco Central já contesta isso, e nós também, evidentemente, não podemos considerar receita orçamentária um recurso de contribuinte que está na conta corrente do banco. Muitas vezes, as pessoas mudaram de banco, esqueceram, e têm lá o recurso. Então, não dá para simplesmente pegar isso como se fosse recurso



do Governo. Eu sei que o Governo está desesperado, porque o déficit é imenso, não é? Está buscando, inclusive, contabilidade criativa para tentar resolver, mas a gente vai ter que se debruçar sobre esse assunto.

É evidente, Presidente, que nós somos favoráveis ao projeto, com o compromisso de V. Exa. de discutir essa matéria – e do Senador Jaques Wagner –, de a gente poder discutir melhor essa questão, não é? A gente retira o destaque, com autorização do Senador Flavio, mas com o compromisso de discutir essa matéria, porque, de fato, não é um tema que tenha unanimidade, basta ver o parecer do Banco Central.

Então, nós retiramos o destaque com esse compromisso de discussão dessa matéria daqui a pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senador Izalci Lucas. Obrigado, Senador Flavio Azevedo.

A ponderação é pertinente, e eu considero que nós devemos também analisar muito pormenorizada-mente um programa que foi feito tempos atrás pelo Banco Central em relação a recursos esquecidos no Sistema Financeiro Nacional, em que se adotaram procedimentos, houve a consideração daquela receita, naquele momento, como uma receita primária, não é? Naquele programa, foi assim reconhecido, mas eventualmente se não for, eu acho que é nosso compromisso mesmo fazer uma avaliação e darmos um bom rumo em relação a esse tema.

Mas agradeço o gesto do Partido Liberal no Senado Federal de, não obstante o mérito do tema, fazer a retirada do destaque para que possamos votar o texto-base e encaminharmos esse projeto meritório à sanção do Sr. Presidente da República. **(Requerimento nº 652/2024 - Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Agradeço ao Partido Liberal, nas pessoas do Senador Flavio Azevedo e Senador Izalci Lucas.

Continua a discussão com o Senador André Amaral.

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, escutei com muita atenção o Líder, Senador Jaques Wagner – primoroso trabalho –, mas a crise é muito maior. Um país que vive de rentismo, e a Faria Lima não pode fazer a gestão deste país... Escutei o nosso Presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, quando falava que a indústria, a modernização da indústria do Brasil é para ontem.

Só tem uma maneira: primeiro, crédito novo para as empresas, porque o reflexo do endividamento é justamente a falta de investimento no setor produtivo deste país. Então, é necessário que o rentismo neste país acabe. Nós sabemos que o custo do dinheiro na Europa é completamente diferente, tanto que os fundos internacionais estão vindo para o Brasil, porque aqui é extremamente atrativo. E nós não podemos, no setor produtivo de quem acredita na agroindústria, de quem acredita na pecuária, de quem acredita no desenvolvimento, aceitar calados esse alto custo dos juros – os maiores juros do mundo! – que nós vivemos. Nada mais é do que o reflexo de tudo isso aí que tem.

É necessário para ontem – para ontem! – que se mude urgentemente essa política que está no Brasil acabando com a indústria, com o setor produtivo, que é essa taxa de juros exorbitante, desrespeitosa a quem quer produzir no país.

Presidente, é necessário urgentemente que este país seja chamado à ordem e que mude essa política de juros, que é uma verdadeira política do rentismo, de quem só olha, ao final do dia, qual foi a melhor aplicação que teve, e fica o setor produtivo, a indústria brasileira sucateada, sofrida.

E quero parabenizar não só o Relator Jaques Wagner, ocupando a relatoria, bem como o nosso Presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, que teve um pronunciamento tão brilhante da necessidade do chamamento à reinstalação, porque é reinstalar a indústria brasileira, que está, como já falei, sucateada.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Bene Camacho; e, na sequência, ao Senador Esperidião



Amin.

Senador Bene Camacho com a palavra.

**O SR. BENE CAMACHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para discutir.) – Presidente Rodrigo Pacheco, mais uma vez quero cumprimentá-lo pela maneira como conduziu o debate, e o Líder Jaques Wagner pelo mérito do projeto, mas, principalmente, quero cumprimentar e parabenizar os Senadores do PL – Flavio Azevedo e Izalci – pela grandeza que demonstraram em fazer com que essa discussão pertinente possa esperar um pouquinho mais para que esse benefício do crédito aos micros possa chegar e ser concretizado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senador Bene Camacho.

Para discutir, Senador Esperidião Amin, pelo sistema remoto.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela Liderança. *Por videoconferência.*) – Presidente, em primeiro lugar, muito obrigado pela oportunidade, uma vez que eu não conseguia ingressar na reunião no momento devido.

Eu vou procurar sintetizar a minha proposta, de acordo com o Senador Jaques Wagner, que já antecipou pelo menos dois aspectos dessa proposta.

Eu apresentei três emendas.

A primeira, a de nº 2, é um alerta para o Governo. A possibilidade de a empresa gestora de ativos adquirir os chamados ativos podres, inclusive de entes subnacionais, vai ser um risco muito sério para o Governo. Eu concordo, em nome do mérito do projeto, em retirar o destaque do meu partido, mas quero deixar o alerta consignado nos Anais da Casa: o texto, como está escrito, permite maus negócios e maus negócios bancados pelo dinheiro público, com regras muito frouxas. E ele, o texto como está escrito, é frouxo em matéria de disciplinar aquisição de ativos e derivados.

A segunda emenda, que é a de nº 3, na verdade pretende alcançar, em um programa de melhorias habitacionais, a camada mais necessitada da nossa população, que reclama mais esforços, cada vez mais esforços do Governo e, conseqüentemente, do Congresso, para a melhoria da qualidade da habitação popular brasileira.

E finalmente – foi o aspecto que o Senador Jaques Wagner já abordou – nós temos uma proposta para garantir recursos do Pronampe, que retornam de empréstimos já feitos. Todo mundo sabe o que o Pronampe representou, especialmente no momento da covid, da pandemia, em termos de ânimo para o microempresário, para o pequeno empresário, para a movimentação da nossa economia.

Como Presidente da Frente Parlamentar de Apoio ao Microcrédito e às Microfinanças, é minha obrigação lutar para que o retorno desse dinheiro, ou seja, o FGO dele decorrente, seja preservado para reoxigenar o Pronampe. Há, nesse sentido, um projeto de minha autoria, de nossa autoria, da Bancada de Santa Catarina, até homenageando o fato de que o então Senador Jorginho Melo teve um grande papel na criação do Pronampe. E o que nós queremos? Que haja um mínimo estabelecido para retorno a essa aplicação, uma vez que o Governo já utilizou uma parte desse FGO para o Pé-de-Meia, que é um belo programa, mas, com outros destaques, vai acabar deixando o financiamento... (*Falha no áudio.*)

... do Brasil à míngua.

Então, meu apelo ao Senador Jaques Wagner, com o que ele concorda no mérito, é que se precifique. Nós pedimos 60% no bojo do Projeto de Lei 6.012, que eu apresentei em dezembro do ano passado. Portanto, ele é anterior ao PL 1.725 que nós estamos apreciando. Eu estou defendendo, com o parecer do Senador Laércio, que sejam destinados, então, 70%.

O projeto está parado na Comissão de Assuntos Econômicos para que se defina um mínimo para





reinvestimento no Pronampe. Eu faço a proposta pública – o Senador Jaques Wagner pode acolhê-la agora ou deixarmos alinhavado – de que, no mínimo 50%... (*Falha no áudio.*)

... continue...

Com isso, mediante este compromisso de pelo menos se discutir rapidamente e de fazer com que o PL 6.012 seja apreciado no Plenário, eu concordo em retirar o destaque que o meu partido ofereceu, reconhecendo que o projeto de lei que nós estamos tratando é meritório, reconhecendo o que o Senador Flávio levantou e também o que o Senador Izalci... (*Falha no áudio.*)

... do apelo do Líder Jaques Wagner, que tem sido às vezes maltratado pelo Governo e que não será maltratado por nós da oposição, porque nós o respeitamos muito.

É a proposta que eu faço. Se não puder aquiescer com o porcentual agora, discutiremos oportunamente, mas eu peço a urgência para estes dois projetos: para o 6.012, que está apenas dependendo da fixação desse porcentual, e para o 3.190, que também está na CAE.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado. Senador Esperidião Amin.

Com a retirada do destaque do Progressistas, não haverá destaques em relação a esta matéria. (**Requerimento nº 653/2024 - Vide Item 2.2.1 do Sumário**)

Consulto o Senador Jaques Wagner se deseja fazer uso da palavra.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Por videoconferência.*) – Gostaria, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – V. Exa. tem a palavra.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. e serei breve. Eu vou começar do final para o começo.

Eu quero dizer ao Senador Esperidião Amin que o compromisso, então, está selado nos 50%. Além de apressarmos a aprovação, eu concordo com esse número. Já havia discutido com o Governo, portanto, V. Exa. já pode ter a minha palavra de que trabalharemos juntos pela aprovação dos 50%.

Como eu falei do fim para o começo, quero agradecer ao Senador Izalci e ao Senador Flávio. Quero dizer que não está no meu cardápio rejeitar a pluralidade que é própria da democracia. Portanto, respeito profundamente a opinião. Talvez meu apelo tenha sido veemente, por conta de toda a luta que tivemos que fazer para termos, finalmente, um entendimento entre os três Poderes em relação à reoneração, mas quero só lembrar que, à época, pelo menos não tomei conhecimento dessa nota técnica a que V. Exa. se referiu, do Banco Central, mas comungo, e agradeço também ao Presidente Rodrigo Pacheco, com o seu encaminhamento nessa matéria. Se houver qualquer tipo de usurpação, evidentemente, não quero compactuar com essa questão, e podemos analisá-la.

Entendi, num primeiro momento, que havia um olhar positivo do Banco Central. Pode ser que tenham reavaliado e lançado essa nota técnica, e eu respeito. Vamos discutir então essa matéria. O único apelo que fiz é semelhante ao que o Presidente da nossa Casa fez, que a gente pudesse fazer em outra oportunidade, só para não haver a descontinuidade dos programas atingidos por esse programa, acredito.

Também queria... Portanto, peço vênias e desculpas, eventualmente, se minha forma de falar pôde parecer invasiva ao direito, é evidente, de opinião de cada Senador, e agradeço a retirada do destaque do PL.

Finalmente, Presidente, apenas para fazer um elogio, porque, de mérito, o Senador Rodrigo Cunha realmente, talvez, tenha muito mais mérito do que eu de trabalhar essa matéria. Acompanhei a sua luta



em relação ao que ele chama, sei lá, de uma pandemia ou uma endemia social, que é o endividamento dos nossos – e principalmente dos de menor poder aquisitivo...

Em relação então àquilo que foi dito, quero mais uma vez agradecer a todos que apresentaram as suas emendas e concordaram em retirá-las. Fica aqui meu compromisso e o alerta que o Senador Amin fez, que já transmiti ao Governo Federal, em relação à questão da Emgea. Tive a oportunidade de ouvir uma explicação, mas acho que poderemos continuar atentos a essa ponderação e alerta que faz o Senador Esperidião Amin.

Quero agradecê-lo, Presidente, e pedir desculpas por algum tropeço. Realmente, cheguei aqui e tive que assumir a relatoria. Foi meio corrido, mas acho que consegui desempenhar razoavelmente o papel de Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senador Jaques Wagner.

Certamente, desempenhou muito bem o papel de Relator nessa matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto e das emendas em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto com a Emenda nº 7 de redação.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, será publicado na forma regimental.

**(Parecer nº 169/2024-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Discussão da redação final.

Encerrada a discussão, em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Anuncio o Projeto de Lei nº 2.725 de 2022, item 2 da pauta, da Deputada Federal Tabata Amaral, que estabelece requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional.

Pareceres do Relator: Senador Alessandro Vieira, favoráveis ao projeto e à Emenda nº 1, de redação; Parecer nº 3, de 2024, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor; e Parecer nº 98, de 2024, da Comissão de Educação e Cultura.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Passamos à discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto e da emenda, em turno único, nos termos dos pareceres.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1, de redação.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.



**(Parecer nº 170/2024-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 2.2.2 do Sumário)**

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Projeto de Lei 6.575, de 2019, item 3 da pauta (Projeto nº 213/2015, na Casa de origem), do Deputado Federal Giovani Cherini, que regulamenta o Rodeio Crioulo como atividade da cultura popular.

Parecer favorável nº 22, de 2023, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Hamilton Mourão.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Passamos à discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Projeto de Lei 5.021, de 2019 (nº 7.544/2017, na Casa de origem), do Deputado Federal Vicentinho Júnior, que reconhece o artesanato em capim dourado como manifestação da cultura nacional.

Parecer favorável nº 6, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Eduardo Gomes.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Passamos à discussão da matéria.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, só uma questão de ordem.

Eu pedi a V. Exa., na semana passada, o Requerimento 517. V. Exa. ficou de colocá-lo na pauta ontem, e eu acabei esquecendo, do hematologista. Requerimento 517, uma sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Eu solicito à Secretaria-Geral da Mesa que localize o requerimento do Senador Izalci.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Requerimento 517.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD -



MG) – Perfeito.

Agradeço-lhe, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Requerimentos nºs 594, 596, 597, 598, 600 e 601, de 2024, dos Senadores Humberto Costa, Jaques Wagner, Astronauta Marcos Pontes, André Amaral, Giordano e Nelsinho Trad, respectivamente, em que solicitam, com fundamento no art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa para participar de missões oficiais, nos termos das autorizações da Presidência do Senado Federal. (**Vide Item 2.1.1 do Sumário**)

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimentos aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Com a palavra a Senadora Damares Alves.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, hoje no Brasil aconteceu algo muito grave, na cidade de Guarujá. Um pedófilo foi à delegacia. Havia um vídeo em que ele estava estuprando, há muito tempo, um sobrinho autista. Ele foi autuado e foi embora para casa, Presidente. Chegando a casa, ele matou a mãe dele e o cachorro. Eu estou cansada disso.

Nós temos um requerimento, Presidente, desde o dia 22 de agosto de 2023, na Mesa, que é o Requerimento 738.

Esse requerimento é para gente trazer o regime de urgência a um PL aprovado na Câmara – o 2.801 – que torna hediondas todas as práticas – todas as práticas – referentes à pedofilia. Eu sei que a matéria é delicada, Presidente, mas em nome das crianças a gente não aguenta mais.

Talvez o senhor não queira colocar um requerimento como esse hoje, porque o Plenário está vazio. Essa matéria sendo aprovada, a gente vai manter na delegacia e preso um estuprador deste nível; ele não vai para casa matar a mãe dele.

Eu quero fazer um apelo – que a Mesa considere, que o senhor considere – para a gente apreciar, assim que possível, o Requerimento 738, de 2023.

As crianças do Brasil estão gritando por socorro, Presidente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Damares Alves.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que localize o Requerimento 738, de 2023, para análise da Presidência.

Naturalmente, todos nós ficamos chocados com uma notícia dessa natureza, mas, apenas também



para tranquilidade dos cidadãos brasileiros, o ordenamento jurídico penal atual em uma situação desse tipo já considera tanto o primeiro fato, a violência sexual contra um sobrinho, como crime hediondo, como é também o homicídio qualificado um crime hediondo, de modo que a legislação, ou seja, a obra do Congresso Nacional, já permitiria que no caso concreto o Ministério Público e o Poder Judiciário pudessem manter um cidadão desse tipo na cadeia; mas, obviamente, os aprimoramentos legislativos podem ser considerados pelo Senado e devem ser considerados pelo Senado.

Até a propósito disso, Senadora Damares, Senador Izalci, Senadores e Senadoras, ontem nós tivemos uma reunião na Presidência da República, com a presença do Senhor Presidente da República, do Presidente da Câmara dos Deputados e do Presidente do Supremo Tribunal Federal, com outras autoridades presentes, para tratar do tema dos incêndios no Brasil e da segurança climática.

Na ocasião, além de outras tantas discussões que nós fizemos, houve uma análise a respeito da legislação penal – o Senador Castellar Neto é especialista nisso e pode também naturalmente nos ajudar. Houve, então, uma discussão sobre a lei penal; e a minha posição é uma posição de que esse problema é um problema de causa criminosa, porque estão ateando fogo no Brasil, e isso eu considero com muitas chances de ser orquestrado, de ser organizado, de ser planejado. E, obviamente, é uma questão neste instante climática e de meio ambiente, mas é sobretudo de segurança pública para coibir esse tipo de situação.

E a lei penal atual já prevê no Código Penal o crime de incêndio, com pena de dois a quatro anos, e o crime de incêndio também na Lei 9.605, no art. 41 – perdão, três a seis anos, no Código Penal, e dois a quatro anos, na lei dos crimes contra a fauna e contra a flora –, além da questão da continuidade delitiva, que também aumenta a pena, além também da incidência eventual de crime de formação de quadrilha ou de organização criminosa, que pode incrementar também a punição dessas pessoas que estão fazendo tão mal à sociedade brasileira com esses incêndios.

Portanto, a legislação penal atual – e aí eu faço uma defesa do Congresso Nacional – já coloca à disposição dos órgãos de persecução criminal, do Ministério Público e do Poder Judiciário as condições para a medida de investigação para a prisão temporária, para a prisão preventiva, em razão de esse fato já encontrar a tipicidade penal com penas cominadas em cada uma dessas condutas.

Eventualmente, nós podemos avaliar, Senador Castellar, correções, adaptações e adequações à legislação penal relativamente a isso, sobretudo uma coincidência de penas cominadas na Lei 9.605 e no Código Penal na matéria de incêndio, mas não necessariamente há uma falta de lei penal. Há lei penal capaz de coibir esse tipo de fato e obviamente que a organização dos órgãos de segurança pública é que deve coibir essa prática.

Apenas para a gente ter tranquilidade, porque cada fato que surge obviamente gera repugnância, gera repúdio, gera perplexidade, gera revolta, mas não necessariamente é de responsabilidade da lei penal. Ele é de responsabilidade da não aplicação da lei penal, porque a lei penal existe, basta que ela seja aplicada nos casos concretos para evitar esse tipo de impunidade que foi aqui retratada pela Senadora Damares Alves, com muita pertinência.

Senador Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, o meu requerimento foi votado?

Eu nem vi nessa relação que V. Exa. colocou... (*Pausa.*)

O Requerimento 517.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Ah, sim.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Da sessão solene.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD -



MG) – O de agora?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD -

MG) – Já localizamos aqui.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Já localizou?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD -

MG) – Vamos votar.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tá. E a Ordem do Dia continua? Porque, na Ordem do Dia, não...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD -

MG) – Pode falar.

V. Exa. quer falar?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Posso falar depois, na sequência?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD -

MG) – Perfeito, claro.

Eu encerro a Ordem do Dia e passo a palavra.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está o.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD -

MG) – Requerimento nº 517, de 2024, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, que solicita a realização de sessão especial destinada a celebrar o Dia Nacional do Hematologista e do Hemoterapeuta.

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A sessão requerida será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Senador Alan Rick, tem a palavra.

**O SR. ALAN RICK** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discursar.) – Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, Sras. Senadoras e Srs. Senadores presentes, venho a esta tribuna celebrar a aprovação – na verdade, a sanção –, agora há pouco, da nossa nova Lei Geral do Turismo, que traz algumas previsões extremamente importantes, modernizando, flexibilizando, desburocratizando, trazendo mais segurança jurídica para vários segmentos do setor do turismo no Brasil, permitindo, por exemplo, que recursos de emendas parlamentares destinados ao Fundo Geral do Turismo (Fungetur) possam ser aplicados nos fundos estaduais, nos fundos municipais de turismo, potencializando o turismo e a economia das nossas regiões, como, por exemplo, também, a ampliação do conceito de prestador de serviço turístico, abrangendo uma maior gama de pessoas físicas e jurídicas, inclusive produtores rurais, agricultores familiares, que poderão comercializar a sua produção. Enfim, outros temas importantes e debates que foram feitos nesta Casa.

Eu aqui agradeço e parablenizo os Senadores por ajudarem na aprovação desta matéria que tramitava desde 2019. Tivemos aqui no Senado a participação de vários Senadores em debates importantes, no relatório do Senador Flávio Bolsonaro, a quem parablenizo pelo excelente relatório na CCJ, do nosso Senador Davi Alcolumbre, Relator na Comissão de Desenvolvimento Regional, mas, acima de tudo, cumprimento aqui o Ministro Celso Sabino, do Turismo, o Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o Governo Federal, por, obviamente, sancionarem a matéria, porque ela traz uma grande resposta, fruto de um projeto de lei de nossa autoria, Presidente Rodrigo Pacheco, o Projeto de Lei 4.388, de 2023, cuja proposta foi acatada na sanção ao novo sistema de turismo brasileiro, proposta essa – e agora está



na lei – de utilização de recursos do Fnac (Fundo Nacional da Aviação Civil), para subsidiar, Senadora Damares, o preço do querosene de aviação nos estados da Amazônia Legal.

Nós sofremos, hoje, com o preço de querosene de aviação mais caro do planeta, o que ocasiona passagens aéreas a custos exorbitantes, chegando a R\$8 mil, R\$9 mil o preço de uma passagem aérea no dia, dependendo do período do ano, numa saída, por exemplo, de Rio Branco a São Paulo, de Rio Branco a Brasília, a Boa Vista, a Porto Velho ou outro estado da Federação, enfim.

Então, a aprovação da matéria e o acatamento dessa nossa proposta no relatório do Senador Flávio Bolsonaro é uma resposta definitiva e importantíssima para que nós possamos reduzir os custos das passagens aéreas e promover o turismo regional no Brasil, notadamente na Amazônia Legal, que sofre com a ausência de voos, com horários inadequados e outras intempéries, além do alto custo das passagens aéreas na nossa região.

Mas tem algo muito importante também de que eu gostaria de dar a devida explanação, hoje, aqui, aos amigos Senadores. No próximo dia 4 de outubro, para nós, acrianos, ocorrerá algo muito caro. Hoje, o Acre é um dos estados com a menor malha aérea do Brasil, e nós estamos celebrando o retorno de mais uma companhia aérea, fruto de todo o nosso trabalho, do nosso engajamento no direito de ir e vir dos acrianos, que é a Azul Linhas Aéreas retornando ao Estado do Acre, atendendo voos dentro da nossa região, como, por exemplo, de Rio Branco a Porto Velho.

Para que os senhores tenham ideia, para um cidadão do Acre, um morador do nosso estado poder se deslocar a Porto Velho, Rondônia, a 500km de Rio Branco, teria que pegar um voo em Rio Branco, vir a Brasília e, de Brasília, voltar a Porto Velho, num trajeto de mais de 10 horas, sendo que, de veículo, de carro, você faz em quatro horas e meia. Ou seja, totalmente inviável. Esse é o cenário de muitos estados brasileiros ainda.

Portanto, quando se estabelecem alguns critérios de redução de custo, principalmente para o querosene de aviação, e a possibilidade de maiores condições de linhas de crédito para a operação regional, nós temos aí a possibilidade de atender essa demanda tão importante dos cidadãos da Amazônia brasileira.

Portanto, eu venho celebrar e, mais uma vez, parabenizar o Senador Flávio Bolsonaro pelo relatório, parabenizar os Ministros do Turismo, Celso Sabino, e de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o Governo Federal por sancionar a matéria com a nossa proposta. O nosso projeto, portanto, já está acatado na nova Lei Geral do Turismo.

Sr. Presidente, hoje, o Brasil celebra um grande avanço – e a Amazônia como um todo.

Muito obrigado.

*(Durante o discurso do Sr. Alan Rick , o Sr. Rodrigo Pacheco , Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senador.

Próxima oradora, Senadora Rosana Martinelli, do PL, do Mato Grosso

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Boa tarde, Senadores, Senadoras, todos os nossos telespectadores e Presidência, nossa eterna jogadora de vôlei, Senadora hoje, com muito orgulho – parabéns!

Presidente, eu quero hoje falar da minha indignação e da minha tristeza, porque nós protocolamos, na Casa, o Projeto 2.676, da anistia, e não tem andamento.

A gente fica muito triste, porque eu quero fazer um comparativo aqui, hoje, do que aconteceu em 2017, quando o MST liderou protestos em Brasília, com ocupações de edifícios públicos, como o Ministério



da Fazenda, em oposição às medidas do Governo Temer, como a reforma da previdência. Apesar de ações violentas, como invasão de prédios e vandalismo, houve pouca repressão e ausência de prisões em massa.

Eu estou aqui falando, pautada em reportagens que teve na época, para dizer que não sou só eu que estou falando o que alguns Senadores estão falando.

A matéria da Agência Brasil informou, em 24/05/2017:

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública e Paz Social, 49 pessoas feridas receberam atendimento médico, sendo oito policiais. O Governo do Distrito Federal confirmou o uso de armas de fogo por dois policiais militares e anunciou a abertura de um inquérito para investigar [...].

Dentre os manifestantes mais gravemente feridos, [...] [estava] um que foi atingido por arma de fogo na altura da boca e passou por procedimento cirúrgico, [...] [outro] teve parte da mão danificada após a bomba que portava explodir antes da hora. Uma bomba explodiu próximo ao pescoço de um policial, que também foi socorrido.

Porém, mesmo com toda a violência ocorrida aqui em 2017, as manifestações geraram apenas um debate sobre reforma agrária e direitos trabalhistas. Em contrapartida, nas manifestações de 8 de janeiro de 2023, com apoiadores de direita, houve uma resposta mais severa por parte das autoridades, com prisões massivas e rápidas, com os direitos civis dos manifestantes sendo desrespeitados.

Então, aqui eu quero dizer e fazer essa comparação entre as manifestações de 2017 e as de 8 de janeiro de 2023. Em 2017, os protestos liderados pelo MST e outros movimentos de esquerda, que incluíram invasões e danos a propriedades públicas, como o Ministério da Fazenda, não resultaram em prisões em massa ou repressões severas. O Governo reagiu com críticas, mas as ações dos manifestantes foram tratadas de forma branda.

Já em 2023, as manifestações de 8 de janeiro, por grupos de apoiadores ao ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro, levaram a prisões imediatas e muitas indiscriminadas. Isso nos faz questionar a imparcialidade das autoridades e do sistema Judiciário.

Manifestações semelhantes foram tratadas de formas claramente distintas, com uma resposta mais dura para os protestos de 8 de janeiro. Por isso, questiono com toda a veemência que o tema exige: por que razão nosso sistema de justiça, que deveria ser imparcial, tratou de maneira tão diferente as manifestações de 2017 e as de 8 de janeiro? Lembrando que teve manifestações aqui em 2013, 2016 e 2017; e eu estou só fazendo a comparação com as de 2017.

Repito: em 2017, vimos o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e outros grupos de esquerda invadirem o Ministério da Fazenda, causando danos ao patrimônio público. Muros foram pichados, portas foram quebradas, e o próprio Palácio do Planalto foi cercado. Mas, naquele momento, onde estavam as prisões em massa? Lá não era crime? Não houve prisões indiscriminadas, não houve caça às bruxas, que é o que está acontecendo até hoje, com a discriminação, com a perseguição política que nós estamos sofrendo.

Agora, quando olhamos para os eventos de 8 de janeiro de 2023, a resposta foi completamente diferente. Pessoas foram presas em massa, sem qualquer esforço para individualizar as condutas. Muitos que sequer participaram de atos violentos foram colocados na mesma cela daqueles que cometeram crimes. Isso é a nossa Justiça? É isso que nós queremos para todos nós brasileiros? Não podemos aceitar esse tipo de seletividade.

Desde o início, nós estamos falando referente ao nosso projeto: não podemos colocar todas as pessoas na vala comum; têm que ser individualizadas. Quem depredou o patrimônio público tem que pagar, mas quem somente protestou pela nossa liberdade, defendendo a nossa liberdade... Tem que se fazer uma





seleção. Não podem ser tratados todos iguais. O que estamos vendo é um tratamento desigual. Nós estamos falando de direitos individuais, garantidos pela nossa Constituição, que estão sendo violados constantemente.

O que está acontecendo com a nossa Justiça, Senadora Damares?

**A Sra. Damares Alves** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadora, um aparte?

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sim.

**A Sra. Damares Alves** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para apartear.) – A senhora vai falar de anistia, está falando de anistia – dão risadas da gente –: houve pessoas idosas que vieram aqui, algumas que não quebraram e que estavam passando pela porta.

Aí eu quero lembrar ao Brasil que nós já tivemos um processo de anistia no Brasil. E muitos anistiados chegaram a este Plenário como Parlamentares; aquele outro, lá.

Quero lembrar, Senadora, a Guerrilha do Araguaia – ninguém fala mais da Guerrilha do Araguaia –: aqueles guerrilheiros armados que se instalaram, de 1967 a 1972, lá no Araguaia, lá naquela região do Pará, e que levaram o terror para os moradores. Eles estavam armados, contando historinha para aquele povo humilde. Eles levaram o horror para aquela região. Houve confronto armado naquela região. Alguns foram mortos? Foram. O Exército foi lá. Foram mortos, porque eles queriam... Era uma revolução armada. Foram anistiados! O Líder deles, José Genoíno, Presidente do PT, foi Deputado, herói nacional. Agora, uma velhinha que passava aqui, em frente à Esplanada, está respondendo; idosos estão sendo condenados a 17 anos porque passaram em frente à Esplanada. Esses não podem ser anistiados, mas José Genoíno, que levou o horror para o Araguaia, foi anistiado.

*(Soa a campainha.)*

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Isso mostra que o nosso sistema está sendo usado de forma seletiva, o que é inaceitável. A nossa Justiça deve ser imparcial, Presidente, tratando todos os cidadãos de maneira igual, independentemente da sua filiação política.

Peço, meus colegas Senadores e Senadoras, que observem essas discrepâncias e ajudem a garantir que aqueles que foram presos injustamente, no dia 8 de janeiro, sejam tratados com o mesmo cuidado com que o foram os manifestantes em 2017. Não estamos pedindo impunidade, mas estamos pedindo justiça! Justiça é o que nós queremos, porque houve muitas falhas nesse processo, e nós as estamos vendo até hoje.

*(Soa a campainha.)*

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E eu quero ressaltar outra questão, senhoras e senhores, que não podemos esquecer, que foi o episódio sobre as câmeras de segurança.

Conforme apurado pela CNN, em 29 de agosto de 2023, as imagens internas do Ministério da Justiça do dia 8 de janeiro já não existiam mais. Segundo o próprio ministério, as gravações ficam armazenadas por apenas 15 dias. Pergunto aos senhores: como é possível que, em um dos dias mais importantes da nossa história recente, as imagens tenham simplesmente desaparecido? Como investigar os fatos sem essas provas?

Mais grave ainda: matéria da *Gazeta do Povo* informou, em 1º de setembro de...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*)



– ... 2023, que Flávio Dino...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... então Ministro da Justiça, durante a CPMI de 8 de janeiro, enviou as imagens de quatro câmeras. Das 185 câmeras que cobrem o Palácio da Justiça, ele entregou as de somente quatro, Senador.

Então, gente, é inaceitável! Onde estão as demais gravações? Por que não tivemos acesso a todas essas câmeras? Será que essas imagens revelariam algo que não querem que saibamos? Não podemos deixar isso sem resposta, porque a primeira coisa, quando tem qualquer episódio ou um assalto, a que você recorre são as câmeras. É claro que você vai fazer um *backup* de todas as câmeras, no maior problema ou no mais simples problema. Como, em um dia...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – ... importante da nossa história, não fizeram *backup*?

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Deixaram as câmeras serem apagadas? Foram solicitadas somente 30 dias depois.

Então, a gente vê e a gente não acredita no que nós estamos vivendo. Não pode ser. O que nós queremos é que se dê andamento, que as pessoas culpadas sejam punidas, mas também que aquelas pessoas que tiveram seus direitos violados, que não tiveram ainda a possibilidade de defesa... Nós temos sete presos que não têm nem denúncia formal ainda. Nós temos ainda patriotas presos lá, patriotas tornezados que estão tremendamente prejudicados, que não conseguem trabalhar, principalmente motoristas de caminhões, que não podem sair dos seus municípios.

Então, nós temos que rever, nós temos que olhar...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – ... para essas pessoas, para que essas pessoas tenham justiça...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... para que essas pessoas não tenham seus direitos violados da maneira que foi.

E nós não estamos aqui passando pano na cabeça de ninguém. Não queremos pedir que se cometa, que seja feita injustiça; ao contrário, nós queremos que seja feita justiça, mas o tratamento também não pode ser dessa maneira.

Para alguns, em 2013 e 2017, em que houve depredação... E eu tive o cuidado de conversar com a própria polícia daqui, e realmente teve inúmeras invasões aqui e foram fornecidas essas informações. Agora, em 2013, 2016, 2017, não poderia ter problema, só foi verificado; mas, em 8 de janeiro, olha a punição que está tendo, principalmente o fato dessas penas rigorosas, 14 anos, 17 anos...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – ... de prisão, simplesmente por escrever...

*(Soa a campanha.)*



**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... lá – a manicure que está presa pegou 17 anos de prisão – o que, no outro dia, foi apagado. É muita injustiça o que está acontecendo.

Então, não podemos deixar isso sem resposta. O povo brasileiro e, principalmente, aqueles que estão presos injustamente merecem transparência e clareza em todos os aspectos dessa investigação.

Procurem essas imagens. Não é possível que esses *backups* não tenham sido feitos, porque nós não acreditamos. A irresponsabilidade é demais. Quando passa e é fornecida uma informação de tamanha seriedade, e falam que não tem *backup*, que não foi entregue, que foram deixadas essas imagens sumirem do sistema, é uma falta de responsabilidade com o povo brasileiro, ou é proposital porque não queiram verificar...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – ... realmente o que aconteceu. Nós não podemos aceitar.

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Por isso é que nós queremos e protocolamos esse Projeto 2.676, para que os inocentes realmente sejam anistiados, perdoados.

E aqui eu reitero a minha tristeza porque, na Comissão de Defesa da Democracia, não andou nem o projeto do Mourão. Em um ano e meio, já, desta Comissão, somente teve oito sessões, a primeira para implantação, a segunda para determinar quem seria Presidente e somente mais seis. Realmente, os trabalhos não andam.

Então a gente fica triste, porque a injustiça está sendo feita, e os patriotas estão pagando.

Muitos, Damares, como estupradores, estão sendo liberados hoje das nossas cadeias pelo excesso de pessoas que estão lá. E estão prendendo os nossos patriotas. Muito pelo contrário, daqueles que estão...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... tornozelados, muitos estão voltando para a cadeia; e estão soltando criminosos. (*Fora do microfone.*) isso é um absurdo o que está acontecendo em nosso país. Por isso é que nós estamos pedindo justiça e que se dê continuidade a esses projetos da anistia, para que se possa fazer justiça neste país.

Muito obrigada. Obrigada pela paciência

*(Durante o discurso da Sra. Rosana Martinelli, o Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Leila Barros.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Rosana.

Vou passar a palavra agora para o Senador Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, o Brasil está em cinzas. Trata-se aqui da total incompetência do Governo, o Governo que aí está e incendeia toda uma nação.

Senhoras e senhores, a omissão e a inércia deste Governo frente às queimadas e aos desastres ambientais no Brasil chegaram ao ápice e revelam uma liderança incapaz de agir. Enquanto o país é consumido por chamas e fumaça, ao contrário da ação, o Presidente Lula achou um culpado pela ineficiência:



culpou o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Não é risível; é trágico e mostra como este Governo é também mau. Culpou justamente quem trabalha e se dedica, quem está no *front* da batalha.

Quero aqui prestar a minha total solidariedade ao Corpo de Bombeiros Militar do DF pelo ataque desnecessário, gratuito e até covarde desferido pelo Presidente Lula contra essa honrada corporação, que está sempre pronta para defender a população da capital do Brasil.

Será que Lula se esqueceu de que a Floresta Nacional (Flona) e o Parque Nacional de Brasília são de responsabilidade do Instituto Chico Mendes (ICMBio)? Lula mostra, mais uma vez, um total desconhecimento da estrutura do seu próprio Governo, do trabalho dos bombeiros militares do DF, de Brasília, e do próprio ICMBio, que está com o seu quadro de agentes ambientais defasado, assim como também o nosso Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que trabalha com a metade do contingente que deveria ter em 2009.

Pelo que está escancarado para todo o Brasil, é a inércia do Governo Federal e a falta de agilidade e investimento em tecnologia e prevenção do Ministério do Meio Ambiente.

Senhor Lula, o senhor e seu Governo têm a obrigação de pedir desculpa aos nossos bombeiros do DF e ao povo brasileiro. Peça desculpas, Presidente. Peça desculpas.

O Brasil não enfrenta apenas uma crise ambiental; estamos diante de uma falência sistêmica, uma espécie de colapso em câmera lenta, que revela a extensão da incompetência institucional em lidar com a degradação acelerada do nosso território. Queimadas massivas, uma seca histórica e a total inépcia do Governo foram o pano de fundo desse desastre anunciado.

O Brasil, um país reconhecido mundialmente por sua biodiversidade e potencial natural, agora se apresenta ao mundo como uma caricatura triste de sua antiga grandeza. Se antes éramos o pulmão do mundo, hoje somos um campo de cinzas.

Nesse cenário desolador, a liderança política parece ter abandonado qualquer pretensão de governar com eficácia, deixando o país à deriva, em uma espiral de destruição e inação. A tragédia não é apenas ambiental; é social, econômica e moral. Mas a grande ironia é que tudo isso era evitável e foi amplamente previsto: documentos técnicos, avisos de especialistas, ações judiciais, todos apontavam para o desastre iminente. O que faltou foi ação; e o que sobrou, inércia.

Queimadas não são apenas eventos ambientais; são catástrofes humanas. Enquanto as florestas ardem, a população brasileira literalmente sufoca. Doenças respiratórias se espalham rapidamente, especialmente entre os mais vulneráveis: crianças, idosos e pessoas com condições preexistentes.

Os hospitais, em várias regiões, estão lotados de pacientes que lutam para respirar, e a qualidade do ar em grandes cidades, como São Paulo, atingiu níveis tão perigosos que a metrópole chegou a liderar o *ranking* de cidade mais poluída do mundo.

Nesse contexto, a capacidade do Governo de lidar com a saúde pública foi devastadoramente exposta. Já fragilizado por suas próprias crises internas, o sistema de saúde pública não tem como absorver o impacto das queimadas. A sobrecarga de pacientes respiratórios e a falta de infraestrutura adequada cria um cenário de caos generalizado. A fumaça que cobre o Brasil não é apenas um símbolo de destruição ambiental; é um sintoma de uma falência total de gestão pública.

O mais trágico, porém, é a impotência das vítimas. Para muitos, o simples ato de respirar tornou-se um desafio diário. Em um país tão rico em recursos naturais, ver o ar se transformar em um veneno constante é uma ironia cruel. O que deveria ser um direito básico e inquestionável – respirar ar limpo – agora é um luxo inalcançável para milhões de brasileiros.

E, diante desse quadro, o Governo continua a ignorar a gravidade da situação, preferindo recorrer à velha prática dos discursos vazios e medidas paliativas.

Aliás, enquanto o Brasil arde, o Presidente Lula parece mais preocupado com a construção de sua



imagem como líder climático em fóruns internacionais. A COP 30 é a mais recente demonstração desse teatro farsesco. Lula, que se apresenta como o salvador das florestas, é incapaz de apagar os incêndios que consomem o país. Enquanto sobe aos palanques mundiais para discursar sobre a sustentabilidade e preservação, suas próprias políticas internas revelam uma total desconexão com a realidade.

E aqui se desenha uma profunda ironia: o Presidente que tenta projetar uma imagem de defensor do meio ambiente em nível global é o mesmo que falha miseravelmente em implementar políticas eficazes dentro de suas próprias fronteiras. O Brasil que Lula tenta vender ao mundo não existe. O que existe, na verdade, é um país em colapso, consumido por chamas, fumaça e incompetência.

A estratégia de Lula, que busca ganhar prestígio internacional, é perigosamente superficial. O teatro global pode até enganar audiências desatentas, mas os impactos do desastre, em território nacional, são inegáveis.

A crise ambiental e a inércia governamental corroem não só a credibilidade internacional como a interna de Lula, mas também sua imagem internacional. Quanto mais o Presidente insiste em manter essa fachada, mais sua liderança se desintegra, tanto no Brasil quanto no exterior.

Anunciaram a força-tarefa que deveria ser uma medida de ação eficaz. No Brasil, tornou-se sinônimo de desespero e improviso.

O Governo Lula, após meses de inação, finalmente decidiu lançar uma força-tarefa para combater as queimadas. Mas, como tantas outras iniciativas governamentais, trata-se de uma medida reativa e cosmética, que chega tarde demais e faz muito pouco para realmente enfrentar o problema.

Em vez de uma política ambiental preventiva, o que temos é a tradicional resposta tardia e insuficiente. O que deveria ser um plano coordenado e robusto de combate ao fogo e à degradação ambiental foi transformado em um espetáculo de relações públicas.

No entanto, o fogo não se importa com o que está acontecendo nos bastidores de Brasília. Ele continua a avançar, destruindo tudo o que encontra pela frente, enquanto o Governo corre atrás do prejuízo.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Aliás, forças-tarefas são a solução clássica de governos que falham em planejar. Elas são implementadas como uma tentativa de passar uma impressão de ação, mas raramente têm o impacto necessário para resolver crises desse porte.

A natureza paliativa dessas medidas é um reflexo da incapacidade do Governo de antecipar os problemas e de agir com a urgência necessária. E, no caso das queimadas no Brasil, a reação sempre vem tarde demais, quando o dano já é irreversível.

No entanto, a falha na gestão das queimadas não é exclusiva do Governo Federal. Governos estaduais e municipais também se mostram inaptos a lidar com a magnitude dessa crise.

A falta de uma coordenação eficiente entre as esferas de poder transformou o Brasil em uma colcha de retalhos de incompetência. Não há uma estratégia unificada, não há cooperação efetiva, e as respostas desarticuladas só agravam a tragédia.

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, a resposta a desastres ambientais requer uma integração absoluta entre União, estados e municípios. Infelizmente, o que vemos é um caos administrativo, em que cada nível de Governo atua de forma isolada, sem qualquer tipo de comunicação ou cooperação. O resultado é um desastre multiplicado, em que as soluções são fragmentadas e ineficazes.

Em vez de liderar uma resposta nacional coordenada, o Governo Federal parece ocupado demais com a gestão de crises políticas internas, deixando os estados e os municípios à própria sorte.

A ausência de liderança clara e a incapacidade de organizar uma resposta integrada demonstram o



quanto o Brasil está despreparado para enfrentar crises ambientais...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... de grande escala. Em tempos de crise, o imprevisto e a descoordenação tornam-se fatais.

Marina Silva, a Ministra que não se mostrou e nem se mostra capaz, é presença simbólica da esquerda atrasada e mentirosa que vende lá fora um país que inexistente. A Ministra, considerada bastião da defesa ambiental, se mostrou incapaz de liderar e até de ser ouvida – Lula não ligou e não liga para Marina.

Senhores e senhores, a fumaça que corre grande parte desse território brasileiro não afeta apenas o meio ambiente, mas também a saúde pública. A Ministra da Saúde, Nísia Trindade, no entanto, parece também paralisada. Diante de uma calamidade de saúde pública sem precedentes, sua resposta foi um silêncio ensurdecedor.

Onde estão as orientações claras? Onde estão as ações concretas para lidar com o aumento de pacientes com problemas respiratórios?

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O colapso da saúde é iminente. Pacientes lotam os hospitais, as unidades de saúde pública estão sobrecarregadas e os profissionais de saúde não têm recursos para lidar com a crise.

Em vez de mobilizar uma resposta nacional para mitigar os efeitos das queimadas na saúde pública, o Ministério permanece inerte. A omissão de Nísia Trindade reflete a total desconexão do Governo com a realidade enfrentada pela população.

Percebe-se que o desmonte da política ambiental brasileira é uma tragédia dentro da tragédia. Ao invés de avançarmos em direção a um futuro mais sustentável, o Governo retrocede, dismantelando projetos importantes e sabotando políticas que poderiam, ao menos, mitigar os impactos da crise climática.

Um exemplo claro é a tentativa de retroceder no marco do saneamento, um projeto que teria impactos significantes na preservação ambiental e na qualidade de vida da população.

A resistência do Congresso em barrar essas investidas é a única barreira que impede o completo colapso das políticas ambientais no país.

Ao mesmo tempo, a exploração de petróleo na margem equatorial é rejeitada, em nome de um idealismo desconectado da realidade. Marina Silva, que se agarra a um purismo ambiental idealista, está presa em um dilema moral que paralisa qualquer avanço prático. E, assim, o Brasil continua atolado em contradições, incapaz de tomar decisões coerentes para enfrentar qualquer crise.

O que está em jogo no Brasil não é apenas o meio ambiente. O que está em jogo é a própria sobrevivência do país enquanto nação funcional.

A inércia do Governo, a falta de liderança, a descoordenação entre as esferas de poder e o colapso da saúde pública são sintomas de um colapso institucional mais profundo.

O pior é que, de novo, o Supremo Tribunal Federal vem com a solução, passa por cima de todos, inclusive da nossa Casa de Leis, e Flávio Dino dá uma canetada poderosa, ao autorizar o Governo Federal a gastar além dos limites orçamentários para combater os incêndios.

Isso parece, à primeira vista, um ato de salvamento. No entanto, ao se analisar profundamente as consequências dessa decisão, fica claro que o impacto é muito mais pernicioso do que benéfico.

O Brasil se sufoca não apenas por conta das fumaças que encobrem vistas aéreas do território, mas também pelo sufocamento institucional e fiscal provocado por decisões autocráticas que corroem o já frágil



tecido democrático do país.

A interferência judicial, nesse caso, vai além do razoável e do seu custo tanto financeiro quanto institucional – é imensurável.

Estamos à beira de um espiral de destruição que atinge o próprio tecido social e político do país.

Senhoras e senhores, o Governo Lula se revela impotente e paralisado diante de uma crise que já não pode ser mais ignorada. O Brasil está queimando; as instituições, esfaceladas; a voz do povo, calada; e assim se queima, também, a confiança e a esperança de toda uma nação.

Se algo não mudar radicalmente, em breve estaremos testemunhando o colapso completo de um país que um dia foi o gigante da América Latina.

Muito obrigado, Presidente, pela paciência.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Senador Izalci.

Vou passar a palavra agora para o Senador André Amaral, Senador do União, da Paraíba.

Seja muito bem-vindo, Senador.

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discursar.) – Sra. Presidente, Senadora Leila, fiquei muito feliz em saber que a Paraíba roubou o coração da Senadora Leila e que o esposo dela é paraibano! Fiquei muito feliz em saber...

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Na verdade, Senador André, o meu esposo é o Emanuel, do vôlei de praia com o Ricardo...

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O Emanuel, do vôlei da praia; famoso Emanuel!

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É. Ele jogou com o Zé Marco, que é da Paraíba.

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Zé Marco é da Paraíba.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – E o Emanuel é do Paraná, mas a segunda casa... Até o primeiro filho do Emanuel, Mateus, é paraibano. Então, nós temos uma ligação muito forte lá com a região.

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O bom filho à casa volta. A Paraíba está aguardando vocês!

Como se falou da Praia de Coqueirinho, a Praia de Coqueirinho fica na cidade do Conde, e daqui a pouco eu vou falar do maior líder político, de quem estamos há um ano com saudades, por sua partida, Aluísio Régis.

Eu quero aqui falar, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que, antes de adentrar o tema do meu discurso, que é a campanha Setembro Amarelo, gostaria de fazer um registro que considero ser de maior importância para esta Casa.

Refiro-me à atuação exemplar da Dra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado, que, ao longo de sua carreira, tem sido um exemplo de liderança e competência e é extremamente humanizada. Não adianta só ser competente, e sim ser uma pessoa tratável, amável, assim como ela é.

Reconhecida pela sua capacidade de equilibrar a excelência técnica com o cuidado especial no trato para com as pessoas, uma das características mais marcantes de sua gestão é a forma atenciosa e respeitosa com que trata tanto os Senadores quanto os servidores desta Casa – e aqui tem alguns que não me deixam faltar com a verdade.

Sua dedicação em atender prontamente as demandas dos Parlamentares demonstra não apenas o compromisso com a instituição, mas também um profundo respeito pelo trabalho legislativo. Ela



compreende a complexidade do papel dos Senadores e age com eficiência, sempre buscando soluções que contribuam para o bom andamento dos trabalhos do Senado.

Além disso, Dra. Ilana sempre se mostrou sensível à necessidade dos respeitáveis servidores, promovendo um ambiente de trabalho colaborativo e motivador. Isso é de um líder, é característica de um grande líder.

Sua visão de liderança vai além da administração tradicional, pois se preocupa em construir uma cultura organizacional baseada na empatia, no diálogo e na valorização do grande capital humano.

A sua atuação no Senado é, sem dúvida, um reflexo de uma gestão moderna, pautada pelo princípio de ética, competência e, sobretudo, humanidade.

Dra. Ilana é um exemplo de como liderar, com firmeza e sensibilidade, características que se tornam sua referência não só no Senado Federal, mas em toda a administração pública.

Ao destacar o trabalho dessa servidora pública notável, faço questão de reconhecer também o compromisso e a dedicação dos demais servidores desta Casa, cuja contribuição é fundamental para o funcionamento do Senado.

Em especial, quero agradecer e valorizar a equipe que me auxilia diretamente no exercício do meu mandato no gabinete.

Não posso deixar de citar a chefe de gabinete Valéria Vasconcelos, paraibana, e, junto com ela, todos os servidores e servidoras da minha equipe, seja no Legislativo, orçamento, comunicação social, administrativo, secretária, copa, transporte, que me apoiam e permitem que o nosso trabalho venha a ter êxito.

O empenho e o profissionalismo dessas equipes são essenciais para que possamos representar, de forma digna e capaz, os interesses da população brasileira.

Agradeço a cada um pelo comprometimento e pela excelência no serviço público.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é com grande satisfação e sensibilidade que venho hoje à tribuna para fazer uma importante reflexão a respeito da Campanha Setembro Amarelo, dedicada à prevenção ao suicídio e à promoção da saúde mental.

Durante todo o mês de setembro, unimos forças para iluminar uma questão que, infelizmente, ainda carrega muitos tabus e preconceitos: a saúde emocional e o cuidado à vida.

Aqui, quero fazer um registro muito importante: a dedicação da Senadora Damares, que gentilmente mandou a todos os nossos gabinetes um girassol, que é a luz. O girassol, ao dia clarear, está aberto para a luz, e a luz é vida.

O suicídio é uma realidade dolorosa e complexa, que afeta milhares de famílias ao redor do mundo.

No Brasil, a cada 45 minutos, uma pessoa perde a vida desta maneira, e muitas outras convivem com o sofrimento silencioso.

Essa campanha nos lembra da necessidade de estarmos atentos, de oferecer apoio, escuta e acolhimento àqueles que estão passando por momentos difíceis.

Precisamos falar sobre suicídio de maneira aberta e responsável, desmistificando, afastando o preconceito e reforçando a importância de se buscar ajuda profissional.

A saúde mental deve ser tratada com a mesma seriedade e cuidados que temos com a saúde física, e o Setembro Amarelo nos convoca a sermos agentes da mudança nesse sentido.

Antes de prosseguirmos, gostaria de parabenizar, como já falei, a Senadora Damares pela iniciativa, como falei, gentilmente mandando para cada um de nós esse girassol, que é a luz.

Sobre o tema, que recebeu a assinatura e apoio dos Senadores Sergio Moro; do Dr. Hiran, meu amigo, de Roraima; do Jorge Kajuru, querido Jorge Kajuru, a quem desejo melhoras – que você continue vendo muito mais, porque são louváveis as tuas atitudes e a tua retidão –; do Senador Izalci, que agora há pouco





falava nesta tribuna; e da Senadora Professora Dorinha Seabra, agradeço por assinarem o Requerimento 19, de 2024.

Volto à questão e gostaria de expor alguns dados estarrecedores, que, por vezes, passam ao largo do noticiário cotidiano e que são de suma importância para entender a dimensão, Senadora Leila, da problemática.

Segundo informação do Ministério da Saúde e da Fiocruz, o suicídio ceifa, no Brasil, senhoras e senhores, 32 vidas por dia. Isso dá quase 12 mil pessoas por ano, morrendo mais pessoas por suicídio do que pelas guerras injustificáveis que o mundo tem.

E o que mais assusta é que são, em sua maioria, jovens de 15 a 29 anos, na flor da idade, com toda uma vida pela frente, com tantas possibilidades, tantas perspectivas, tantas oportunidades de errar, de acertar – como qualquer ser humano acerta e erra –, de viver momentos felizes, de passar pelos desafios, pelas derrotas e pelas vitórias da vida.

Ainda segundo os dados oficiais...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... entre os anos de 2016 e 2021, houve um aumento de 49,3% na taxa de mortalidade por suicídio, na faixa etária de 15 a 19 anos, e de 45% naquela entre 10 e 14 anos – 10 e 14 anos!

No Brasil, o suicídio é a quarta maior causa de morte na juventude, perdendo apenas para o acidente de trânsito, tuberculose e violência interpessoal.

Fico particularmente chocado e triste, ao tentar imaginar o que pode levar uma criança, Sra. Senadora Leila, que com tanto brilhantismo representa o Distrito Federal – é necessário que se grife...

Repito: fico particularmente chocado e triste, ao tentar imaginar o que leva uma criança de 10 a 14 anos ao suicídio. Que tipo de pressão tão insuportável pode estar atormentando esta criança, ainda recém-chegada à vida, ao mundo, com tanto por acontecer?

Mas, apesar de toda a dor, Sras. e Srs. Senadores, precisamos olhar para a frente.

Falar de suicídio é falar de morte, sem dúvida, mas é também falar de vida, de vidas salvas, de prevenção, de esperança.

Suicídio é um tema de saúde pública da maior relevância e, como tal, deve ser tratado com políticas públicas sérias e de longo prazo, testadas e apoiadas.

Neste caminho, tem um grande trabalho, tenho que reconhecer, desempenhado pelo Sistema Único de Saúde, que deve ser exaltado no mês de setembro.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O SUS conta com estratégias interessantíssimas, como o canal IdeiaSUS, no YouTube, e nas redes de atenção e prevenção ao suicídio.

Porém, para que possamos avançar mais ainda nesta causa, é fundamental que o Governo se comprometa a oferecer políticas públicas mais efetivas e abrangentes no âmbito da saúde mental. A prevenção ao suicídio e o cuidado com a saúde emocional não devem ser debatidos apenas em setembro, mas ao longo de todo o ano, com ações concretas que incluam a ampliação do acesso a serviços especializados, apoio psicológico e psiquiátrico, além da capacitação contínua de profissionais da saúde.

Sra. Presidente, considero importante destacar o trabalho de pessoas integralmente dedicadas ao tema, como o grande médico paraibano Dr. Alfredo José Minervino...

*(Soa a campanha.)*



**O SR. ANDRÉ AMARAL** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... que é referência na área de saúde mental e coordena, de forma brilhante, o trabalho de residência médica em psiquiatria da Universidade Federal da Paraíba, em defesa do cuidado integral do paciente, considerando o contexto emocional, social e familiar, a abordagem fundamental para o tratamento eficaz de transtornos como a depressão, a ansiedade, a esquizofrenia e outros distúrbios mentais que podem, no limite, levar uma pessoa a tirar a sua própria vida.

Enxergando a psiquiatria por esta lente de humanização do atendimento ao paciente, o Dr. Minevino forma novos profissionais em saúde mental na Universidade Federal da Paraíba e contribui para que as suas práticas exitosas sejam replicadas pelos jovens médicos do futuro. Iniciativas essas...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... devem ser parabenizadas, reconhecidas e estimuladas, divulgadas, multiplicadas, e outras ainda devem ser promovidas.

Nessa jornada, não posso deixar de reconhecer o papel fundamental do profissional da saúde, como psicólogos e terapeutas, que se dedicam ao acolhimento daqueles que enfrentam desafios emocionais. Quero, neste discurso, fazer uma menção especial à atuação destacada do ex-religioso e psicólogo paraibano Luis Amaral, meu irmão, cuja trajetória profissional tem sido uma fonte de inspiração e compromisso com a promoção da saúde mental na nossa região.

Luis Amaral tem se mostrado incansável na missão de oferecer apoio psicológico a diversas pessoas que precisam de orientação, cuidado e escuta. Ele compreende profundamente a necessidade...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... de quebrar tabus e preconceitos que ainda cercam a busca pela ajuda profissional e a importância de criar espaços seguros para que as pessoas possam se abrir sobre seus sentimentos sem medo de julgamento. O seu trabalho vai ao encontro de objetivos do Setembro Amarelo, que busca conscientizar a sociedade sobre a necessidade de promover conversas honestas e empáticas sobre o sofrimento mental. Desmistificar preconceitos e reforçar a importância da ajuda profissional de médicos e especialistas na área da saúde mental são passos cruciais para salvar vidas e oferecer esperanças àqueles que mais precisam.

De minha parte, coloco-me à inteira disposição de todos aqueles que queiram ajudar na prevenção ao suicídio com ideias e iniciativas que estiverem ao meu alcance.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Vamos juntos, de coração aberto, contribuir para um mundo mais acolhedor e solidário, onde cada pessoa possa encontrar apoio em uma rede de cuidados. Que a mensagem de que “falar é a melhor solução” ecoe em nossas palavras e ações, não apenas em setembro, mas durante todo o ano.

Sra. Presidente, falamos agora há pouco da Paraíba e de Coqueirinho, praia que a senhora tanto ama. E aqui não poderia deixar de fazer um registro muito breve de Conde, cidade que tem belíssimas praias, no litoral Sul da Paraíba, inclusive Coqueirinho, Jacumã, Tambaba, e tantas praias belas que lá tem.

E é necessário falar de um grande impulsionador...

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Além



do povo, não é Senador André? Além do povo, que é muito hospitaleiro.

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Além do povo, que é muito hospitaleiro, mas...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Hoje venho a esta tribuna para prestar uma justa homenagem a um dos maiores homens públicos da Paraíba, ex-Prefeito da cidade do Conde, pela qual a Senadora Leila tanto tem carinho e da qual tem boas recordações, em especial da praia de Coqueirinho.

Aluisio Regis foi o Prefeito e, neste momento, completa um ano de falecimento. Aluisio que, com muita saudade, nos deixou, e esta semana estamos rememorando os seus feitos administrativos, como grande gestor público da cidade de Conde.

Recordamos com saudade e gratidão a sua partida, trazendo à memória o legado extraordinário que ele nos deixou. Um legado que transformou a cidade do Conde e impactou a vida de milhares de paraibanos.

Aluisio Regis foi um líder visionário, sendo eleito Prefeito por quatro mandatos: 1977 a 1992, 1989 a 1992, 2005 a 2008 e 2009 a 2012.

Já aos 21 anos de idade, fez história ao se tornar o Prefeito mais jovem do Brasil. Sua juventude não foi barreira para a competência; pelo contrário, foi um marco inicial da carreira pública exemplar. Durante seus mandatos como Prefeito, construiu 18 escolas, levando a educação de qualidade para diversas comunidades. Foi responsável por implantar o ensino médio – o 2º grau da época –, no Colégio João Vinagre.

No campo da habitação, construiu 1.600 casas em diferentes conjuntos habitacionais, entre os mais importantes: Santo Antônio, São Bento e o Conjunto Ademário Régis, com quase 600 moradias. Cada tijolo assentado nessas construções representou mais do que concreto, mas a realização de sonhos de muitas famílias de ter o seu lar digno.

O turismo mudou com a presença de Aluisio na gestão. A cidade também deve a ele o seu crescimento exponencial, com a projeção dos polos turísticos Jacumã, Coqueirinho e Tambaba, que alcançaram o reconhecimento internacional. Sua visão de transformar o Conde em um destino turístico sustentável trouxe não só o desenvolvimento, mas também prestígio à cidade.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Aluisio teve grandes companheiros na vida, a exemplo do seu filho Aluísio Regis Filho e a exemplo de Cabral, Cabralzinho, que estavam diuturnamente ao lado de Aluisio lutando para melhores dias para o povo do Conde, que ele tanto amava. Assim o seu filho Aluisio Filho também traz esse legado do pai, esse compromisso, e Cabralzinho, nosso querido Cabral, empresário abnegado, também estava com Aluisio no dia a dia, realizando os sonhos daquele povo, levando aos quatro cantos do Brasil as belezas naturais do Conde e trazendo infraestrutura necessária para que pudesse...

Assim como a Senadora Leila, essa grande campeã do esporte, que tanto orgulhou o Brasil nas quadras, pôde conhecer o Conde...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... e com muito



saudosismo fala, a Paraíba a espera logo, logo, e quero recebê-la lá no Conde, lá na Praia de Coqueirinho, lá na Praia de Tabatinga e lá no Restaurante Canyon. A senhora deve ter ido lá, Senadora, e é uma maravilha! Toda aquela infraestrutura foi Aluisio que trouxe para o Município do Conde.

Outro legado marcante foi o exemplo de garantir a qualidade da merenda escolar. Nos últimos oito anos, Aluisio foi exemplar administrador, apenas repetindo o que tinha feito nos dois primeiros mandatos. Ele recebeu o prêmio de melhor merenda escolar do estado por sete vezes – sete vezes não é conta de mentiroso, não; sete vezes porque ele mereceu, cuidando das crianças e do futuro da juventude do Conde –, um feito que reflete sua atenção aos detalhes de sua preocupação, como eu falei, com as crianças que hoje são adultos, pais de família, nascidos e educados no Conde.

Além disso, seu compromisso com a inclusão social foi evidenciado pela expansão da energia elétrica por diversas comunidades quilombolas. O Conde tem várias comunidades quilombolas, várias. É muito rica em cultura e em histórias a cidade do Conde.

O Conde tem várias vilas agrícolas, e Aluisio, sempre preocupado com o bem comum, com a melhoria da agricultura, com a melhoria do turismo, com a divulgação do município, que era a paixão de Aluisio – hoje registramos um ano de saudade da sua partida, e eu não podia deixar de usar esta tribuna –, garantindo o acesso a serviços básicos e melhorando a qualidade de vida de centenas e milhares de pessoas.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Hoje, um ano após sua partida, Sra. Presidente, estamos aqui não só para relembrar suas grandes realizações, mas para homenagear a trajetória de um homem público incansável, que dedicou sua vida à melhoria da cidade e da população.

Aluisio será lembrado sempre como exemplo de homem público. O nosso querido Lula – Lula Regis – era um grande gestor, um líder que fez a diferença, alguém que soube transformar sonhos em realidades e que continuará inspirando futuras gerações de gestores.

Que sua memória, a memória de Aluisio Regis, siga viva em cada obra! Aluisio Filho, Cabralzinho e todos que amam o Conde, a responsabilidade e o legado de Aluísio estão vivos nos nossos corações...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... porque sabemos – e ele, lá do céu, olha por todos nós – do compromisso que é fazer o Conde cada vez melhor.

Essa responsabilidade está impregnada no povo do Conde, que amou Aluísio, porque sabia que Aluísio amava, sobretudo, sua terra. E, na saudade que permeia os nossos corações, há um conforto: o Conde vive um tempo novo, e isso não há de morrer, porque Aluísio vive e viverá no coração de todos.

E, por concluir, que sua atuação inspire todas as novas gerações a trabalhar pelo bem comum; e a menção a este grande – por que não imortalizado – Aluísio Régis, pelo amor, pela dedicação, como já falei tanto aqui, pela cidade do Conde.

Mando um abraço na pessoa de Aluísio Filho, na pessoa de Cabralzinho e em todos aqueles que amam o Conde...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... e que sabem que Aluísio é fonte de inspiração para todas as gerações futuras que estão por vir na cidade do Conde.

E a senhora, Presidente, está convidada para ir ao Conde tomar aquele banho de mar maravilhoso



lá, em todas as praias do Conde, que são lindas.

Obrigado, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Convite aceito, Senador André, e um grande abraço aí a toda a população da cidade do Conde.

Belo pronunciamento!

Eu vou passar a palavra... a palavra não, vou passar o posto aqui de Presidente rapidamente para o nosso Senador André Amaral, porque eu gostaria de fazer uso da palavra.

Obrigada, Senador.

*(A Sra. Leila Barros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. André Amaral.)*

*(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (André Amaral. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Com a palavra, a Senadora Leila Barros.

Como eu disse, palavra tem poder. A senhora disse que eu iria ser Presidente muito antes de eu assumir a Presidência dos trabalhos.

Quero agradecer a Deus por mais esta oportunidade de estar presidindo esta Casa e quero oferecer isso ao povo da Paraíba, a minha terra amada, que me concedeu ser Senador da República junto com Efraim Morais Filho, Senador titular. E, como primeiro suplente no exercício do mandato, muito me orgulha representar a Paraíba e dar continuidade a este trabalho tão primoroso do Senador Efraim.

Com a palavra, a Senadora Leila.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Para discursar.) – Grata, Senador André Amaral.

Só quero reforçar – o senhor, o Senador Efraim, o Senador Veneziano e a Senadora Daniella – que o povo da Paraíba está muito bem representado aqui no Senado Federal.

É um prazer trilhar esta jornada, esta caminhada ao lado dessas quatro grandes personalidades que representam o Estado da Paraíba.

Sr. Presidente André Amaral, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, bom, eu venho à tribuna, na condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, informar que protocolei hoje o Projeto de Lei nº 3.629, de 2024, que pretende dar uma resposta efetiva aos trágicos eventos de queimadas e incêndios que assolam o nosso país.

Estava reparando hoje e acompanhando aqui os pronunciamentos dos nossos colegas e é uma pena que muitos parecem não estar enxergando a realidade. Uma coisa é o que nós vemos aqui entre essas quatro paredes, a outra é o que nós estamos vivenciando no Brasil – na Amazônia, no Pantanal, no Cerrado.

Eu tive a oportunidade, em uma diligência, de visitar o Estado do Rio Grande do Sul no período das enchentes, junto com os Senadores do Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim, Senador Mourão, Senador Heinze e Senador Ireneu, que era o suplente do Senador Heinze.

Uma coisa, Senador André Amaral, é nós acompanharmos noticiários, redes sociais, e outra coisa é estarmos no *front* acompanhando a realidade daqueles que de fato estão sofrendo com as mudanças climáticas. Eu vi o povo, aquele valente povo do Rio Grande do Sul, sofrer uma das maiores tragédias de sua história e que, aos poucos, está se reconstruindo.

Foi muito impactante ir àquela diligência junto com aqueles Senadores, também estavam o Senador Kajuru e o Senador Esperidião Amin, éramos três Senadores que representavam outros estados naquela diligência, e acompanhar a realidade que foi muito severa naquela enchente para o estado. Visitamos Canoas, visitamos Roca Sales, enfim, visitamos algumas cidades, conversamos com produtores da região, conversamos com pessoas que tiveram de alguma forma alguma perda ou foram atingidos diretamente,



não só financeiramente, mas emocionalmente, e foi muito difícil!

E, agora, a gente está vivendo este momento de queimada que também nos aflige muito e que, na verdade, deveria ser um momento de união, porque quando a gente fala dessas queimadas, quando nós falamos do que está acontecendo em nosso país e que está muito claro, obviamente, porque neste período do ano nós temos, sim, estiagens, nós temos secas, nós temos baixa umidade, temos também os incêndios, mas não com a magnitude que nós estamos enfrentando este ano. É estarrecedor!

Eu estive no Parque Nacional e vou à diligência que vai ter para o Pantanal, e certamente o que nós vamos presenciar serve para todos nós como um alerta, de que não dá para a gente vir para este Plenário com um discurso ideológico, um discurso de nós contra eles, e a população, que de fato está sentindo ali na ponta o que está acontecendo, a gente simplesmente ignorar. Não estamos falando de Governo, estamos falando que hoje, com essas queimadas, que estão causando danos ambientais à fauna e à flora, danos econômicos, estamos perdendo safras, e danos à saúde, quer dizer, isso está atingindo a todos, independentemente de que lado estejamos. E é muito triste estar nesta Casa ouvindo as falas que nós estamos ouvindo aqui, muitas vezes de forma desconectada com a realidade e com o impacto que essas queimadas estão causando para a população brasileira.

Sr. Presidente, eu sei que o Governo Federal também pretende propor medidas para o enfrentamento do problema, porém, eu entendo, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e como representante de Brasília no Senado Federal, que o Senado não pode se furtar de apresentar as suas contribuições.

Quero agradecer à Consultoria da Casa, a todos que estiveram conosco envolvidos nesse trabalho, à minha equipe legislativa, ao meu gabinete, ao Governo, enfim, um projeto construído a várias mãos. E a todos eu quero agradecer o empenho com que a gente conseguiu, de uma forma muito célere, produzir esse projeto que, certamente, quando passar pela apreciação aqui dos nossos colegas... Nesse sentido, eu submeto à Casa e à sociedade a presente proposição e peço à Mesa do Senado, na figura do nosso Presidente, Rodrigo Pacheco, a agilidade na sua tramitação, em virtude da gravidade e da urgência do momento.

Sras. e Srs. Senadores, o Brasil vem enfrentando, ano após ano, graves ocorrências de incêndios florestais e rurais no nosso país, causados, na absoluta maioria dos casos, por atos imprudentes e, principalmente, criminosos. Tais eventos têm tido consequências severas para a saúde pública, o meio ambiente e a economia. O problema se torna ainda maior em um cenário de mudanças do clima, no qual os períodos de estiagem são mais extremos, e focos de incêndio tomam proporções regionais e nacionais.

Em 2019 – gostaria de lembrá-los –, a cidade de São Paulo vivenciou chuvas cinzentas, decorrentes da presença, sobre a cidade, de correntes atmosféricas que trouxeram um ar carregado de fumaça e fuligem da Região Amazônica. No ano seguinte, 25% do Pantanal brasileiro foi afetado por incêndios, muitos dos quais se alastraram a partir de poucos focos de fogo. Agora, em 2024, foi a vez de o Estado de São Paulo exportar a fumaça, provocando uma queda vertiginosa na qualidade do ar nas regiões centrais. Brasília e diversas cidades de Goiás amanhecaram cobertas de fumaça.

Ao longo desse período, áreas enormes de Cerrado e de Floresta Amazônica foram destruídas pelas chamas, incluindo partes de algum de nossos maravilhosos parques nacionais. Também foram destruídas lavouras e demais riquezas da nossa exuberante produção agropecuária.

Para o meio ambiente, o uso destrutivo do fogo acarreta uma perda imensurável de biodiversidade e riquezas naturais. Com cada incêndio em ecossistemas naturais, ocorre um empobrecimento ecológico local e regional, demorando anos para que a natureza retorne ao estado ecológico mais complexo.

Para a economia rural, a tragédia é semelhante: o solo perde nutrientes, torna-se mais seco e desprotegido, e a nossa terra empobrece. Quando lavouras e animais de produção são atingidos, o sustento



e o modo de vida de famílias rurais e também do nosso país são atingidos e destruídos.

Por último, os prejuízos – eu falo isso porque hoje eu fui parar no departamento médico, falta de ar, tosse, garganta seca, taquicardia – à saúde pública e à economia urbana também são incalculáveis. As aulas, por exemplo, aqui no Distrito Federal, foram suspensas. Os hospitais ficam lotados de pessoas com problemas respiratórios. O impacto a crianças e idosos, os mais vulneráveis, é particularmente preocupante.

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nesse cenário, é impactante notar que nossa legislação ambiental não está adequada o suficiente para o enfrentamento desse problema.

No Brasil, a estrutura de prevenção e combate a incêndios urbanos conta com a participação – vamos lá, vou dar exemplo – ativa dos condomínios, conjuntos habitacionais, empresas e *shoppings*, todos precisam observar regras que incluem a instalação de sistemas de alarmes, rotas de fuga, extintores de incêndio, treinamentos regulares para moradores e funcionários, bem como, a depender do tamanho da entidade, manter uma equipe de brigadistas.

No caso de incêndios em áreas rurais, em áreas de preservação, a legislação pouco reconhece o papel dessas propriedades como elo importante – veja bem – de integração das políticas...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – ... de prevenção e combate a incêndios florestais e em demais formas de vegetação. Não podemos ignorar isso!

Ainda o nosso ordenamento jurídico tampouco trata da recuperação ambiental das áreas destruídas pela passagem desse fogo. Sabemos que muitas queimadas são intencionais a fim de eliminar a vegetação nativa e de acelerar um processo de uso alternativo do solo. Não vamos nos enganar aqui, são por vezes com o objetivo de grilagem de terra. Mesmo quando não intencionais, o fogo pode provocar um processo de modificação do uso do solo. Não obstante, as áreas atingidas deveriam passar por um processo de recuperação a fim de se evitar um caminho sem volta para um solo sem vegetação e empobrecido. A legislação penal também precisa, sim...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – ... se modernizar. A quem fala que não precisa: precisa, sim.

No tocante à lei de incêndios prevista na lei de crimes ambientais, a pena máxima, pasmem, é equivalente a crime de furto simples. Não há qualificadoras, por exemplo, para o caso de incêndios que resultem em prejuízos à saúde, como nós estamos vivendo agora – não tem. O projeto de lei que apresento preenche essas lacunas de forma a permitir que o Brasil, nosso país, consiga lidar satisfatoriamente com a realidade de mais incêndios rurais e também em áreas de preservação país afora.

O PL se fundamenta em duas certezas. A primeira é a de que o problema não pode ser resolvido apenas por meio do combate aos focos de incêndio com as forças de que dispõe o poder público. Já está claro isso para a gente.

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – A segunda é a de que as propriedades possuem um papel fundamental – as propriedades rurais –, possuem um papel central na preservação e no combate aos incêndios e na recuperação ambiental após esses eventos. Nesse sentido,



o PL altera o Código Florestal para dispor o papel da propriedade no tocante à prevenção e ao combate aos incêndios florestais. O Código Florestal também é alterado para estabelecer que as áreas de vegetação nativa que forem queimadas passam a constituir, por 15 anos, área de uso restrito, tendo o mesmo regime de proteção às reservas legais. É mata nativa, não é de produção. É aquela mata ali que foi destruída. Não vamos tocar, não vamos mudar, vamos deixar se recuperar.

Com essa medida, garante-se que a natureza terá o tempo de se recuperar, além de servir como meio de dissuadir aqueles que pretendem usar o fogo como meio criminoso de acelerar o processo de conversão do solo e a grilagem.

Como medida de apoio aos proprietários rurais, o PL modifica a lei que rege o Imposto de Renda da atividade rural para estabelecer como investimentos os gastos referentes às ações de conservação da vegetação nativa, bem como aqueles referentes à aquisição de materiais e equipamentos destinados à prevenção e ao combate ao fogo. A medida leva a um abatimento desses gastos no cálculo final do imposto devido.

Destacamos aqui que a imensa maioria dos nossos proprietários rurais são pessoas de bem – eu quero deixar isso bem claro aqui para o pessoal não distorcer a intenção do projeto – que, infelizmente, por vezes se tornam vítimas dos incêndios. São muitos os relatos de produtores que perderam suas lavouras e áreas de mata que mantinham com dedicação e afincos em suas propriedades.

Considerando essa realidade, o PL também estabelece acesso diferenciado e especial ao crédito rural para os produtores que desenvolvem medidas de prevenção e combate aos incêndios, inclusive aquelas que envolvam a aquisição de materiais e equipamentos, bem como a capacitação e a contratação de pessoal para o manejo integrado do fogo – Lei 1.818, que nós aprovamos aqui, sobre o manejo integrado do fogo –; a adoção comprovada de práticas para proteção da propriedade e da vegetação natural do risco de incêndios; a participação em redes de vigilância auxiliar e brigadas de incêndio voluntárias, o que a gente sabe que muitas propriedades já fazem. Então, nós estamos dando compensações nesse sentido.

Ademais, o PL trata dos casos criminosos, adequando a legislação penal àquilo que ela deve ser: proporcionalmente punitiva, sim, mas, principalmente, preventiva. Aumentam-se as penas bases para os crimes de incêndio, igualando-as com as previstas no crime de incêndio de que dispõe o art. 250 do Código Penal, e preveem-se modalidades qualificadas do tipo penal, à luz do que já acontece com o crime de poluição.

Finalmente, o projeto também promove alterações nas legislações de parcelamento do solo – do uso do solo – e de regularização fundiária para garantir que a promoção de queimadas e incêndios ilegais não seja um meio para a ocupação irregular de solo e a grilagem destinada à transformação de áreas de vegetação nativa em novas fronteiras de expansão.

A atualização dessa legislação, senhoras e senhores, é essencial para que o país possa enfrentar de maneira mais efetiva o problema.

Nesse sentido, eu peço o apoio a todos os pares para a aprovação do projeto e a atenção do nosso Presidente Rodrigo Pacheco para que possamos apreciá-lo. Nós precisamos apreciar, fazer este debate sério, responsável. Ninguém está querendo penalizar... Todos sabem – todos, sem exceção, sabem – das suas atribuições, sabem o que se deixou de fazer e no que se precisa avançar.

Nós sabemos que houve um desmonte dos órgãos de preservação e fiscalização – estamos falando de Ibama e de ICMBio. E, aí, nós não podemos passar a mão na cabeça de ninguém, não é? Os erros estão aí, mas não são de hoje; eles são históricos. E nós precisamos tomar uma posição, enquanto Congresso Nacional, de fazer o nosso papel como legislador, de tratar com responsabilidade questões orçamentárias que não foram tratadas.

Eu posso falar muito bem aqui que, na minha Comissão de Meio Ambiente, recebi, das emendas de





Comissão, R\$100 mil – pasmem, a Comissão de Meio Ambiente –, e outras receberam R\$2 bilhões.

Não estou reclamando, é só para a gente entender o quanto que nós precisamos entender e tratar com responsabilidade o que está sendo conversado aqui.

Nada de penalização. Não estou apontando o dedo, não estou dizendo quem é o culpado; estou pedindo apoio e dizendo que, se não for com união, com uma ação conjunta, com responsabilidade dos Poderes Executivo, Judiciário e este Legislativo...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – ... nós não teremos plano B.

Falo para todos. Não penso na minha geração e na sua – desculpa, Senador André Amaral, porque nós temos mais de 50 anos –, mas eu penso nas futuras gerações dos nossos filhos, dos nossos netos. A crise hídrica está presente, as queimadas... O que queremos para o nosso Brasil e para o nosso planeta para as futuras gerações?

Então, peço humildemente à Casa, por favor, sem desconfiança, sem querer que um ataque o outro. Nós não teremos progresso, nós não teremos uma economia forte, se nós não tratarmos com responsabilidade as questões ambientais no nosso país, se nós não cuidarmos do nosso principal ativo, que são as nossas reservas naturais, a nossa água, a nossa vegetação, o nosso povo originário. Nós temos que...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – ... prestar atenção no que nós estamos tratando nesta Casa, com responsabilidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (André Amaral. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Sra. Senadora Leila, a competência da Senadora Leila vai além das quadras.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – É paixão.

**O SR. PRESIDENTE** (André Amaral. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Quero parabenizar a Senadora Leila pelo discurso e pela apresentação do PL 3.629, que aumenta a pena dos criminosos das queimadas.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Senador, além de aumentar as penas... É necessário, sim, nós precisamos dar uma resposta para esses crimes hediondos, esses crimes que a gente sabe... para essas queimadas que são intencionais.

Ontem, no Parque Burle Marx, nós tivemos um rapaz de 19 anos que foi preso e que assumiu: “Fui pago para fazer isso”. É o que está acontecendo no nosso país, uma pandemia de incêndio.

Eu, Leila, representante do Distrito Federal, não vou fechar os meus olhos, não vou fechar os meus olhos para essa realidade. Eu sei a importância de todos os setores na economia do nosso país, sei muito bem a força de cada setor, Senador André Amaral, mas sei também que nós temos que tratar com responsabilidade todo o nosso patrimônio ambiental, porque o mundo está de olho no Brasil. Não estou preocupada com o mundo de olho no Brasil, mas eu estou preocupada com o que estamos fazendo com esse patrimônio que nos é tão precioso.

É isso, desculpa o meu desabafo, eu ando bem estressada ultimamente, mas, enfim, é o desabafo de uma Parlamentar que, de fato, está preocupada, Senador.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (André Amaral. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Mas,



Senadora Leila, a causa é nobre e a senhora, com muita propriedade, com muita segurança...

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (André Amaral. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... colocou de forma muito pontual.

Parabéns, Senadora.

Item extrapauta.

Requerimento 650, de 2024, do querido Senador Kajuru, ao qual eu desejo melhoras, e de outros Senadores, que solicita a realização de sessão de debates temáticos destinada a discutir os incêndios florestais e mudanças climáticas. **(Vide Item 2.1.1 do Sumário)**

Votação do requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

A sessão requerida será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Que Deus nos abençoe neste final de tarde, já 18h50, hora de Nossa Senhora, do Anjo Gabriel.

Cumprida a finalidade da sessão deliberativa ordinária do Senado Federal, a Presidência declara o seu encerramento.

Deus abençoe a todos.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 57 minutos.)*





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal  
57ª Legislatura  
2ª Sessão Legislativa Ordinária

136ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas  
Presenças no período: 18/09/2024 07:00:00 até 18/09/2024 20:00:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
UNIÃO	AC	Alan Rick	X
MDB	SE	Alessandro Vieira	X
PDT	MA	Ana Paula Lobato	X
UNIÃO	PB	André Amaral	X
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	X
PT	CE	Augusta Brito	X
PSD	MA	Bene Camacho	X
PT	PA	Beto Faro	X
PL	SC	Beto Martins	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X
PP	MG	Castellar Neto	X
PSB	RR	Chico Rodrigues	X
PSB	CE	Cid Gomes	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X
Republica	DF	Dameres Alves	X
PSD	PB	Daniella Ribeiro	X
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	X
PP	RR	Dr. Hiran	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X
NOVO	CE	Eduardo Girão	X
PL	TO	Eduardo Gomes	X
PP	SC	Esperidião Amin	X
PT	ES	Fabiano Contarato	X
MDB	PE	Fernando Dueire	X
MDB	AL	Fernando Farias	X
PSB	PR	Flávio Arns	X
PL	RN	Flávio Azevedo	X
MDB	SP	Giordano	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PSD	TO	Irajá	X
PL	DF	Izalci Lucas	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X
PL	RO	Jaime Bagattoli	X
PT	BA	Jaques Wagner	X
UNIÃO	MT	Jayme Campos	X
PSB	GO	Jorge Kajuru	X
PL	SC	Jorge Seif	X
PSD	PI	Jussara Lima	X
PP	SE	Laércio Oliveira	X
PDT	DF	Leila Barros	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X
PP	RS	Luis Carlos Heinze	X
PL	ES	Magno Malta	X
PSD	SP	Mara Gabrilli	X

Emissão 18/09/2024 20:03:11





Senado Federal

57ª Legislatura

2ª Sessão Legislativa Ordinária

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

136ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Presenças no período: 18/09/2024 07:00:00 até 18/09/2024 20:00:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
MDB	PI	Marcelo Castro	X
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X
PL	RO	Marcos Rogério	X
PSD	MT	Margareth Buzetti	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	X
PT	AP	Randolfe Rodrigues	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X
Podemos	AL	Rodrigo Cunha	X
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X
PL	RJ	Romário	X
PL	MT	Rosana Martinelli	X
UNIÃO	PR	Sergio Moro	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
Podemos	MS	Soraya Thronicke	X
Podemos	RN	Styverson Valentim	X
PT	PE	Teresa Leitão	X
PP	MS	Tereza Cristina	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X
PDT	MA	Weverton	X
PL	GO	Wilder Moraes	X
PSD	RN	Zenaide Maia	X

Compareceram 74 senadores.



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 136<sup>a</sup> SESSÃO

## EXPEDIENTE

## Requerimentos





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO N° 650, DE 2024

Requer realização de Sessão de Debates Temáticos destinada a discutir os incêndios florestais e mudanças climáticas.

**AUTORIA:** Líder do PSB Jorge Kajuru (PSB/GO), Líder do Bancada Feminina no Senado Federal Leila Barros (PDT/DF), Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Otto Alencar (PSD/BA), Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Líder do Oposição Marcos Rogério (PL/RO), Líder do PSDB Plínio Valério (PSDB/AM), Líder do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 650/2024 [1 de 5]



**RQS**  
**00650/2024**

SENADO FEDERAL

SF/24181.50705-00 (LexEdit)

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso IV e § 7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos, a ser realizada em data oportuna, a fim de debater sobre os incêndios florestais e mudanças climáticas .

Proponho para a sessão a presença dos seguintes convidados:

- a Exma. Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente;
- o Exmo. Sr. Fernando Haddad, Ministro da Economia;
- o Exmo. Sr. Carlos Henrique Fávaro, Ministro da Agricultura e Pecuária do Brasil;
- a Exma. Sra. Nísia Trindade Lima, Ministra da Saúde do Brasil;
- o Exmo. Sr. Luís Roberto Barroso, Presidente do STF;
- o Exmo. Sr. Flavio Dino, Ministro do STF;
- o Senhor Carlos Nobre, Climatologista, pesquisador sênior pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP e copresidente do Painel Científico para a Amazônia;
- o Senhor Paulo Artaxo, Pesquisador, geofísico e professor sênior no Instituto de Física da Universidade de São Paulo;
- o Senhor Tasso Azevedo, Engenheiro Florestal e coordenador geral da iniciativa MapBiomass;
- o Senhor Clezio Marcos De Nardin, Diretor do INPE;



- o Senhor Mauro Pires, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade – ICMBio;
- o Senhor André Aranha Corrêa do Lago, Embaixador e Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente;
- o Senhor José Marengo, Cientista e Professor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Mudanças Climáticas;
- o Senhor Philip Fearnside, Biólogo e Cientista brasileiro;
- o Senhor Rodrigo Agostinho, Presidente do Ibama;
- a Senhora Isabel Beloni Schmidt, Professora do Departamento de Ecologia e do Programa de Pós-Graduação em Ecologia na Universidade de Brasília, especialista em manejo de fogo no Cerrado.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação visa chamar a atenção desta Casa para o tema urgente e inadiável das queimadas e da mudança do clima, fenômenos que vêm se intensificando nos últimos anos e ameaçando não apenas o meio ambiente, mas também a saúde pública, a economia e a própria segurança alimentar do nosso país. Esses eventos não são isolados; eles fazem parte de um cenário global de crise climática, que impacta diretamente a vida de milhões de brasileiros.

Além disso, no dia 16 de setembro de 2024, o Brasil registrou 1.795 novos focos de incêndio em um único dia, sendo que na primeira quinzena de setembro foram contabilizados 57.312 focos ativos, um aumento de 132% em relação ao mesmo período de 2023. A região Sul, por exemplo, apresentou um crescimento expressivo de 1.623%, evidenciando que o problema das queimadas se agrava em diferentes partes do país. Muitos desses incêndios são provocados intencionalmente, seja por práticas agrícolas ilegais, seja pela expansão de áreas de pasto e cultivo. Esses incêndios deliberados são uma das principais causas da destruição das florestas, comprometendo os esforços de preservação





e exacerbando a crise climática. A falta de fiscalização eficaz e a impunidade contribuem para que tais práticas continuem a ocorrer de forma generalizada.

Os impactos não se limitam ao meio ambiente. A saúde pública está diretamente afetada pela poluição do ar gerada pelas queimadas, resultando em um aumento significativo de doenças respiratórias, especialmente entre crianças e idosos. Hospitais das regiões mais atingidas têm relatado uma crescente demanda por atendimento de pacientes com problemas graves decorrentes da fumaça e da má qualidade do ar.

A economia também sofre os impactos desse cenário. O setor agropecuário, essencial para o desenvolvimento econômico nacional, está sendo profundamente prejudicado pela destruição dos ecossistemas e pela seca prolongada, que, em grande parte, é causada pela degradação ambiental. Em 2023, estima-se que as perdas na agropecuária tenham somado bilhões de reais, comprometendo a produção de alimentos e a segurança alimentar de milhões de brasileiros.

Diante desse cenário alarmante, torna-se imprescindível que esta Casa se debruce sobre a questão das queimadas e das mudanças climáticas, não apenas para debater soluções emergenciais, mas também para estabelecer políticas públicas eficazes que visem à preservação dos nossos biomas e à mitigação dos impactos climáticos. O Brasil tem um papel crucial a desempenhar no enfrentamento dessa crise, e precisamos adotar medidas firmes e imediatas para evitar a destruição do nosso patrimônio natural e garantir um futuro sustentável para as próximas gerações.

Por fim, este requerimento busca trazer o debate sobre as queimadas e a crise climática ao centro das discussões do Senado Federal, na esperança de que



ações concretas possam ser tomadas em prol da preservação ambiental e do bem-estar de todos os brasileiros.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2024.

**Senador Jorge Kajuru**  
(PSB - GO)

SF/24181.50705-00 (LexEdit)

Avulso do RQS 650/2024 [5 de 5]





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 594, DE 2024

Requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar da XCVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Assunção, Paraguai.

**AUTORIA:** Senador Humberto Costa (PT/PE)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 594/2024 - CDIR [1 de 3]



**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Assunção, Paraguai, de 21/09/2024 a 23/09/2024, a fim de tomar parte no âmbito das reuniões do Parlasul .

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 21/09/2024 a 23/09/2024, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2024.

**Senador Humberto Costa**





SENADO FEDERAL  
Presidência

SF/24114.15098-08 (LexEdit)

Ofício nº 0662.2024-PRESID

Brasília, 16 de SETEMBRO de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **Nelsinho Trad**  
Senado Federal

**Assunto: Autorização de viagem.**  
**Ref.: Processo nº 00200.016233/2024-53.**

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, bem como dos senadores **Alan Rick, Alessandro Vieira, Angelo Coronel, André Amaral, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Irajá, Leila Barros, Lucas Barreto, Luis Carlos Heinze, Marcos Rogério, Renan Calheiros, Sérgio Petecão, Tereza Cristina e Veneziano Vital do Rego**, com ônus ao Senado Federal com passagens, diárias e seguro-viagem, na *XCVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul*, a ser realizada na cidade de Assunção, no Paraguai, no período de **21 a 23 de setembro de 2024**, nos termos do Ofício nº P/037/2024 e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador **Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Senado Federal





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 596, DE 2024

Requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de visitar a Universidade da Califórnia e integrar a Comitativa do Presidente da República à Assembleia Geral das Nações Unidas, em San Diego e Nova Iorque, Estados Unidos.

**AUTORIA:** Senador Jaques Wagner (PT/BA)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 596/2024 - CDIR [1 de 6]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jaques Wagner

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em San Diego e Nova York (EUA), de 17/09/2024 a 19/09/2024 e de 22/09/2024 a 25/09/2024, a fim de visitar a Universidade da Califórnia, bem como de integrar a Comitativa do Excelentíssimo Senhor Presidente da República à Assembleia Geral das Nações Unidas, conforme os seguintes documentos anexos: Convite Universidade da Califórnia, Convite Presidência da República e Autorização Presidente do Senado Federal.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 17/09/2024 a 26/09/2024, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 2024.

**Senador Jaques Wagner**  
(PT - BA)





**UC San Diego**  
SCHOOL OF MEDICINE

**Alysson R. Muotri, PhD**

Professor  
Director Stem Cell Program  
Institute for Genomic Medicine  
Dept. Pediatrics/Rady Children's Hospital  
Dept. Cellular & Molecular Medicine

SF/24680.35079-32 (LexEdit)

September 11<sup>th</sup>, 2024

The Honorable Senator Jacques Wagner  
Brasília – DF  
Brazil

Letter of Invitation to visit the University of California San Diego

Dear Senator Wagner,

It is our pleasure to invite you to visit our Integrated Space Stem Cell Orbital Research Center (ISSCOR). The Integrated Space Stem Cell Orbital Research (ISSCOR) Center is a cutting-edge laboratory designed to perform experiments aboard the International Space Station (ISS). We would welcome a visit of Brazilian government authorities to understand how Scientists with ISSCOR utilize this unique environment to study stem cell aging rapidly without requiring lengthy and expensive clinical trials involving humans on Earth. Understanding the process of aging is not only useful in keeping astronauts healthy — it could also teach us how to prevent the effects of aging on Earth.

Brazil's participation will be of great importance for the advancement of Brazilian and global research into neurodevelopmental diseases, especially Autism.

I hope you can visit us from September 17 to 19 this coming.

Sincerely,

**Alysson R. Muotri, Ph.D.**

**UC San Diego Stem Cell Program**

Sanford Consortium for Regenerative Medicine • 2880 Torrey Pines Scenic Drive • La Jolla, CA 92037-0695 Email:  
[muotri@ucsd.edu](mailto:muotri@ucsd.edu) • Tel: 858-534-9320 • Fax: 858-246-1579 • <http://muotri.ucsd.edu>

Avulso do REQ 596/2024 - CDIR [3 de 6]





00030.002760/2024-80

SF/24680.35079-32 (LexEdit)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria de Relações Institucionais  
Secretaria Especial de Assuntos Parlamentares  
Gabinete/Secretaria Especial de Assuntos Parlamentares

OFÍCIO Nº 830/2024/GAB/SEPAR/SRI/PR

Brasília, 12 de setembro de 2024.

Ao Presidente do Senado Federal  
Sua Excelência o Senhor  
**Senador Rodrigo Pacheco**

**Assunto: Convite para integrar Comitiva do Excelentíssimo Senhor Presidente da República à Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova Iorque (Estados Unidos)**

Senhor Presidente,

1. Com os meus cordiais cumprimentos, transmito convite para que os Senadores, abaixo indicados, integrem a comitiva que acompanhará o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em visita oficial aos Estados Unidos da América, a realizar-se entre os dias 21 a 25 de setembro do corrente ano, afim de participarem da Assembléia Geral da ONU:

**Senador Rodrigo Pacheco** - Presidente do Senado Federal;

**Senadora Eliziane Gama** - Vice-líder do Governo;

**Senador Jaques Wagner** - Líder do Governo;

**Senador Humberto Costa** - Titular na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

2. Cumpre informar que, quanto aos custos inerentes à viagem internacional, tais como deslocamento e hospedagem, deverão ser custeados pelo Órgão de origem.

3. Certo em contar com Vossa compreensão, solicito a gentileza de responder ao presente convite, por meio do endereço eletrônico [separ.gab@presidencia.gov.br](mailto:separ.gab@presidencia.gov.br), ou pelo número 3411-1954.

Atenciosamente,

Avulso do REQ 596/2024 - CDIR [4 de 6]



**ALEXANDRE PADILHA**  
Ministro de Estado das Relações Institucionais



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado Chefe**, em 12/09/2024, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6081885** e o código CRC **4115349D** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00030.002760/2024-80

SEI nº 6081885

Palácio do Planalto - 4º Andar - Gabinete 01 - Telefone: 3411-1440

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

SF/24680.35079-32 (LexEdit)

Avulso do REQ 596/2024 - CDIR [5 de 6]





SENADO FEDERAL  
Presidência

SF/24680.35079-32 (LexEdit)

Ofício nº 0674.2024-PRESID

Brasília, 16 de SETEMBRO de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **Jaques Wagner**  
Senado Federal

**Assunto:** Autorização de viagem.  
**Ref.:** Documento nº 00100.160174/2024-88.

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência na visita à Universidade da Califórnia, em San Diego, Estados Unidos da América, no período de **17 a 19 de setembro de 2024**, bem como na Comitativa do Presidente da República durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, a ser realizado em Nova Iorque, também nos Estados Unidos da América, no período de **22 a 25 de setembro de 2024**.

Ficam autorizados, com ônus ao Senado Federal, as passagens aéreas referentes aos trechos: Brasil - San Diego, EUA; Los Angeles - Nova Iorque, EUA; e Nova Iorque - Brasil. Além disso, a concessão de diárias abrangerá os períodos de **17 a 19 de setembro** e de **22 a 25 de setembro do ano corrente**, observadas as normas aplicáveis. Por fim, autorizo a emissão de seguro-viagem, conforme os termos do Ofício nº 033/2024-GSIWAG e o convite anexos.

Atenciosamente,

Senador **Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Senado Federal





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 597, DE 2024

Requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar do ASE's XXXV Planetary Congress, em Noordwijk e Amsterdam, Holanda.

**AUTORIA:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 597/2024 - CDIR [1 de 9]





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Noordwijk e Amsterdam na Holanda, de 29/09/2024 a 06/10/2024, a fim de participar do evento denominado “ASE’s XXXV Planetary Congress”, conforme Ofício 669.2024-PRESID em anexo.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 29/09/2024 a 06/10/2024, para desempenho desta missão.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Congresso Planetário da ASE é um evento de grande importância, reunindo astronautas e cosmonautas de 40 nações para a troca de informações sobre atividades espaciais, o fortalecimento de redes de contatos e a promoção dos benefícios da ciência e da exploração espacial. A presença do Senado nesse evento é uma oportunidade valiosa para apresentar o Brasil e os avanços da astronáutica brasileira a uma audiência internacional composta por profissionais e especialistas do setor. Participar do Congresso permitirá ao Senado não apenas destacar as conquistas brasileiras no campo da exploração espacial, mas também estreitar laços com outros países e instituições envolvidas com a exploração do espaço. Além disso, como possível futuro anfitrião de um Congresso da ASE, essa



experiência servirá para compreender melhor os benefícios e as oportunidades que um evento desse porte pode trazer para o Brasil. A presença no Congresso é uma oportunidade de destacar o compromisso do Brasil com a inovação e a cooperação internacional no campo espacial, além de promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre diferentes nações. É um momento ímpar para fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional da exploração espacial e abrir novas possibilidades para futuras colaborações e projetos conjuntos.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2024.

**Senador Astronauta Marcos Pontes**  
**(PL - SP)**





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ASTRONAUTA MARCOS PONTES

OFÍCIO GSMPONTES 210/2024

Brasília, em 09 de setembro de 2024.

Ao Excelentíssimo Senhor  
**Senador Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Senado

Assunto: **Autorização de viagem internacional.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atenção ao convite que recebi da “Association of Space Explores” solicito à Vossa Excelência autorização para representar o Senado Federal, **com ônus, passagens, diárias e seguro-viagem**, no evento denominado “ASE’s XXXV Planetary Congress” que acontecerá entre dos **dias 29 de setembro de 06 de outubro** nas cidades de Noordwijk e Amsterdam na Holanda.

O Congresso Planetário da ASE é um evento de grande importância, reunindo astronautas e cosmonautas de 40 nações para a troca de informações sobre atividades espaciais, o fortalecimento de redes de contatos e a promoção dos benefícios da ciência e da exploração espacial. A presença do Senado nesse evento é uma oportunidade valiosa para apresentar o Brasil e os avanços da astronáutica brasileira a uma audiência internacional composta por profissionais e especialistas do setor.

Participar do Congresso permitirá ao Senado não apenas destacar as conquistas brasileiras no campo da exploração espacial, mas também estreitar laços com outros países e instituições envolvidas com a exploração do espaço. Além disso, como possível futuro anfitrião de um Congresso da ASE, essa experiência servirá para compreender melhor os benefícios e as oportunidades que um evento desse porte pode trazer para o Brasil.

A presença no Congresso é uma oportunidade de destacar o compromisso do Brasil com a inovação e a cooperação internacional no campo espacial, além de promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre diferentes nações. É um momento ímpar para fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional da exploração espacial e abrir novas possibilidades para futuras colaborações e projetos conjuntos.

Respeitosamente,

ASTRONAUTA MARCOS PONTES

Senador PL-SP



Ala Nilo Coelho – Gabinete 08, subsolo – Anexo II – Senado Federal – Brasília (DF) – CEP 70.165-900  
Fone: (61) 3303-1177 E-mail: [senador@senado.gov.br](mailto:senador@senado.gov.br)

Avulso do REQ 597/2024 - CDIR [4 de 9]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3A0B177E006402B6.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



## ASSOCIATION OF SPACE EXPLORERS

SF/24295.79307-61 (LexEdit)

**EXECUTIVE COMMITTEE**

**PRESIDENT**

REINHOLD EWALD  
Soyuz TM-25  
GERMANY

ALEXANDER ALEXANDROV  
Soyuz T-9, Soyuz TM-3  
RUSSIA

MARK N. BROWN  
STS 28, STS 48  
USA

PEDRO DUQUE  
STS 95, Soyuz TMA-2  
SPAIN

RICHARD HIEB  
STS 39, STS 49, STS 65  
USA

ANDRÉ KUIPERS  
Soyuz TMA-4, TMA-03M/Exp. 30  
THE NETHERLANDS

SOICHI NOGUCHI  
STS 114, Soyuz TMA-17  
Exp. 22/23  
JAPAN

STEPHEN S. OSWALD  
STS 42, STS 56, STS 67  
USA

JULIE PAYETTE  
STS 96, STS 127  
CANADA

ANTON SHKAPLEROV  
Soyuz TMA-22/Exp. 30  
Soyuz TMA-15M/Exp. 43  
Soyuz MS-07/Exp. 54  
Soyuz MS-19/Exp. 66  
RUSSIA

VALERI TOKAREV  
STS 96, Soyuz TMA-7/Exp. 12  
RUSSIA

EXECUTIVE DIRECTOR  
ANDY TURNAGE

Senator Astronaut Marcos Pontes  
Senate Science & Technology Committee  
Federal Senate  
Three Powers Square  
Brasília DF - 70165-900

Dear Senator Pontes,

On behalf of the international Executive Committee of the Association of Space Explorers, it is my pleasure to invite you and your Chief of Staff, Mrs. Christiane Gonçalves Correa to ASE's XXXV Planetary Congress, to be held this year (September 29 – October 6) in Noordwijk and Amsterdam, the Netherlands.

The Association of Space Explorers (ASE) is an international professional, technical and educational association of flown (orbital) astronauts and cosmonauts from 40 nations. The annual Planetary Congress is an opportunity for fliers from different countries to exchange information about their countries' spaceflight activities, to make new friendships and renew old ones, and to promote the benefits of science, technology and human space exploration.

Your participation at the Congress represents an opportunity for you to introduce and represent Brazil and Brazilian astronautics to your fellow astronauts and to students, teachers and the general public in the Netherlands. As a prospective future ASE Congress host, it will also be an excellent opportunity for you learn about the many benefits a Congress of astronauts brings to the host country.

You should plan to arrive in the Netherlands on September 29 (Sunday) and depart on October 6 (Sunday). Each participating astronaut is allowed to bring one guest.

Please feel free to reach out to me by email at [astronauts@space-explorers.org](mailto:astronauts@space-explorers.org) with any questions you might have, and we look forward to seeing you in Holland!

Best Regards,

**Andy Turnage**  
Executive Director Association of Space





00100.156202/2024-62 (VIA 001) - 00100.156202/2024-62-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

141 Bay Area Blvd., Webster, TX 77598 | 281.280.8172 (v) | [www.space-explorers.org](http://www.space-explorers.org)

SF/24295.79307-61 (LexEdit)





## ASSOCIATION OF SPACE EXPLORERS

### EXECUTIVE COMMITTEE

#### **PRESIDENT**

REINHOLD EWALD  
*Soyuz TM-25*  
GERMANY

ALEXANDER ALEXANDROV  
*Soyuz T-9, Soyuz TM-3*  
RUSSIA

MARK N. BROWN  
*STS 28, STS 48*  
USA

PEDRO DUQUE  
*STS 95, Soyuz TMA-2*  
SPAIN

RICHARD HIEB  
*STS 39, STS 49, STS 65*  
USA

ANDRÉ KUIPERS  
*Soyuz TMA-4, TMA-03M/Exp. 30*  
THE NETHERLANDS

SOICHI NOGUCHI  
*STS 114, Soyuz TMA-17*  
*Exp. 22/23*  
JAPAN

STEPHEN S. OSWALD  
*STS 42, STS 56, STS 67*  
USA

JULIE PAYETTE  
*STS 96, STS 127*  
CANADA

ANTON SHKAPLEROV  
*Soyuz TMA-22/Exp. 30*  
*Soyuz TMA-15M/Exp. 43*  
*Soyuz MS-07/Exp. 54*  
*Soyuz MS-19/Exp. 66*  
RUSSIA

VALERI TOKAREV  
*STS 96, Soyuz TMA-7/Exp. 12*  
RUSSIA

EXECUTIVE DIRECTOR  
ANDY TURNAGE

Senator Astronaut Marcos Pontes  
Senate Science & Technology Committee  
Federal Senate  
Three Powers Square  
Brasília DF - 70165-900

Dear Senator Pontes,

On behalf of the international Executive Committee of the Association of Space Explorers, it is my pleasure to invite you and your Chief of Staff, Mrs. Christiane Gonçalves Correa to ASE's XXXV Planetary Congress, to be held this year (September 29 – October 6) in Noordwijk and Amsterdam, the Netherlands.

The Association of Space Explorers (ASE) is an international professional, technical and educational association of flown (orbital) astronauts and cosmonauts from 40 nations. The annual Planetary Congress is an opportunity for fliers from different countries to exchange information about their countries' spaceflight activities, to make new friendships and renew old ones, and to promote the benefits of science, technology and human space exploration.

Your participation at the Congress represents an opportunity for you to introduce and represent Brazil and Brazilian astronautics to your fellow astronauts and to students, teachers and the general public in the Netherlands. As a prospective future ASE Congress host, it will also be an excellent opportunity for you learn about the many benefits a Congress of astronauts brings to the host country.

You should plan to arrive in the Netherlands on September 29 (Sunday) and depart on October 6 (Sunday). Each participating astronaut is allowed to bring one guest.

Please feel free to reach out to me by email at [astronauts@space-explorers.org](mailto:astronauts@space-explorers.org) with any questions you might have, and we look forward to seeing you in Holland!

Best Regards,

**Andy Turnage**  
Executive Director Association of Space



00100.156202/2024-62 (VIA 001) - 00100.156202/2024-62-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

141 Bay Area Blvd., Webster, TX 77598 | 281.280.8172 (v) | [www.space-explorers.org](http://www.space-explorers.org)

SF/24295.79307-61 (LexEdit)





SENADO FEDERAL  
Presidência

SF/24295.79307-61 (LexEdit)

Ofício nº 0669.2024-PRESID

Brasília, 16 de SETEMBRO de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **Astronauta Marcos Pontes**  
Senado Federal

**Assunto: Autorização de viagem.**  
**Ref.: Documento nº 00100.156202/2024-62.**

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, com ônus ao Senado Federal com passagens aéreas, diárias e seguro-viagem, no ASE's XXXV Planetary Congress, a ser realizado nas cidades de Noordwijk e Amsterdam, na Holanda, no período de **29 de setembro a 6 de outubro de 2024**, nos termos do Ofício GSMPONTES 210/2024 e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador **Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Senado Federal





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 598, DE 2024

Requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar da XCVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Assunção, Paraguai.

**AUTORIA:** Senador André Amaral (UNIÃO/PB)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 598/2024 - CDIR [1 de 4]





SENADO FEDERAL

SF/24785.40957-02 (LexEdit)

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Assunção, no Paraguai, de 21/09/2024 a 23/09/2024, a fim de participar da XCVI Sessão Ordinária e demais atividades do Parlamento do Mercosul.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 20/09/2024 a 24/09/2024, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 2024.

**Senador André Amaral**  
**(UNIÃO - PB)**

Avulso do REQ 598/2024 - CDIR [2 de 4]





SENADO FEDERAL  
Presidência

SF/24785.40957-02 (LexEdit)

Ofício nº 0662.2024-PRESID

Brasília, 16 de SETEMBRO de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **Nelsinho Trad**  
Senado Federal

Assunto: Autorização de viagem.  
Ref.: Processo nº 00200.016233/2024-53.

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, bem como dos senadores **Alan Rick, Alessandro Vieira, Angelo Coronel, André Amaral, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Irajá, Leila Barros, Lucas Barreto, Luis Carlos Heinze, Marcos Rogério, Renan Calheiros, Sérgio Petecão, Tereza Cristina e Veneziano Vital do Rego**, com ônus ao Senado Federal com passagens, diárias e seguro-viagem, na *XCVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul*, a ser realizada na cidade de Assunção, no Paraguai, no período de **21 a 23 de setembro de 2024**, nos termos do Ofício nº P/037/2024 e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador **Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Senado Federal





PARLAMENTO DEL MERCOSUR  
Secretaría Parlamentaria



SF/24785.40957-02 (LexEdit)

**CONVOCATORIA**  
**XCVI SESIÓN ORDINARIA Y DEMÁS ACTIVIDADES DEL PM**  
**21 y 23 de Setiembre de 2024**  
**Asunción del Paraguay**

Se convoca a los Señores Parlamentarios del Parlamento del MERCOSUR para la **XCVI SO** a realizarse el lunes, 23 de Setiembre de 2024, a las 09.00 hs., en la Sala Bicameral del Congreso Nacional de la República del Paraguay.

Dentro del mismo orden de actividades entorno a la XCVI SO, se convoca igualmente a los Señores Parlamentarios del MERCOSUR para:

- **I Foro de Mujeres Parlamentarias.** Sábado, 21 de setiembre, 08.00 hs., en la Sala Bicameral del Congreso Nacional de la República del Paraguay.
- **Foro Regional contra el Trabajo Infantil en el MERCOSUR.** Lunes, 23 de setiembre, 13.30 hs., Salón "Acosta Ñu", Honorable Cámara de Senadores.

Montevideo, 4 de Setiembre de 2024



Edgar F. Lugo Garay  
Secretario Parlamentario



Parlamentaria Fabiana Martín  
Presidente



Pablo de María 827.Montevideo-Uruguay.Tel:(5982)410.97.97  
[www.parlamentomercosur.org](http://www.parlamentomercosur.org)

Avulso do REQ 598/2024 - CDIR [4 de 4]







## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 600, DE 2024

Requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar do II Benchmarking Saneamento Ambiental, em Cascais, Portugal.

**AUTORIA:** Senador Giordano (MDB/SP)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 600/2024 - CDIR [1 de 3]



**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Portugal, de 12/10/2024 a 20/10/2024, a fim de participar do II Benchmarking Saneamento Ambiental Portugal.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 11/10/2024 a 21/10/2024, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2024.

**Senador Giordano**  
**(MDB - SP)**  
**Senador**





SENADO FEDERAL  
Presidência

SF/24212.65054-90 (LexEdit)

Ofício nº 0595.2024-PRESID

Brasília, 16 de SETEMBRO de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **Giordano**  
Senado Federal

**Assunto: Autorização de viagem.**  
**Ref.: Documento nº 00100.131653/2024-97.**

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, com ônus ao Senado Federal com passagens aéreas, diárias e seguro-viagem, no II Benchmarking Saneamento Ambiental Portugal, a ser realizado na cidade de Cascais, em Portugal, no período de **12 a 20 de outubro de 2024**, nos termos dos Ofícios nºs 225 e 228/2024/GSGIORD e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador **Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Senado Federal





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 601, DE 2024

Requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar da Missão Internacional do Transporte, em Xangai, China.

**AUTORIA:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 601/2024 - CDIR [1 de 4]





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Xangai (China), de 10/10/2024 a 20/10/2024, a fim de participar da Missão Internacional do Transporte - China 2024, conforme os seguintes documentos anexos: Convite CNT e Autorização do Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 10/10/2024 a 20/10/2024, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2024.

**Senador Nelsinho Trad**  
**(PSD - MS)**

Avulso do REQ 601/2024 - CDIR [2 de 4]





SENADO FEDERAL  
Presidência

SF/24979.69881-13 (LexEdit)

Ofício nº 0653.2024-PRESID

Brasília, 16 de SETEMBRO de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **Nelsinho Trad**  
Senado Federal

Assunto: Autorização de viagem.  
Ref.: Documento nº 00100.152043/2024-27.

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, com ônus ao Senado Federal com diárias e seguro-viagem, na Missão Internacional do Transporte – China 2024, a ser realizada na cidade de Xangai, na China, no período de 10 a 20 de outubro de 2024, nos termos do Ofício nº 232/2024-GSNTRAD e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador **Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Senado Federal





OF.CNT/PRE Nº. 119/2024

Brasília, 18 de junho de 2024

A Sua Excelência o Senhor  
**NELSINHO TRAD FILHO**  
Senador da República

**Assunto:** Convite para a Missão Internacional na China

Excelentíssimo Senhor Senador,

O Sistema Transporte (Confederação Nacional do Transporte, SEST SENAT e Instituto de Transporte e Logística) promoverá entre os dias 1º e 20 de outubro próximos a **Missão Internacional do Transporte - China 2024**, em Xangai. Nossa viagem terá como foco "Tecnologias Exponenciais e Mobilidade" e visa compreender como essa potência econômica mundial, com a terceira cidade mais populosa do mundo, planeja e trata o impacto das tecnologias exponenciais sobre a mobilidade de modo a garantir um futuro sustentável para o transporte, de acordo com os desafios propostos para o setor pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Gostaríamos de convidá-lo a nos acompanhar nesta viagem. Os bilhetes aéreos serão custeados pela CNT e as atividades terão tradução simultânea para a língua portuguesa. Entendemos que será uma boa oportunidade para conhecermos as experiências positivas desse País nessas áreas tão importantes, o que poderá nos ajudar a preparar também nosso País para o futuro. Em anexo, enviamos a programação preliminar.

Será um grande prazer contar com a distinta participação de V.Exª. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos através dos seguintes contatos: (61) 98254 0594 e [cerimonial@cnt.org.br](mailto:cerimonial@cnt.org.br).

Ficariamos muito gratos se pudéssemos confirmar vossa participação até o dia 30 de junho, para que possamos seguir com nosso planejamento de viagem.

Com meus respeitos e cordiais cumprimentos.

**VANDER COSTA**  
Presidente

SAUS Quadra 1 Bloco J Edifício Clesio Andrade - Brasília/DF - CEP 70070-944  
Telefone: (61) 2106 5700 - Fale com a CNT: 0800 726 2891 - [www.cnt.org.br](http://www.cnt.org.br)

Avulso do REQ 601/2024 - CDIR [4 de 4]

SF/24979.69881-13 (LexEdit)



## DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

### Projeto de Lei nº 1725/2024







# SENADO FEDERAL

## EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 1725, de 2024**, que *"Institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360; institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas –Desenrola Pequenos Negócios; cria linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi; altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.735, de 11 de setembro de 2003, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.606, de 9 de janeiro de 2018, 14.042, de 19 de agosto de 2020, 14.165, de 10 de junho de 2021, e 14.166, de 10 de junho de 2021; e dá outras providências."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	001*; 005
Senador Esperidião Amin (PP/SC)	002; 003
Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	004
Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Flavio Azevedo (PL/RN)	006
Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)	007
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	008; 009; 010; 011; 012; 013; 014
Senador Fernando Farias (MDB/AL)	015

**\* Emenda retirada pelo autor**  
**TOTAL DE EMENDAS: 15**





[Página da matéria](#)



**PL 1725/2024**  
**00001**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Laércio Oliveira

**EMENDA Nº - CAE**  
**(ao PL 1725/2024)**

Acrescente-se o art. 45-A ao Projeto de Lei, com a seguinte redação:

“Artigo 45-A Fica estabelecido que os pagamentos referentes a prestações de serviços realizadas por empresas da economia criativa, deverão ser efetuados no prazo máximo de trinta (30) dias corridos da prestação de serviços ou em base mensal nos casos de prestação de serviços prolongados ou contínuos.

Parágrafo único. Para fins deste artigo, consideram-se simultaneamente as seguintes condições:

I – As atividades da empresa contratada devem estar registradas num dos Códigos Nacionais de Atividade Econômica (CNAEs): 58, 59, 90 e 91;

II – O faturamento anual no exercício anterior da empresa contratada não pode exceder vinte vezes o teto definido no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

III – A empresa contratada deverá ter no máximo noventa e nove (99) empregados em seu quadro na média do exercício anterior.”



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5223553671>



## JUSTIFICAÇÃO

A proposta de emenda ao projeto de lei estabelece um prazo máximo de 30 dias para pagamentos às empresas da economia criativa com até 99 funcionários é uma medida de vital importância para preservar a saúde financeira dessas empresas e, por extensão, fortalecer a economia brasileira.

A relevância desta medida é destacada pelo papel significativo que as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) desempenham no Brasil. Segundo dados do SEBRAE, essas empresas contribuem com 30% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, empregam 52% da força de trabalho formal e são responsáveis por mais de 40% da massa salarial. No entanto, essas empresas enfrentam desafios substanciais devido aos prazos de pagamento prolongados frequentemente impostos por grandes corporações. Tais práticas não apenas comprometem a liquidez dessas pequenas empresas, mas também dificultam sua gestão financeira e capacidade de expansão, prejudicando sua sobrevivência e crescimento.

A emenda proposta é essencial para estabelecer uma proteção efetiva para as micro, pequenas e também médias empresas no setor da economia criativa. Este segmento é notável pela forma horizontalizada como opera, frequentemente envolvendo subcontractações personalizadas para a realização de cada serviço artístico e cultural. A natureza dessas empresas faz com que uma grande parte de seus custos de operação — muitas vezes mais de 50% do preço final cobrado — seja destinada ao pagamento de salários, contratação de artistas e talentos terceirizados, bem como à aquisição de serviços e insumos de numerosos micros e pequenos fornecedores, incluindo transporte, alimentação e outros materiais necessários. Portanto, a implementação desta emenda é crucial para garantir a sustentabilidade financeira dessas empresas dentro de um setor tão dinâmico e essencial.



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5223553671>



A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 170, estabelece que a ordem econômica deve assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social, sendo fundamentada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa. Este artigo também ressalta princípios como a função social da propriedade, a defesa do consumidor, a livre concorrência, e, especificamente ao caso em tela, o tratamento favorecido para empresas de pequeno porte.

Esses princípios fundamentais demandam uma intervenção regulatória eficaz para corrigir as distorções de mercado que desfavorecem as MPMEs em relação às grandes empresas, que frequentemente exercem seu poder econômico para impor condições comerciais desequilibradas. Tal prática inverte a dinâmica normal de negociações comerciais, onde é o comprador, e não o vendedor, que estabelece as condições de pagamento, numa evidente distorção de um processo concorrencial justo, eliminando muitos fornecedores de um mercado livre e saudável. A ausência de regulamentações que estabeleçam prazos máximos de pagamento contribui para um ambiente de negócios onde as grandes corporações manipulam e determinam unilateralmente os prazos de pagamento para otimizar seu próprio fluxo de caixa às custas de fornecedores menores, exacerbando as desigualdades econômicas e enfraquecendo a justiça competitiva.

A Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019, conhecida como a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece importantes diretrizes para o ambiente empresarial brasileiro. Em seu artigo 3º, inciso VIII, a lei assegura que, nos negócios jurídicos empresariais entre partes em igualdade de condições, as regras contratuais podem ser livremente estabelecidas pelas partes envolvidas, aplicando-se as normas do direito empresarial de forma subsidiária, exceto quando se tratar de normas de ordem pública.

É cediço que, na proposta ora apresentada, trata-se de patente posição não paritária ou equivalente entre os contratantes – representados pelas grandes



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5223553671>



corporações e grupos econômicos – e as empresas contratadas – definidas no escopo desta emenda pelas Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs).

Conclui-se, logo, que a falta de uma regulação adequada nesta área resulta em desequilíbrios significativos e prejuízos consideráveis para MPMEs. A ausência de capital de giro, muitas vezes força essas empresas, quando têm acesso a crédito no sistema financeiro brasileiro, a aceitar encargos financeiros que são desproporcionais às suas já restritas margens de lucro. Esse cenário é agravado pelas dificuldades frequentes que essas empresas enfrentam para competir em licitações devido à falta de recursos financeiros, causada por desencaixes imediatos e a necessidade de assumir compromissos com subcontratações, especialmente com outros fornecedores micro e pequenos.

Além disso, em muitas situações, grandes compradores e contratantes estendem os prazos de pagamento para as MPMEs até limites inaceitáveis, frequentemente excedendo 90 a 120 dias após a prestação de serviços. Paradoxalmente, esses mesmos grandes compradores muitas vezes oferecem, através de bancos controlados ou vinculados a eles, a opção de desconto de títulos que serão emitidos pelas MPMEs, criando um ciclo vicioso que configura um abuso de poder econômico. Este arranjo não apenas prejudica a liquidez e a sustentabilidade financeira das MPMEs, mas também distorce a competição justa no mercado, reforçando a necessidade urgente de uma regulamentação eficaz que proteja essas empresas de práticas comerciais desleais.

É com esta preocupação que, internacionalmente, várias jurisdições reconheceram essas questões e implementaram legislações para proteger as pequenas empresas. Nos Países Baixos, legislação recente proíbe grandes empresas de estabelecer prazos de pagamento superiores a 30 dias em suas transações com PMEs. Na França, a legislação estipula um prazo de pagamento padrão de 30 dias após a entrega de bens ou a conclusão de serviços, a menos que um acordo



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5223553671>



diferente seja estabelecido entre as partes, desde que não resultem em abusos ou lesões aos credores.

Nesse sentido, o governo francês tem aplicado rigorosamente essas regras, como demonstrado pela Direção-Geral da Concorrência, Consumo e Prevenção de Fraudes (DGCCRF), que impôs multas significativas por não cumprimento dos prazos de pagamento. Da mesma forma, num paralelo com uma realidade mais próxima do Brasil, a "Lei dos 30 dias" do Chile regula os prazos de pagamento regular em período máximo de 30 dias, além de garantir o direito à aplicação de juros por atraso e a definição de penalidades para o descumprimento, contribuindo, assim, para uma dinâmica de mercado mais equilibrada e justa.

No contexto brasileiro, a falta de uma legislação similar coloca nossas empresas em desvantagem, não apenas internamente, mas também em uma arena global, onde práticas justas de pagamento são cada vez mais vistas como um indicativo de um ambiente de negócios maduro e equitativo. Prazos justos não apenas favorecem uma economia mais ativa e viva, como também estabelece parâmetros e condutas mais sustentáveis, eficientes e socialmente mais responsáveis, em plena harmonia com os ditames da sigla ESG, tão difundida e aclamada pelas grandes empresas.

Portanto, a proposta de estabelecer um prazo de pagamento máximo de 30 dias para transações com empresas da economia criativa é não apenas uma resposta necessária às práticas de mercado desequilibradas, mas também um alinhamento vital com os princípios constitucionais que promovem a livre concorrência e um ambiente econômico justo.

Este esforço legislativo é crucial para garantir que as MPMEs brasileiras possam competir em pé de igualdade, evitando falências desnecessárias e promovendo um crescimento econômico mais inclusivo e equitativo. Ao garantir



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5223553671>



prazos de pagamento justos, estamos não só protegendo o tecido empresarial brasileiro, mas também estimulando um ambiente de negócios mais dinâmico e inovador, vital para a saúde e sustentabilidade de longo prazo da economia brasileira. A aprovação desta emenda é, portanto, um passo imprescindível para fortalecer e estimular o empreendedorismo e o crescimento das MPMEs e, consequentemente, a nossa economia ao passo que se assegura justiça social, em conformidade com os objetivos da nossa Constituição.

Sala da comissão, 10 de setembro de 2024.

**Senador Laércio Oliveira**  
(PP - SE)



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5223553671>





**PL 1725/2024**  
**00002**



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Esperidião Amin

**EMENDA Nº - CAE**  
**(ao PL 1725/2024)**

Dê-se nova redação ao inciso I do § 1º do art. 7º, ao § 1º-A do art. 7º e ao inciso I do § 1º-B do art. 7º; e suprimam-se os incisos II e III do § 1º-B do art. 7º e o § 1º-C do art. 7º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, como proposto pelo art. 16 do Projeto de Lei nº 1.725, de 2024, nos termos a seguir:

“Art. 7º.....

§ 1º.....

I – adquirir e gerir bens e direitos da União e das entidades da administração pública indireta, bem como de fundos públicos ou privados em que a União aporte recursos, podendo, em contrapartida, assumir obrigações deles; e

.....

§ 1º-A. A EMGEA poderá criar ou participar de estruturas organizacionais, na forma de fundos de investimentos, sociedades de propósitos específicos, concessões ou parcerias público-privadas, que tenham por finalidade viabilizar projetos de desenvolvimento urbano.

§ 1º-B.....

I – atuar como companhia securitizadora, nos termos da Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022;

II – (Suprimir)

III – (Suprimir)

§ 1º-C. (Suprimir)

.....” (NR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1837973827>



## JUSTIFICAÇÃO

O art. 16 do Projeto de Lei (PL) nº 1.725, de 2024, que reproduz a Medida Provisória nº 1.213, de 2024, trata dos incentivos ao mercado de crédito imobiliário e altera dispositivos da Medida Provisória nº 2.196-3, de 2001, que autorizou a criação da Empresa Gestora de Ativos (EMGEA). Essa empresa pública foi criada para adquirir financiamentos imobiliários da Caixa Econômica Federal, especialmente em situação de inadimplência, de modo a melhorar o balanço dessa instituição. Em 2019, foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND) pelo Decreto nº 10.008, de 2019, tendo o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) realizado diversos atos preparatórios nesse sentido.

O PL altera amplamente o objeto da Emgea, permitindo que (i) adquira ativos não apenas federais, mas também dos entes subnacionais, e de fundos com participação da União; (ii) adquira crédito imobiliário concedido por instituições financeiras, para incorporação em carteira ou alienação posterior, além de títulos e valores mobiliários lastreados em crédito imobiliário; (iii) atue como securitizadora de créditos imobiliários; (iv) ofereça instrumentos financeiros de proteção de instituições financeiras a exposições de remuneração e prazo de operações de crédito imobiliário; (v) crie ou participe de estruturas organizacionais que tenham por finalidade o “desenvolvimento social de interesse público”; e (vi) gerencie bens e direitos de quaisquer entes da Federação.

A Exposição de Motivos da MPV nº 1.213, de 2024, enfatizava a atuação da empresa como securitizadora, apontada como uma forma de apoio ao mercado secundário de crédito imobiliário, mas era vaga quanto às demais áreas de atuação.

Consideramos essa ampliação indiscriminada do escopo da Emgea um risco, pois, a rigor, ela poderá atuar em qualquer tipo de situação, bastando para tanto enquadrá-la como “desenvolvimento social de interesse público”. Além disso, a aquisição de créditos imobiliários ou de títulos derivados de sua securitização, por si só, equivale a uma atuação como instituição financeira, que assume os riscos de inadimplência correspondentes, que recairão sobre o erário, por se tratar de uma empresa pública. A oferta de proteção contra riscos do crédito imobiliário (operações de *hedge* e *swap*), por sua vez, constitui atividade financeira altamente especializada, que deveria ser realizada por instituições financeiras sujeitas a regulação e fiscalização pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emenda apresentada preserva a atuação da Emgea como securitizadora de crédito imobiliário, sujeita ao mesmo regime jurídico das companhias securitizadoras privadas, e sua atuação como fomentadora de projetos de desenvolvimento urbano, mas suprime as demais alterações de seu objeto



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1837973827>



social, a fim de preservar a eficiência na administração pública e evitar a formação de passivos contingentes futuros para o erário.

Sala da comissão, 10 de setembro de 2024.

**Senador Esperidião Amin**  
(PP - SC)



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1837973827>



**PL 1725/2024**  
**00003**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Esperidião Amin

**EMENDA Nº - CAE**  
**(ao PL 1725/2024)**

Dê-se nova redação à ementa; e acrescente-se Capítulo VI-1 antes do Capítulo VII, nos termos a seguir:

“Institui o Programa Acredita no Primeiro Passo, o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil, altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360, institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais - MEIs, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Desenrola Pequenos Negócios, institui o Programa Pró-Melhorias Habitacionais e altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, a Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, e dá outras providências.”

**“CAPÍTULO VI-1**

**DO PROGRAMA PRÓ-MELHORIAS HABITACIONAIS**

**Art. 41-1.** Fica instituído o Programa Pró-Melhorias Habitacionais (PMH) com o objetivo de promover a oferta de microfinanciamento habitacional acessível para fomentar, apoiar e financiar ampliações, reformas e melhorias habitacionais de moradias de famílias de baixa renda.

§ 1º Para os efeitos do disposto nesta Lei, considera-se microfinanciamento habitacional a concessão de empréstimos de pequeno valor, observando o disposto em regulamento, a famílias que se enquadrem na Faixa



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2308907566>



Urbano 2 a que se refere o art. 5º, I, da Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, para fins de execução de melhorias, reformas, ampliações e pequenas construções em suas moradias, sejam as famílias proprietárias formais de imóveis ou com posse legítima em áreas regularizadas ou regularizáveis.

§ 2º O microfinanciamento habitacional pode ser concedido sem a exigência de garantias reais, as quais podem ser ou não substituídas por formas alternativas e adequadas de garantias.

§ 3º Poderá ser realizada mais de uma contratação de microfinanciamento habitacional com mesmo mutuário.

§ 4º A contratação do microfinanciamento habitacional não restringe o acesso a outras modalidades de financiamento, assim como outros contratos de financiamento não restringem acesso ao microfinanciamento habitacional.

**Art. 41-2.** São recursos destinados a lastrear a concessão de microfinanciamento habitacional aqueles provenientes:

I – do Sistema Financeiro Habitacional, incluindo os recursos no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

II – próprios das instituições financeiras participantes;

III – captados junto à organismos multilaterais, bancos internacionais e regionais de desenvolvimento;

IV – do orçamento geral da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, alocados diretamente ou via subvenção econômica a instituições financeiras participantes, seja para lastrear o crédito, integral ou parcialmente, para o subsídio parcial direto ou para equalização de parte dos custos de contratação e acompanhamento de operações;

V – dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a alínea c do inciso I do *caput* do art. 159 da Constituição Federal, aplicáveis no âmbito de suas regiões;

VI – captados por agentes financeiros junto ao mercado de capitais;



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2308907566>



VII – de fundos filantrópicos;

VIII – de fundos específicos diversos, entre eles, mas não exclusivamente, FAMPE, Fundo Clima, entre outros; e

IX – de outras fontes que venham a ser alocadas para o PMH.

**Art. 41-3.** São entidades autorizadas a operar ou participar do PMH, respeitadas as operações a elas permitidas, nos termos da legislação e da regulamentação em vigor:

I – Caixa Econômica Federal;

II – bancos de desenvolvimento nacionais, regionais e estaduais;

III – bancos comerciais;

IV – bancos múltiplos com carteira comercial;

V – cooperativas centrais e singulares de crédito;

VI – agências de fomento;

VII – sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte;

VIII – organizações da sociedade civil de interesse público;

IX – agentes de crédito constituídos como pessoas jurídicas, nos termos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE);

X – *fintechs*, assim entendidas as sociedades que prestam serviços financeiros, inclusive operações de crédito, por meio de plataformas eletrônicas;

XI – instituições financeiras que realizem, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, operações exclusivamente por meio de sítio eletrônico ou de aplicativo;

XII – companhias de habitação; e

XIII – demais instituições financeiras públicas e privadas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, atendida a disciplina do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil a elas aplicável.



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2308907566>



**Art. 41-4.** Os sistemas de avaliação de risco creditício utilizados pelos agentes financeiros devem buscar adequar-se, em termos de custos e processamento, ao caráter do microfinanciamento e, ainda, a natureza mais informal ou de baixa regularidade da renda do público alvo.

**Art. 41-5.** Para fins de concessão é admitida tanto a possibilidade de relacionamento direto entre o agente financeiro e o proponente ou mutuário quanto o uso de tecnologias digitais e eletrônicas que possam substituir o contato presencial, para fins de orientação e obtenção de crédito.

**Art. 41-6.** As operações de crédito no âmbito do PMH poderão contar com garantias, para as quais será admitido o uso, em conjunto ou isoladamente, de aval, inclusive o solidário, ou de outras modalidades e formas alternativas de garantias.

**Art. 41-7.** O Conselho Curador do FGTS (CCFGTS), os conselhos deliberativos dos fundos constitucionais de financiamento e demais fundos de fomento disciplinarão, no âmbito de suas competências, as condições de repasse e direcionamento de recursos e de aquisição de operações de crédito das instituições financeiras operadoras do microfinanciamento habitacional.

**Art. 41-8.** Fica criado o Fórum Nacional de Microfinanciamento Habitacional, com o objetivo de promover o debate contínuo entre as entidades vinculadas ao segmento visando:

I – propor e apoiar a elaboração de estudos e o desenvolvimento de ferramentas que possibilitem o monitoramento e a avaliação do PMH;

II – propor a adoção de medidas para o aperfeiçoamento da legislação e o fortalecimento do PMH;

III – estimular a formação de parcerias entre as entidades operadoras do PMH; e

IV – estimular a integração entre o PMH e as demais políticas públicas de desenvolvimento e de combate à inadequação habitacional.



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2308907566>



§ 1º O Fórum Nacional de Microfinanciamento Habitacional será composto por representantes de diferentes órgãos e entidades, cada membro com um suplente designado, de acordo com o disposto em regulamento.

§ 2º As proposições do Fórum Nacional de Microcrédito devem ser consideradas, mas não vinculam a atuação do CMN, do CCFGTS e dos conselhos dos fundos constitucionais de financiamento.

**Art. 41-9.** A Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 1º É autorizada a constituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte, e de Sociedades de Microfinanciamento Habitacional, as quais:

I – terão por objeto social a concessão de financiamentos a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, com vistas à viabilização de reformas, melhorias e pequenas construções em suas habitações, a empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, equiparando-se às instituições financeiras para os efeitos da legislação em vigor, podendo exercer outras atividades definidas pelo Conselho Monetário Nacional;

.....’ (NR)

**Art. 41-10** A Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art.2º.....

.....

Parágrafo único. Não constituem impedimento à qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público as operações destinadas a microcrédito e microfinanciamento habitacional realizadas com instituições financeiras na forma de recebimento de repasses, venda de operações realizadas ou atuação como mandatárias.’ (NR)

**Art. 41-11.** O Conselho Monetário Nacional regulamentará o PMH em um prazo de até 120 dias após a publicação desta medida.”



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2308907566>





## JUSTIFICAÇÃO

O maior limitador para o acesso à moradia digna é a baixa capacidade de poupança e de pagamento (disponibilidade de renda mensal) das famílias de baixa renda, agravada pela elevada vulnerabilidade à volatilidade macroeconômica do mercado de trabalho, das taxas de juros e da inflação. Essa conjunção de fatores impede que boa parte das famílias brasileiras se qualifique para a aquisição de uma moradia formal, mesmo que por meio de financiamento em condições mais favoráveis. Essa realidade se traduz no déficit habitacional existente, tanto quantitativo quanto qualitativo.

No âmbito do sistema de financiamento nacional chama a atenção a necessidade de fomentar o microfinanciamento habitacional, a despeito do excelente desenvolvimento do microcrédito produtivo no país, ao longo das últimas décadas.

Destaca-se, ainda, o fato de que as famílias dos segmentos de menor renda que não conseguem acesso à aquisição formal financiada, tenham que prover suas próprias soluções de moradia por meio das linhas de crédito pessoal ao consumidor (CDC), com taxas de juros elevadas, enquanto famílias de extratos de renda média e média alta acessam mais facilmente financiamentos junto ao SFH, com taxas de juros abaixo das taxas de mercado. O alto custo do crédito disponível reduz a capacidade de compra de material e de contratação de assistência técnica especializada e mão-de-obra, com implicações sobre a qualidade das moradias e nas melhorias efetivamente produzidas.

Em crises econômicas e financeiras, os segmentos de baixa renda ficam ainda mais expostos ao desemprego, à informalidade, à perda de renda e poupança e enfrentam maiores dificuldades de acesso ao crédito, uma vez que também nesses momentos, o aumento na aversão a risco do sistema bancário amplia a exigência de garantias para a liberação de financiamentos. O Brasil enfrentou uma recessão econômica no período 2015-2016 e foi duramente afetado pela pandemia do Covid-19 a partir de março de 2020. Nesse contexto, pode haver



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2308907566>



uma retração do número de famílias capazes de se qualificar para obter o crédito habitacional para a aquisição de uma moradia formal e, com isso, pode haver expansão da inadequação edilícia, dado que as famílias são impelidas a prover suas próprias soluções de moradia e contam com menos recursos e menos crédito, ou crédito mais caro, para isso.

Em resposta à crise deflagrada pelo Covid-19, o governo federal intensificou medidas, garantias e esforços voltados para o microcrédito produtivo, segmento que já vinha sendo apoiado por políticas públicas e que vem ganhando um espaço importante nos últimos anos, reforçado recentemente.

Porém, há ainda muito o que avançar, especialmente no fomento ao mercado de microfinanciamento habitacional acessível. Nesse sentido, a presente proposição institui o Programa Pró-Melhorias Habitacionais, que visa prover financiamentos para famílias de menor renda, que frequentemente têm encontrado dificuldades de acessar financiamentos mais acessíveis.

Sala da comissão, 10 de setembro de 2024.

**Senador Esperidião Amin**  
(PP - SC)



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2308907566>



**PL 1725/2024**  
**00004**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Esperidião Amin

**EMENDA Nº        - CAE**  
**(ao PL 1725/2024)**

Dê-se nova redação ao *caput* do § 2º do art. 6º; e acrescentem-se arts. 6º-E e 6º-F à Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, todos na forma proposta pelo art. 14 do Projeto, nos termos a seguir:

“**Art. 6º** .....

.....

§ 2º O valor não utilizado para garantia das operações contratadas nos períodos a que se refere o *caput* do art. 3º desta Lei, assim como os valores recuperados, inclusive no caso de inadimplência, poderão ser utilizados no fundo destinado à concessão de incentivo financeiro educacional, na modalidade de poupança, à permanência e à conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público, permanecendo para a garantia de operações contratadas no âmbito do Pronampe o montante mínimo de 70% (setenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2025, nos termos em que dispuser o Poder Executivo federal.

.....” (NR)

“**Art. 6º-D.** .....” (NR)

“**Art. 6º-E.** Fica a União autorizada a aumentar a sua participação no FGO para a cobertura de operações contratadas no âmbito do Pronampe até o limite do valor total das dotações incluídas ou acrescidas por emendas parlamentares com essa finalidade na lei orçamentária anual, nos termos de regulamento, independentemente do limite de integralização estabelecido para a União pela legislação vigente.”

“**Art. 6º-F.** Ficam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e os seus respectivos órgãos e entidades, inclusive consórcios públicos, e instituições privadas, na forma estabelecida na legislação, autorizados a celebrar convênios com a instituição administradora do FGO com o objetivo de incentivar



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5841502981>



o desenvolvimento de microempresas e empresas de pequeno porte em sua área de atuação.” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

O Pronampe foi instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para garantir crédito emergencial às microempresas e empresas de pequeno porte, que, naquele momento, enfrentavam uma conjuntura econômica desfavorável decorrente da pandemia da Covid-19. Dado o sucesso do programa, ele se tornou permanente por determinação do art. 1º da Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021.

Apresentamos nova redação ao §2º do art. 6º da Lei nº 13.999, de 2020. Nela, vamos estabelecer ao Governo Federal a possibilidade de alocar recursos à permanência e conclusão escolar de estudantes do Ensino Médio da rede pública, ao mesmo tempo que garantiremos a continuidade do FGO-Pronampe a longo prazo. Nesse sentido, propomos que os valores não utilizados nos períodos a que se refere o caput do art. 3º da Lei nº 13.999, de 2020, isto é, os períodos estabelecidos em ato do Ministro de Estado do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, bem como os valores recuperados, inclusive no caso de inadimplência, possam ser alocados ao fundo destinado à concessão de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, à permanência e à conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público, permanecendo para a garantia de operações contratadas no âmbito do Pronampe o montante mínimo de 70% (setenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2025.

Ademais, trazemos dois acréscimos à proposição por meio da inclusão dos arts. 6º-E e 6º-F à Lei nº 13.999, de 2020. Com o art. 6º-E, sugerimos autorizar a União a aumentar sua participação no FGO para a cobertura de operações no âmbito do Pronampe até o limite do valor total das dotações oriundas de emendas parlamentares que possuam esta finalidade específica na lei orçamentária anual, independentemente do limite de integralização estabelecido para a União. Com o art. 6º-F, propomos a possibilidade de os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como entidades do setor privado, celebrarem convênios com a entidade



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5841502981>



administradora do FGO, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas em sua respectiva área de atuação.

Sobre o aspecto econômico e financeiro, é relevante garantir tratamento diferenciado aos pequenos negócios porque, no Brasil, o acesso ao crédito apresenta restrições estruturais. Consequentemente, sem políticas públicas creditícias como o Pronampe, muitos micro e pequenos empresários não teriam acesso a crédito e, provavelmente, muitos teriam dificuldade em garantir o crescimento de seus negócios por não terem capital próprio suficiente. Portanto, é inegável que o Pronampe traz benefícios econômicos e sociais para o Brasil, sendo uma política pública meritória que merece ser continuada para além de 2025.

É oportuno observar que continua a possibilidade de formação de um fundo destinado à concessão de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, à permanência e à conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público a partir do FGO-Pronampe, sem, contudo, inviabilizar sua continuidade a longo prazo.

Sala da comissão, 10 de setembro de 2024.

**Senador Esperidião Amin**  
(PP - SC)



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5841502981>





SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

### **Emenda a MPV 1725/2024 - Viabilidade para o Pronampe permanente**

Assinam eletronicamente o documento SF241308274023, em ordem cronológica:

1. Sen. Esperidião Amin
2. Sen. Laércio Oliveira



**PL 1725/2024**  
**00005**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Laércio Oliveira

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 1725/2024)**

Acrescente-se, onde couber, renumerando-se os demais, o seguinte artigo:

**“Art.** Fica estabelecido que os pagamentos referentes a prestações de serviços realizadas por empresas da economia criativa, deverão ser efetuados no prazo máximo de trinta (30) dias corridos da prestação de serviços ou em base mensal nos casos de prestação de serviços prolongados ou contínuos.

**Parágrafo único.** Para fins deste artigo, consideram-se simultaneamente as seguintes condições:

I – As atividades da empresa contratada devem estar registradas num dos Códigos Nacionais de Atividade Econômica (CNAEs): 58, 59, 90 e 91;

II – O faturamento anual no exercício anterior da empresa contratada não pode exceder vinte vezes o teto definido no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

III – A empresa contratada deverá ter no máximo noventa e nove (99) empregados em seu quadro na média do exercício anterior.”



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9465341360>



## JUSTIFICAÇÃO

A proposta de emenda ao projeto de lei estabelece um prazo máximo de 30 dias para pagamentos as empresas da economia criativa com até 99 funcionários, é uma medida de vital importância para preservar a saúde financeira dessas empresas e, por extensão, fortalecer a economia brasileira.

A relevância desta medida é destacada pelo papel significativo que as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) desempenham no Brasil. Segundo dados do SEBRAE, essas empresas contribuem com 30% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, empregam 52% da força de trabalho formal e são responsáveis por mais de 40% da massa salarial. No entanto, essas empresas enfrentam desafios substanciais devido aos prazos de pagamento prolongados frequentemente impostos por grandes corporações. Tais práticas não apenas comprometem a liquidez dessas pequenas empresas, mas também dificultam sua gestão financeira e capacidade de expansão, prejudicando sua sobrevivência e crescimento.

A emenda proposta é essencial para estabelecer uma proteção efetiva para as micro, pequenas e também médias empresas no setor da economia criativa. Este segmento é notável pela forma horizontalizada como opera, frequentemente envolvendo subcontratações personalizadas para a realização de cada serviço artístico e cultural. A natureza dessas empresas faz com que uma grande parte de seus custos de operação — muitas vezes mais de 50% do preço final cobrado — seja destinada ao pagamento de salários, contratação de artistas e talentos terceirizados, bem como à aquisição de serviços e insumos de numerosos micros e pequenos fornecedores, incluindo transporte, alimentação e outros materiais necessários. Portanto, a implementação desta emenda é crucial para garantir a sustentabilidade financeira dessas empresas dentro de um setor tão dinâmico e essencial.



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9465341360>





A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 170, estabelece que a ordem econômica deve assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social, sendo fundamentada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa. Este artigo também ressalta princípios como a função social da propriedade, a defesa do consumidor, a livre concorrência, e, especificamente ao caso em tela, o tratamento favorecido para empresas de pequeno porte.

Esses princípios fundamentais demandam uma intervenção regulatória eficaz para corrigir as distorções de mercado que desfavorecem as MPMEs em relação às grandes empresas, que frequentemente exercem seu poder econômico para impor condições comerciais desequilibradas. Tal prática inverte a dinâmica normal de negociações comerciais, onde é o comprador, e não o vendedor, que estabelece as condições de pagamento, numa evidente distorção de um processo concorrencial justo, eliminando muitos fornecedores de um mercado livre e saudável. A ausência de regulamentações que estabeleçam prazos máximos de pagamento contribui para um ambiente de negócios onde as grandes corporações manipulam e determinam unilateralmente os prazos de pagamento para otimizar seu próprio fluxo de caixa às custas de fornecedores menores, exacerbando as desigualdades econômicas e enfraquecendo a justiça competitiva.

A Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019, conhecida como a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece importantes diretrizes para o ambiente empresarial brasileiro. Em seu artigo 3º, inciso VIII, a lei assegura que, nos negócios jurídicos empresariais entre partes em igualdade de condições, as regras contratuais podem ser livremente estabelecidas pelas partes envolvidas, aplicando-se as normas do direito empresarial de forma subsidiária, exceto quando se tratar de normas de ordem pública.

É cediço que, na proposta ora apresentada, trata-se de patente posição não paritária ou equivalente entre os contratantes – representados pelas grandes



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9465341360>



corporações e grupos econômicos – e as empresas contratadas – definidas no escopo desta emenda pelas Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs).

Conclui-se, logo, que a falta de uma regulação adequada nesta área resulta em desequilíbrios significativos e prejuízos consideráveis para MPMEs. A ausência de capital de giro, muitas vezes força essas empresas, quando têm acesso a crédito no sistema financeiro brasileiro, a aceitar encargos financeiros que são desproporcionais às suas já restritas margens de lucro. Esse cenário é agravado pelas dificuldades frequentes que essas empresas enfrentam para competir em licitações devido à falta de recursos financeiros, causada por desencaixes imediatos e a necessidade de assumir compromissos com subcontratações, especialmente com outros fornecedores micro e pequenos.

Além disso, em muitas situações, grandes compradores e contratantes estendem os prazos de pagamento para as MPMEs até limites inaceitáveis, frequentemente excedendo 90 a 120 dias após a prestação de serviços. Paradoxalmente, esses mesmos grandes compradores muitas vezes oferecem, através de bancos controlados ou vinculados a eles, a opção de desconto de títulos que serão emitidos pelas MPMEs, criando um ciclo vicioso que configura um abuso de poder econômico. Este arranjo não apenas prejudica a liquidez e a sustentabilidade financeira das MPMEs, mas também distorce a competição justa no mercado, reforçando a necessidade urgente de uma regulamentação eficaz que proteja essas empresas de práticas comerciais desleais.

É com esta preocupação que, internacionalmente, várias jurisdições reconheceram essas questões e implementaram legislações para proteger as pequenas empresas. Nos Países Baixos, legislação recente proíbe grandes empresas de estabelecer prazos de pagamento superiores a 30 dias em suas transações com PMEs. Na França, a legislação estipula um prazo de pagamento padrão de 30 dias após a entrega de bens ou a conclusão de serviços, a menos que um acordo



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9465341360>



diferente seja estabelecido entre as partes, desde que não resultem em abusos ou lesões aos credores.

Nesse sentido, o governo francês tem aplicado rigorosamente essas regras, como demonstrado pela Direção-Geral da Concorrência, Consumo e Prevenção de Fraudes (DGCCRF), que impôs multas significativas por não cumprimento dos prazos de pagamento. Da mesma forma, num paralelo com uma realidade mais próxima do Brasil, a "Lei dos 30 dias" do Chile regula os prazos de pagamento regular em período máximo de 30 dias, além de garantir o direito à aplicação de juros por atraso e a definição de penalidades para o descumprimento, contribuindo, assim, para uma dinâmica de mercado mais equilibrada e justa.

No contexto brasileiro, a falta de uma legislação similar coloca nossas empresas em desvantagem, não apenas internamente, mas também em uma arena global, onde práticas justas de pagamento são cada vez mais vistas como um indicativo de um ambiente de negócios maduro e equitativo. Prazos justos não apenas favorecem uma economia mais ativa e viva, como também estabelece parâmetros e condutas mais sustentáveis, eficientes e socialmente mais responsáveis, em plena harmonia com os ditames da sigla ESG, tão difundida e aclamada pelas grandes empresas.

Portanto, a proposta de estabelecer um prazo de pagamento máximo de 30 dias para transações com empresas da economia criativa é não apenas uma resposta necessária às práticas de mercado desequilibradas, mas também um alinhamento vital com os princípios constitucionais que promovem a livre concorrência e um ambiente econômico justo.

Este esforço legislativo é crucial para garantir que as MPMEs brasileiras possam competir em pé de igualdade, evitando falências desnecessárias e promovendo um crescimento econômico mais inclusivo e equitativo. Ao garantir



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9465341360>



prazos de pagamento justos, estamos não só protegendo o tecido empresarial brasileiro, mas também estimulando um ambiente de negócios mais dinâmico e inovador, vital para a saúde e sustentabilidade de longo prazo da economia brasileira. A aprovação desta emenda é, portanto, um passo imprescindível para fortalecer e estimular o empreendedorismo e o crescimento das MPMEs e, consequentemente, a nossa economia ao passo que se assegura justiça social, em conformidade com os objetivos da nossa Constituição.

Sala da comissão, 11 de setembro de 2024.

**Senador Laércio Oliveira**  
(PP - SE)



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9465341360>



**PL 1725/2024**  
**00006**



SENADO FEDERAL

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 1725/2024)**

Acrescentem-se arts. 53 e 54 ao Projeto, com a seguinte redação:

“**Art. 53.** A Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 45.** Os recursos existentes nas contas de depósitos, sob qualquer título, cujos cadastros não foram objeto de atualização, na forma da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.753, de 26 de setembro de 2019, deverão ser devolvidos por meio de arranjo de pagamentos instantâneos instituído pelo Banco Central do Brasil (Pix), em qualquer conta ativa, independente de solicitação

**Parágrafo único.** Regulamento definirá:

**I** – a forma de devolução para titulares que não possuam chave Pix;

**II** – a forma de disponibilização de informações das chaves Pix a que se refere o caput às instituições depositárias.’ (NR)”

“**Art. 54.** Revogam-se os arts. 46 e 47 da Lei nº 14.973 de 16 de setembro de 2024.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Atualmente, cerca de 930 mil pessoas físicas têm mais de R\$ 1.000 em valores a receber, segundo dados do BC (Banco Central). Estima-se que há um total de R\$ 8,6 bilhões de recursos a serem recebidos. No entanto, o Governo Federal sancionou lei que prevê um verdadeiro confisco do dinheiro dos brasileiros.

Segundo a Lei nº 14.973/2024, os saldos não reclamados remanescentes junto às instituições depositárias passarão ao domínio da União e serão apropriados pelo Tesouro Nacional como receita orçamentária primária e considerados para fins de verificação do cumprimento da meta de resultado primário.



Assinado eletronicamente, por Sen. Flavio Azevedo e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1783436807>



Estamos falando de recursos que possuem um proprietário. Famílias que podem e devem usufruir de seus recursos. Os prazos previstos pela atual legislação ignoram que muitos idosos, ou pessoas que nem sempre estão bem-informadas, serão lesadas.

Se por um lado, uma parte significativa dos proprietários possuem valores a receber menores do que R\$ 10,00, por outro existem empresas e pessoas físicas que possuem milhares ou até milhões de reais a serem devolvidos.

Assim sendo, propomos que a ferramenta PIX, consagrado arranjo de pagamentos instituído pelo Banco Central do Brasil (BCB), possa ser utilizada para que o CPF do PIX vinculado aos seus proprietários, seja utilizado para a correta devolução dos recursos.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares a esta emenda.

Sala das sessões, 18 de setembro de 2024.

**Senador Flavio Azevedo**  
**(PL - RN)**  
**Senador**

**Senador Izalci Lucas**  
**(PL - DF)**  
**Senador**



Assinado eletronicamente, por Sen. Flavio Azevedo e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1783436807>





SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

### **Emenda ao PL 1725/2024 - devolução de valores esquecidos por PIX**

Assinam eletronicamente o documento SF244701270401, em ordem cronológica:

1. Sen. Flavio Azevedo
2. Sen. Izalci Lucas



**PL 1725/2024**  
**00007**SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Mara Gabrilli**EMENDA Nº**  
**(ao PL 1725/2024)**

Dê-se ao caput do art. 2º do PL 1725/2024 a seguinte redação:

“Art. 2º O Programa Acredita no Primeiro Passo terá foco em territórios de alta vulnerabilidade socioeconômica e priorizará sua atuação junto a pessoas com deficiência, mulheres, jovens, negros e membros de populações tradicionais e ribeirinhas inscritos no CadÚnico.

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

Oferecemos esta emenda de redação para suprir a ausência das brasileiras e brasileiros com deficiência, um dos principais públicos em vulnerabilidade socioeconômica inscritos no CadÚnico, e incluí-los neste importante programa social que o PL 1725, de 2014 cria. Estamos certos de que a intenção do nobre autor do projeto, o Deputado José Guimarães, era abarcar todas as pessoas em situação de alta vulnerabilidade sem jamais deixar ninguém para trás. Para isso, oferecemos essa emenda de redação para deixar claro que as pessoas com deficiência também são foco prioritário do Programa Acredita no Primeiro Passo.

Nosso País tem adotado, nas últimas décadas, coerente política de inclusão social e de difusão dos valores de igualdade social. Por meio da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) e de outros diplomas legais, deixamos claro que, em nossa ordem jurídica,



Assinado eletronicamente, por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5445211914>



a cidadania e os direitos das pessoas com deficiência devem ser assegurados e promovidos, em condições de igualdade com as demais pessoas.

Oferecemos a oportunidade de incluir, por meio dessa emenda de redação, as pessoas com deficiência no esforço estatal de apoiar a atividade econômica das populações vulneráveis, dentre as quais se conta, indubitavelmente, esses brasileiros com deficiência em dificuldades econômicas.

De acordo com dados das Nações Unidas (ONU), sabemos que as pessoas com deficiência são mais propensas a experimentar a pobreza e que, em todo o mundo, 20% das pessoas mais pobres têm algum tipo de deficiência. Além disso, 80% das pessoas com deficiência vivem em países em desenvolvimento como o Brasil. Dessa forma, os esforços para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, sobretudo no que se refere a erradicação da pobreza, para, com e por pessoas com deficiência precisam ser intensificados e acelerados, dado que essas pessoas têm sido historicamente deixadas à margem da sociedade e das políticas públicas.

Gostaríamos de deixar nítido que as brasileiras e os brasileiros com algum tipo de deficiência, dado o espírito de nossa legislação que acabamos de descrever sinteticamente, são parte integrante do público-alvo do PL 1725, de 2024, bem como podem se tornar, como tem acontecido, agentes econômicos capazes e aptos a cooperar com o desenvolvimento social geral do País. A emenda que ora propomos não faz senão recolocar em seus trilhos nosso projeto de País.

Devemos continuar lutando para tirar as pessoas com deficiência da invisibilidade e garantir seus direitos para que elas exerçam plenamente a sua cidadania.

São essas as razões pelas quais pedimos aos nobres Pares apoio a esta emenda.



Assinado eletronicamente, por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5445211914>



Sala das sessões, 18 de setembro de 2024.

**Senadora Mara Gabrilli**  
(PSD - SP)



Assinado eletronicamente, por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5445211914>



**PL 1725/2024**  
**00008**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 1725/2024)**

O Projeto de Lei nº 1.725, de 2024, passa a vigorar acrescido do art. 43-A:

“Art. **43-A** As operações de renegociação e repactuação de dívidas de que trata o art. 43, deverão observar as seguintes condições mínimas:

I - desconto de 40% (quarenta por cento) sobre o saldo devedor para os devedores que optarem pelo pagamento à vista;

II - desconto de 10% (dez por cento) sobre o saldo devedor para os devedores que optarem pelo pagamento a prazo.

§ 1º Fica assegurada prioridade aos agricultores familiares atingidos por eventos climáticos, em razão de situação de seca ou estiagem extremas ou de excessos hídricos em Municípios ou no Distrito Federal, quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou governo federal.

§ 2º Regulamento disporá sobre demais normas, critérios, condições e procedimentos a serem observados na formalização do disposto neste artigo.”



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6830403788>



## JUSTIFICAÇÃO

A agricultura é a base da segurança alimentar da população brasileira. Além da grande relevância econômica, também desempenha um papel fundamental para os municípios brasileiros, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do estado.

A estiagem extrema e os eventos climáticos recentes tem assolado diversos municípios e tem provocado danos significativos nas famílias e comunidades que sobrevivem e dependem da agropecuária como única fonte de renda. Os pequenos produtores encontram-se em situação de extrema dificuldade, com suas atividades prejudicadas em decorrência da diminuição dos níveis de água, escassez de produção e redução da capacidade de sustento de suas famílias.

Desta forma, a presente proposição visa que as operações de renegociação e repactuação de dívidas observem como condições mínimas o desconto de 40% (trinta por cento) sobre o saldo devedor para os devedores que optarem pelo pagamento à vista e de 10% (cinco por cento) sobre o saldo devedor para os devedores que optarem pelo pagamento a prazo.

Ato contínuo, assegura prioridade aos agricultores familiares atingidos por eventos climáticos, em razão de situação de seca ou estiagem extremas ou de excessos hídricos em Municípios ou no Distrito Federal, quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou governo federal.

Por fim, estabelece que Regulamento disporá sobre demais normas, critérios, condições e procedimentos a serem observados para eficácia da presente medida.

Ante o exposto, diante da importância dos agricultores, que sempre necessitam do nosso apoio para enfrentar estas adversidades, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6830403788>



Sala das sessões, 18 de setembro de 2024.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6830403788>



**PL 1725/2024**  
**00009**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 1725/2024)**

O art. 3º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, alterado pelo art. 14 do Projeto de Lei nº 1.725, de 2024, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V e § 7º:

“Art. 14. ....

.....

“Art. 3º .....  
.....

V - carência de até 24 (vinte e quatro) meses para o início do pagamento das parcelas do financiamento, nos termos do regulamento, relativo a operações de crédito rural contratadas nos anos de 2022 a 2024, por produtores em virtude de situação de seca ou estiagem extremas nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, independente da publicação de portaria de reconhecimento pelo Governo Federal.

.....

§ 7º O prazo de que trata o *caput* e o § 6º, bem como para todos os efeitos desta lei, será de 96 (noventa e seis) meses para a operações de crédito rural contratadas nos anos de 2022 a 2024, por produtores em virtude de situação de seca ou estiagem extremas nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município,



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2556255846>



Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, independente da publicação de portaria de reconhecimento pelo Governo Federal.

.....” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal vetou o Projeto de Lei nº 397, de 2024, de minha autoria, e agora cria programas de créditos para atender indiretamente o que ali constava para parecer que a iniciativa vem de seu Governo e partido.

A agricultura é a base da segurança alimentar da população brasileira. Além da grande relevância econômica, também desempenha um papel fundamental para os municípios do estado de Roraima, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do estado.

Nesse sentido, é urgente sua complementação para aprimorar as estratégias de amparo aos agricultores brasileiros em situação de intempéries climáticas, como as estiagens prolongadas que se constata em diversas regiões do País ao longo dos últimos anos.

Tais medidas se fazem necessárias devido ao fato de que, haja vista as recentes crises econômicas ocorridas no Brasil, constata-se haver considerável descapitalização dos agropecuaristas brasileiros, muitos dos quais ainda não tiveram a oportunidade para aderir às renegociações de dívidas implementadas pelo Poder Público.

A renegociação deste projeto é imprescindível, sobretudo, para os pequenos e médios produtores rurais no Brasil, que se encontram em situação alarmante. O alto custo de energia elétrica, dos combustíveis e das despesas com insumos afetam negativamente a rentabilidade, agravada pelos recentes problemas climáticos e pela queda nos preços dos principais produtos agrícolas.

Em vista disso, proponho emenda para possibilitar uma maior carência e maior prazo para os pequenos e médios produtores rurais com financiamentos relacionados a operações de crédito rural nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência,



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2556255846>



reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou União, em virtude de situação de seca, estiagem extremas ou excessos hídricos.

A estiagem extrema, que tem assolado diversos municípios do estado de Roraima, tem provocado danos significativos nas famílias e comunidades que sobrevivem e dependem da agropecuária como única fonte de renda. Os pequenos produtores encontram-se em situação de extrema dificuldade, com suas atividades prejudicadas em decorrência da diminuição dos níveis de água, escassez de produção e redução da capacidade de sustento de suas famílias.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para que acolham a presente emenda.

Sala das sessões, 18 de setembro de 2024.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2556255846>





**PL 1725/2024**  
**00010**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 1725/2024)**

O art. 12-A da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, alterado pelo art. 14 do Projeto de Lei nº 1.725, de 2024, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 14. ....

“Art. 12-A.....

.....

§ 7º Para os fins deste artigo, deverão ser estabelecidos instrumentos de priorização para a agricultura familiar, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.”

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Os agricultores familiares desempenham um papel crucial na produção rural, gerando emprego e renda para muitas famílias. Especialmente em atividades de alto risco e com grande impacto na estabilidade do campo brasileiro, sua contribuição é inestimável.

Uma agricultura familiar sustentável, equipada com as ferramentas adequadas e métodos de produção apropriados, é fundamental para garantir que a sociedade como um todo reconheça e apoie segmentos produtivos que oferecem retornos consistentes.

Destacamos a importância desta proposta devido às dificuldades extremas enfrentadas pelos produtores familiares ao tentar estabelecer-se na



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4973944594>



cadeia produtiva do agronegócio. Portanto, é essencial que eles recebam um tratamento prioritário nos programas de garantia de crédito.

Sugiro uma emenda para que os agricultores familiares abrangidos pelo artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, sejam priorizados nas mudanças relativas ao Procred 360. Essa alteração é crucial para fortalecer as atividades da agricultura familiar no país.

Ante o exposto, diante da importância dos agricultores rurais e dos empreendedores rurais, que sempre necessitam de recursos para investir, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala das sessões, 18 de setembro de 2024.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4973944594>



**PL 1725/2024**  
**00011**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 1725/2024)**

O art. 12-A da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, alterado pelo art. 14 do Projeto de Lei nº 1.725, de 2024, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 14. ....

“Art. 12-A.....

.....

§ 7º O prazo máximo para pagamento das operações de crédito, o período de carência e o limite da taxa de juros referida no § 5º e no inciso I do *caput* do art. 3º desta lei, poderão ser acrescidos de 40% (quarenta por cento) para operações de crédito rural contratadas por produtores em situação de seca ou estiagem extremas nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, independente da publicação de portaria de reconhecimento pelo Governo Federal.

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O Governo Federal vetou o Projeto de Lei nº 397, de 2024, de minha autoria, e agora cria programas de créditos para atender indiretamente o que ali constava para parecer que a iniciativa vem de seu Governo e partido.



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7754697943>



A agricultura é a base da segurança alimentar da população brasileira. Além da grande relevância econômica, também desempenha um papel fundamental para os municípios do estado de Roraima, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do estado.

Nesse sentido, é urgente sua complementação para aprimorar as estratégias de amparo aos agricultores brasileiros em situação de intempéries climáticas, como as estiagens prolongadas que se constata em diversas regiões do País ao longo dos últimos anos.

Tais medidas se fazem necessárias devido ao fato de que, haja vista as recentes crises econômicas ocorridas no Brasil, constata-se haver considerável descapitalização dos agropecuaristas brasileiros, muitos dos quais ainda não tiveram a oportunidade para aderir às renegociações de dívidas implementadas pelo Poder Público.

A possibilidade de novas contratações de operações de crédito deste projeto é imprescindível, sobretudo, para os pequenos e médios produtores rurais no Brasil, que se encontram em situação alarmante. O alto custo de energia elétrica, dos combustíveis e das despesas com insumos afetam negativamente a rentabilidade, agravada pelos recentes problemas climáticos e pela queda nos preços dos principais produtos agrícolas.

Em vista disso, proponho emenda para possibilitar uma maior carência, maior prazo e menor taxa de juros para os pequenos e médios produtores rurais com financiamentos relacionados a operações de crédito rural nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou União, em virtude de situação de seca, estiagem extremas ou excessos hídricos.

A estiagem extrema, que tem assolado diversos municípios do estado de Roraima, tem provocado danos significativos nas famílias e comunidades que sobrevivem e dependem da agropecuária como única fonte de renda. Os pequenos produtores encontram-se em situação de extrema dificuldade, com suas atividades prejudicadas em decorrência da diminuição dos níveis de água, escassez de produção e redução da capacidade de sustento de suas famílias.



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7754697943>



Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para que acolham a presente emenda.

Sala das sessões, 18 de setembro de 2024.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7754697943>



**PL 1725/2024**  
**00012**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 1725/2024)**

O art. 3º da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, alterado pelo art. 15 do Projeto de Lei nº 1.725, de 2024, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 15. ....

“Art. 3º .....  
.....

§ 6º Para os fins deste artigo, deverão ser estabelecidos instrumentos de priorização para a agricultura familiar, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.”

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Os agricultores familiares desempenham um papel crucial na produção rural, gerando emprego e renda para muitas famílias. Especialmente em atividades de alto risco e com grande impacto na estabilidade do campo brasileiro, sua contribuição é inestimável.

Uma agricultura familiar sustentável, equipada com as ferramentas adequadas e métodos de produção apropriados, é fundamental para garantir que a sociedade como um todo reconheça e apoie segmentos produtivos que oferecem retornos consistentes.

Destacamos a importância desta proposta devido às dificuldades extremas enfrentadas pelos produtores familiares ao tentar estabelecer-se na



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5781543650>



cadeia produtiva do agronegócio. Portanto, é essencial que eles recebam um tratamento prioritário nos programas de garantia de crédito.

Sugiro uma emenda para que os agricultores familiares abrangidos pelo artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, sejam priorizados nas mudanças relativas ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de Garantia (PEAC-FGI). Essa alteração é crucial para fortalecer as atividades da agricultura familiar no país.

Ante o exposto, diante da importância dos agricultores rurais e dos empreendedores rurais, que sempre necessitam de recursos para investir, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala das sessões, 18 de setembro de 2024.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5781543650>



**PL 1725/2024**  
**00013**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 1725/2024)**

O § 2º do art. 3º da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, alterado pelo art. 15 do Projeto de Lei nº 1.725, de 2024, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 15. ....

“Art. 3º .....  
.....

§ 2º .....  
.....

IV - prazo máximo para pagamento das operações de crédito, o período de carência e o limite da taxa de juros referida no inciso III, poderão ser acrescidos de 40% (quarenta por cento) para operações de crédito rural contratadas por produtores em situação de seca ou estiagem extremas nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, independente da publicação de portaria de reconhecimento pelo Governo Federal.

.....” (NR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5404881090>





## JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal vetou o Projeto de Lei nº 397, de 2024, de minha autoria, e agora cria programas de créditos para atender indiretamente o que ali constava para parecer que a iniciativa vem de seu Governo e partido.

A agricultura é a base da segurança alimentar da população brasileira. Além da grande relevância econômica, também desempenha um papel fundamental para os municípios do estado de Roraima, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do estado.

Nesse sentido, é urgente sua complementação para aprimorar as estratégias de amparo aos agricultores brasileiros em situação de intempéries climáticas, como as estiagens prolongadas que se constata em diversas regiões do País ao longo dos últimos anos.

Tais medidas se fazem necessárias devido ao fato de que, haja vista as recentes crises econômicas ocorridas no Brasil, constata-se haver considerável descapitalização dos agropecuaristas brasileiros, muitos dos quais ainda não tiveram a oportunidade para aderir às renegociações de dívidas implementadas pelo Poder Público.

A possibilidade de novas contratações de operações de crédito deste projeto é imprescindível, sobretudo, para os pequenos e médios produtores rurais no Brasil, que se encontram em situação alarmante. O alto custo de energia elétrica, dos combustíveis e das despesas com insumos afetam negativamente a rentabilidade, agravada pelos recentes problemas climáticos e pela queda nos preços dos principais produtos agrícolas.

Em vista disso, proponho emenda para possibilitar uma maior carência, maior prazo e menor taxa de juros para os pequenos e médios produtores rurais com financiamentos relacionados a operações de crédito rural nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou União, em virtude de situação de seca, estiagem extremas ou excessos hídricos.

A estiagem extrema, que tem assolado diversos municípios do estado de Roraima, tem provocado danos significativos nas famílias e comunidades



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5404881090>



que sobrevivem e dependem da agropecuária como única fonte de renda. Os pequenos produtores encontram-se em situação de extrema dificuldade, com suas atividades prejudicadas em decorrência da diminuição dos níveis de água, escassez de produção e redução da capacidade de sustento de suas famílias.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para que acolham a presente emenda.

Sala das sessões, 18 de setembro de 2024.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5404881090>



**PL 1725/2024**  
**00014**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 1725/2024)**

Os arts. 1º-B, 2º-B, 3º-C, 4º, 10-A e 13-A da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, alterados pelo art. 43 do Projeto de Lei nº 1.725, de 2024, passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 43. ....**

**“Art. 1º-B ..... ”**

Parágrafo único. A data de que trata o *caput* fica substituída para 31 de dezembro de 2027 para operações de crédito rural contratadas nos anos de 2022 a 2024, por produtores em virtude de situação de seca ou estiagem extremas nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, independente da publicação de portaria de reconhecimento pelo Governo Federal.”

**“Art. 2º-B ..... ”**

§ 3º A data de que trata o *caput* e o inciso II do § 1º fica substituída para 31 de dezembro de 2027, e o vencimento de que trata o inciso I do § 1º fica substituído para 30 de novembro 2035, para operações de crédito rural contratadas nos anos de 2022 a 2024, por produtores em virtude de situação de seca ou estiagem extremas nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5497503189>



Federal, Estado ou Governo Federal, independente da publicação de portaria de reconhecimento pelo Governo Federal.”

.....  
**“Art. 3º-C .....**

Parágrafo único. A data de que trata o *caput* fica substituída para 31 de dezembro de 2027 para operações de crédito rural contratadas nos anos de 2022 a 2024, por produtores em virtude de situação de seca ou estiagem extremas nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, independente da publicação de portaria de reconhecimento pelo Governo Federal.”

.....  
**“Art. 4º .....**

§ 7º A data de que trata o *caput* fica substituída para 31 de dezembro de 2027 para operações de crédito rural contratadas nos anos de 2022 a 2024, por produtores em virtude de situação de seca ou estiagem extremas nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, independente da publicação de portaria de reconhecimento pelo Governo Federal.”

.....  
**“Art. 10-A. ....**

Parágrafo único. A data de que trata o inciso I do *caput* fica substituída para 31 de dezembro de 2027 para operações de crédito rural contratadas nos anos de 2022 a 2024, por produtores em virtude de situação de seca ou estiagem extremas nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5497503189>



Federal, Estado ou Governo Federal, independente da publicação de portaria de reconhecimento pelo Governo Federal.”

.....  
“Art. 13-A. ....

Parágrafo único. (Renumere-se para § 1º)

§ 2º A data de que trata o *caput* fica substituída para 31 de dezembro de 2027 para operações de crédito rural contratadas nos anos de 2022 a 2024, por produtores em virtude de situação de seca ou estiagem extremas nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, independente da publicação de portaria de reconhecimento pelo Governo Federal.”

## JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal vetou o Projeto de Lei nº 397, de 2024, de minha autoria, e agora cria programas de créditos para atender indiretamente o que ali constava para parecer que a iniciativa vem de seu Governo e partido.

A agricultura é a base da segurança alimentar da população brasileira. Além da grande relevância econômica, também desempenha um papel fundamental para os municípios do estado de Roraima, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do estado.

Nesse sentido, é urgente sua complementação para aprimorar as estratégias de amparo aos agricultores brasileiros em situação de intempéries climáticas, como as estiagens prolongadas que se constata em diversas regiões do País ao longo dos últimos anos.

Tais medidas se fazem necessárias devido ao fato de que, haja vista as recentes crises econômicas ocorridas no Brasil, constata-se haver considerável descapitalização dos agropecuaristas brasileiros, muitos dos quais ainda não



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5497503189>



tiveram a oportunidade para aderir às renegociações de dívidas implementadas pelo Poder Público.

A renegociação deste projeto é imprescindível, sobretudo, para os pequenos e médios produtores rurais no Brasil, que se encontram em situação alarmante. O alto custo de energia elétrica, dos combustíveis e das despesas com insumos afetam negativamente a rentabilidade, agravada pelos recentes problemas climáticos e pela queda nos preços dos principais produtos agrícolas.

Em vista disso, proponho emenda para possibilitar um maior prazo para os pequenos e médios produtores rurais com financiamentos relacionados a operações de crédito rural nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou União, em virtude de situação de seca, estiagem extremas ou excessos hídricos.

A estiagem extrema, que tem assolado diversos municípios do estado de Roraima, tem provocado danos significativos nas famílias e comunidades que sobrevivem e dependem da agropecuária como única fonte de renda. Os pequenos produtores encontram-se em situação de extrema dificuldade, com suas atividades prejudicadas em decorrência da diminuição dos níveis de água, escassez de produção e redução da capacidade de sustento de suas famílias.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para que acolham a presente emenda.

Sala das sessões, 18 de setembro de 2024.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5497503189>



**PL 1725/2024**  
**00015**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Fernando Farias

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 1725/2024)**

Acrescente-se o inciso V ao caput do art. 32 do Projeto de Lei nº 1.725, de 2024, nos termos a seguir:

“Art. 32.....

V – operações de crédito que se destinem a aquisição de maquinários, equipamentos e instrumentos novos destinados ao ativo imobilizado das empresas que utilizem matéria-prima renovável na produção de biocombustíveis, na promoção de atividades econômicas relacionadas à eficiência energética, redução de emissão de gases poluentes, produção de energias limpas e inovação, bem como voltadas à exportação de produtos oriundos de processo sustentável”

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo da presente Emenda é especificar que as operações de crédito para aquisição de maquinários, equipamentos e instrumentos novos destinados ao ativo imobilizado das empresas que utilizem matéria prima renovável na produção de biocombustíveis, na promoção de atividades econômicas relacionadas à eficiência energética, redução de emissão de gases poluentes, produção de energias limpas e inovação, bem como voltados à exportação de produtos oriundos de processo sustentável sejam incluídas entre as operações que as instituições financeiras que acessarem a Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial possam utilizar, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, no Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil, instituído



Assinado eletronicamente, por Sen. Fernando Farias

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9982655207>



pela MPV nº 1.213, de 22 de abril de 2024, no âmbito do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC, instituído pela Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009.

Assim, a proposta busca dar condições às indústrias que produzirem combustíveis de fontes agrícolas renováveis, provenientes da cana-de-açúcar, milho e soja, e àquelas que compuserem a cadeia dos combustíveis sustentáveis, receberem investimentos externos com proteção cambial.

É fundamental salientar a importância do biocombustível para a estratégia de consolidação da liderança brasileira na transição energética e na economia verde. Nesse sentido, a priorização das empresas produtoras de biocombustíveis, nos termos mencionados, é de grande relevância e merece melhores condições nos aportes financeiros.

Sala das sessões, 18 de setembro de 2024.

**Senador Fernando Farias**  
(MDB - AL)



Assinado eletronicamente, por Sen. Fernando Farias

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9982655207>







SENADO FEDERAL

**PARECER Nº 168, DE 2024-PLEN/SF**

De PLENÁRIO, em substituição a COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 1.725, de 2024, da Câmara dos Deputados, que institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360; institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas-Desenrola Pequenos Negócios; cria linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi; altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.735, de 11 de setembro de 2003, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.606, de 9 de janeiro de 2018, 14.042, de 19 de agosto de 2020, 14.165, de 10 de junho de 2021, e 14.166, de 10 de junho de 2021; e dá outras providências.

Relator: Senador **JAQUES WAGNER****I – RELATÓRIO**

Vem ao exame deste Plenário, em substituição a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o Projeto de Lei (PL) nº 1.725, de 2024, composto





## SENADO FEDERAL

por cinquenta e dois artigos, na forma aprovada pela Câmara dos Deputados, que tem teor semelhante, com alguns acréscimos e modificações, à Medida Provisória nº 1.213, de 22 de abril de 2024, que teve término do prazo de vigência em 20 de agosto de 2024.

O PL dispõe sobre diversos programas de crédito. Além de algumas previsões regulatórias e de procedimentos, destacamos os pontos abaixo de maneira sucinta.

O capítulo I trata do Programa Acredita no Primeiro Passo e compreende treze artigos. Destina-se às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Para a execução do Programa Acredita no Primeiro Passo, poderão ser firmados contratos, convênios, acordos de cooperação, termos de execução descentralizada, instrumentos de transferência fundo a fundo, ajustes ou outros instrumentos congêneres com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e os seus respectivos órgãos e entidades, inclusive consórcios públicos, e com instituições privadas. As despesas do Programa Acredita no Primeiro Passo serão de natureza discricionária e ficarão sujeitas à disponibilidade orçamentária e financeira.

Além disso, o Programa concederá garantias a operações de crédito, para os beneficiários do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), desde que inscritos no CadÚnico, que serão operacionalizadas por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO). Para tanto, o PL estabelece que fica a União autorizada a aumentar sua participação no FGO, no limite de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Ademais, é autorizada a transferência, nos termos da legislação, para o FGO na modalidade do Programa Acredita no Primeiro Passo, de valores não utilizados para garantia de operações com recursos do FGO a que se refere o *caput* do art. 10 da Lei nº 14.690, de 3 de outubro de 2023, que dispõe sobre a garantia das operações do Desenrola Brasil - Faixa 1.

As instituições financeiras que aderirem ao Programa Acredita no Primeiro Passo operarão com recursos próprios, ou por elas administrados, e poderão contar com garantia a ser prestada pelo FGO de até cem por cento do





## SENADO FEDERAL

valor de cada operação garantida, com cobertura pelo FGO da inadimplência limitada a vinte por cento da carteira garantida de cada instituição financeira ou entidade autorizada, na forma estabelecida no estatuto do FGO, que somente prestará garantia a operações de crédito se, no mínimo, cinquenta por cento das operações, no âmbito de cada instituição financeira ou entidade autorizada, forem contratadas por mulheres ou por empreendimentos individuais de mulheres. Como o crédito no âmbito do Programa será na modalidade crédito orientado, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome poderá firmar instrumento jurídico com as instituições financeiras para subvencionar a contratação de agentes estruturadores de negócio para atendimento do público do Programa Acredita no Primeiro Passo, de acordo com critérios a serem estabelecidos em ato do seu Ministro de Estado, com o custeio das despesas de serviços de agente estruturador de negócio para o crédito orientado à conta do Ministério, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

O capítulo II modifica o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e cria o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas (Procred 360). Para tanto, o art. 14 do PL altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para permitir que ato do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social possa estabelecer taxas de juros menores do que os limites legais e para aumentar o limite de crédito de 30% (trinta por cento) para até 50% (cinquenta por cento) da receita bruta anual da empresa contratante, desde que tenha sido reconhecida pelo Poder Executivo federal com o Selo Emprega + Mulher, como já constava na Lei, ou tenha como sócia majoritária ou sócia-administradora uma mulher. Ademais, inclui o art. 12-A, para instituir o Procred 360, cujo objeto é o desenvolvimento e o fortalecimento das microempresas, em especial dos microempreendedores individuais (MEIs) e dos taxistas autônomos, nos mesmos moldes do Pronampe.

Além disso, em relação à alocação de recursos, por um lado, prevê que o valor não utilizado para garantia das operações contratadas, assim como os valores recuperados, inclusive no caso de inadimplência, poderão ser utilizados no fundo destinado à concessão de incentivo financeiro educacional, na





## SENADO FEDERAL

modalidade de poupança, à permanência e à conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público ou devolvidos à União, a partir de 1º de janeiro de 2025, nos termos em que dispuser o Poder Executivo federal, para serem integralmente utilizados para pagamento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Por outro lado, estabelece que os valores referentes à participação adicional da União no FGO para a cobertura das operações contratadas até 31 de dezembro de 2023, no âmbito do Pronampe, com beneficiários que tiveram perdas materiais decorrentes dos eventos climáticos extremos ocorridos em setembro de 2023, que estejam situados em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, que tiveram estado de calamidade pública reconhecido pelo Poder Executivo federal, não utilizados até 31 de dezembro de 2023, serão destinados à garantia de novas operações no âmbito do Pronampe.

O capítulo III trata da modificação do Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia (Peac-FGI). Para tanto, o art. 15 do PL acrescenta beneficiários do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) aos demais beneficiários; aumenta o prazo máximo de carência de 18 meses para 24 meses; e o prazo total máximo da operação de 72 para 84 meses. Ademais, reduz a comissão pecuniária, que remunera o Fundo Garantidor de Investimentos, de 100% do FGI Tradicional para 20%, o que possibilita diminuir o custo do crédito. A partir de 2025, a comissão pecuniária passa a ser de 40% e sobe em vinte pontos percentuais a cada ano até alcançar o mesmo valor do encargo por concessão de garantia do FGI Tradicional em 2028.

O capítulo IV dispõe sobre os incentivos ao mercado de crédito imobiliário. Dessa forma, o art. 16 do PL nº 1.725, de 2024, altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer que são objetivos da Empresa Gestora de Ativos (Emgea) adquirir e gerir bens e direitos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, das entidades da administração pública indireta de todos os entes federativos, bem como de fundos públicos ou privados em que a União aporte recursos, podendo, em contrapartida, assumir obrigações deles; e fomentar o crescimento do mercado imobiliário nacional, provendo maior liquidez aos ativos com base em crédito imobiliário. Ademais,





SENADO FEDERAL

estabelece que a Emgea poderá criar ou participar de estruturas organizacionais, na forma de fundos de investimentos, de sociedades de propósitos específicos ou de parcerias público privadas, desde que elas tenham como finalidade o desenvolvimento social de interesse público, conforme previsto nos respectivos instrumentos de criação.

Dessa forma, a Emgea poderá adquirir créditos imobiliários concedidos por instituições financeiras, públicas ou privadas, para incorporação em carteira ou para posterior venda ao mercado; adquirir, no mercado financeiro, títulos e valores mobiliários lastreados em crédito imobiliário; e ofertar instrumentos financeiros que permitam a proteção de instituições financeiras, públicas ou privadas, a exposições de remuneração e prazos oriundos de concessão de crédito imobiliário. Além disso, a Emgea poderá securitizar os créditos imobiliários adquiridos em títulos e valores mobiliários, que poderão ter remuneração, prazos e montantes diferentes dos créditos imobiliários originais. Também estabelece que o estatuto da Emgea será aprovado por sua assembleia geral e que a transferência das operações de crédito imobiliário e seus acessórios, em especial as hipotecas a elas vinculadas, ocorrerá por instrumento particular, com força de escritura pública.

Ademais, em seu arts. 17 e 18, o PL prevê diversas práticas de governança corporativa para a Emgea, conforme as melhores práticas no setor privado, tais como, mas não se limitando a elas, Comitê de Auditoria, Comitê de Risco, relatórios e demonstrações financeiras. Além disso, prevê objetivos estratégicos mensuráveis.

O capítulo V, disposto nos arts. 19 a 32 do PL, trata do Programa Desenrola Pequenos Negócios. Para tanto, estabelece que as instituições financeiras, exceto as cooperativas de crédito e as administradoras de consórcio, que renegociarem, até 31 de dezembro de 2024, dívidas inadimplidas, até a publicação da MPV nº 1.213, de 22 de abril de 2024, de empresas com faturamento igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), poderão ter direito à apuração de crédito presumido, que poderá ser realizada a partir do ano-calendário de 2025 até o ano-calendário de 2029, sujeita à previsão nas respectivas leis orçamentárias anuais.





SENADO FEDERAL

O limite da apuração do crédito presumido será o menor entre o valor bruto das operações de crédito para renegociação de dívidas e o saldo contábil dos créditos fiscais decorrentes de diferenças temporárias.

A apuração do crédito presumido não se aplica aos créditos decorrentes de diferenças temporárias referentes a provisões para créditos de liquidação duvidosa e a provisões passivas relacionadas a ações fiscais e previdenciárias. No entanto, a apuração do crédito presumido se aplica às despesas ou às perdas apropriadas contabilmente ainda não dedutíveis na apuração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), cujo aproveitamento futuro seja autorizado pela legislação tributária.

Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor deduzido de ofício dos débitos para com a Fazenda Nacional ou ressarcido às instituições que solicitarem o ressarcimento de crédito presumido em que for obtido com falsidade no pedido por elas apresentado, sem prejuízo da devolução do valor deduzido ou ressarcido indevidamente e das sanções cíveis e penais cabíveis pela falsidade apresentada.

O capítulo VI dispõe sobre o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial – Programa Eco Invest Brasil, no âmbito do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC, instituído pela Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, com os objetivos de fomentar e incentivar investimentos em projetos que promovam a transformação ecológica, sobretudo nos eixos da transição para práticas e tecnologias sustentáveis, do adensamento tecnológico, da bioeconomia, da economia circular, da transição energética e da infraestrutura e adaptação à mudança do clima, entre outros; atrair investimentos externos ao País; viabilizar operações no mercado de capitais com vistas à captação de recursos no exterior por empresas, investidores e instituições financeiras sediados no País, para fins de financiamento de projetos ecologicamente sustentáveis; e apoiar o desenvolvimento, a liquidez e a eficiência do mercado de proteção (hedge) de longo prazo em moeda estrangeira no País.





SENADO FEDERAL

Dessa forma, disposto entre os arts. 33 a 41 do PL, o Programa Eco Invest prevê que as instituições financeiras que acessarem a Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial poderão utilizá-la, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, para oferecer ou viabilizar a oferta de operações de crédito em montante parcial dos recursos demandados pelo projeto de investimento apoiado; operações de crédito para casos relacionados a eventos de volatilidade cambial que possam comprometer a liquidez da empresa ou do investidor; instrumentos derivativos cambiais, com o objetivo de mitigar, parcial ou integralmente, o risco cambial do investidor; e operações de crédito para financiar estudos e projetos voltados à exportação de produtos e serviços, à disponibilização de infraestrutura de suporte à exportação de produtos e serviços ou à oferta de infraestrutura e serviços para a atração de turismo sustentável internacional ao País. Ato do Ministro de Estado da Fazenda estabelecerá normas regulamentadoras para o Programa Eco Invest e as operações a ele associadas, inclusive quanto às condições, aos critérios e ao processo de seleção e habilitação de instituições financeiras como agentes financeiros da Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial; aos volumes e aos limites de alocação dos recursos; à forma e à periodicidade da prestação de contas, da publicização de informações sobre a utilização dos recursos e dos relatórios de avaliação de impacto do Programa com vistas a seu aperfeiçoamento; e a outras definições, critérios e aspectos operacionais relevantes para o funcionamento e a operacionalização da Linha. O Conselho Monetário Nacional estabelecerá normas regulamentadoras inclusive quanto: i) aos encargos financeiros e aos prazos; ii) às comissões devidas pelo tomador de recursos da Linha, a título de administração e risco das operações; iii) aos custos, aos descontos, às remunerações e aos demais critérios necessários para a operacionalização dos recursos da Linha, inclusive no caso de aplicação irregular ou em finalidades distintas dos objetivos do Programa; e iv) às penalidades, aos impedimentos e às demais medidas aplicáveis às instituições financeiras ou ao tomador final, conforme o caso, se houver aplicação irregular ou em finalidades distintas dos objetivos do Programa dos recursos provenientes da Linha. O Banco do Brasil S.A. poderá ser contratado, mediante dispensa de licitação, para dar apoio operacional ao Programa Eco Invest, ao passo que o Banco Central do Brasil, com os objetivos de mitigar o risco cambial e de aumentar a eficiência do mercado de proteção (hedge cambial) de longo prazo em moeda estrangeira no País, fica autorizado a adquirir derivativos cambiais ou outros ativos financeiros de organismos financeiros multilaterais e repassá-los







SENADO FEDERAL

para instituições financeiras autorizadas a operar em câmbio, mediante requerimento de garantias de crédito.

O capítulo VII dispõe sobre linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi. Dessa forma, em seu art. 42, o PL estabelece que a linha de crédito será operacionalizada por meio do FGO, de que trata a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, administrado pelo Banco do Brasil S.A., além da alienação fiduciária do veículo financiado. Os limites de financiamento, os prazos e as demais condições negociais serão regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional.

O capítulo VIII dispõe sobre a dilação de prazos para renegociação de dívidas no âmbito dos fundos constitucionais. Assim, o art. 43 do PL modifica a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural, para conceder descontos para liquidação e renegociação, até 31 de dezembro de 2025, de débitos de responsabilidade de miniprodutores rurais, de pequenos produtores rurais e de agricultores familiares que atendem aos requisitos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

Além disso, o mesmo prazo é dado para renegociação e liquidação com desconto de outras dívidas, tais como dívidas originárias de operações de crédito rural inscritas em dívida ativa da União ou encaminhadas para inscrição até 31 de janeiro de 2024 relativas à inadimplência ocorrida até 30 de novembro de 2023, inclusive dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra) e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

Ademais, até 31 de dezembro de 2025, ficam a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) autorizados a adotar procedimentos para a liquidação das dívidas vencidas de responsabilidade de







## SENADO FEDERAL

pessoas físicas e jurídicas relativas a vendas de lotes para titulação e ao uso da infraestrutura de irrigação de uso comum nos perímetros públicos de irrigação, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

Em seu art. 44, o PL altera a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, que dispõe sobre o Programa de Regularização Tributária Rural, para estabelecer que fica a Advocacia-Geral da União autorizada a conceder descontos para a liquidação, até 31 de dezembro de 2025, de dívidas originárias de operações de crédito rural, cujos ativos tenham sido transferidos para o Tesouro Nacional e os respectivos débitos, não inscritos na dívida ativa da União, estejam sendo executados pela Procuradoria-Geral da União, devendo incidir os referidos descontos sobre o valor consolidado por ação de execução judicial, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

Além disso, permite a renegociação de dívidas de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas até 31 de dezembro de 2021, lastreadas com recursos controlados do crédito rural, contratadas por produtores rurais e por suas cooperativas de produção agropecuária em Municípios da área de atuação da Sudene e do Estado do Espírito Santo.

O art. 45 altera a Lei nº 14.165, de 10 de junho de 2021, que define as diretrizes para a quitação e para a renegociação das dívidas relativas às debêntures emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais e para o desinvestimento, a liquidação e a extinção dos fundos, com o propósito de: i) estabelecer prazo de carência a partir da formalização do contrato, em vez de ser a partir da publicação da Lei; e ii) facultar, no caso de empresas cujas ações também integrem as carteiras dos fundos, realizar a recompra desses títulos nas mesmas condições para a quitação e para a renegociação das dívidas relativas às debêntures, conforme regulamento do fundo e disponibilidade orçamentária e financeira.

O art. 46 altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do





## SENADO FEDERAL

Centro-Oeste – FCO, para autorizar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a realizar acordos de renegociação extraordinária de operações de créditos de microprodutores, pequenos e médios produtores rurais na zona de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) inadimplidas sob sua gestão, até o prazo máximo de 31 de dezembro de 2025, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

O art. 47 altera a Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, que alterou a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para dispor sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do FNO, do FNE e do FCO, com o objetivo de dispor sobre substituição de encargos das operações de crédito e de autorizar, em até 3 (três) anos após a entrada em vigor do PL, a liquidação ou a repactuação de operações de crédito rural vencidas e vincendas destinadas à atividade cacauieira, cuja contratação original tenha ocorrido há, no mínimo, 7 (sete) anos com recursos dos fundos constitucionais de financiamento ou com recursos mistos desses fundos com outras fontes ou com recursos de outras fontes.

Em suas disposições finais, em seus arts. 48 a 51, o PL altera a Lei nº 12.087, de 2009, na parte que dispõe sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas, para tratar do CadÚnico, destinar recursos financeiros para a concessão de incentivo financeiro-educacional, com integralização de cotas no Fundo de Incentivo à Permanência no Ensino Médio (FIPEM), no montante de até R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), observado no Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) o montante de recursos financeiros disponíveis ainda não vinculados às garantias já contratadas; altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, para incluir entre os beneficiários as pessoas físicas e empreendimentos de pessoas físicas inscritas no CadÚnico; convalida os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.213, de 22 de abril de 2024; e dispõe sobre prazo de 60 dias para o Ministério da Integração e Desenvolvimento





SENADO FEDERAL

Regional regulamentar as alterações dispostas na Lei nº 14.165, de 10 de junho de 2021.

Por fim, em seu art. 52, o PL traz a cláusula de vigência, imediata à publicação.

Foi apresentado o Requerimento nº 627, de 4 de setembro de 2024, do Senador Otto Alencar, de urgência para a matéria.

O PL foi distribuído para a CAE e, no prazo regimental, foram apresentadas cinco emendas.

A Emenda nº 1 – CAE, do Senador Laércio Oliveira, estabelece um prazo máximo de 30 dias para pagamentos a empresas da economia criativa com até 99 funcionários. Esta emenda foi retirada pelo autor, nos termos do REQ nº. 152/2024 – CAE.

A Emenda nº 2 – CAE, do Senador Esperidião Amin, suprime alterações no objeto social da Emgea.

A Emenda nº 3 – CAE, também do Senador Esperidião Amin, institui o Programa Pró-Melhorias Habitacionais (PMH) com o objetivo de promover a oferta de microfinanciamento habitacional acessível para fomentar, apoiar e financiar ampliações, reformas e melhorias habitacionais de moradias de famílias de baixa renda.

A Emenda nº 4 – CAE, ainda do Senador Esperidião Amin, estabelece que um mínimo de 70% dos recursos não utilizados para garantia das operações contratadas ou recuperados permaneça no âmbito do Pronampe para a garantia de sua permanência; autoriza a União a aumentar sua participação no FGO para a cobertura de operações no âmbito do Pronampe até o limite do valor total das dotações oriundas de emendas parlamentares que possuam esta finalidade específica na lei orçamentária anual, independentemente do limite de integralização estabelecido para a União; e propõe a possibilidade de os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como entidades do setor privado,





SENADO FEDERAL

celebrarem convênios com a entidade administradora do FGO, ou seja, o Banco do Brasil, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de microempresas e empresas de pequeno porte em sua área de atuação.

Por fim, a Emenda nº 5 – CAE, também de autoria do Senador Laércio Oliveira, possui o mesmo teor da Emenda nº 1 – CAE, havendo tão somente o ajuste do artigo a ser alterado.

## II – ANÁLISE

De acordo com o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida. Como a matéria foi despachada apenas para a CAE, analisaremos também os aspectos formais de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira.

A matéria está sob regime de urgência, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal, por força da aprovação do Requerimento nº. 627, de 2024, aprovado por este Plenário.

### II.1 – Da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira.

Quanto à constitucionalidade, frisamos que a União é competente para legislar privativamente sobre política de crédito, conforme o inciso VII do art. 22 da Constituição Federal (CF). Ao mesmo tempo, o art. 48 da Lei Maior incumbe ao Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Ademais, a matéria não consta do rol de vedações de edição de medida provisória previsto no § 1º do art. 62 da CF, nem da lista de competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expressa nos arts. 49, 51 e 52 da CF.





## SENADO FEDERAL

Quanto à juridicidade, o PL inova o ordenamento jurídico vigente, sob os atributos de generalidade e abstração. De igual modo, a espécie normativa utilizada na proposição para alterar leis ordinárias é pertinente, pois não disciplina matéria reservada à lei complementar.

No mais, o PL trata de assuntos vinculados por afinidade ou pertinência, cumprindo assim os enunciados no art. 7º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Em relação à adequação orçamentária e financeira, verifica-se que as despesas são de natureza discricionária e dependem de disponibilidade orçamentária e financeira em cada exercício. Com efeito, para garantir os riscos das operações de crédito do Programa Acredita no Primeiro Passo, as garantias serão oriundas de recursos do FGO, desde que não comprometidos com honra do programa Desenrola Brasil; de cotas do FGO adquiridas pela União (limitadas à cifra de R\$ 1 bilhão) e por outros entes; dos resultados da operacionalização do próprio FGO; e de outras fontes a serem designadas. O custeio das despesas de serviços de agentes de crédito e de estruturador de negócio para o crédito correrá à conta de dotações do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, com impacto estimado em R\$ 262 milhões no triênio. Outras despesas eventuais do Programa terão natureza discricionária e serão custeadas com dotações orçamentárias.

Não foi oferecida compensação para a redução das receitas, mas os valores das renúncias constarão das leis orçamentárias seguintes e o benefício terá prazo máximo de vigência de cinco anos, atendendo ao disposto no inciso I do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, e às disposições da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024.

Quanto ao exame da proposição sob a ótica da despesa pública, verifica-se que o PL nº 1.725, de 2024, permite criação de despesa, tendo em vista que a garantia ao Programa Acredita Brasil pode ser operacionalizada por meio de integralização de novas cotas do FGO, limitada a R\$ 1 bilhão entre 2025 e





SENADO FEDERAL

2026, e que outros R\$ 262 milhões de recursos da União podem ser utilizados para financiar o custeio da subvenção aos estruturadores de negócios. As estimativas anuais quanto ao impacto orçamentário e financeiro desse Programa foram apresentadas na edição da MPV nº 1.213, de 2024.

No mais, as modificações introduzidas não geram subsídio implícito, mas apenas crédito, não impactam o orçamento público ou dependem de disponibilidade orçamentária e financeira.

Dessa forma, diante do exposto, entendemos que a adequação orçamentária e financeira do PL resta atendida.

## II.2– Do mérito

Quanto ao mérito, o PL busca criar uma “escada” de proposta de crédito, que atenda a faixas diferentes de empreendimentos, que, por sua vez, possuem diferentes necessidades. Entre os objetivos, destacam-se: i) garantir renda e disponibilidade de microcrédito produtivo e orientado para a população mais vulnerável, inscrita no CadÚnico, com o Programa Acredita no Primeiro Passo; ii) ampliar o acesso a crédito de MEIs e microempresas com a criação do Procred 360, e criar condição de renegociação de dívidas, no âmbito do Pronampe; iii) ampliar condições de renegociação e reduzir custo das dívidas de micro a médias empresas no âmbito do Peac-FGI; iv) habilitar a Emgea a atuar como securitizadora para ampliar a oferta de crédito imobiliário para classe média, compensando a queda da captação líquida de poupança; e v) conceder incentivos às instituições financeiras por meio de crédito presumido para estimular a renegociação de dívidas bancárias de empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões.

Já o Programa Eco Invest busca inovar e lançar instrumentos para mobilizar recursos privados para suportar os investimentos necessários para, dentre outros, oferecer infraestruturas mais verdes, estimular a agricultura sustentável, fazer reflorestamento, promover a transição para práticas e tecnologias sustentáveis, incentivar o adensamento tecnológico, a bioeconomia e





SENADO FEDERAL

a economia circular, e investir na utilização da tecnologia nos processos produtivos para adaptação climática. E para que o capital externo privado venha com a urgência que o desafio climático requer, é necessário um ambiente econômico e de negócios estável e previsível, no qual se destaca, a questão cambial.

Ademais, cria linha de crédito para renovação de frota de taxistas e autoriza maior prazo para liquidação e renegociação de dívidas.

Para uma análise mais detalhada do mérito da matéria, necessitamos avaliar cada programa de crédito.

## **II.2.a – Programa Acredita no Primeiro Passo**

A garantia de operações de crédito no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo será operacionalizada por meio do FGO, de que trata a Lei nº 12.087, de 2009, administrado pelo Banco do Brasil S.A.

Para tanto, a União poderá destinar até R\$ 1 bilhão para o FGO para garantir operações de crédito e destinará recursos orçamentários anuais para subvencionar a contratação de agentes estruturadores de negócio para atendimento do público do Programa Acredita no Primeiro Passo, de acordo com critérios do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

O valor total estimado para o custeio é de aproximadamente R\$ 262 milhões, para os exercícios financeiros de 2024 a 2026. Ressalta-se que a fonte de recursos para o FGO – Acredita no Primeiro Passo, em 2024, será exclusivamente de recursos recuperados do FGO-Desenrola Brasil, na ordem de R\$ 500 milhões. Para os demais anos, caso seja necessário um aporte da União para complementação de cotas, estima-se que poderá chegar ao valor total de R\$ 1 bilhão, para os exercícios de 2025 a 2026.







SENADO FEDERAL

Com a cobertura pelo Fundo da inadimplência limitada a 20% da carteira garantida de cada instituição financeira ou entidade autorizada, na forma definida no regulamento do Fundo, conforme disposto no PL, e com alavancagem de 5 vezes (100/20), o valor estimado de R\$ 1,5 bilhão destinado ao FGO-Acredita resulta no montante de aproximadamente R\$ 7,5 bilhões de concessão de crédito para empreendedores em situação de vulnerabilidade inscritos no CadÚnico.

O limite global a ser ressarcido às instituições financeiras em razão da garantia prestada pelo FGO fica limitado ao montante destinado pela União ao FGO para o atendimento do Programa.

A medida cria uma sistemática de garantia de crédito, no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), com abrangência nacional e foco em territórios de alta vulnerabilidade, cujo público-alvo são pessoas inscritas no CadÚnico, para focalização e maior eficiência da política.

Parece-nos bastante consensual que o público-alvo do Programa Acredita no Primeiro Passo obtenha algum tipo de incentivo por meio de crédito subsidiado, pois o Programa terá foco em territórios de alta vulnerabilidade socioeconômica e priorizará sua atuação junto a mulheres, jovens, negros e membros de populações tradicionais e ribeirinhas inscritos no CadÚnico.

## **II.2.b – Pronampe e Procred 360**

Inicialmente, devemos observar que existe uma contradição entre o art. 13 da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que determina que o Pronampe deve ser política oficial de crédito de caráter permanente, e o disposto no § 2º do art. 6º da Lei do Pronampe, com redação dada pela MPV e confirmada pelo PL em análise. Este último dispositivo determina que o valor não utilizado para garantia das operações contratadas, assim como os valores recuperados, inclusive no caso de inadimplência, poderão ser utilizados no fundo destinado à concessão de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, à permanência e à conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público ou







SENADO FEDERAL

devolvidos à União, a partir de 1º de janeiro de 2025, nos termos em que dispuser o Poder Executivo federal, para serem integralmente utilizados para pagamento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Porém, as alterações propostas em seguida permitem utilizar recursos recuperados em novas garantias e destinam os recursos não utilizados para garantia das operações “Pronampe Solidário-RS” para a garantia de novas operações do Pronampe, contratadas a partir de 2024. Com isso, busca-se reafirmar o caráter permanente da política, como determina o art. 13 da Lei nº 13.999, de 2020, permitindo o retorno dos recursos ao FGO para garantir mais operações, ampliando as oportunidades de concessão de crédito e sustentabilidade da política.

O Procred 360, nos moldes do Pronampe, destina-se às microempresas, em especial os microempreendedores individuais (MEIs). Para tanto, o FGO utilizará recursos não utilizados para a garantia das operações a que se refere o art. 10 da Lei nº 14.690, de 3 de outubro de 2023, que se destinou a garantia das operações do Desenrola Brasil – Faixa 1. Dessa forma, os custos de operacionalização do Desenrola Brasil – Faixa 1 foram suportados pelos recursos do FGO disponíveis, em 6 de junho de 2023, para a garantia das operações de crédito do Pronampe.

Vale dizer, o Desenrola Brasil – Faixa 1 utilizou recursos do Pronampe e, com o PL, os recursos são destinados ao Procred 360, que é mais focado em MEIs do que em empresas de pequeno porte, pois busca ampliar o apetite dos bancos para a concessão de crédito para empreendimentos com até R\$ 360.000,00/ano de faturamento. Apesar deste público estar contemplado no Pronampe, no ano de 2023, do total dos créditos concedidos no âmbito do programa, apenas R\$ 262 milhões foram destinados a MEIs e R\$ 8,68 bilhões a microempresas. Ou seja, somando as duas categorias, apenas 26% dos mais de R\$ 33 bilhões contratados foram destinados a empresas com faturamento bruto anual menor ou igual a R\$ 360.000,00.

Uma das medidas adotadas para melhorar as condições de acesso a crédito das microempresas é a ampliação da garantia. Hoje, a garantia do





SENADO FEDERAL

Pronampe é de 100% para cada operação e de até 85% da carteira. Porém, a cobertura de 85% foi utilizada apenas para as operações contratadas durante o período da pandemia, e para as novas operações o estatuto do fundo define que a garantia seja de apenas 15% da carteira.

Esse percentual é considerado baixo pelas instituições financeiras para ampliarem suas concessões em público de menor faturamento bruto. Assim, o §3º do art. 12-A sugere que as operações do Procred 360 também tenham a garantia de 100% do valor da operação, mas com uma cobertura maior da carteira, podendo chegar até 60%. Vale dizer, haverá menor alavancagem, ou seja, as instituições financeiras passam a intermediar os recursos públicos e a inadimplência da carteira pode chegar a até 60% dos recursos emprestados sem que haja perdas para as instituições financeiras.

### **II.2.c – Programa Emergencial de Acesso a Crédito na Modalidade de Garantia – Peac-FGI**

O PL objetiva diminuir a comissão pecuniária vigente para o FGI Tradicional até 31 de dezembro de 2024 e, a partir de 1º de janeiro de 2025, o aumento da comissão pecuniária será progressivo. O Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) por meio da disponibilização de garantias via Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), Peac-FGI, nos moldes do Pronampe, é mais um programa instituído durante o estado de calamidade da covid-19.

O Peac-FGI atende empresas com faturamento médio mais elevado – até médias empresas, ou seja, empresas com faturamento anual de até R\$ 300 milhões.

De acordo com o § 3º do art. 9º da Lei nº 12.087, de 2020, comissão pecuniária é a remuneração do Fundo pelo risco assumido e seu custo poderá ser repassado ao tomador do crédito. Mas não se constitui em seguro de crédito.

Essa medida não possui impacto orçamentário direto para a União, uma vez que nenhuma das alterações implica em aporte de novos recursos da União ao FGI. Apenas diminui a remuneração do FGI.





SENADO FEDERAL

## II.2.d – Incentivos ao Mercado de Crédito Imobiliário

O PL propõe a ampliação do escopo de atuação da Empresa Gestora de Ativos (Emgea) para habilitá-la a atuar como securitizadora no mercado imobiliário nacional. Desta forma, objetiva-se criar condições para o surgimento de um mercado secundário para crédito imobiliário, permitindo sua expansão em condições favoráveis e seguras de financiamento. Assim, permite à Emgea adquirir créditos imobiliários tanto para incorporação de carteira quanto para venda posterior no mercado; adquirir, no mercado financeiro, títulos de valores mobiliários lastreados em crédito imobiliário; e ofertar instrumentos financeiros que permitam a proteção de instituições financeiras.

Vale dizer, a venda de ativos para a Emgea abriria espaço no ativo dos bancos, liberando-os para fazer mais empréstimos. O resultado seria o aumento do crédito imobiliário total. Com os recursos disponíveis em caixa, a Emgea comprará os empréstimos imobiliários dos bancos, venderá títulos no mercado financeiro vinculados a esses empréstimos, que serão comprados por investidores, que, em tese, receberão os recursos conforme os pagamentos dos empréstimos imobiliários forem pagos. À proporção que os pagamentos forem sendo feitos, a Emgea poderá comprar novos empréstimos e emitir mais títulos financeiros securitizados.

É importante salientar que essa sistemática já é praticada no setor privado desde a edição da Lei nº 9.514, de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel.

A Emgea foi criada em 2001 para absorver créditos de liquidação duvidosa ou em prejuízo da Caixa. Uma questão importante é que descasamento de preços e prazos entre a Caixa e a Emgea não afetava o setor privado, mas tão somente o setor público. Isso significa dizer que, se a Emgea for utilizada como securitizadora apenas para absorção de créditos imobiliários da Caixa em sua carteira, para ampliar os recursos disponíveis da instituição financeira pública Caixa, não há o que se falar em riscos ao Erário.





SENADO FEDERAL

Por fim, devemos observar que a tomada de risco pelo Estado pode impulsionar o crédito imobiliário. Porém, a falta de transparência e a excessiva alavancagem podem resultar em crise financeira e fiscal, como vimos no caso da crise do subprime de 2008 nos Estados Unidos da América.

Por isso, o PL aperfeiçoou o disposto na MPV nº 1.213, de 2024, e previu várias práticas de governança.

### **II.2.e – Programa Desenrola Pequenos Negócios**

É para estimular a renegociação de dívidas bancárias de empresas com faturamento anual até R\$ 4,8 milhões, ou seja, até pequenas empresas. Para tanto, propõe que o valor renegociado até o fim de 2024 possa ser contabilizado pelas instituições financeiras credoras para fins de apuração de crédito presumido nos exercícios de 2025 a 2029, em caso de prejuízo, falência ou liquidação extrajudicial, em sistemática semelhante à estabelecida na Lei nº 14.257, de 1º de dezembro de 2021, que instituiu o Programa de Estímulo ao Crédito, e na Lei nº 14.690, de 3 de outubro de 2023, que criou o Programa Desenrola Brasil, voltado para a renegociação de dívidas de pessoas físicas.

De acordo com a Exposição de Motivos que acompanha a MPV nº 1.213, de 2024, o Ministério da Fazenda irá considerar nas estimativas de receitas dos orçamentos dos anos seguintes os valores estimados pelo Banco Central do Brasil das renúncias fiscais, ou seja, R\$ 18,4 milhões em 2025, R\$ 3,3 milhões em 2026 e R\$ 0,9 milhão em 2027.

É importante salientar que se caracterizam como diferenças temporárias as despesas de crédito em liquidação duvidosa ou as perdas apropriadas contabilmente, ainda não dedutíveis na apuração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) cujo aproveitamento futuro seja autorizado pela legislação tributária; e que os créditos decorrentes das diferenças temporárias serão apurados por meio da aplicação das alíquotas do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças entre as despesas ou as perdas decorrentes das atividades das instituições financeiras,





SENADO FEDERAL

reconhecidas de acordo com a legislação contábil societária, e as despesas ou as perdas autorizadas como dedução para determinação da base de cálculo desses tributos, conforme a legislação vigente.

Para o bom entendimento da questão, é importante salientar que o motivo pelo qual as diferenças temporárias surgem é que com a utilização dos critérios da Lei nº 9.430, de 1996, há um descompasso entre o lucro contábil e o lucro real apurado para fins de imposto de renda. O incentivo dado pelo PL é para que as instituições financeiras deduzam do lucro real, nos casos específicos, o valor que renegociarem com as empresas e assim receberão a restituição de impostos pagos e creditados como diferenças temporárias.

## **II.2.f – Programa Eco Invest Brasil**

O Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial – Programa Eco Invest Brasil tem como objetivos (i) fomentar e incentivar investimentos em projetos que promovam a transformação ecológica, sobretudo nos eixos da transição para práticas e tecnologias sustentáveis, do adensamento tecnológico, da bioeconomia e da economia circular, dentre outros; (ii) atrair investimentos externos ao País; (iii) viabilizar operações no mercado de capitais visando à captação de recursos no exterior por empresas e investidores sediados no País, para fins de financiamento de projetos que atendam ao disposto no item (i); e (iv) apoiar o desenvolvimento, a liquidez e a eficiência do mercado de proteção (*hedge*) de longo prazo em moeda estrangeira no País.

Para tanto, propõe a criação de uma linha de crédito específica, com governança e contabilidade próprias. A referida linha contará, dentre outros, com sublinhas de financiamento parcial; de liquidez; destinada à oferta de derivativos cambiais ou outros ativos financeiros; e destinada à estruturação de projetos.

Assim, o PL autoriza a União a (i) repassar às instituições financeiras, por meio do FNMC, os recursos para a Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial e demais instrumentos oferecidos pelo Programa; (ii) celebrar acordos de cooperação, operações de crédito e outros instrumentos afins





SENADO FEDERAL

junto a organismos multilaterais, observado o disposto no art. 52, inciso V, da Constituição; e (iii) abrir conta bancária, no País ou no exterior, em moeda estrangeira, exclusivamente nas instituições financeiras oficiais federais, para fins de implementação do Programa Eco Invest Brasil.

Sumariamente, pode-se afirmar que o objetivo do Programa é promover a proteção da variação cambial de longo prazo em investimentos de desenvolvimento sustentável.

#### **II.2.g – Linha de crédito para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi.**

As condições para essa linha de crédito ainda serão regulamentadas pelo Poder Executivo, após a aprovação do PL em análise. Dessa forma, consideramos que poderemos estimar eventuais subsídios implícitos apenas após a regulamentação. Todavia, podemos afirmar que a renovação de frota pode trazer importante impulso econômico e melhora de bem-estar da população.

De acordo, com a última Nota de Estatística Monetária e de Crédito do Banco Central do Brasil, o financiamento a aquisição de veículos a pessoas jurídicas teve taxa média de 16,9% ao ano, ao passo que para pessoas físicas a taxa média foi de 25,5% ao ano.

Consideramos que, ainda que tenha taxas de juros acima do custo de captação de recursos do Tesouro Nacional, vale dizer, sem subsídio implícito, a linha de crédito proposta poderá ofertar crédito com taxas de juros mais baixas para esse importante setor da atividade de transporte urbano.

#### **II.2.h – Dilação de Prazos para Renegociação de Dívidas de Fundos Constitucionais e Outros**

O PL nº 1.725, de 2024, estabelece prazo estendido até 31 de dezembro de 2025 para renegociação de dívidas, em conformidade com os programas do Governo Federal como Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal, Renegocia e Desenrola Brasil quanto a: débitos de responsabilidade de





SENADO FEDERAL

mini e pequenos produtores rurais relativos à Resolução CONDEL/SUDENE nº 43, de 2011; quitação e renegociação das dívidas relativas às debêntures do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor); renegociação extraordinária de débitos no âmbito do FNO, FNE e FCO a empreendedores rurais do Nordeste, Norte e do Centro-Oeste, em especial nas operações de crédito rural destinadas à atividade cacaueteira; recuperação de ativos vinculados ao crédito rural não inscritos em dívida ativa da União, mas em cobrança pela AGU/PGU; e renegociação de operações contratadas da lavoura cacaueteira relacionadas ao Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueteira Baiana – PRLCB, ampliando o alcance para operações contratadas com recursos do BNDES.

Quanto às alterações propostas à Lei nº 14.165, de 2021, vistas em conjunto, buscam principalmente ampliar os prazos de quitação e de renegociação das dívidas em debêntures do Finam e do Finor, além de estender os rebates previstos no caso das debêntures também para as ações.

Como dito, a Lei nº 14.165, de 2021, dispõe sobre a possibilidade de quitação e de renegociação das dívidas em debêntures ao Finam e ao Finor, criados pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, e de desinvestimento e posterior liquidação dessas dívidas.

Os recursos do Finam e do Finor provinham, principalmente, de empresas de qualquer região do país, contribuintes do imposto de renda incidente sobre o lucro real, que podiam deduzir parte desse imposto como forma de incentivo fiscal para aplicação em projetos aprovados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), conforme a Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991. Os recursos do Finam e do Finor podiam, portanto, ser destinados à aquisição de ações e debêntures de empresas com projetos aprovados nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene.

Assim, embora se trate de fundos de natureza privada, seus recursos provieram, originalmente, de renúncias fiscais incidentes sobre o imposto de







## SENADO FEDERAL

renda. Ainda assim, eventuais renegociações não têm impacto direto nas contas públicas, pois as dívidas junto aos fundos não integram o orçamento da União.

Na prática, embora privados, os recursos do Finam e do Finor acabaram sendo geridos por suas entidades operadoras, respectivamente, o Banco da Amazônia S.A. (BASA) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Em 2017, encerraram-se os prazos para a destinação de novos recursos de incentivos fiscais ao Finam e ao Finor.

As carteiras do Finam e do Finor, contudo, continuaram a existir, e são atualmente formadas por ações e debêntures das empresas que foram financiadas com os recursos oriundos das renúncias fiscais.

Em 2020, a MPV nº 1.017, que deu origem à Lei nº 14.165, de 2021, disciplinou a quitação e a renegociação das debêntures que compõem suas carteiras. Conforme a exposição de motivos que acompanhou a MPV nº 1.017, de 2020, a iniciativa visava estabelecer um termo para a recuperação do capital devido para o desinvestimento e para a posterior liquidação do Finam e do Finor; estabelecer condições para a rápida liquidação ou renegociação das dívidas em debêntures perante os fundos; condicionar as prerrogativas ao pagamento parcial à vista das dívidas e ao oferecimento de novas garantias em favor dos fundos, de forma a proporcionar a entrada imediata de recursos, aumentando sua disponibilidade de caixa pela via administrativa; assegurar condições de conclusão dos projetos ainda em implantação, bem como a viabilidade dos empreendimentos já implantados, favorecendo, consequentemente, a manutenção e a geração de emprego e renda a eles associados; e conferir dinamicidade imediata aos fundos, adaptando-os às atuais práticas mercadológicas e favorecendo os processos de desinvestimento e de liquidação.

A Lei nº 14.165, de 2021, assim, deu segurança jurídica para que o BASA e o BNB concedessem rebates e carências nos processos de quitação e renegociação das debêntures que compõem as carteiras dos fundos.







SENADO FEDERAL

A simples ampliação do prazo para renegociação não implica em custos fiscais. Ademais, há a vantagem de recuperação de créditos inadimplidos, contabilizados como prejuízo e já calculados como despesas.

### II.3 - Emendas

A Emenda nº. 1 foi retirada pelo autor, portanto não será objeto de análise.

Quanto à Emenda nº 2, que retira objetos da Emgea, poderia ter algum sentido quando da edição da MPV nº 1.213, de 2024, pois existiam legítimas preocupações com a governança da empresa pública. Todavia, o PL em análise, aprovado pela Câmara dos Deputados, já incorpora importantes avanços na governança, como descritos acima.

Em referência à Emenda nº 3, consideramos que a instituição de um Programa Pró-Melhorias Habitacionais para pessoas de baixa renda possui um mérito inegável. Porém, seria contraproducente para a aprovação do PL e das medidas para a população de baixa renda que ele contém, inclusive pela necessidade de se verificar a adequação orçamentária e financeira da Emenda, incorporá-la ao PL, que necessitaria ser reavaliado pela Câmara dos Deputados.

Quanto à Emenda nº 4, consideramos que o Pronampe possui a sua continuidade assegurada por dois motivos básicos: primeiro, o próprio PL altera o § 2º do art. 6º da Lei nº 13.999, de 2020, para determinar que os recursos poderão, em vez de deverão, ser encaminhados ao Programa Pé de Meia, para a concessão de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, à permanência e à conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público ou devolvidos à União, a partir de 2025; em segundo lugar, o PL prevê, com a redação do art. 6º-C da Lei do Pronampe, que recursos para a garantia da continuidade do Programa.

Por fim, em relação à Emenda nº 5, não podemos deixar de reconhecer seu mérito em estabelecer prazo máximo de 30 dias para pagamentos a empresas da economia criativa com até 99 funcionários. Porém, consideramos





SENADO FEDERAL

que tal medida deve ser analisada no âmbito de um projeto de lei específico ou com afinidade temática com a matéria.

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.725, de 2024, com a rejeição das emendas apresentadas.

Sala da Sessão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

## COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

(PL 1725, de 2024)

Após a apresentação do relatório, outras nove emendas foram apresentadas ao Projeto de Lei nº. 1725, de 2024, sobre as quais passamos à análise:

**i) Emenda nº 6 – PLEN**, de autoria dos Senadores Flávio Azevedo e Izalci Lucas, que pretende alterar a Lei nº. 14.973, de 16 de setembro de 2024 – reoneração gradual da folha – para prever que os recursos existentes nas contas de depósitos, sob qualquer título, deverão ser devolvidos por meio de arranjo de pagamentos instantâneos instituídos pelo Banco Central do Brasil.

Apesar de pertinente e meritória, a presente emenda foge do escopo central do projeto que ora analisamos: oferecer crédito com taxas de juros diferenciadas para os pequenos agricultores e criar linhas de crédito para os brasileiros que estão em vulnerabilidade socioeconômica inscritos no CadÚnico. Assim como, este PL busca oferecer oportunidade para que microempreendedores individuais e microempresários possam renegociar suas dívidas com instituições financeiras.

A emenda modifica legislação estranha ao projeto ao tratar da Lei 14.973, fruto da negociação da desoneração. A lei dispõe sobre incorporação de recursos esquecidos no sistema financeiro pela União. A partir da publicação da lei, serão 30 dias corridos para que indivíduos reivindiquem os recursos. Passado este período, o Ministério da Fazenda publicará edital com o detalhamento das contas e os recursos envolvidos abrindo-se novo prazo de 30 dias para contestação. Há legislação no mesmo sentido de incorporação de recursos esquecidos no sistema financeiro pela União datando de 1954 (Lei 2.313).





SENADO FEDERAL

Por esta razão, **entendemos que esta emenda não deve prosperar nesta matéria.**

**ii) Emenda nº 7 – PLEN, de redação**, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, altera o *caput* do art. 2º para incluir pessoas com deficiência na relação de beneficiários prioritários do Programa Acredita no Primeiro Passo.

O ajuste redacional proposto pela Senadora Mara Gabrilli é pertinente, uma vez que deixa claro que as pessoas com deficiência também terão prioridade no grupo de beneficiários do Programa Acredita no Primeiro Passo.

Visto que este ajuste não altera o mérito do projeto, mas tão somente busca enfatizar uma situação que guarda relevância com o texto original da matéria, considerando que muitos brasileiros com deficiência estão em situação de alta vulnerabilidade econômica, **entendemos que esta emenda de redação precisa prosperar e deverá ser acatada.**

**iii) Emendas nºs 8 a 14 – PLEN**, de autoria da Senador Mecias de Jesus, que pretende criar mecanismos para renegociar as dívidas de produtores rurais que foram atingidos por eventos climáticos adversos.

Corroboramos com o autor quando este destaca que os eventos climáticos dos últimos anos têm sido prejudiciais para os produtores rurais do nosso país, que muito contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Todavia, apesar de louvável e meritória, as emendas fogem do objetivo central do projeto que ora analisamos e, por esta razão, **entendemos que não devem prosperar**, destacando que este tema, e a iniciativa legislativa do Senador Mecias de Jesus, precisa ser urgentemente discutido pelo Congresso Nacional.





SENADO FEDERAL

**VOTO**

Pelos motivos expostos, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº. 1.725, de 2024, pelo acatamento da Emenda nº 7 – PLEN, de redação, e pela rejeição das demais Emendas.



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 169, DE 2024 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei nº 1.725, de 2024, do Deputado José Guimarães.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei nº 1.725, de 2024, do Deputado José Guimarães, que *institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360; institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas –Desenrola Pequenos Negócios; cria linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi; altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.735, de 11 de setembro de 2003, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.606, de 9 de janeiro de 2018, 14.042, de 19 de agosto de 2020, 14.165, de 10 de junho de 2021, e 14.166, de 10 de junho de 2021; e dá outras providências*, consolidando a Emenda nº 7 – Plen, de redação.

Senado Federal, em 18 de setembro de 2024.



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



**ANEXO DO PARECER Nº 169, DE 2024 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei nº 1.725, de 2024, do Deputado José Guimarães.

Institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial – Programa Eco Invest Brasil; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas – Procred 360; institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas – Desenrola Pequenos Negócios; cria linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi; altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.735, de 11 de setembro de 2003, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.606, de 9 de janeiro de 2018, 14.042, de 19 de agosto de 2020, 14.165, de 10 de junho de 2021, e 14.166, de 10 de junho de 2021; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**CAPÍTULO I**  
**DO PROGRAMA ACREDITA NO PRIMEIRO PASSO**



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



## Seção I

### Disposições Preliminares

**Art. 1º** É instituído o Programa Acredita no Primeiro Passo, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, com a finalidade de gerar oportunidades de inclusão produtiva, aumento da renda pelo trabalho, qualidade de vida e participação social para as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

**Art. 2º** O Programa Acredita no Primeiro Passo terá foco em territórios de alta vulnerabilidade socioeconômica e priorizará sua atuação junto a pessoas com deficiência, mulheres, jovens, negros e membros de populações tradicionais e ribeirinhas inscritos no CadÚnico.

§ 1º Ato do Poder Executivo federal disporá sobre os objetivos, os eixos estruturantes, as ações, a governança, a execução e a avaliação do Programa Acredita no Primeiro Passo.

§ 2º O Programa Acredita no Primeiro Passo deverá ter seus objetivos definidos de forma clara, objetiva e mensurável, com especificação de meta anual de inclusão produtiva, aumento de renda, qualidade de vida e participação social das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica inscritas no CadÚnico.

§ 3º Os objetivos do Programa Acredita no Primeiro Passo para o ano subsequente serão definidos e publicados até o dia 31 de dezembro de cada ano.

§ 4º No primeiro ano de vigência desta Lei, deverá ser publicado diagnóstico detalhado do problema, com utilização de indicadores numéricos que reflitam a inclusão produtiva, a renda, a qualidade de vida e a participação social do público-alvo, explicitando a situação atual que servirá de base para a construção dos objetivos referidos no § 2º deste artigo.

§ 5º O diagnóstico previsto no § 4º deste artigo deverá incluir a metodologia utilizada para coleta de dados e cálculo dos indicadores, de forma a garantir a transparência do processo.

§ 6º Até o final de cada ano, será publicado o resultado da avaliação da política pública realizada no ano anterior, incluída, entre outros aspectos, análise de impacto econômico e social, de eficiência e de efetividade.

§ 7º A avaliação da política pública referida no § 6º deste artigo será realizada pelo Tribunal de Contas da União, e o seu resultado deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional.

§ 8º Deverão ser publicados, em página da internet de acesso público, os critérios objetivos de seleção dos beneficiários, incluídos as informações detalhadas sobre o processo de seleção e os requisitos necessários para participação no Programa Acredita no Primeiro Passo.

**Art. 3º** Para a execução do Programa Acredita no Primeiro Passo, poderão ser firmados contratos, convênios, acordos de cooperação, termos de execução descentralizada, instrumentos de transferência fundo a fundo, ajustes ou outros instrumentos congêneres com



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>





a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e os seus respectivos órgãos e entidades, inclusive consórcios públicos, e com instituições privadas, na forma estabelecida na legislação pertinente.

**Art. 4º** As eventuais despesas do Programa Acredita no Primeiro Passo serão de natureza discricionária e ficarão sujeitas à disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 1º As despesas decorrentes da implementação e da execução do Programa Acredita no Primeiro Passo, nos termos desta Lei, serão custeadas por aporte da União nas dotações orçamentárias relacionadas, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

§ 2º O Programa Acredita no Primeiro Passo poderá ser custeado por outras fontes de recursos destinadas pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios ou por instituições privadas, inclusive por meio de captação de doações para essa finalidade.

§ 3º É a União autorizada a estabelecer mecanismos de mobilização de capital externo e proteção cambial nas captações de recursos pelas instituições financeiras destinadas a operações de microcrédito produtivo orientado no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo.

## Seção II

### Da Garantia a Operações de Crédito no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo

**Art. 5º** A garantia a operações de crédito no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo terá a finalidade de garantir, direta ou indiretamente, o risco de operações de crédito concedidas por instituições financeiras ou pelas entidades autorizadas de que trata o art. 3º da Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, para os beneficiários do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), nos termos do § 1º do art. 1º da referida Lei, inscritos no CadÚnico.

**Art. 6º** A garantia de operações de crédito no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo:

I – será operacionalizada por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO), de que trata a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, administrado pelo Banco do Brasil S.A.;

II – incidirá sobre operações de financiamento de investimento e de capital de giro isolado e associado, observados os prazos das operações, as carências, os valores e as demais condições das operações no âmbito do PNMPO.

Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional poderá estabelecer outras linhas de crédito que poderão ser contempladas com garantia no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo.

**Art. 7º** É a União autorizada a aumentar sua participação no FGO, no limite de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), exclusivamente para cobertura das operações contratadas no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo.

§ 1º A integralização adicional de cotas pela União de que trata este artigo será realizada por ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



§ 2º A representação da União na assembleia de cotistas do FGO, inclusive quanto às cotas vinculadas ao Programa Acredita no Primeiro Passo, ocorrerá na forma estabelecida no inciso V do *caput* do art. 10 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967.

§ 3º Nas operações de crédito concedidas no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo, o FGO:

I – responderá por suas obrigações até o limite do valor dos bens e direitos integrantes de seu patrimônio alocados para essa finalidade no subprograma de garantia a operações de créditos no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo;

II – não contará com qualquer tipo de garantia ou aval por parte do poder público;

III – deverá conter previsão para a participação de outros cotistas, pessoas físicas ou jurídicas, inclusive de direito público.

§ 4º Os cotistas do FGO ou seus agentes públicos não responderão por qualquer obrigação ou eventual prejuízo do Fundo, exceto o cotista pela integralização das cotas que subscrever.

§ 5º As cotas vinculadas ao Programa Acredita no Primeiro Passo poderão ser adquiridas, nos termos do estatuto do FGO, por pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, nacionais ou internacionais.

**Art. 8º** É autorizada a transferência de recursos para o FGO, nos termos da legislação, na modalidade do Programa Acredita no Primeiro Passo, com o resgate de cotas referente a valores não utilizados para garantia de operações com recursos do FGO a que se refere o *caput* do art. 10 da Lei nº 14.690, de 3 de outubro de 2023, não se aplicando o disposto no § 2º do art. 10 da referida Lei.

Parágrafo único. Os recursos previstos no *caput* deste artigo não incluem aqueles:

I – comprometidos para honrar as operações de crédito de que trata a Lei nº 14.690, de 3 de outubro de 2023, contratadas até a data de entrada em vigor da Medida Provisória nº 1.213, de 22 de abril de 2024;

II – necessários para cobrir os custos de operacionalização do FGO Desenrola até o seu encerramento.

**Art. 9º** Poderão aderir ao Programa Acredita no Primeiro Passo e requerer a garantia do FGO as instituições financeiras e as entidades autorizadas de que trata o art. 3º da Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018.

§ 1º As instituições financeiras e as entidades autorizadas a que se refere o *caput* deste artigo operarão com recursos próprios, ou por elas administrados, e poderão contar com garantia a ser prestada pelo FGO de até 100% (cem por cento) do valor de cada operação garantida, com cobertura, pelo FGO, da inadimplência limitada a 20% (vinte por cento) da carteira garantida de cada instituição financeira ou entidade autorizada, na forma estabelecida no estatuto do FGO.

§ 2º Nas operações de que trata o § 1º deste artigo, o limite global a ser ressarcido às instituições financeiras e às entidades autorizadas é limitado ao montante destinado pela União e pelos demais cotistas ao FGO para o atendimento dos objetivos do Programa Acredita no Primeiro Passo.



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



§ 3º O FGO somente prestará garantia a operações de crédito se, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das operações de que trata o § 1º deste artigo, no âmbito de cada instituição financeira ou entidade autorizada, forem contratadas por mulheres ou por empreendimentos individuais de mulheres.

**Art. 10.** Para contar com a garantia do FGO, a contratação de operação de crédito no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo deverá ocorrer na modalidade de crédito orientado, conforme o disposto no § 3º do art. 1º da Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, respeitados os limites aprovados pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 1º O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome poderá firmar instrumento jurídico com as instituições financeiras e as entidades autorizadas de que trata o art. 5º desta Lei para subvencionar a contratação de agentes estruturadores de negócio para atendimento do público do Programa Acredita no Primeiro Passo, de acordo com critérios a serem estabelecidos em ato do Ministro de Estado do referido Ministério.

§ 2º O custeio das despesas de serviços de agente estruturador de negócio para o crédito orientado de que trata o § 1º deste artigo ocorrerá à conta do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do órgão.

**Art. 11.** Os contratantes das operações de crédito no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo serão isentos do pagamento de comissão pecuniária pela concessão da garantia do FGO.

**Art. 12.** Na hipótese de inadimplemento do contratante, as instituições financeiras e as entidades autorizadas de que trata o art. 5º desta Lei participantes do Programa Acredita no Primeiro Passo cobrarão a dívida em nome próprio e custearão as despesas necessárias para a recuperação dos créditos inadimplidos.

§ 1º Para fins de recuperação dos créditos no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo, as instituições financeiras e as entidades autorizadas de que trata o art. 5º desta Lei:

I – deverão, em conformidade com as suas políticas de crédito, envidar os melhores esforços e adotar os procedimentos necessários para a recuperação dos créditos, vedada a adoção de procedimento menos rigoroso do que aquele usualmente empregado para a recuperação de créditos próprios;

II – serão responsáveis pela veracidade das informações fornecidas e pela exatidão dos valores a serem eventualmente reembolsados;

III – adotarão, após honrada a garantia pelo FGO, estratégia de renegociação semelhante à usualmente utilizada para créditos próprios, inclusive com a possibilidade de concessão de descontos, observados os limites estabelecidos no estatuto do Fundo.

§ 2º Os créditos não recuperados após a adoção dos procedimentos previstos no § 1º deste artigo serão:

I – leiloados pelas instituições financeiras ou pelas entidades autorizadas no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, contado da data em que honrada a garantia, observadas as condições estabelecidas no estatuto do FGO; e



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



II – quando não arrematados, oferecidos novamente em leilão, no prazo de até 12 (doze) meses, com a possibilidade de serem alienados àquele que oferecer o maior lance, independentemente do valor de avaliação.

§ 3º A parcela do crédito sub-rogada pelo FGO que eventualmente não seja alienada no leilão de que trata o inciso II do § 2º deste artigo poderá ser considerada extinta de pleno direito, nos termos estabelecidos no estatuto do Fundo.

§ 4º O estatuto do FGO estabelecerá os limites, as condições e os prazos para a realização de leilão dos créditos de que trata o § 2º deste artigo, bem como os mecanismos de controle e de aferição de seus resultados.

**Art. 13.** Os valores não utilizados para garantia das operações contratadas no âmbito do disposto neste Capítulo e os valores recuperados pelas instituições financeiras e pelas entidades autorizadas de que trata o art. 5º desta Lei, na hipótese de inadimplência, serão destinados à garantia das operações de crédito do Programa Acredita no Primeiro Passo, observados os termos estabelecidos em ato conjunto dos respectivos Ministérios supervisores de cada programa.

## CAPÍTULO II

### DO APRIMORAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E DA INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE CRÉDITO E FINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E MICROEMPRESAS – PROCRED 360

**Art. 14.** A Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º É instituído o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), vinculado ao Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, cujo objeto é o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios.” (NR)

“Art. 3º As instituições financeiras participantes do Pronampe poderão formalizar e prorrogar operações de crédito em seu âmbito nos períodos e nas condições estabelecidos em ato do Ministro de Estado do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, observados o prazo total máximo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento das operações e os seguintes parâmetros:

.....

IV – carência de até 12 (doze) meses para o início do pagamento das parcelas do financiamento, nos termos de regulamento.

.....

§ 4º O ato do Ministro de Estado do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte de que trata o *caput* deste artigo definirá também a taxa de juros aplicável à linha de crédito concedida no âmbito do Pronampe, observado o máximo previsto no inciso I do *caput* deste artigo.



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



§ 5º Nos casos em que a empresa contratante tenha sido reconhecida pelo Poder Executivo federal com o Selo Emprega + Mulher ou tenha como sócia majoritária ou sócia-administradora uma mulher, aplicam-se os seguintes parâmetros:

.....” (NR)

“Art. 5º .....

.....

§ 5º Os créditos honrados eventualmente não recuperados poderão ser cedidos ou leiloados pelas instituições financeiras participantes do Pronampe, no prazo de até 60 (sessenta) meses, contado da data da amortização da última parcela passível de vencimento, observadas as condições estabelecidas no estatuto do Fundo.

.....

§ 9º No caso de inadimplência de operações de crédito do Pronampe, após serem honradas pelo FGO, os agentes financeiros deverão adotar estratégia de renegociação semelhante à usualmente utilizada para créditos próprios, inclusive com a possibilidade de concessão de descontos, observadas as condições estabelecidas no estatuto do Fundo.” (NR)

“Art. 6º .....

.....

§ 2º O valor não utilizado para garantia das operações contratadas nos períodos a que se refere o *caput* do art. 3º desta Lei, assim como os valores recuperados, inclusive no caso de inadimplência, poderão ser utilizados no fundo destinado à concessão de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, à permanência e à conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público ou devolvidos à União, a partir de 1º de janeiro de 2025, nos termos em que dispuser o Poder Executivo federal, para serem integralmente utilizados para pagamento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

.....” (NR)

“Art. 6º-C. Os valores referentes à participação adicional da União no FGO para a cobertura das operações contratadas até 31 de dezembro de 2023, no âmbito do Pronampe, com beneficiários que tiveram perdas materiais decorrentes dos eventos climáticos extremos ocorridos em setembro de 2023 e que estejam situados em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul que tiveram estado de calamidade pública reconhecido pelo Poder Executivo federal, não utilizados até 31 de dezembro de 2023, serão destinados à garantia de novas operações no âmbito do Pronampe.



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



Parágrafo único. Os valores de que trata o *caput* deste artigo não comprometidos com garantias concedidas poderão ser utilizados para a concessão de novas garantias no âmbito do Pronampe.”

“CAPÍTULO VI-A  
DO PROGRAMA DE CRÉDITO E FINANCIAMENTO DE  
DÍVIDAS DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E  
MICROEMPRESAS – PROCRED 360

Art. 12-A. É instituído o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas – Procred 360, vinculado ao Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, cujo objeto é o desenvolvimento e o fortalecimento das microempresas, em especial dos Microempreendedores Individuais (MEIs) e dos taxistas autônomos.

§ 1º O Procred 360 é destinado às pessoas a que se referem o inciso I do *caput* do art. 3º e o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), considerada a receita bruta auferida no exercício imediatamente anterior ao da contratação, bem como aos taxistas autônomos.

§ 2º Para a cobertura das operações contratadas no âmbito do Procred 360, o FGO utilizará recursos não utilizados para a garantia das operações a que se refere o art. 10 da Lei nº 14.690, de 3 de outubro de 2023, na forma de regulamento, não se aplicando, nesse caso, o disposto no § 2º do art. 10 da referida Lei.

§ 3º As instituições participantes do Procred 360 operarão com recursos próprios e poderão contar com garantia a ser prestada pelo FGO Procred 360 de até 100% (cem por cento) do valor de cada operação garantida, com cobertura, pelo Fundo, da inadimplência limitada ao valor máximo segregado pelo administrador do FGO para a garantia da carteira da instituição participante do Procred 360, vedado ultrapassar 60% (sessenta por cento) da carteira à qual esteja vinculada, observado o disposto no estatuto do Fundo.

§ 4º O estatuto do FGO poderá:

I – estabelecer as demais condições para as operações de crédito no âmbito do Procred 360, incluído o prazo máximo para pagamento das operações;

II – permitir o pagamento dos juros durante o período de carência;

III – estabelecer as contrapartidas para as instituições financeiras interessadas em aderir ao Procred 360 e em requerer a garantia do FGO.

§ 5º Ato do Ministro de Estado do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte definirá a taxa de juros



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



aplicável à linha de crédito concedida no âmbito do Procred 360, observado o máximo previsto no inciso I do *caput* do art. 3º desta Lei.

§ 6º Aplicam-se ao Procred 360 as demais disposições aplicáveis ao Pronampe.”

“Art. 13. É o Poder Executivo federal autorizado a adotar o Pronampe como política oficial de crédito de caráter permanente com tratamento diferenciado e favorecido, nas mesmas condições estabelecidas nesta Lei, com o objetivo de consolidar os pequenos negócios como agentes de sustentação, de transformação e de desenvolvimento da economia nacional.” (NR)

### CAPÍTULO III

#### DO APRIMORAMENTO DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE ACESSO A CRÉDITO NA MODALIDADE DE GARANTIA (PEAC-FGI)

**Art. 15.** A Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º O Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia (Peac-FGI) é destinado a microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno e médio porte, associações, fundações de direito privado e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, que tenham sede ou estabelecimento no País e que tenham auferido no ano-calendário imediatamente anterior ao da contratação da operação receita bruta inferior ou igual a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e, nos termos de regulamentação específica, a beneficiários do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), em microcrédito concedido por instituições financeiras ou pelas entidades autorizadas de que trata o art. 3º da Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018.

§ 2º .....

I – prazo de carência de, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses;

II – prazo total da operação de, no mínimo, 12 (doze) meses e, no máximo, 84 (oitenta e quatro) meses;

.....” (NR)

“Art. 6º .....

.....

§ 5º Para as garantias concedidas no âmbito do Peac-FGI, a comissão pecuniária a que se refere o § 3º do art. 9º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, será cobrada de forma progressiva e limitada aos seguintes percentuais da comissão pecuniária vigente para o FGI Tradicional:



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



- I – no ano de 2024, 20% (vinte por cento);
  - II – no ano de 2025, 40% (quarenta por cento);
  - III – no ano de 2026, 60% (sessenta por cento);
  - IV – no ano de 2027, 80% (oitenta por cento);
  - V – a partir de 2028, 100% (cem por cento).
- .....” (NR)
- “Art. 8º .....
- .....

§ 5º Os créditos honrados e não recuperados contratados no mesmo ano serão leiloados pelos agentes financeiros, em nome do Peac-FGI e do Peac-FGI Crédito Solidário RS, no prazo de até 60 (sessenta) meses, contado da data prevista para a última parcela de amortização dentre todas as operações de crédito da carteira do agente financeiro com garantia do Peac-FGI ou do Peac-FGI Crédito Solidário RS contratadas no mesmo ano, observadas as condições estabelecidas no regulamento de operações do Peac-FGI.

.....” (NR)

#### CAPÍTULO IV DOS INCENTIVOS AO MERCADO DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

**Art. 16.** A Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º .....

§ 1º A EMGEA tem por objetivos:

I – adquirir e gerir bens e direitos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, das entidades da administração pública indireta de todos os entes federativos, bem como de fundos públicos ou privados em que a União aporte recursos, podendo, em contrapartida, assumir obrigações deles;

II – fomentar o crescimento do mercado imobiliário nacional, provendo maior liquidez aos ativos com base em crédito imobiliário.

§ 1º-A. A EMGEA poderá criar ou participar de estruturas organizacionais, na forma de fundos de investimentos, de sociedades de propósitos específicos ou de parcerias público-privadas, desde que elas tenham como finalidade o desenvolvimento social de interesse público, conforme previsto nos respectivos instrumentos de criação.

§ 1º-B. De forma a cumprir o objetivo de que trata o inciso II do § 1º deste artigo, a EMGEA poderá:



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>





I – adquirir créditos imobiliários concedidos por instituições financeiras, públicas ou privadas, para incorporação em carteira ou para posterior venda ao mercado;

II – adquirir, no mercado financeiro, títulos e valores mobiliários lastreados em crédito imobiliário;

III – ofertar instrumentos financeiros que permitam a proteção de instituições financeiras, públicas ou privadas, a exposições de remuneração e prazos oriundos de concessão de crédito imobiliário.

§ 1º-C. A EMGEA poderá atuar como securitizadora, securitizando os créditos imobiliários adquiridos conforme o inciso I do § 1º-B deste artigo em títulos e valores mobiliários, que poderão ter remuneração, prazos e montantes diferentes dos créditos imobiliários originais.

§ 3º O estatuto da EMGEA será aprovado por sua assembleia geral.

.....” (NR)

“Art. 9º A transferência das operações de crédito imobiliário e de seus acessórios, em especial as hipotecas a elas vinculadas, ocorrerá por instrumento particular, com força de escritura pública.” (NR)

**Art. 17.** A Empresa Gestora de Ativos (Emgea) deverá adotar práticas robustas de governança corporativa, conforme as melhores práticas de mercado, incluindo, mas não se limitando a:

I – contar com comitê de auditoria composto de membros com experiência comprovada em auditoria, em contabilidade e em controles internos, que terá as seguintes atribuições:

a) revisar e monitorar a integridade das demonstrações financeiras da Emgea, de forma a garantir sua conformidade com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis;

b) supervisionar as atividades da auditoria interna e coordená-las com auditores externos, inclusive a revisão de planos de auditoria, relatórios e resultados;

c) avaliar a eficácia dos controles internos e recomendar melhorias conforme necessário;

d) garantir a conformidade de todos os processos e as políticas da Emgea com as leis e os regulamentos aplicáveis;

II – contar com comitê de risco com o objetivo de identificar, de avaliar, de monitorar e de mitigar os riscos associados às suas operações, especialmente em relação à aquisição e à securitização de créditos imobiliários, que terá as seguintes responsabilidades, entre outras:

a) desenvolver política de gerenciamento de riscos que inclua identificação de riscos estratégicos, financeiros, operacionais, de mercado e de *compliance*;



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



b) avaliar a exposição da Emgea a riscos de crédito, de liquidez, de mercado e de reputação e propor medidas corretivas, quando necessário;

c) monitorar regularmente a eficácia das estratégias de mitigação de riscos implementadas e ajustá-las conforme necessário;

d) relatar periodicamente ao Conselho de Administração os riscos identificados e as ações de mitigação em andamento;

III – publicar os seguintes relatórios de atividades anuais:

a) demonstrações financeiras: relatórios financeiros auditados com detalhamento da situação financeira da Emgea, incluídos balanço patrimonial, demonstração de resultados e fluxo de caixa;

b) relatório de gestão e operações: descrição detalhada das operações realizadas no ano, incluídos aquisição e venda de créditos imobiliários, resultados das atividades de securitização e análise do desempenho dos investimentos realizados;

c) relatório de auditoria e riscos: resumo das atividades do comitê de auditoria e do comitê de riscos, com destaque para os principais riscos identificados, as ações de mitigação implementadas e as recomendações para melhorias;

IV – contar com política de transparência com o objetivo de assegurar a divulgação regular de informações relevantes, tais como:

a) divulgação de resultados e de operações, com publicação periódica de resultados financeiros e operacionais e de relatórios de auditoria;

b) transparência em contratos e em parcerias, com divulgação de suas condições gerais, incluídos valores e nomes dos beneficiários, de contratos, de parcerias e de operações com securitização.

**Art. 18.** A Emgea deverá estabelecer, até o último dia de cada ano, objetivos estratégicos mensuráveis e específicos para o exercício financeiro subsequente, incluindo, mas não se limitando a:

I – objetivos de desempenho financeiro e operacional:

a) metas de Retorno sobre Ativos (ROA): metas específicas de retorno sobre ativos para cada exercício financeiro;

b) metas de inadimplência: metas de inadimplência de créditos adquiridos e securitizados;

c) metas de eficiência operacional: indicadores de eficiência, como custo operacional por ativo gerido ou índice de despesas administrativas em relação ao total de ativos;

II – objetivos de expansão e liquidez do mercado imobiliário: meta de aumento de liquidez, consistente em meta anual para o aumento da liquidez no mercado imobiliário por meio da aquisição e da venda de créditos imobiliários.

Parágrafo único. A Emgea deverá publicar, até o final do primeiro trimestre de cada ano, relatório de desempenho detalhado com a avaliação do cumprimento dos objetivos estabelecidos para o exercício anterior, as ações corretivas adotadas e, se necessário, a correção dos objetivos para o exercício corrente.



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



CAPÍTULO V  
DO PROGRAMA DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DE  
MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE  
PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS – DESENROLA PEQUENOS  
NEGÓCIOS

**Seção I**  
**Disposições Preliminares**

**Art. 19.** É instituído o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas – Desenrola Pequenos Negócios, destinado aos microempreendedores individuais, às microempresas, às empresas de pequeno porte e às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), com o objetivo de incentivar a renegociação de dívidas de empresas com faturamento bruto anual igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

**Seção II**  
**Dos Incentivos aos Agentes Financeiros**

**Subseção I**  
**Do Crédito Presumido**

**Art. 20.** As instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as cooperativas de crédito e as administradoras de consórcio, que renegociarem, até 31 de dezembro de 2024, dívidas de empresas com faturamento igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), apurado por agente financeiro, poderão ter direito à apuração de crédito presumido na forma prevista nesta Lei, em montante total limitado ao menor dos seguintes valores:

I – o saldo contábil bruto das operações de crédito para renegociação de dívidas;  
ou

II – o saldo contábil dos créditos decorrentes de diferenças temporárias.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos créditos decorrentes de diferenças temporárias referentes a provisões para créditos de liquidação duvidosa e a provisões passivas relacionadas a ações fiscais e previdenciárias.

§ 2º Para os fins do disposto neste artigo:

I – as despesas ou as perdas apropriadas contabilmente ainda não dedutíveis na apuração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) cujo aproveitamento futuro seja autorizado pela legislação tributária caracterizam-se como diferenças temporárias;

II – os créditos decorrentes das diferenças temporárias devem ser apurados por meio da aplicação das alíquotas do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças entre as despesas ou as perdas decorrentes das atividades das instituições a que se refere o *caput* deste artigo, reconhecidas de acordo com a legislação contábil societária, e as despesas ou as perdas



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



autorizadas como dedução para determinação da base de cálculo desses tributos, na forma estabelecida na legislação.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se somente às dívidas inadimplidas até a data de publicação da Medida Provisória nº 1.213, de 22 de abril de 2024, nos termos estabelecidos no regulamento editado por ato do Ministro de Estado da Fazenda.

## **Subseção II**

### **Da Apuração do Crédito Presumido**

**Art. 21.** A apuração do crédito presumido poderá ser realizada a partir do ano-calendário de 2025 até o ano-calendário de 2029 pelos agentes financeiros a que se refere o *caput* do art. 20 desta Lei que apresentarem, de forma cumulativa:

I – créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de registros existentes no ano-calendário anterior; e

II – prejuízo fiscal apurado no ano-calendário anterior.

**Art. 22.** O valor do crédito presumido de que trata o art. 21 desta Lei será apurado com base na fórmula constante do Anexo I da Lei nº 14.257, de 1º de dezembro de 2021.

§ 1º O crédito decorrente de diferença temporária que houver originado o crédito presumido apurado na forma prevista no *caput* deste artigo não poderá ser aproveitado em outros períodos de apuração.

§ 2º O crédito presumido referido no *caput* deste artigo fica limitado ao menor dos seguintes valores:

I – o saldo dos créditos decorrentes de diferenças temporárias existentes no ano-calendário anterior; ou

II – o valor do prejuízo fiscal apurado no ano-calendário anterior.

§ 3º Os agentes financeiros a que se refere o *caput* do art. 20 desta Lei que tenham participado do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE), do Programa de Estímulo ao Crédito (PEC) ou do Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes – Desenrola Brasil deduzirão o valor calculado na forma prevista, respectivamente, no art. 3º da Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020, no art. 3º da Lei nº 14.257, de 1º de dezembro de 2021, e no art. 18 da Lei nº 14.690, de 3 de outubro de 2023, do valor estabelecido no inciso II do *caput* do art. 20 desta Lei.

**Art. 23.** Na hipótese de falência ou de liquidação extrajudicial do agente financeiro a que se refere o *caput* do art. 20 desta Lei, o valor do crédito presumido corresponderá ao saldo total dos créditos decorrentes de diferenças temporárias existente na data de decretação da falência ou da liquidação extrajudicial, observado o disposto nos arts. 20, 21 e 22 desta Lei.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se somente às pessoas jurídicas cuja falência ou liquidação extrajudicial tenha sido decretada após a data de entrada em vigor da Medida Provisória nº 1.213, de 22 de abril de 2024.

**Art. 24.** Os saldos contábeis a que se referem os arts. 20, 21, 22 e 23 desta Lei serão fornecidos pelo Banco Central do Brasil à Secretaria Especial da Receita Federal do



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



Brasil do Ministério da Fazenda, quando solicitados, com base nos dados disponíveis em seus sistemas de informação, para fins de apuração dos créditos presumidos.

**Art. 25.** O disposto no art. 21 desta Lei fica sujeito à previsão nas respectivas leis orçamentárias anuais.

### **Subseção III**

#### **Do Ressarcimento do Crédito Presumido**

**Art. 26.** O crédito presumido de que trata esta Lei poderá ser objeto de pedido de ressarcimento pelo agente financeiro a que se refere o *caput* do art. 20.

§ 1º O ressarcimento em espécie será precedido da dedução de ofício de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional pelos agentes financeiros beneficiários.

§ 2º O disposto no art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 (Lei do Ajuste Tributário), não se aplica ao crédito presumido de que trata esta Lei.

**Art. 27.** A partir da dedução de ofício dos débitos com a Fazenda Nacional ou do ressarcimento a que se refere o art. 26 desta Lei, os agentes financeiros beneficiários observarão o disposto no art. 6º da Lei nº 14.257, de 1º de dezembro de 2021.

**Art. 28.** Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor deduzido de ofício dos débitos com a Fazenda Nacional ou ressarcido às instituições de que trata o art. 20 desta Lei que solicitarem o ressarcimento de crédito presumido de que trata o art. 26 nas hipóteses em que a dedução ou o ressarcimento seja obtido com falsidade no pedido por elas apresentado, sem prejuízo da devolução do valor deduzido ou ressarcido indevidamente e das sanções cíveis e penais cabíveis pela falsidade apresentada.

Parágrafo único. Os créditos de multa e de valor deduzido ou ressarcido indevidamente de que trata o *caput* deste artigo serão inscritos em dívida ativa pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional após a constituição definitiva de crédito, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**Art. 29.** A dedução de ofício poderá ser objeto de revisão pela autoridade administrativa, a pedido, quando o sujeito passivo alegar inexistência do débito deduzido.

**Art. 30.** A Fazenda Nacional poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados de acordo com o disposto nos arts. 20, 21, 22 e 23 pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do pedido de ressarcimento de que trata o art. 26 desta Lei.

**Art. 31.** As instituições de que trata o art. 20 desta Lei manterão os controles contábeis e a documentação necessários para identificar:

I – os saldos dos créditos decorrentes de diferenças temporárias de que trata esta Lei;

II – os créditos concedidos no âmbito do Programa a que se refere o art. 19 desta Lei.

**Art. 32.** O Banco Central do Brasil deverá, em relação às instituições e às operações de crédito referidas no art. 20 desta Lei:



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



I – fiscalizar o cumprimento pelas instituições das condições estabelecidas para as operações de crédito;

II – acompanhar e divulgar mensalmente os dados e as estatísticas relativos às operações de crédito;

III – prestar subsídios ao Ministério da Fazenda para avaliação dos resultados obtidos, mediante encaminhamento de dados, de informações e de estatísticas relativos às operações de crédito.

## CAPÍTULO VI

### DO PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO DE CAPITAL PRIVADO EXTERNO E PROTEÇÃO CAMBIAL – PROGRAMA ECO INVEST BRASIL

**Art. 33.** É instituído o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial – Programa Eco Invest Brasil, no âmbito do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), instituído pela Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, com os seguintes objetivos:

I – fomentar e incentivar investimentos em projetos que promovam a transformação ecológica, sobretudo nos eixos da transição para práticas e tecnologias sustentáveis, do adensamento tecnológico, da bioeconomia, da economia circular, da transição energética e da infraestrutura e adaptação à mudança do clima, entre outros;

II – atrair investimentos externos ao País;

III – viabilizar operações no mercado de capitais com vistas à captação de recursos no exterior por empresas, investidores e instituições financeiras sediados no País, para fins de financiamento de projetos que atendam ao disposto no inciso I do *caput* deste artigo;

IV – apoiar o desenvolvimento, a liquidez e a eficiência do mercado de proteção (*hedge*) de longo prazo em moeda estrangeira no País.

§ 1º O Programa Eco Invest Brasil oferecerá linha de mobilização de capital privado externo e proteção cambial, no âmbito do FNMC, que contará, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, com as seguintes sublinhas para empresas ou investidores nacionais e estrangeiros, entre outras:

I – de financiamento parcial (*blended finance*);

II – de liquidez;

III – destinada à oferta de derivativos cambiais ou outros ativos financeiros;

IV – destinada à estruturação de projetos.

§ 2º A linha de mobilização de capital privado externo e proteção cambial de que trata o § 1º deste artigo terá contabilidade e governança próprias e contará com recursos segregados e apartados dos demais recursos do FNMC.

§ 3º Excepcionalmente ao disposto no *caput* do art. 7º da Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, a linha de mobilização de capital privado externo e proteção cambial de que trata o § 1º deste artigo poderá ser diretamente acessada e operada por instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, desde que assumam o risco de crédito das operações.



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



§ 4º Ato do Ministro de Estado da Fazenda estabelecerá os critérios para:

I – a elegibilidade dos investimentos ao Programa Eco Invest Brasil;

II – a demonstração da efetiva captação ou atração de recursos externos por parte das instituições financeiras que acessarem os recursos do Programa Eco Invest Brasil.

**Art. 34.** As instituições financeiras que acessarem a linha de mobilização de capital privado externo e proteção cambial poderão utilizá-la, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, para oferecer ou viabilizar a oferta de:

I – operações de crédito em montante parcial dos recursos demandados pelo projeto de investimento apoiado (*blended finance*);

II – operações de crédito para casos relacionados a eventos de volatilidade cambial que possam comprometer a liquidez da empresa ou do investidor;

III – instrumentos derivativos cambiais, incluídos opções, *forwards*, futuros e *swaps*, com o objetivo de mitigar, parcial ou integralmente, o risco cambial do investidor (*hedge* cambial);

IV – operações de crédito para financiar estudos e projetos direcionados à exportação de produtos e serviços, à disponibilização de infraestrutura de suporte à exportação de produtos e serviços ou à oferta de infraestrutura e serviços para a atração de turismo sustentável internacional ao País.

Parágrafo único. No caso das operações de que trata o inciso I do *caput* deste artigo, a empresa, o investidor ou a instituição financeira deverá, preferencialmente, realizar operação de captação de recursos no mercado externo, correspondentes à parcela restante do montante de capitais de terceiros necessária à execução do projeto de investimento.

**Art. 35.** Para fins de implementação do Programa Eco Invest Brasil, é a União autorizada a:

I – repassar às instituições financeiras, por meio do FNMC, os recursos para a linha de mobilização de capital privado externo e proteção cambial e demais instrumentos oferecidos pelo Programa;

II – celebrar acordos de cooperação, operações de crédito e outros instrumentos afins com organismos multilaterais, observado o disposto no inciso V do *caput* do art. 52 da Constituição Federal, para, entre outros fins, destinar os recursos ao FNMC com vistas a apoiar os objetivos do Programa;

III – abrir conta bancária, no País ou no exterior, em moeda estrangeira, exclusivamente nas instituições financeiras oficiais federais.

**Art. 36.** A linha de mobilização de capital privado externo e proteção cambial será administrada pelo comitê executivo do Programa Eco Invest Brasil, vinculado ao Ministério da Fazenda, que o coordenará.

§ 1º As competências e a composição do comitê executivo serão estabelecidas em ato do Ministro de Estado da Fazenda, que poderá prever a participação de outros órgãos do Poder Executivo federal.



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



§ 2º O comitê executivo poderá propor mecanismos, a serem estabelecidos em ato do Ministério da Fazenda, para incentivar a competição entre os agentes financeiros com vistas a atingir os objetivos do Programa Eco Invest Brasil.

§ 3º Para fins do disposto no § 3º do art. 33 desta Lei, para terem acesso às linhas e aos recursos do Programa Eco Invest Brasil, instituições financeiras, públicas ou privadas, poderão ser habilitadas como agentes financeiros da linha de mobilização de capital privado externo e proteção cambial, desde que os riscos da atuação sejam suportados por esses agentes financeiros.

§ 4º Caberá ao comitê executivo homologar a habilitação das instituições financeiras como agentes financeiros da linha de mobilização de capital privado externo e proteção cambial, com detalhamento do volume e da alocação dos recursos para cada instituição habilitada.

§ 5º O comitê executivo submeterá ao comitê gestor do FNMC relatório anual consolidado com seus atos e atividades e com a síntese dos relatórios de que trata o art. 37 desta Lei.

**Art. 37.** Cada agente financeiro apresentará ao comitê executivo do Programa Eco Invest Brasil relatório circunstanciado sobre as operações realizadas, com parecer de auditoria independente, que conterá informe de alocação dos recursos disponibilizados no âmbito do Programa, demonstrativo de repasse das condições financeiras obtidas aos projetos elegíveis e levantamento do total de recursos captados em moeda estrangeira com uso dos instrumentos de proteção em comparação com o valor utilizado da linha de mobilização de capital privado externo e proteção cambial.

**Art. 38.** Ato do Ministro de Estado da Fazenda estabelecerá normas regulamentadoras para o Programa Eco Invest Brasil e para as operações a ele associadas, inclusive quanto:

I – às condições, aos critérios e ao processo de seleção e habilitação de instituições financeiras como agentes financeiros da linha de mobilização de capital privado externo e proteção cambial;

II – aos volumes e aos limites de alocação dos recursos;

III – à forma e à periodicidade da prestação de contas, da publicização de informações sobre a utilização dos recursos e dos relatórios de avaliação de impacto do Programa com vistas a seu aperfeiçoamento;

IV – a outras definições, critérios e aspectos operacionais relevantes para o funcionamento e a operacionalização da linha de mobilização de capital privado externo e proteção cambial.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no *caput* deste artigo, o Banco do Brasil S.A. poderá ser contratado, mediante dispensa de licitação, para dar apoio operacional ao Programa Eco Invest Brasil.

**Art. 39.** O Banco Central do Brasil, com os objetivos de mitigar o risco cambial e de aumentar a eficiência do mercado de proteção (*hedge* cambial) de longo prazo em moeda estrangeira no País, é autorizado a adquirir derivativos cambiais ou outros ativos financeiros de organismos financeiros multilaterais e a repassá-los, por meio de instrumento contratual



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>





pertinente, para instituições financeiras autorizadas a operar em câmbio pelo Banco Central do Brasil, mediante requerimento de garantias de crédito.

§ 1º Aplica-se às operações de que trata o *caput* deste artigo o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 1º e no art. 1º-A da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008.

§ 2º O Banco Central do Brasil disciplinará o disposto neste artigo e poderá dispor, inclusive, sobre remuneração, limites, prazos, requisitos para a escolha de contrapartes e outras condições para a celebração das operações.

§ 3º As operações de que trata o *caput* deste artigo, bem como as ofertas diretas de *swaps* e de outros derivativos financeiros pelo Banco Central do Brasil, poderão ser realizadas independentemente do prazo das respectivas operações.

**Art. 40.** O Conselho Monetário Nacional, sem prejuízo de suas demais competências, estabelecerá normas regulamentadoras da linha de mobilização de capital privado externo e proteção cambial e de demais operações a serem oferecidas no âmbito do Programa Eco Invest Brasil, inclusive quanto:

I – aos encargos financeiros e aos prazos;

II – às comissões devidas pelo tomador de recursos da linha de mobilização de capital privado externo e proteção cambial, a título de administração e risco das operações;

III – aos custos, aos descontos, às remunerações e aos demais critérios necessários para a operacionalização dos recursos da linha de mobilização de capital privado externo e proteção cambial, inclusive no caso de aplicação irregular ou em finalidades distintas dos objetivos do Programa;

IV – às penalidades, aos impedimentos e às demais medidas aplicáveis às instituições financeiras ou ao tomador final, conforme o caso, em caso de aplicação irregular dos recursos provenientes da linha de mobilização de capital privado externo e proteção cambial ou em finalidades distintas dos objetivos do Programa.

**Art. 41.** O Banco Central do Brasil acompanhará e fiscalizará, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, os atos das instituições financeiras no acesso e na operação da linha de mobilização de capital privado externo e proteção cambial.

Parágrafo único. Quando, no exercício de suas competências, entidades e órgãos da administração pública federal verificarem a ocorrência de aplicação irregular dos recursos provenientes da linha de mobilização de capital privado externo e proteção cambial ou em finalidades distintas dos objetivos do Programa Eco Invest Brasil, deverão comunicar a irregularidade ao Banco Central do Brasil, que informará a ocorrência à instituição financeira que houver concedido o financiamento, para fins de cumprimento do disposto nas normas do Conselho Monetário Nacional de que trata o art. 40 desta Lei.

## CAPÍTULO VII

### DA CRIAÇÃO DE LINHA DE CRÉDITO ESPECIAL PARA FINANCIAMENTO DA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS À RENOVAÇÃO DA FROTA UTILIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÁXI

**Art. 42.** É criada linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi.



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



§ 1º Poderão ter direito à linha de crédito de que trata o *caput* deste artigo as pessoas físicas, titulares de autorização, permissão ou concessão do poder público para exercer, comprovadamente, em veículo de sua propriedade, a atividade de condutor autônomo de passageiros, na categoria táxi, devidamente registrado nos órgãos competentes que regulam a atividade de taxista.

§ 2º A linha de crédito será operacionalizada por meio do FGO, de que trata a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, administrado pelo Banco do Brasil S.A., além da alienação fiduciária do veículo financiado.

§ 3º Poderão ser financiados com a linha de crédito de que trata o *caput* deste artigo os veículos de passageiros ou de uso misto, de fabricação nacional, novos, movidos a combustível de origem fóssil ou renovável, inclusive os veículos híbridos e elétricos, destinados à comprovada utilização na prestação de serviços inerentes à atividade de taxista, que se enquadrem nas condições estabelecidas na legislação vigente, podendo também ser financiados o seguro inicial dos bens e os itens para carregamento da bateria dos veículos movidos por energia elétrica.

§ 4º A habilitação ao crédito dar-se-á mediante apresentação de documentação hábil que comprove o exercício da atividade de taxista por parte do interessado no financiamento, respeitada a política de crédito de cada agente financeiro.

§ 5º Poderão operacionalizar a linha de crédito de que trata o *caput* deste artigo e requerer a garantia do FGO, de que trata a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, o Banco do Brasil S.A., a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste do Brasil S.A., o Banco da Amazônia S.A., os bancos estaduais, as agências de fomento estaduais, as cooperativas de crédito, os bancos cooperativos, as instituições integrantes do sistema de pagamentos brasileiro, as plataformas tecnológicas de serviços financeiros (*fintechs*), as organizações da sociedade civil de interesse público de crédito e as demais instituições financeiras públicas e privadas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, atendida a disciplina do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil a elas aplicável.

§ 6º Os limites de financiamento, os prazos e as demais condições negociais serão regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional.

## CAPÍTULO VIII

### DA DILAÇÃO DE PRAZOS PARA RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS NO ÂMBITO DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS E OUTROS

**Art. 43.** A Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º-B. É autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 31 de dezembro de 2025, nos termos dos arts. 1º e 1º-A desta Lei, de débitos de responsabilidade de miniprodutores rurais e de pequenos produtores rurais, conforme definição constante da Proposição nº 041/2011, aprovada pela Resolução Condol/Sudene nº 43, de 10 de novembro de 2011, e de agricultores familiares que atendem aos requisitos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, conforme regulamento do fundo e disponibilidade orçamentária e financeira.”

(NR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



“Art. 2º-B. É autorizada a repactuação, até 31 de dezembro de 2025, nos termos dos arts. 2º e 2º-A desta Lei, de débitos de responsabilidade de miniprodutores rurais e de pequenos produtores rurais, conforme definição constante da Proposição nº 041/2011, aprovada pela Resolução Condel/Sudene nº 43, de 10 de novembro de 2011, e de agricultores familiares que atendem aos requisitos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, conforme regulamento do fundo e disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo:

I – a amortização da dívida a ser repactuada será em prestações anuais, iguais e sucessivas, fixado o vencimento da primeira parcela para 2024 e o vencimento da última parcela para 30 de novembro de 2033, estabelecido novo cronograma de amortização, sem a necessidade de estudo de capacidade de pagamento;

II – a carência será até 2025, independentemente da data de formalização da renegociação.

§ 2º A critério e por solicitação do devedor, é autorizada a adequação das operações renegociadas com base neste artigo, vencidas e vincendas, às condições estabelecidas no § 1º.” (NR)

“Art. 3º-C. É autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 31 de dezembro de 2025, nos termos dos arts. 3º e 3º-B desta Lei, de débitos de responsabilidade de miniprodutores rurais e de pequenos produtores rurais, conforme definição constante da Proposição nº 041/2011, aprovada pela Resolução Condel/Sudene nº 43, de 10 de novembro de 2011, e de agricultores familiares que atendem aos requisitos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, conforme regulamento do fundo e disponibilidade orçamentária e financeira.” (NR)

“Art. 4º É autorizada a concessão de descontos para a liquidação, até 31 de dezembro de 2025, de dívidas originárias de operações de crédito rural inscritas em dívida ativa da União ou encaminhadas para inscrição até 31 de janeiro de 2024 relativas a inadimplência ocorrida até 30 de novembro de 2023, devendo os referidos descontos incidir sobre o valor consolidado, por inscrição em dívida ativa da União, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 5º Os descontos para liquidação previstos no § 1º deste artigo aplicam-se às dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra) e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritas em dívida ativa da União ou encaminhadas para inscrição até 31 de janeiro de 2024 e com inadimplência ocorrida até 30 de novembro de 2023, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

.....” (NR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



“Art. 10-A. Para os fins de que tratam os arts. 1º-B, 2º-B, 3º-C e 4º desta Lei, ficam suspensos:

I – o encaminhamento para cobrança judicial, as execuções e as cobranças judiciais em curso, até 31 de dezembro de 2025; e

.....” (NR)

“Art. 12-A. Para os fins do disposto nos arts. 1º-B, 2º-B e 3º-C desta Lei, os honorários advocatícios e as despesas com custas processuais são de responsabilidade de cada parte, e a falta de seu pagamento não obsta a liquidação ou a repactuação da dívida, conforme o caso.”

“Art. 13-A. Até 31 de dezembro de 2025, são a Codevasf e o DNOCS autorizados a adotar os procedimentos previstos no art. 1º desta Lei para a liquidação das dívidas vencidas de responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas relativas a vendas de lotes para titulação e ao uso da infraestrutura de irrigação de uso comum nos perímetros públicos de irrigação, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

Parágrafo único. A liquidação e a renegociação de dívidas vencidas disciplinadas neste artigo aplicam-se a todos os imóveis rurais ou urbanos localizados nos perímetros públicos de irrigação administrados pela Codevasf e pelo DNOCS.”

**Art. 44.** A Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 20. É a Advocacia-Geral da União autorizada a conceder descontos para a liquidação, até 31 de dezembro de 2025, de dívidas originárias de operações de crédito rural cujos ativos tenham sido transferidos para o Tesouro Nacional e cujos respectivos débitos, não inscritos na dívida ativa da União, estejam sendo executados pela Procuradoria-Geral da União, devendo incidir os referidos descontos sobre o valor consolidado por ação de execução judicial, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

.....

§ 4º O prazo de prescrição das dívidas de crédito rural de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2025.” (NR)

“Art. 36. É permitida a renegociação de dívidas de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas até 31 de dezembro de 2021, lastreadas com recursos controlados do crédito rural, inclusive aquelas prorrogadas por autorização do CMN, contratadas por produtores rurais e por suas cooperativas de produção agropecuária em Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Estado do Espírito Santo,



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



observadas as seguintes condições, conforme disponibilidade orçamentária e financeira:

.....

II – o reembolso deverá ser efetuado em prestações iguais e sucessivas, fixado o vencimento da primeira parcela para 2024 e o vencimento da última parcela para 2033, mantida a periodicidade da operação renegociada, sem a necessidade de estudo de capacidade de pagamento;

.....

V – o prazo de adesão será de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do regulamento de que trata o § 7º deste artigo;

.....” (NR)

**Art. 45.** A Lei nº 14.165, de 10 de junho de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º .....

.....

§ 1º .....

.....

II – carência de 2 (dois) anos, contados da data de sua formalização;

.....” (NR)

“Art. 6º O requerimento para a realização das operações previstas nos arts. 2º e 3º desta Lei deverá ser apresentado ao respectivo banco operador até 31 de dezembro de 2025.

.....” (NR)

“Art. 11. ....

.....

§ 3º No caso de empresas cujas ações também integrem as carteiras dos fundos, é facultado realizar a recompra desses títulos nas mesmas condições estabelecidas nos arts. 2º e 3º desta Lei, no que couber, para a quitação e para a renegociação das dívidas relativas às debêntures, conforme regulamento do fundo e disponibilidade orçamentária e financeira.” (NR)

**Art. 46.** O art. 15-E da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte § 15:

“Art. 15-E. ....

.....

§ 15. Fica o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) autorizado a realizar acordos de renegociação



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



extraordinária de operações de créditos de microprodutores e pequenos e médios produtores rurais na zona de abrangência da Sudene e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) inadimplidas sob sua gestão, até o prazo máximo de 31 de dezembro de 2025, nas mesmas condições previstas neste artigo, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.” (NR)

**Art. 47.** A Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º Para as renegociações extraordinárias de que trata o art. 15-E da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, realizadas em até 3 (três) anos após a entrada em vigor da nova redação deste *caput* e sua regulamentação, aplicam-se as disposições deste artigo, conforme regulamento do fundo e disponibilidade orçamentária e financeira.

.....  
§ 2º .....

.....  
III – as operações contratadas exclusivamente com microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte que, nas demonstrações financeiras dos fundos constitucionais, tenham sido integralmente provisionadas ou totalmente lançadas em prejuízo.

.....” (NR)

“Art. 4º Os bancos administradores dos fundos constitucionais de financiamento ficam autorizados a realizar, uma única vez, até 3 (três) anos após a entrada em vigor da nova redação deste *caput* e sua regulamentação, por solicitação dos beneficiários, substituição de encargos das operações de crédito rural e não rural contratadas até 31 de dezembro de 2018 pelos encargos correntemente utilizados para contratação de nova operação, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e os novos encargos passarão a ter validade a partir da data de sua formalização por meio de aditivo ao contrato, conforme regulamento do fundo e disponibilidade orçamentária e financeira.” (NR)

“Art. 6º Ficam autorizadas, até 3 (três) anos após a entrada em vigor da nova redação deste *caput* e sua regulamentação, a liquidação ou a repactuação, nas condições deste artigo, de operações de crédito rural vencidas e vincendas destinadas à atividade cacauceira, cuja contratação original tenha ocorrido há, no mínimo, 7 (sete) anos com recursos dos fundos constitucionais de financiamento ou com recursos mistos desses fundos com outras fontes, com recursos de outras fontes, incluídos os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as alongadas no âmbito da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, as destinadas à aquisição dos Certificados do Tesouro Nacional (CTN) e



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



as realizadas com fundamento no art. 7º da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, independentemente do valor originalmente contratado, observado o disposto nos arts. 15-E, 15-F, 15-G e 15-H da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

.....” (NR)

## CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 48.** O art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º .....

I – .....

.....

f) pessoas físicas e empreendimentos de pessoas físicas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), previsto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), nos termos e nos limites estabelecidos em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e no estatuto do fundo;

.....

§ 6º-A. O fundo de que trata o inciso III do *caput* deste artigo terá também como finalidade destinar recursos financeiros para a concessão de incentivo financeiro-educacional de que trata a Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024 (Programa Pé de Meia).

§ 6º-B. Para cumprimento do disposto no § 6º-A, o fundo de que trata o inciso III do *caput* deste artigo integralizará cotas no Fundo de Incentivo à Permanência no Ensino Médio (Fipem), no montante de até R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), observado, no Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), o montante de recursos financeiros disponíveis ainda não vinculados às garantias já contratadas.

.....” (NR)

**Art. 49.** O inciso I do *caput* do art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea “d”:

“Art. 1º .....

I – .....

.....

d) pessoas físicas e empreendimentos de pessoas físicas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), previsto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social); e



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>



.....” (NR)

**Art. 50.** Convalidam-se os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.213, de 22 de abril de 2024.

**Art. 51.** Compete ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional regulamentar, em até 60 (sessenta) dias contados da data de publicação desta Lei, o disposto no inciso II do § 1º do art. 3º, no *caput* do art. 6º e no § 3º do art. 11 da Lei nº 14.165, de 10 de junho de 2021.

**Art. 52.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4270404512>







SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

**P.S 169/2024 - PLEN**

Assinam eletronicamente o documento SF244974539183, em ordem cronológica:

1. Sen. Weverton
2. Sen. Dr. Hiran
3. Sen. Rogério Carvalho
4. Sen. Styvenson Valentim
5. Sen. Chico Rodrigues





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 652, DE 2024

Requer, pela Liderança do PL, destaque para votação em separado da Emenda 6 ao PL 1725/2024.

**AUTORIA:** Líder do PL Carlos Portinho (PL/RJ)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 652/2024 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeremos, em nome da Liderança do Partido Liberal, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 6 ao PL 1725/2024, que “institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360; institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas –Desenrola Pequenos Negócios; cria linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi; altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.735, de 11 de setembro de 2003, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.606, de 9 de janeiro de 2018, 14.042, de 19 de agosto de 2020, 14.165, de 10 de junho de 2021, e 14.166, de 10 de junho de 2021; e dá outras providências”.

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda propõe que a ferramenta PIX, consagrado arranjo de pagamentos instituído pelo Banco Central do Brasil (BCB), possa ser utilizada para que o CPF do PIX vinculado aos seus proprietários, seja utilizado para a correta



devolução de recursos existentes nas contas de depósitos, sob qualquer título, cujos cadastros não foram objeto de atualização.

Atualmente, cerca de 930 mil pessoas físicas têm mais de R\$ 1.000 em valores a receber, segundo dados do BC (Banco Central). Estima-se que a há um total de R\$ 8,6 bilhões de recursos a serem recebidos. No entanto, o Governo Federal sancionou lei que prevê um verdadeiro confisco do dinheiro dos brasileiros.

Segundo a Lei no 14.973/2024, os saldos não reclamados remanescentes junto às instituições depositárias passarão ao domínio da União e serão apropriados pelo Tesouro Nacional como receita orçamentária primária e considerados para fins de verificação do cumprimento da meta de resultado primário.

Estamos falando de recursos que possuem um proprietário. Famílias que podem e devem usufruir de seus recursos. Os prazos previstos pela atual legislação ignoram que muitos idosos, ou pessoas que nem sempre estão bem-informadas, serão lesadas.

Se por um lado, uma parte significativa dos proprietários possuem valores a receber menores do que R\$ 10,00, por outro existem empresas e pessoas físicas que possuem milhares ou até milhões de reais a serem devolvidos.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para aprovação deste destaque e da referida emenda.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2024.

**Senador Carlos Portinho**  
(PL - RJ)  
Líder do PL

**Senador Flavio Azevedo**  
(PL - RN)

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 653, DE 2024

Requer, pela Liderança do Progressistas, destaque para votação em separado da Emenda nº 4 ao Projeto de Lei nº 1.725/2024.

**AUTORIA:** Líder do PP Tereza Cristina (PP/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 653/2024 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

SF/24885.16664-26 (LexEdit)

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do Progressistas, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 4 - Plen ao PL 1725/2024.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Pronampe foi instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para garantir crédito emergencial às microempresas e empresas de pequeno porte, que, naquele momento, enfrentavam uma conjuntura econômica desfavorável decorrente da pandemia da Covid-19. Dado o sucesso do programa, ele se tornou permanente por determinação do art. 1º da Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021.

A Emenda 4 visa equilibrar a necessidade de garantir a continuidade do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) com a oportunidade de utilizar parte dos recursos do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para incentivar a educação pública.

**A principal razão para a emenda é a criação de um mecanismo que destine recursos para o incentivo financeiro educacional de estudantes do Ensino Médio público a partir de 2025, sem comprometer a continuidade do Pronampe a longo prazo.**

O Pronampe é uma política pública importante que traz benefícios sociais e econômicos para o Brasil e, por isso, precisa ser mantido. No entanto, ele



também defende que parte dos recursos do FGO-Pronampe pode ser direcionada para a educação, criando um mecanismo que fomente o desenvolvimento social por meio do investimento na formação de jovens.

Em resumo, essa mudança representa um movimento para utilizar o FGO-Pronampe como um instrumento mais amplo de desenvolvimento socioeconômico, abrangendo não apenas o desenvolvimento econômico por meio do crédito para empresas, mas também o desenvolvimento social por meio do investimento em educação.

Desta forma, solicitamos o apoio dos nobres pares na aprovação do destaque.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2024.

**Senadora Tereza Cristina**  
**(PP - MS)**  
**Líder do Progressistas**



# Projeto de Lei nº 2725/2022





**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 170, DE 2024 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei nº 2.725, de 2022, da Deputada Tabata Amaral.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei nº 2.725, de 2022, da Deputada Tabata Amaral, que *altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional*, consolidando a Emenda nº 1 – CTFC/CE, de redação.

Senado Federal, em 18 de setembro de 2024.



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6134102235>



**ANEXO DO PARECER Nº 170, DE 2024 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei nº 2.725, de 2022, da Deputada Tabata Amaral.

Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional.

**Art. 2º** A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º .....

.....

XV – garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação.” (NR)

“Art. 5º .....

§ 1º .....

.....

V – garantir aos pais, aos responsáveis e aos estudantes acesso aos resultados das avaliações de qualidade e de rendimento escolar nas instituições de ensino, diretamente realizadas por ele ou em parceria com organizações internacionais.

.....” (NR)

“Art. 14-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão, como princípios de gestão de suas redes de



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6134102235>



ensino, a transparência e o acesso à informação, devendo disponibilizar ao público, em meio eletrônico, informações acessíveis referentes a:

I – número de vagas disponíveis e preenchidas por instituição de ensino, lista de espera, quando houver, por ordem de colocação, e, no caso de instituições federais, especificação da reserva de vagas, nos termos da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012;

II – bolsas e auxílios para estudo e pesquisa concedidos a estudantes, a professores e a pesquisadores;

III – atividades ou projetos de pesquisa, extensão e inovação tecnológica finalizados e em andamento, no caso de instituições de educação superior;

IV – estatísticas relativas a fluxo e a rendimento escolares;

V – execução física e financeira de programas, de projetos e de atividades direcionados à educação básica e superior financiados com recursos públicos, renúncia fiscal ou subsídios tributários, financeiros ou creditícios, discriminados de acordo com a denominação a eles atribuída nos diplomas legais que os instituíram;

VI – currículo profissional e acadêmico dos ocupantes de cargo de direção de instituição de ensino e dos membros dos conselhos de educação, observadas as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

VII – pautas e atas das reuniões do Conselho Nacional de Educação e dos conselhos de educação dos Estados e do Distrito Federal.”

“Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão transparente e democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, dos quais participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

.....” (NR)

“Art. 72. As receitas e as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas:

I – nos balanços do poder público e nos relatórios a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal;

II – nos sítios eletrônicos do Ministério da Educação e dos órgãos gestores da educação pública de cada ente federado subnacional.

Parágrafo único. Deverão ser publicados, de forma específica, dados relativos a:

I – receitas próprias, de convênios ou de doações das instituições federais de ensino;



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6134102235>



II – gestão e execução dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);

III – repasses de recursos públicos a instituições de ensino conveniadas para oferta da educação escolar.” (NR)

“Art. 77. ....

.....

V – não tenham como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

.....

§ 3º As escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas deverão disponibilizar ao público, em meio eletrônico, nos termos de regulamento, informações acessíveis referentes a:

I – recursos financeiros públicos diretamente recebidos e objetivos a serem alcançados por meio da sua utilização;

II – caso certificadas como entidades beneficentes, nos termos da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021:

a) comprovação da certificação e respectivo prazo de validade;

b) número de bolsas integrais e parciais concedidas de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, bem como os critérios utilizados para sua concessão.” (NR)

**Art. 3º** O art. 27-A da Lei nº 10.973, de 2 dezembro de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 27-A. ....

Parágrafo único. As informações sobre prestação de contas de recursos repassados com base nesta Lei serão acessíveis ao público, conforme o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).” (NR)

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, assegurado aos entes federados o prazo de 1 (um) ano, contado dessa data, para cumprimento do disposto no art. 14-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6134102235>





SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

**P.S 170/2024 - PLEN**

Assinam eletronicamente o documento SF242342103760, em ordem cronológica:

1. Sen. Weverton
2. Sen. Chico Rodrigues
3. Sen. Mecias de Jesus
4. Sen. Dr. Hiran
5. Sen. Rogério Carvalho
6. Sen. Styvenson Valentim



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

## EXPEDIENTE

## Deferimento



A Presidência defere, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o Requerimento nº 603, de 2024 – CDIR, do Senador Humberto Costa. O Requerimento nº 595, de 2024 – CDIR, retirado, vai ao arquivo.



# Indicações







## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 78, DE 2024

Sugere ao Poder Executivo que adote as medidas necessárias para incentivar, inclusive por meio da criação de gratificações, as atividades de preceptoria no âmbito das carreiras de profissionais de saúde vinculadas à gestão federal do Sistema Único de Saúde.

**AUTORIA:** Senador Dr. Hiran (PP/RR)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 78/2024 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador da República Dr. Hiran

SF/24079.79497-18

## INDICAÇÃO Nº , DE 2024

Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Ministro de Estado da Educação e da Ministra de Estado da Saúde, que adote as medidas necessárias para incentivar, inclusive por meio da criação de gratificações, as atividades de preceptoria no âmbito das carreiras de profissionais de saúde vinculadas à gestão federal do Sistema Único de Saúde.

Sugerimos ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Ministro de Estado da Educação e da Ministra de Estado da Saúde, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que adote as medidas necessárias para incentivar, inclusive por meio da criação de gratificações, as atividades de preceptoria no âmbito das carreiras de profissionais de saúde vinculadas à gestão federal do Sistema Único de Saúde (SUS), utilizando como modelo lei aprovada no Distrito Federal: a Lei Distrital nº 6.455, de 26 de dezembro de 2019, que *dispõe sobre as atividades de preceptoria nas carreiras Médica, Cirurgião Dentista, Enfermeiro e Assistência Pública à Saúde e dá outras providências*.

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei aprovada no Distrito Federal inclui atividades de educação em saúde como parte das atribuições de servidores da Secretaria de Saúde do Distrito Federal pertencentes às seguintes carreiras: Médicos, Cirurgiões-dentistas, Enfermeiros e profissionais de Assistência Pública à Saúde.

Para alcançar seus objetivos, a citada lei cria a Gratificação pela Atividade de Preceptoria (GAP), a ser paga para preceptores das carreiras de profissionais de saúde vinculadas à Secretaria de Estado da Saúde do DF (SES-



Assinado eletronicamente por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9498993663>

Avulso do INS 78/2024 [2 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador da República Dr. Hiran

DF), para atuação junto às instituições de ensino vinculadas à rede de saúde do Distrito Federal, quais sejam: a Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), a Escola Técnica de Saúde de Brasília (ETESB) e a Escola de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (EAPSUS), por meio da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS). A norma legal também esclarece que as modalidades de ensino dessas instituições são a educação profissional, a graduação, o aperfeiçoamento e as residências.

Além de criar a GAP, a lei trata de diversos aspectos pertinentes às carreiras e às atribuições funcionais dos servidores mencionados: atividades de preceptoria, lotação e exercício, designação de profissionais para supervisão e coordenação de programas de residência, processo seletivo público, carga horária de trabalho etc. Todos esses temas, pertencentes à área de gestão de pessoas e servidores públicos, são de competência exclusiva e privativa dos gestores de saúde do Poder Executivo em cada ente federativo.

No caso dessa Lei Distrital que apontamos como modelo, pode-se constatar que a iniciativa de sua apresentação partiu do Poder Executivo, isto é, foi o próprio Governador do Distrito Federal (DF) quem encaminhou a proposta de lei à apreciação da Câmara Legislativa do DF.

Assim, da mesma forma, sugerimos que o Poder Executivo, por intermédio dos Ministérios da Educação e da Saúde, adote as medidas necessárias para incentivar as atividades de preceptoria nas carreiras de saúde, de forma a cumprir a missão do SUS no que tange à educação em saúde e a valorizar os preceptores em todas instituições federais de ensino, a exemplo da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) – instituição da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) que atua na área de ciência e tecnologia em saúde para a população brasileira – e também dos hospitais universitários e dos demais hospitais federais de excelência.

Na esfera federal, destacam-se os programas de ensino – educação profissional, graduação, aperfeiçoamento e residências profissionais – oferecidos em 36 universidades federais e 51 hospitais universitários, dos quais 45 são vinculados à rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), sob a alçada do Ministério da Educação.



Assinado eletronicamente por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9498993663>

Avulso do INS 78/2024 [3 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador da República Dr. Hiran

Os hospitais universitários federais (HUF) são importantes centros de formação de recursos humanos na área da saúde e prestam apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão das instituições federais de ensino superior às quais estão vinculados. Além disso, no campo da assistência à saúde, os HUF são centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Já sob a gestão do Ministério da Saúde (MS), há também atividades de ensino em várias de suas unidades descentralizadas, a exemplo do Instituto Nacional de Câncer (INCA), do Instituto Nacional de Cardiologia, do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, do Instituto Evandro Chagas e dos hospitais do Grupo Hospitalar Conceição, além dos seis hospitais federais administrados pelo Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do Rio de Janeiro – Andaraí, Bonsucesso, Cardoso Fontes, Ipanema, Lagoa e Servidores – cujo modelo de gestão está em estudo no âmbito do MS.

Assim, esta Indicação sugere que sejam adotadas as medidas administrativas necessárias para incentivar as atividades de preceptoria em saúde no âmbito da esfera federal do SUS.

Sala das Sessões,

Senador DR. HIRAN



Assinado eletronicamente por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9498993663>

Avulso do INS 78/2024 [4 de 4]



Apresentada a Indicação nº 78, de 2024, do Senador Dr. Hiran, *sugerindo ao Poder Executivo que adote as medidas necessárias para incentivar, inclusive por meio da criação de gratificações, as atividades de preceptoria no âmbito das carreiras de profissionais de saúde vinculadas à gestão federal do Sistema Único de Saúde.*

A indicação será encaminhada nos termos regimentais.





## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 79, DE 2024

Sugere ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a criação de um programa nacional de plantio de árvores nativas que inclua o "Dia Oficial de Plantio de Mudas Nativas".

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 79/2024 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**INDICAÇÃO Nº , DE 2024**

SF/24445.07131-23

Sugere ao Poder Executivo Federal a criação de um programa nacional de plantio de árvores nativas, que inclua o “Dia Oficial de Plantio de Mudanças Nativas”.

Sugerimos ao Poder Executivo Federal, por intermédio da Senhora Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a criação de um programa nacional de plantio de árvores nativas, que inclua o “Dia Oficial de Plantio de Mudanças Nativas”.

**JUSTIFICAÇÃO**

Inspirados na iniciativa do Governo do Distrito Federal que designou, oficialmente, o primeiro domingo de dezembro como o Dia de Plantar uma Muda de Árvore Nativa do Cerrado no Distrito Federal, por força do Decreto nº 44.606, de 7 de junho de 2023, apresentamos esta Indicação para sugerir ao Poder Executivo a criação de um programa nacional de plantio de árvores nativas, que inclua o “Dia Oficial de Plantio de Mudanças Nativas”.

A criação de um programa nacional que estimule a sociedade civil, em todo o território nacional, a ter uma experiência de plantar uma árvore, em um grande mutirão colaborativo, reflete uma necessidade de conectar às pessoas à natureza, além de trazer inúmeros benefícios sociais e ambientais.

Ao se tratar de uma ação de educação ambiental, de acordo com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, o programa incentiva práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais, com impactos positivos na comunidade local, que se torna agente ativo na promoção da defesa e proteção do meio ambiente.

Além disso, ao se promoverem plantios compatíveis com os seus respectivos biomas e ecossistemas, a ação tem o potencial de promover a



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4123223305>

Avulso do INS 79/2024 [2 de 3]



restauração e a recuperação de áreas degradadas, além de aumentar as áreas verdes urbanas, com a contribuição decisiva para a melhoria da qualidade do ar, a mitigação dos impactos de eventos climáticos extremos, a segurança hídrica, a proteção da fauna e a regeneração de áreas que possuem funções ambientais relevantes, como as áreas de preservação permanente.

Em um cenário de crise climática, em que são urgentes ações para efetivar a restauração da vegetação nativa em nossos biomas, somado ao desafio das cidades em se tornarem resilientes, o que incluiu o aumento de suas áreas verdes, o programa pode tornar-se um grande incentivador da restauração de áreas rurais e urbanas.

Em face dos benefícios que advirão da sua instituição, contamos com o apoio de Sua Excelência no sentido de adotar, com a celeridade possível, as medidas cabíveis para a concretização da iniciativa ora sugerida.

Senadora SORAYA THRONICKE



kk2024-10225  
Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4123223305>

Avulso do INS 79/2024 [3 de 3]





Apresentada a Indicação nº 79, de 2024, da Senadora Soraya Thronicke, *sugerindo ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a criação de um programa nacional de plantio de árvores nativas que inclua o “Dia Oficial de Plantio de Mudas Nativas”*.

A indicação será encaminhada nos termos regimentais.



# Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 963, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Cariré para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cariré, Estado do Ceará.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2100045&filename=PDL-963-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2100045&filename=PDL-963-2021)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2060765&filename=TVR%20311/2021](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2060765&filename=TVR%20311/2021)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 963/2021 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Cariré para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cariré, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 5.306, de 15 de outubro de 2019, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 5 de maio de 2016, a autorização outorgada à Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Cariré para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cariré, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2468237>

Avulso do PDL 963/2021 [2 de 3]

2468237



Apresentação: 17/09/2024 10:28:25.430 - Mesa

DOC n.1183/2024



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 414/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 963, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Cariré para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cariré, Estado do Ceará”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Para verificar a autenticidade, acesse: <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado/2024/09/17/006467F3>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 963/2021 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1095, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de São José dos Pinhais para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2116734&filename=PDL-1095-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2116734&filename=PDL-1095-2021)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2079236&filename=TVR%20404/2021](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2079236&filename=TVR%20404/2021)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 1095/2021 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que renova a  
autorização outorgada à  
Associação Rádio Comunitária de  
São José dos Pinhais para  
executar serviço de radiodifusão  
comunitária no Município de São  
José dos Pinhais, Estado do  
Paraná.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na  
Portaria nº 4.973, de 24 de setembro de 2019, do  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e  
Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de  
24 de setembro de 2017, a autorização outorgada à  
Associação Rádio Comunitária de São José dos Pinhais para  
executar, sem direito de exclusividade, serviço de  
radiodifusão comunitária no Município de São José dos  
Pinhais, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor  
na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2468241>

Avulso do PDL 1095/2021 [2 de 3]

2468241









# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 459, DE 2023

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Nova Voz para Trindade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Trindade, Estado de Goiás.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2364405&filename=PDL-459-2023](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2364405&filename=PDL-459-2023)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2228074&filename=TVR%2077/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2228074&filename=TVR%2077/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 459/2023 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Nova Voz para Trindade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Trindade, Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 4.978, de 24 de setembro de 2019, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Nova Voz para Trindade para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Trindade, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2468245>

Avulso do PDL 459/2023 [2 de 3]

2468245



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n° 416/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário.

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Nova Voz para Trindade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Trindade, Estado de Goiás”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 17/09/2024 10:28:25.430 - Mesa

DOC n.1180/2024



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 459/2023 [3 de 3]



\*C D 2 4 2 1 7 2 0 9 7 1 0 0 \*



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 498, DE 2023

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Caminhos da Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itumbiara, Estado de Goiás.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2378270&filename=PDL-498-2023](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2378270&filename=PDL-498-2023)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2042293&filename=TVR%20225/2021](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2042293&filename=TVR%20225/2021)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 498/2023 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que renova a  
autorização outorgada à  
Associação Cultural Beneficente  
e Comunitária Caminhos da Vida  
para executar serviço de  
radiodifusão comunitária no  
Município de Itumbiara, Estado  
de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na  
Portaria nº 5.236, de 14 de outubro de 2019, do  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e  
Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de  
13 de abril de 2017, a autorização outorgada à Associação  
Cultural Beneficente e Comunitária Caminhos da Vida para  
executar, sem direito de exclusividade, serviço de  
radiodifusão comunitária no Município de Itumbiara,  
Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor  
na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2468246>

Avulso do PDL 498/2023 [2 de 3]

2468246





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 417/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 498, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Caminhos da Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itumbiara, Estado de Goiás”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 17/09/2024 10:28:25.430 - Mesa

DOC n.1192/2024



Para verificar a autenticidade, acesse <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=1192/2024/PS-GSE/Of.417/2024/PS-GSE>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 498/2023 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2023

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Centro de Desenvolvimento Comunitário de Munguba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Almeirim, Estado do Pará.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2378276&filename=PDL-502-2023](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2378276&filename=PDL-502-2023)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2068468&filename=TVR%20209/2021](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2068468&filename=TVR%20209/2021)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 502/2023 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Centro de Desenvolvimento Comunitário de Munguba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Almeirim, Estado do Pará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 5.180, de 8 de novembro de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 18 de agosto de 2014, a autorização outorgada ao Centro de Desenvolvimento Comunitário de Munguba para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Almeirim, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2468248>

Avulso do PDL 502/2023 [2 de 3]

2468248







CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 418/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Centro de Desenvolvimento Comunitário de Munguba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Almeirim, Estado do Pará”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 17/09/2024 10:28:25.430 - Mesa

DOC n.1191/2024



Para verificar a autenticidade, acesse <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado/2024/09/19/418/418-2024-PS-GSE.pdf>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 502/2023 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 544, DE 2023

Aprova o ato que outorga autorização à Associação União de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Zé Doca, Estado do Maranhão.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2378340&filename=PDL-544-2023](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2378340&filename=PDL-544-2023)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2259678&filename=TVR%2021/2023](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2259678&filename=TVR%2021/2023)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 544/2023 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que outorga autorização à Associação União de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Zé Doca, Estado do Maranhão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 5.880, de 7 de novembro de 2019, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação União de Radiodifusão Comunitária para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Zé Doca, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2468250>

Avulso do PDL 544/2023 [2 de 3]

2468250



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 419/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 544, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação União de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Zé Doca, Estado do Maranhão”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 17/09/2024 10:28:25.430 - Mesa

DOC n.1181/2024



Para verificar a autenticidade, acesse <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado&codigo=71D84D7D006467F3>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 544/2023 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 2024

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa Rádio Tropical FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Angélica, Estado de Mato Grosso do Sul.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2398667&filename=PDL-42-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2398667&filename=PDL-42-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2025686&filename=TVR%2080/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2025686&filename=TVR%2080/2020)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 42/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que renova a  
autorização outorgada à  
Associação Comunitária Educativa  
Rádio Tropical FM para executar  
serviço de radiodifusão  
comunitária no Município de  
Angélica, Estado de Mato Grosso  
do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na  
Portaria nº 3.893, de 2 de agosto de 2018, do Ministério  
da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que  
renova, por 10 (dez) anos, a partir de 11 de abril de  
2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária  
Educativa Rádio Tropical FM para executar, sem direito de  
exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no  
Município de Angélica, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor  
na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2468252>

Avulso do PDL 42/2024 [2 de 3]

2468252



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n° 420/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa Rádio Tropical FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Angélica, Estado de Mato Grosso do Sul”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 17/09/2024 10:28:25.430 - Mesa

DOC n.1182/2024



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 42/2024 [3 de 3]



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 2024

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente dos Moradores do Município de Abaeté para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2398671&filename=PDL-45-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2398671&filename=PDL-45-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2027952&filename=TVR%20270/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2027952&filename=TVR%20270/2020)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 45/2024 [1 de 3]





Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que renova a  
autorização outorgada à  
Associação Comunitária  
Beneficente dos Moradores do  
Município de Abaeté para  
executar serviço de radiodifusão  
comunitária no Município de  
Abaeté, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na  
Portaria nº 779, de 9 de maio de 2016, do Ministério das  
Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de  
13 de agosto de 2014, a autorização outorgada à  
Associação Comunitária Beneficente dos Moradores do  
Município de Abaeté para executar, sem direito de  
exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no  
Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor  
na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2468254>

Avulso do PDL 45/2024 [2 de 3]

2468254





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 2024

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Aparecida d'Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aparecida d'Oeste, Estado de São Paulo.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2398673&filename=PDL-47-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2398673&filename=PDL-47-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2035913&filename=TVR%20156/2021](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2035913&filename=TVR%20156/2021)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 47/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que renova a  
autorização outorgada à  
Associação Comunitária e  
Cultural de Aparecida d'Oeste  
para executar serviço de  
radiodifusão comunitária no  
Município de Aparecida d'Oeste,  
Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.892, de 7 de junho de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 28 de junho de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Aparecida d'Oeste para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aparecida d'Oeste, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2468255>

Avulso do PDL 47/2024 [2 de 3]

2468255

Apresentação: 17/09/2024 10:28:25.430 - Mesa

DOC n.1186/2024



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 422/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Aparecida d’Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aparecida d’Oeste, Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Para verificar a autenticidade, acesse [http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado\\_digitalmente/71D84D7D006467F3](http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado_digitalmente/71D84D7D006467F3)  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 47/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 51, DE 2024

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Avanhandava para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Avanhandava, Estado de São Paulo.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2398678&filename=PDL-51-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2398678&filename=PDL-51-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2048476&filename=TVR%20275/2021](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2048476&filename=TVR%20275/2021)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 51/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que renova a  
autorização outorgada à  
Associação Comunitária Cultural  
de Avanhandava para executar  
serviço de radiodifusão  
comunitária no Município de  
Avanhandava, Estado de São  
Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na  
Portaria nº 6.639, de 27 de dezembro de 2018, do  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e  
Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de  
26 de abril de 2015, a autorização outorgada à Associação  
Comunitária Cultural de Avanhandava para executar, sem  
direito de exclusividade, serviço de radiodifusão  
comunitária no Município de Avanhandava, Estado de São  
Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em  
vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2468258>

Avulso do PDL 51/2024 [2 de 3]

2468258







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2024

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Apoio aos Deficientes de Pacajus para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pacajus, Estado do Ceará.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2398690&filename=PDL-60-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2398690&filename=PDL-60-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2228087&filename=TVR%2087/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2228087&filename=TVR%2087/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 60/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Apoio aos Deficientes de Pacajus para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pacajus, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.102, de 2 de março de 2021, do Ministério das Comunicações, que outorga autorização à Associação de Apoio aos Deficientes de Pacajus para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pacajus, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471530>

Avulso do PDL 60/2024 [2 de 3]

2471530

Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1152/2024



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 424/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Apoio aos Deficientes de Pacajus para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pacajus, Estado do Ceará”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Para verificar a autenticidade, acesse <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado/2024/09/19/424/424-2024-PS-GSE.pdf>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 60/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 72, DE 2024

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social e Educacional de Capivari ACSEC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capivari, Estado de São Paulo.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2398709&filename=PDL-72-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2398709&filename=PDL-72-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2229377&filename=TVR%20138/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2229377&filename=TVR%20138/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 72/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social e Educacional de Capivari ACSEC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capivari, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 407, de 31 de janeiro de 2020, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, retificada no Diário Oficial da União publicado em 9 de junho de 2020, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social e Educacional de Capivari ACSEC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capivari, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471535>

Avulso do PDL 72/2024 [2 de 3]

2471535



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 425/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social e Educacional de Capivari ACSEC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capivari, Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1142/2024



Para verificar a autenticidade, acesse [http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado\\_digitalmente\\_codigo\\_verificacao/71D84D7D006467F3](http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado_digitalmente_codigo_verificacao/71D84D7D006467F3)  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 72/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 81, DE 2024

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Porto Alegre FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2398718&filename=PDL-81-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2398718&filename=PDL-81-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2229430&filename=TVR%20176/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2229430&filename=TVR%20176/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 81/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Porto Alegre FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 4.850, de 18 de setembro de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 27 de setembro de 2018, a permissão outorgada à Rádio Porto Alegre FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471537>

2471537

Avulso do PDL 81/2024 [2 de 3]





Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1167/2024



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 426/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Porto Alegre FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Para verificar a autenticidade, acesse <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado/2024/09/19/426/426.pdf>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 81/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 82, DE 2024

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro – AMICENTRO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salto do Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2398719&filename=PDL-82-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2398719&filename=PDL-82-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2234939&filename=TVR%20150/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2234939&filename=TVR%20150/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 82/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro - AMICENTRO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salto do Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 5.460, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 27 de junho de 2013, a autorização outorgada à Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro - AMICENTRO para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salto do Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471543>

Avulso do PDL 82/2024 [2 de 3]

2471543



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 427/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro – AMICENTRO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salto do Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1150/2024



Para verificar a autenticidade, acesse [http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado\\_digitalmente\\_codigo\\_verificacao\\_71D84D7D006467F3](http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado_digitalmente_codigo_verificacao_71D84D7D006467F3)  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 82/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 86, DE 2024

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Comunicadores de Rádio Pró-Cultura de Feiticeiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaribe, Estado do Ceará.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2398723&filename=PDL-86-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2398723&filename=PDL-86-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2264947&filename=TVR%20221/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2264947&filename=TVR%20221/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 86/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Comunicadores de Rádio Pró-Cultura de Feiticeiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaribe, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.321, de 2 de maio de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação dos Comunicadores de Rádio Pró-Cultura de Feiticeiro para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaribe, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471547>

Avulso do PDL 86/2024 [2 de 3]

2471547





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 87, DE 2024

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Aquarela Cearense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itapajé, Estado do Ceará.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2398724&filename=PDL-87-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2398724&filename=PDL-87-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2265025&filename=TVR%20217/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2265025&filename=TVR%20217/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 87/2024 [1 de 3]





Data do Documento: 13/09/2024

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Aquarela Cearense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itapajé, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 4.238, de 24 de agosto de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 30 de janeiro de 2016, a permissão outorgada à Rádio Aquarela Cearense Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itapajé, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471548>

2471548

Avulso do PDL 87/2024 [2 de 3]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 429/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Aquarela Cearense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itapajé, Estado do Ceará”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1130/2024



Para verificar a autenticidade, acesse <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado-digitalmente-codigo-verificacao-71d84d7d006467f3>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 87/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 90, DE 2024

Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal do Ceará – UFC para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2398728&filename=PDL-90-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2398728&filename=PDL-90-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2257947&filename=TVR%20210/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2257947&filename=TVR%20210/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 90/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal do Ceará - UFC para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.059, de 14 de maio de 2015, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão ao à Universidade Federal do Ceará - UFC para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471549>

Avulso do PDL 90/2024 [2 de 3]

2471549

Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1129/2024



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 430/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal do Ceará – UFC para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Para verificar a autenticidade, acesse [http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado\\_digitalmente/71D84D7D006467F3](http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado_digitalmente/71D84D7D006467F3)  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 90/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 117, DE 2024

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Caxambuense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxambu, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2406564&filename=PDL-117-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2406564&filename=PDL-117-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2028072&filename=TVR%20100/2021](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2028072&filename=TVR%20100/2021)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 117/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que renova a  
autorização outorgada à  
Associação Comunitária  
Caxambuense de Radiodifusão para  
executar serviço de radiodifusão  
comunitária no Município de  
Caxambu, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na  
Portaria nº 1.136, de 9 de maio de 2016, do Ministério  
das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir  
de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à  
Associação Comunitária Caxambuense de Radiodifusão para  
executar, sem direito de exclusividade, serviço de  
radiodifusão comunitária no Município de Caxambu, Estado  
de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em  
vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471550>

Avulso do PDL 117/2024 [2 de 3]

2471550



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 431/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Caxambuense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxambu, Estado de Minas Gerais”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1136/2024



Para verificar a autenticidade, acesse [http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado\\_digitalmente/71D84D7D006467F3](http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado_digitalmente/71D84D7D006467F3)  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 117/2024 [3 de 3]







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 123, DE 2024

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ágape Mantense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mantena, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2406571&filename=PDL-123-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2406571&filename=PDL-123-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2036333&filename=TVR%20137/2021](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2036333&filename=TVR%20137/2021)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 123/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ágape Mantenense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mantena, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 5.466, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 30 de janeiro de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária Ágape Mantenense de Radiodifusão para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mantena, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471551>

Avulso do PDL 123/2024 [2 de 3]

2471551



Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1168/2024



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 432/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ágape Mantenense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mantena, Estado de Minas Gerais.”

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Para verificar a autenticidade, acesse: <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado/2024/09/16/006467F3>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 123/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 124, DE 2024

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis – ACVOLCAJA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jardinópolis, Estado de São Paulo.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

### DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2406572&filename=PDL-124-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2406572&filename=PDL-124-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2038646&filename=TVR%20233/2021](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2038646&filename=TVR%20233/2021)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 124/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que renova a  
autorização outorgada à  
Associação Comunitária de  
Voluntários e Casais de  
Jardinópolis - ACVOLCAJA para  
executar serviço de radiodifusão  
comunitária no Município de  
Jardinópolis, Estado de São  
Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na  
Portaria nº 1.844, de 9 de maio de 2016, do Ministério  
das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir  
de 4 de novembro de 2012, a autorização outorgada à  
Associação Comunitária de Voluntários e Casais de  
Jardinópolis - ACVOLCAJA para executar, sem direito de  
exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no  
Município de Jardinópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor  
na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471552>

Avulso do PDL 124/2024 [2 de 3]

2471552



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 433/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis – ACVOLCAJA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jardinópolis, Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1138/2024



Para verificar a autenticidade, acesse: <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado/2024/09/19/433/433.pdf>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 124/2024 [3 de 3]



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 127, DE 2024

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Conchal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Conchal, Estado de São Paulo.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2406576&filename=PDL-127-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2406576&filename=PDL-127-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2073257&filename=TVR%20463/2021](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2073257&filename=TVR%20463/2021)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 127/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a  
autorização outorgada à  
Associação Comunitária de  
Conchal para executar serviço de  
radiodifusão comunitária no  
Município de Conchal, Estado de  
São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 135, de 22 de julho de 2020, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 5 de março de 2017, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Conchal para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Conchal, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471511>

Avulso do PDL 127/2024 [2 de 3]

2471511





Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1137/2024



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 434/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Conchal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Conchal, Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Para verificar a autenticidade, acesse <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado/2024/09/19/434/434.pdf>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 127/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 133, DE 2024

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de São Gonçalo do Rio Abaixo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2406583&filename=PDL-133-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2406583&filename=PDL-133-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2060786&filename=TVR%20313/2021](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2060786&filename=TVR%20313/2021)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 133/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que renova a  
autorização outorgada à  
Associação Cultural de  
Radiodifusão Comunitária de São  
Gonçalo do Rio Abaixo para  
executar serviço de radiodifusão  
comunitária no Município de São  
Gonçalo do Rio Abaixo, Estado de  
Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na  
Portaria nº 5.309, de 8 de outubro de 2019, do Ministério  
da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que  
renova, por 10 (dez) anos, a partir de 11 de novembro de  
2014, a autorização outorgada à Associação Cultural de  
Radiodifusão Comunitária de São Gonçalo do Rio Abaixo  
para executar, sem direito de exclusividade, serviço de  
radiodifusão comunitária no Município de São Gonçalo do  
Rio Abaixo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor  
na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471513>

Avulso do PDL 133/2024 [2 de 3]

2471513





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 136, DE 2024

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Esportiva Rodolfense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rodolfo Fernandes, Estado do Rio Grande do Norte.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2406587&filename=PDL-136-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2406587&filename=PDL-136-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2170812&filename=TVR%2024/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2170812&filename=TVR%2024/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 136/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que renova a  
autorização outorgada à  
Associação Cultural Esportiva  
Rodolfense para executar serviço  
de radiodifusão comunitária no  
Município de Rodolfo Fernandes,  
Estado do Rio Grande do Norte.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na  
Portaria nº 5.962, de 22 de novembro de 2018, do  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e  
Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de  
27 de maio de 2013, a autorização outorgada à Associação  
Cultural Esportiva Rodolfense para executar, sem direito  
de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no  
Município de Rodolfo Fernandes, Estado do Rio Grande do  
Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor  
na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471514>

Avulso do PDL 136/2024 [2 de 3]

2471514

Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1160/2024



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 436/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Esportiva Rodolfense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rodolfo Fernandes, Estado do Rio Grande do Norte”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Para verificar a autenticidade, acesse <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado&codigo=71D84D7D006467F3>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 136/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 148, DE 2024

Aprova o ato que outorga autorização ao CEDESCOM - Centro de Desenvolvimento Social Comunitário de Nova Campinas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

### DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2406604&filename=PDL-148-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2406604&filename=PDL-148-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2259669&filename=TVR%2014/2023](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2259669&filename=TVR%2014/2023)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 148/2024 [1 de 3]





Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que outorga autorização ao CEDESCOM - Centro de Desenvolvimento Social Comunitário de Nova Campinas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.694, de 4 de abril de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização ao CEDESCOM - Centro de Desenvolvimento Social Comunitário de Nova Campinas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471516>

Avulso do PDL 148/2024 [2 de 3]

2471516





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 156, DE 2024

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Videira, Estado de Santa Catarina.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2406614&filename=PDL-156-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2406614&filename=PDL-156-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2275789&filename=TVR%2067/2023](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2275789&filename=TVR%2067/2023)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 156/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Videira, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 4.416, de 28 de setembro de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Videira, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471576>

Avulso do PDL 156/2024 [2 de 3]

2471576



Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1164/2024



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 438/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Videira, Estado de Santa Catarina”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Para verificar a autenticidade, acesse <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado/2024/09/19/438/2024/PS-GSE>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 156/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 158, DE 2024

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Princesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2406617&filename=PDL-158-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2406617&filename=PDL-158-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2260798&filename=TVR%2048/2023](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2260798&filename=TVR%2048/2023)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 158/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Princesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 3.857, de 14 de julho de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 28 de maio de 2014, a permissão outorgada à Sociedade Rádio Princesa Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471519>

2471519

Avulso do PDL 158/2024 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 439/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Princesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1165/2024



Para verificar a autenticidade, acesse: <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado-digitalmente&codigo=71D84D7D006467F3>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 158/2024 [3 de 3]







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 160, DE 2024

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2406620&filename=PDL-160-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2406620&filename=PDL-160-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2252077&filename=TVR%2087/2023](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2252077&filename=TVR%2087/2023)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 160/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que renova a  
autorização outorgada à  
Associação Comunitária de  
Prevenção ao Uso Indevido de  
Drogas - Projeto de Vida para  
executar serviço de radiodifusão  
comunitária no Município de  
Contagem, Estado de Minas  
Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na  
Portaria nº 1.090, de 16 de outubro de 2020, do  
Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez)  
anos, a partir de 21 de fevereiro de 2018, a autorização  
outorgada à Associação Comunitária de Prevenção ao Uso  
Indevido de Drogas - Projeto de Vida para executar, sem  
direito de exclusividade, serviço de radiodifusão  
comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas  
Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor  
na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471520>

Avulso do PDL 160/2024 [2 de 3]

2471520



Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1133/2024



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 440/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Para verificar a autenticidade, acesse <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=160/2024/PS-GSE>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 160/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 174, DE 2024

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Apoio às Entidades – ACAE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caibi, Estado de Santa Catarina.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

### DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2410524&filename=PDL-174-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2410524&filename=PDL-174-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2229410&filename=TVR%20164/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2229410&filename=TVR%20164/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 174/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que renova a  
autorização outorgada à  
Associação Comunitária de Apoio  
às Entidades - ACAE para  
executar serviço de radiodifusão  
comunitária no Município de  
Caibi, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na  
Portaria nº 3.495, de 31 de agosto de 2021, do Ministério  
das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir  
de 8 de dezembro de 2019, a autorização outorgada à  
Associação Comunitária de Apoio às Entidades - ACAE para  
executar, sem direito de exclusividade, serviço de  
radiodifusão comunitária no Município de Caibi, Estado de  
Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor  
na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471521>

Avulso do PDL 174/2024 [2 de 3]

2471521







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 179, DE 2024

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – Campus Januária para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Januária, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2410532&filename=PDL-179-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2410532&filename=PDL-179-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2276501&filename=TVR%20227/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2276501&filename=TVR%20227/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 179/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - Campus Januária para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Januária, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 117, de 21 de fevereiro de 2014, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - Campus Januária para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Januária, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472442>

Avulso do PDL 179/2024 [2 de 3]

2472442





Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1159/2024



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 472/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – Campus Januária para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Januária, Estado de Minas Gerais.”

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Pa  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 179/2024 [3 de 3]



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 187, DE 2024

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Joca Motta para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de União, Estado do Piauí.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2410543&filename=PDL-187-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2410543&filename=PDL-187-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2387521&filename=TVR%2078/2023](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2387521&filename=TVR%2078/2023)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 187/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Joca Motta para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de União, Estado do Piauí.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 6.174, de 14 de julho de 2022, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 15 de junho de 2021, a permissão outorgada à Fundação Joca Motta para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de União, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471523>

Avulso do PDL 187/2024 [2 de 3]

2471523







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 190, DE 2024

Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal de Uberlândia para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2410546&filename=PDL-190-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2410546&filename=PDL-190-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2255122&filename=TVR%20234/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2255122&filename=TVR%20234/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 190/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal de Uberlândia para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 245, de 12 de abril de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga permissão à Universidade Federal de Uberlândia para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2468264>

Avulso do PDL 190/2024 [2 de 3]

2468264



Apresentação: 17/09/2024 10:28:25.430 - Mesa

DOC n.1178/2024



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 443/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal de Uberlândia para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais”.

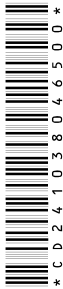
Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Para verificar a autenticidade, acesse <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado/2024/09/17/1178/2024/PS-GSE/443/2024/PS-GSE>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 190/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 193, DE 2024

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2410550&filename=PDL-193-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2410550&filename=PDL-193-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2271632&filename=TVR%20237/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2271632&filename=TVR%20237/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 193/2024 [1 de 3]





Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.430, de 12 de abril de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga permissão ao Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2468273>

Avulso do PDL 193/2024 [2 de 3]

2468273



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 444/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 17/09/2024 10:28:25.430 - Mesa

DOC n.1185/2024



Para verificar a autenticidade, acesse <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado/71D84D7D006467F3>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 193/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 195, DE 2024

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Aparecida do Carmo da Silva para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jacutinga, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2410553&filename=PDL-195-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2410553&filename=PDL-195-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2255161&filename=TVR%20247/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2255161&filename=TVR%20247/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 195/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Aparecida do Carmo da Silva para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jacutinga, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 4.609, de 8 de fevereiro de 2022, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão à Fundação Cultural Aparecida do Carmo da Silva para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Jacutinga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472446>

Avulso do PDL 195/2024 [2 de 3]

2472446

Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1143/2024



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 474/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Aparecida do Carmo da Silva para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jacutinga, Estado de Minas Gerais.”

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Pa  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 195/2024 [3 de 3]



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 215, DE 2024

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Rainha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araquari, Estado de Santa Catarina.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2414401&filename=PDL-215-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2414401&filename=PDL-215-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2257701&filename=TVR%20189/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2257701&filename=TVR%20189/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 215/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Rainha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araquari, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 453, de 5 de junho de 2015, do Ministério das Comunicações, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Rainha para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araquari, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2468281>

Avulso do PDL 215/2024 [2 de 3]

2468281



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 445/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Rainha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araquari, Estado de Santa Catarina”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 17/09/2024 10:28:25.430 - Mesa

DOC n.1184/2024



Para verificar a autenticidade, acesse <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado/2024/09/19/445/445-2024-PS-GSE>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 215/2024 [3 de 3]







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 216, DE 2024

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Frutal, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2414402&filename=PDL-216-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2414402&filename=PDL-216-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2229414&filename=TVR%20167/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2229414&filename=TVR%20167/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 216/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que renova a  
autorização outorgada à  
Associação Comunitária Cultural  
Frutalense para executar serviço  
de radiodifusão comunitária no  
Município de Frutal, Estado de  
Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na  
Portaria nº 6.257, de 22 de julho de 2022, do Ministério  
das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir  
de 17 de agosto de 2019, a autorização outorgada à  
Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar,  
sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão  
comunitária no Município de Frutal, Estado de Minas  
Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor  
na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2468283>

Avulso do PDL 216/2024 [2 de 3]

2468283



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 446/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Frutal, Estado de Minas Gerais”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 17/09/2024 10:28:25.430 - Mesa

DOC n.1187/2024



Para verificar a autenticidade, acesse: <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado/2024/09/19/446/446.pdf>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 216/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 218, DE 2024

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2414404&filename=PDL-218-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2414404&filename=PDL-218-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2229421&filename=TVR%20172/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2229421&filename=TVR%20172/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 218/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 3.673, de 18 de julho de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 5 de dezembro de 2014, a permissão outorgada à Rádio Belo Horizonte Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472451>

Avulso do PDL 218/2024 [2 de 3]

2472451





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 475/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.”

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1161/2024



Pa  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 218/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 220, DE 2024

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural Chaleense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chale, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2414408&filename=PDL-220-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2414408&filename=PDL-220-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2257694&filename=TVR%20187/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2257694&filename=TVR%20187/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 220/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que outorga  
autorização à Associação  
Comunitária de Desenvolvimento  
Social e Cultural Chaleense para  
executar serviço de radiodifusão  
comunitária no Município de  
Chalé, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na  
Portaria nº 55, de 21 de fevereiro de 2014, do Ministério  
das Comunicações, que outorga autorização à Associação  
Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural  
Chaleense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito  
de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no  
Município de Chalé, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor  
na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2468284>

Avulso do PDL 220/2024 [2 de 3]

2468284



Apresentação: 17/09/2024 10:28:25.430 - Mesa

DOC n.1188/2024



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 447/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural Chaleense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chale, Estado de Minas Gerais”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Para verificar a autenticidade, acesse [http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado\\_digitalmente\\_codigo\\_verificacao\\_71D84D7D006467F3](http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado_digitalmente_codigo_verificacao_71D84D7D006467F3)  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 220/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 221, DE 2024

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Serrana de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2414441&filename=PDL-221-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2414441&filename=PDL-221-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2229417&filename=TVR%20170/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2229417&filename=TVR%20170/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 221/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Serrana de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 3.143, de 13 de junho de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 3 de outubro de 2017, a permissão outorgada à Rede Serrana de Radiodifusão Ltda., outorgada originalmente à Portugal Telecomunicações Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2468287>

2468287







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 244, DE 2024

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Guidoal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guidoal, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

### DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2419454&filename=PDL-244-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2419454&filename=PDL-244-2024)

- [Documentos diversos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2228474&filename=TVR%2097/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2228474&filename=TVR%2097/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 244/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Guidoal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guidoal, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 7.224, de 30 de dezembro de 2019, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, retificada no Diário Oficial da União publicado em 9 de junho de 2020, que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Guidoal para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guidoal, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2468288>

Avulso do PDL 244/2024 [2 de 3]

2468288



Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1175/2024



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 449/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Guidoal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guidoal, Estado de Minas Gerais”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Para verificar a autenticidade, acesse <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado&codigo=71D84D7D006467F3>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 244/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 245, DE 2024

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Promoção Cultural, Educacional e Comunicação Social de Água Boa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Água Boa, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2419455&filename=PDL-245-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2419455&filename=PDL-245-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2234892&filename=TVR%2090/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2234892&filename=TVR%2090/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 245/2024 [1 de 3]





Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Promoção Cultural, Educacional e Comunicação Social de Água Boa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Água Boa, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.226, de 5 de junho de 2015, do Ministério das Comunicações, que outorga autorização à Associação de Promoção Cultural, Educacional e Comunicação Social de Água Boa para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Água Boa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2468290>

Avulso do PDL 245/2024 [2 de 3]

2468290



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 450/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Promoção Cultural, Educacional e Comunicação Social de Água Boa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Água Boa, Estado de Minas Gerais”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1172/2024



Para verificar a autenticidade, acesse [http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado\\_digitalmente\\_codigo\\_verificacao\\_71d84d7d006467f3](http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado_digitalmente_codigo_verificacao_71d84d7d006467f3)  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 245/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 248, DE 2024

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Produtores Rurais de Campo Verde II para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serraria, Estado da Paraíba.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2419463&filename=PDL-248-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2419463&filename=PDL-248-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2276497&filename=TVR%20223/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2276497&filename=TVR%20223/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 248/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a  
autorização outorgada à  
Associação dos Produtores Rurais  
de Campo Verde II para executar  
serviço de radiodifusão  
comunitária no Município de  
Serraria, Estado da Paraíba.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na  
Portaria nº 1.094, de 16 de outubro de 2020, do  
Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez)  
anos, a partir de 6 de outubro de 2015, a autorização  
outorgada à Associação dos Produtores Rurais de Campo  
Verde II para executar, sem direito de exclusividade,  
serviço de radiodifusão comunitária no Município de  
Serraria, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor  
na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472453>

Avulso do PDL 248/2024 [2 de 3]

2472453

Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1162/2024



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 476/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Produtores Rurais de Campo Verde II para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serraria, Estado da Paraíba.”

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Pa  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 248/2024 [3 de 3]



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 249, DE 2024

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores das Comunidades do Município de Aguiar – ASSOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aguiar, Estado da Paraíba.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2419466&filename=PDL-249-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2419466&filename=PDL-249-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2264351&filename=TVR%2033/2023](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2264351&filename=TVR%2033/2023)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 249/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores das Comunidades do Município de Aguiar - ASSOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aguiar, Estado da Paraíba.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 6.432, de 17 de agosto de 2022, do Ministério das Comunicações, que outorga autorização à Associação dos Moradores das Comunidades do Município de Aguiar - ASSOMAR para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aguiar, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi . . . . .  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472454>

Avulso do PDL 249/2024 [2 de 3]

2472454



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 477/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores das Comunidades do Município de Aguiar – ASSOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aguiar, Estado da Paraíba.”

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1153/2024



Pa  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 249/2024 [3 de 3]







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 250, DE 2024

Aprova o ato que outorga permissão a Márcio Freitas Áudio e Vídeo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bandeira do Sul, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2419468&filename=PDL-250-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2419468&filename=PDL-250-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2234912&filename=TVR%20105/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2234912&filename=TVR%20105/2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 250/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que outorga permissão a Márcio Freitas Áudio e Vídeo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bandeira do Sul, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 217, de 18 de julho de 2013, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão a Márcio Freitas Áudio e Vídeo Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bandeira do Sul, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2468292>

Avulso do PDL 250/2024 [2 de 3]

2468292

Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1170/2024



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 451/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga permissão a Márcio Freitas Áudio e Vídeo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bandeira do Sul, Estado de Minas Gerais”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Para verificar a autenticidade, acesse: <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado/2024/09/19/451/451.pdf>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 250/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 251, DE 2024

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brito Junior de Rádio e TV Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Peruíbe, Estado de São Paulo.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2419477&filename=PDL-251-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2419477&filename=PDL-251-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2255797&filename=TVR%2073/2023](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2255797&filename=TVR%2073/2023)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 251/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que outorga  
permissão à Fundação Brito  
Junior de Rádio e TV Educativa  
para explorar serviço de  
radiodifusão sonora em  
frequência modulada no Município  
de Peruíbe, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na  
Portaria nº 4.491, de 14 de janeiro de 2022, do  
Ministério das Comunicações, que outorga permissão à  
Fundação Brito Junior de Rádio e TV Educativa para  
explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de  
exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em  
frequência modulada, com fins exclusivamente educativos,  
no Município de Peruíbe, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor  
na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2468294>

Avulso do PDL 251/2024 [2 de 3]

2468294



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 452/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brito Junior de Rádio e TV Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Peruíbe, Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1145/2024



Para verificar a autenticidade, acesse <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado/2024/09/19/00100.169708/2024-31>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 251/2024 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 255, DE 2024

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Educativa e Cultural Lucykeiser para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Carpina, Estado de Pernambuco.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2419487&filename=PDL-255-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2419487&filename=PDL-255-2024)

- [Demais documentos](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2253563&filename=TVR%2077/2023](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2253563&filename=TVR%2077/2023)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 255/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/09/2024



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Educativa e Cultural Lucykeiser para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Carpina, Estado de Pernambuco.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.894, de 13 de dezembro de 2016, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 19 de novembro de 2014, a permissão outorgada à Fundação Educativa e Cultural Lucykeiser para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Carpina, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472455>

Avulso do PDL 255/2024 [2 de 3]

2472455





Apresentação: 16/09/2024 18:08:17.660 - Mesa

DOC n.1135/2024



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 478/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Educativa e Cultural Lucykeiser para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Carpina, Estado de Pernambuco.”

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 255/2024 [3 de 3]

### Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

- Projeto de Decreto Legislativo nº 963, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Cariré para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cariré, Estado do Ceará;*
- Projeto de Decreto Legislativo nº 1095, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de São José dos Pinhais para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná;*
- Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2023, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Nova Voz para Trindade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Trindade, Estado de Goiás;*
- Projeto de Decreto Legislativo nº 498, de 2023, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Caminhos da Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itumbiara, Estado de Goiás;*
- Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2023, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Centro de Desenvolvimento Comunitário de Munguba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Almeirim, Estado do Pará;*
- Projeto de Decreto Legislativo nº 544, de 2023, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação União de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Zé Doca, Estado do Maranhão;*
- Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2024, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa Rádio Tropical FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Angélica, Estado de Mato Grosso do Sul;*
- Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 2024, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente dos Moradores do Município de*



*Abaeté para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2024, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Aparecida d'Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aparecida d'Oeste, Estado de São Paulo;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2024, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Avanhandava para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Avanhandava, Estado de São Paulo;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2024, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Apoio aos Deficientes de Pacajus para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pacajus, Estado do Ceará;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2024, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social e Educacional de Capivari ACSEC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capivari, Estado de São Paulo;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2024, que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Porto Alegre FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2024, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro – AMICENTRO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salto do Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 2024, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Comunicadores de Rádio Pró-Cultura de Feiticeiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaribe, Estado do Ceará;*



- Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2024, que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Aquarela Cearense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itapajé, Estado do Ceará;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2024, que *aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal do Ceará – UFC para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2024, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Caxambuense de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxambu, Estado de Minas Gerais;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2024, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ágape Mantenense de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mantena, Estado de Minas Gerais;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2024, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis – ACVOLCAJA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jardinópolis, Estado de São Paulo;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2024, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Conchal para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Conchal, Estado de São Paulo;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2024, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de São Gonçalo do Rio Abaixo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, Estado de Minas Gerais;*



- Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2024, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Esportiva Rodolfense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rodolfo Fernandes, Estado do Rio Grande do Norte;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2024, que *aprova o ato que outorga autorização ao CEDESCOM - Centro de Desenvolvimento Social Comunitário de Nova Campinas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2024, que *aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Videira, Estado de Santa Catarina;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2024, que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Princesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2024, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2024, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Apoio às Entidades – ACAE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caíbi, Estado de Santa Catarina;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2024, que *aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – Campus Januária para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Januária, Estado de Minas Gerais;*



- Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2024, que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Joca Motta para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de União, Estado do Piauí;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2024, que *aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal de Uberlândia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2024, que *aprova o ato que outorga permissão ao Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2024, que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Aparecida do Carmo da Silva para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Jacutinga, Estado de Minas Gerais;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2024, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Rainha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araquari, Estado de Santa Catarina;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2024, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Frutal, Estado de Minas Gerais;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2024, que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2024, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural Chaleense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chale, Estado de Minas Gerais;*



- Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2024, que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Serrana de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina;*
- Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2024, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Guidoal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guidoal, Estado de Minas Gerais;*
- Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2024, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Promoção Cultural, Educacional e Comunicação Social de Água Boa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Água Boa, Estado de Minas Gerais;*
- Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2024, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Produtores Rurais de Campo Verde II para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serraria, Estado da Paraíba;*
- Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2024, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores das Comunidades do Município de Aguiar – ASSOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aguiar, Estado da Paraíba;*
- Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2024, que *aprova o ato que outorga permissão a Márcio Freitas Áudio e Vídeo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bandeira do Sul, Estado de Minas Gerais;*
- Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2024, que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brito Junior de Rádio e TV Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Peruíbe, Estado de São Paulo; e*
- Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2024, que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Educativa e Cultural Lucykeiser para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Carpina, Estado de Pernambuco.*



As matérias vão à Comissão de Comunicação e Direito Digital, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

**Prazo: 20/9/2024 a 26/9/2024.**





# Ofícios da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 498/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunicamos a Vossa Excelência que foi aprovado e encaminhado à sanção o Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, do Senado Federal, que “Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.”

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 17/09/2024 10:28:25.430 - Mesa

DOC n.1157/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD243520462500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar



\* C D 2 4 3 5 2 0 4 6 2 5 0 0 \*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 17/09/2024 10:28:25.430 - Mesa

DOC n.1189/2024

Of. nº 502/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunicamos a Vossa Excelência que foi aprovado, com emenda de redação, e encaminhado à sanção o Projeto de Lei nº 1.847, de 2024, do Senado Federal, que “Estabelece regime de transição para a contribuição substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e para o adicional sobre a Cofins-Importação previsto no § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.779, de 25 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.988, de 14 de abril de 2020; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 1.737, de 20 de dezembro de 1979, e 2.323, de 26 de fevereiro de 1987, e das Leis nºs 9.703, de 17 de novembro de 1998, e 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a Lei nº 12.099, de 27 de novembro de 2009”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245750588600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar



\* C D 2 4 5 7 5 0 5 8 8 6 0 0 \*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 506/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foram aprovadas as Emendas do Senado Federal nºs 1 a 5 e enviado à sanção o Projeto de Lei nº 5.813, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Altera as Leis nºs 11.788, de 25 de setembro de 2008, e 13.667, de 17 de maio de 2018, para estabelecer medidas que favoreçam a inserção de pessoas com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 17/09/2024 10:28:25.430 - Mesa

DOC n.1158/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247405540500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar



\* C D 2 4 7 4 0 5 5 4 0 5 0 0 \*

### Ofícios da Câmara dos Deputados

- Of. nº 498, de 2024, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024.

- Of. nº 502, de 2024, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 1.847, de 2024.

- Of. nº 506, de 2024, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 5.813, de 2023.

As matérias vão à Secretaria de Expediente.



# Projetos de Lei





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 3608, DE 2024

Faculta ao contribuinte pessoa física efetuar, diretamente na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, tantas doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos Fundos do Idoso quantas forem as quotas do imposto a pagar que indicar.

**AUTORIA:** Senador Beto Martins (PL/SC)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3608/2024 [1 de 5]





SENADO FEDERAL  
*Gabinete do Senador Beto Martins*

SF/24008.18982-01

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Faculta ao contribuinte pessoa física efetuar, diretamente na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, tantas doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos Fundos do Idoso quantas forem as quotas do imposto a pagar que indicar.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 260-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 260-A.** A partir do exercício de 2010, ano-calendário de 2009, a pessoa física poderá optar pelas doações de que trata o inciso II do *caput* do art. 260 desta Lei diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual.

.....

§ 2º-A. O número de doações não poderá exceder o número de quotas do imposto a pagar indicado pelo contribuinte na Declaração de Ajuste Anual.

§ 3º O pagamento de cada doação deverá ser efetuado até a data de vencimento da quota subsequente do imposto, observadas instruções específicas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

.....” (NR)

**Art. 2º** O art. 2º-A da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º-A.** A partir do exercício de 2020, ano-calendário de 2019, a pessoa física poderá optar pelas doações aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso de que trata o inciso I do *caput* do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.



Assinado eletronicamente por Sen. Beto Martins

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1286543560>

Avulso do PL 3608/2024 [2 de 5]





§ 1º As doações de que trata o *caput* deste artigo poderão ser deduzidas até o percentual de 3% (três por cento) aplicado sobre o imposto de renda devido apurado na declaração:

.....

§ 2º-A. O número de doações não poderá exceder o número de quotas do imposto a pagar indicado pelo contribuinte na Declaração de Ajuste Anual.

§ 3º O pagamento de cada doação deverá ser efetuado até a data de vencimento da quota subsequente do imposto, observadas instruções específicas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

.....” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

## JUSTIFICAÇÃO

Desde o exercício fiscal de 2020, está em vigor a faculdade de o contribuinte do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) efetuar doações, quer aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, quer aos Fundos do Idoso, diretamente na Declaração de Ajuste Anual (DAA).

Segundo essa sistemática, o pagamento da doação, por meio de Documento de Arrecadação Federal (Darf) emitido pelo programa gerador da DAA, deve ser efetuado pelo contribuinte até a data de vencimento da primeira quota ou quota única, em geral, o último dia útil do mês de maio do ano da entrega da DAA.

Faculta-se, assim, a que o contribuinte, ele próprio, dê destinação a um percentual do IRPF devido, que ordinariamente seria recolhido ao Tesouro Nacional e alocado conforme a lei orçamentária anual.

Antes da introdução dessa facilidade, os contribuintes não se dispunham a doar ao longo do ano-calendário porque desconheciam o *quantum* efetivo do IRPF devido. A nova sistemática incentivou-os a efetuar a doação principalmente do imposto a pagar (diferença entre o devido e o anteriormente recolhido na fonte) a fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente ou a fundo do Idoso instituídos em sua região. Dessa forma, os contribuintes garantem uma alocação de recursos à sua comunidade sem depender das discussões orçamentárias em Brasília.



Assinado eletronicamente por Sen. Patr. Marlene

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1286543560>

Avulso do PL 3608/2024 [3 de 5]



3

SF/24008.18982-01

Ocorre que o permissivo de uma **única** doação diretamente na DAA limita a utilização da facilidade. Este projeto faculta ao contribuinte pessoa física efetuar, diretamente na DAA, tantas doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos Fundos do Idoso quantas forem as quotas do imposto a pagar que indicar.

Pedimos o apoio dos ilustres Pares para o aperfeiçoamento e a aprovação desta relevante matéria.

Sala das Sessões,

Senador BETO MARTINS



Assinado eletronicamente por Sen. Beto Martins

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1286543560>

Avulso do PL 3608/2024 [4 de 5]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990)  
- 8069/90  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>  
- art260-1
- Lei nº 9.250, de 26 de Dezembro de 1995 - Legislação Tributária Federal (pessoa física) (1995) - 9250/95  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1995;9250>  
- art12\_cpt\_inc1
- Lei nº 12.213, de 20 de Janeiro de 2010 - LEI-12213-2010-01-20 - 12213/10  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2010;12213>  
- art2-1





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 3611, DE 2024

Estabelece diretrizes para as instituições de ensino privadas na prestação de serviços educacionais a estudantes bolsistas.

**AUTORIA:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3611/2024 [1 de 6]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Estabelece diretrizes para as instituições de ensino privadas na prestação de serviços educacionais a estudantes bolsistas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** As instituições de ensino privadas que ofereçam bolsas de estudos, inclusive aquelas que recebem recursos públicos e benefícios fiscais em razão da concessão destas bolsas, deverão garantir:

I - o desenvolvimento de uma política de bolsas inclusiva, com igualdade de condições entre os estudantes, para que não ocorra qualquer prática de segregação de alunos bolsistas, zelando para que sejam tratados de forma equitativa, com a participação nas mesmas unidades, turmas, turnos e atividades dos demais estudantes;

II - a implementação de mecanismos que visem à integração dos educandos e a superação de estigmas;

**Art. 2º** Para os fins desta lei, considera-se:

*I - Segregação: qualquer prática de separação ou distinção entre alunos bolsistas e não bolsistas, que não vise o melhor interesse dos alunos bolsistas, incluindo, mas não se limitando à criação de unidades, turmas, turnos, atividades extracurriculares, uniformes, ou uso de recursos diferentes, baseada na condição de bolsista do aluno;*

*II - Política de Bolsas Inclusiva: prática pela qual as instituições de ensino garantem que alunos bolsistas tenham acesso às mesmas unidades, turmas, turnos, atividades, e recursos educacionais que os demais alunos, sem qualquer distinção ou discriminação.*

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos –  
Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3386369525>

Avulso do PL 3611/2024 [2 de 6]





2

SF/24734.56822-66

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

*Art. 3º A fiscalização do cumprimento desta lei será realizada pelo Ministério da Educação, em conjunto com os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, sem prejuízo da fiscalização e controle realizados pelos demais órgãos competentes.*

*Art. 4º As instituições de ensino que descumprirem o disposto nesta lei estarão sujeitas às seguintes penalidades:*

*I - advertência;*

*II - multa proporcional ao faturamento da instituição, com destinação dos recursos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);*

*III - suspensão de benefícios fiscais e outros incentivos recebidos;*

*IV - em caso de reincidência, perda da certificação de entidade beneficente de assistência social.*

*Art. 5º As instituições de ensino que mantenham estudantes bolsistas em unidades, turnos ou turmas separadas deverão se adequar aos termos desta Lei, após 365 (trezentos e sessenta e cinco dias) de sua vigência.*

*Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.*

## JUSTIFICAÇÃO

A concessão de bolsas de estudo por instituições de ensino privadas tem sido um dos caminhos para a redução de desigualdades sociais em matéria educacional, garantindo-se o acesso a estudantes em condições socioeconômicas desfavorecidas.

Na ausência, contudo, de diretrizes para a prestação destes serviços educacionais aos bolsistas, especialmente em relação às condições da oferta e permanência dos bolsistas face aos estudantes pagantes, algumas práticas segregatórias têm sido noticiadas, o que demanda ação legislativa, especialmente considerando que muitas destas bolsas são concedidas em retribuição a isenção fiscal.

É o que ocorre, por exemplo, com as instituições de ensino certificadas de acordo com a Lei Complementar nº 187/2021, que ficam isentas do recolhimento de contribuições

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos –  
Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3386369525>

Avulso do PL 3611/2024 [3 de 6]





3

SF/24734.56822-66

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

sociais ao ofertarem um determinado percentual mínimo de vagas para preenchimento por estudantes bolsistas.

Em abril deste ano, a Folha de São Paulo publicou reportagem noticiando que uma instituição de ensino privada estava sendo processada por segregar estudantes bolsistas e pagantes<sup>1</sup>. Em agosto, a Revista Piauí<sup>2</sup> trouxe um episódio ainda mais grave, ocorrido em outra instituição, que tratava do suicídio de um dos bolsistas, levantando novamente as questões relacionadas ao tratamento desigual entre bolsistas e pagantes. Na sequência, o relato de uma ex-bolsista à Folha<sup>3</sup>, trouxe exemplos claros das práticas discriminatórias sofridas.

As situações de discriminação se dão de diversas formas: pela separação dos estudantes em turmas, turnos e até unidades diferentes; pela proibição de acesso a estruturas das escolas em horários frequentados por estudantes pagantes; pela exclusão dos estudantes bolsistas nos processos de avaliação oficiais; pela omissão e negligência no trato das queixas de práticas de bullying contra bolsistas e até pela distinção entre os estudantes pelo uso de uniformes distintos.

Todos estes relatos demonstram que não se tratam de acontecimentos isolados e que a discriminação é uma realidade, especialmente diante da resignação das famílias e dos próprios bolsistas, que veem naquela oferta de ensino a única oportunidade de uma mobilidade social.

A Constituição Federal estabeleceu que o ensino no Brasil será ministrado com base na igualdade de condições de acesso e permanência na escola e na manutenção de padrões mínimos de qualidade. Estes princípios se aplicam às escolas públicas e privadas. Nesse

<sup>1</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/04/ongs-processam-colegio-porto-seguro-para-separar-aluno-pagante-de-bolsista.shtml>;

<sup>2</sup> <https://piaui.folha.uol.com.br/suicidio-aluno-colegio-bandeirantes/>;

<sup>3</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/09/fui-bolsista-em-um-colegio-de-elite-de-sp-e-vi-a-segregacao-de-perto.shtml>;

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos –  
Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3386369525>

Avulso do PL 3611/2024 [4 de 6]





4

SF/24734.56822-66

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

sentido, a instituição privada que deseja ofertar serviços por meio de bolsas, deverá estar preparada e garantir que os estudantes que ingressarem na condição de não pagantes, tenham um ambiente seguro e livre de preconceitos, estigmas e discriminação, para que possam permanecer na escola com dignidade.

Por outro lado, o Estado deverá garantir que as instituições que se beneficiam de isenções fiscais em retribuição à concessão de bolsas de estudo estejam submetidas à fiscalização, a fim de que recursos públicos sejam empregados em prestações de serviços educacionais que não impliquem em ofensa à dignidade da pessoa humana.

A regulamentação deste controle, incluindo as penalidades nas quais incorrerão as instituições que não garantirem a adequada oferta de serviços educacionais é o que se pretende com a proposição, que busca assegurar a igualdade e a inclusão social no ambiente escolar, combatendo a segregação de alunos bolsistas nas instituições privadas de ensino.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 6 de setembro de 2024.

**Sen. ALESSANDRO VIEIRA**

**MDB/SE**



Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos –  
Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3386369525>

Avulso do PL 3611/2024 [5 de 6]





# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei Complementar nº 187, de 16 de Dezembro de 2021 - LCP-187-2021-12-16 - 187/21

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2021;187>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 3614, DE 2024

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para estabelecer medidas voltadas ao enfrentamento da emergência climática.

**AUTORIA:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3614/2024 [1 de 6]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/24028.16568-45

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a *Política Nacional sobre Mudança do Clima*, para estabelecer medidas voltadas ao enfrentamento da emergência climática.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** .....

.....

XI – emergência climática: situação em que é necessária a adoção urgente de ações com o objetivo de reduzir ou interromper os efeitos adversos e impactos da mudança do clima, evitar danos socioambientais e climáticos potencialmente irreversíveis e promover ações de mitigação e adaptação, diante dos riscos de vulnerabilidade extrema.” (NR)

“**Art. 3º** .....

.....

VII – as ações para o enfrentamento da emergência climática devem priorizar investimentos em projetos de mitigação, adaptação, tecnologia e infraestrutura resilientes às mudanças climáticas.” (NR)

“**Art. 4º** .....

.....



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8239011721>

Avulso do PL 3614/2024 [2 de 6]

IX – à urgência na adoção de ações para enfrentamento à emergência climática, transversais a políticas públicas e programas governamentais.

*Parágrafo único.* Os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima deverão estar em consonância com o desenvolvimento sustentável a fim de buscar o crescimento econômico, a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e a consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono.” (NR)

“Art. 6º .....

XIX – o Plano Nacional de Emergência Climática.

*Parágrafo único.* O Plano Nacional sobre Mudança do Clima de que trata o inciso I do *caput* deste artigo será integrado pelos Planos de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento nos biomas, pelos planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas, e pelo Plano Nacional de Emergência Climática” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O Brasil está em chamas. Os efeitos adversos e os impactos das mudanças climáticas atingem a todos, causando danos incomensuráveis ao meio ambiente, à saúde da população e, sobretudo, angústia e medo sobre o porvir. Carlos Nobre, um dos maiores climatologistas brasileiros, em entrevista recente, está assustado com a antecipação da tragédia, já há muito anunciada, acerca do aumento da frequência dos eventos climáticos extremos, como secas, chuvas torrenciais e incêndios florestais.

Em recente presença em audiência pública no Senado Federal, a Exma. Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva, alertou sobre a necessidade de termos no ordenamento jurídico a disciplina legal da emergência climática, diante do risco de vulnerabilidade extrema que se encontram mais de 1.400 municípios brasileiros.



Assinado eletronicamente por Sen. Inna Kairi

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8239011721>

Avulso do PL 3614/2024 [3 de 6]



Certamente vivenciamos um novo paradigma, caracterizado por crises ambientais, com colapso dos ecossistemas e pelo agir urgente. Recentemente sofremos com a tragédia do Rio Grande do Sul, dadas as chuvas intensas. A seca extrema, somada a incêndios criminosos, potencializa o dano climático que assola o País.

Para avançarmos na agenda efetiva de adaptação e enfrentamento das mudanças do clima, necessário alterar a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para incluir o conceito de emergência climática como a situação em que é necessária a adoção urgente de ações com o objetivo de reduzir ou interromper os efeitos adversos e impactos da mudança do clima, evitar danos socioambientais e climáticos potencialmente irreversíveis e promover ações de mitigação e adaptação, diante dos riscos de vulnerabilidade extrema.

Não basta, no entanto, apenas conceituar. Propomos alterações nos arts. 3º e 4º da Lei nº 12.187, de 2009, que tratam, respectivamente, dos princípios e objetivos, a fim de incluir a priorização dos investimentos nas ações de enfrentamento da emergência climática e urgência na adoção de tais ações, que devem ser transversais a políticas públicas e programas governamentais.

Para tanto, é necessário criar o instrumento adequado, o Plano Nacional de Emergência Climática, que integrará o Plano Nacional sobre Mudança do Clima em conjunto com os Planos de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento nos biomas e pelos planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas, proposta essa estabelecida na nova redação do seu art. 6º.

Certos de que avançaremos na proteção ambiental e climática do Brasil, que clama por medidas de enfrentamento à emergência vivenciada, contados com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.



Assinado eletronicamente por Sen. Inna Kauri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8239011721>

Avulso do PL 3614/2024 [4 de 6]



Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8239011721>

Avulso do PL 3614/2024 [5 de 6]

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.187, de 29 de Dezembro de 2009 - LEI-12187-2009-12-29 - 12187/09

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2009;12187>

- art3

- art4





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 3615, DE 2024

Dispõe sobre a obrigatoriedade de tampas fixas em garrafas confeccionadas em Polietileno Tereftalato comercializadas em todo o território nacional.

**AUTORIA:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3615/2024 [1 de 5]





**PROJETO DE LEI Nº , DE 2024**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de tampas fixas em garrafas confeccionadas em Polietileno Tereftalato comercializadas em todo o território nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de tampas fixas em garrafas confeccionadas em Polietileno Tereftalato (PET) comercializadas em todo o território nacional.

*Parágrafo único.* Para os fins desta Lei e de sua regulamentação, consideram-se tampas fixas aquelas que permanecem presas à garrafa PET após a abertura, por meio de anel ou dispositivo semelhante, de modo que permaneçam afixadas ao recipiente.

**Art. 2º** As garrafas PET que possuam tampas de plástico apenas poderão ser comercializadas se suas tampas permanecerem fixadas aos recipientes durante e após a fase de utilização prevista do produto.

**Art. 3º** O descumprimento da obrigatoriedade prevista no art. 2º desta Lei constitui infração ambiental prevista nos arts. 56 e 70 da Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sujeitando-se os infratores às penalidades administrativas, penais e cíveis cabíveis.

**Art. 4º** As empresas produtoras de garrafa PET terão o prazo de 12 (doze) meses para adequação após a publicação desta Lei.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



Assinado eletronicamente por Sen. Ciro Noronha

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4833644398>

Avulso do PL 3615/2024 [2 de 5]



## JUSTIFICAÇÃO

O projeto ora apresentado à apreciação do Senado Federal propõe incorporar ao ordenamento legal obrigatoriedade de mecanismo de fixação de tampas às garrafas confeccionadas em Polietileno Tereftalato (PET) utilizadas para o consumo de bebidas.

O Brasil produziu, no ano de 2020, cerca de um milhão de toneladas de resina PET virgem, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria do PET. Aproximadamente a metade desse montante é destinado para a reciclagem.

No caso das tampas de garrafas, o impacto ambiental do descarte impróprio é particularmente danoso para o meio ambiente.

As tampas utilizadas nas garrafas PET são, em geral, feitas de materiais altamente duráveis e resistentes à degradação em ambiente natural, como o polietileno de alta densidade ou o polipropileno. Uma vez descartadas, essas tampas podem permanecer no ambiente por centenas de anos. De acordo com estudo de 2015, o Brasil era responsável por 1,48% do total global de descarte de resíduos plásticos. Os Estados Unidos, em comparação, eram responsáveis por 0,86%.

O problema é particularmente preocupante em relação aos ambientes aquáticos. Muitas tampas de garrafas plásticas acabam nos oceanos, rios e lagos. Devido à sua flutuabilidade, podem percorrer grandes distâncias, afetando, inclusive, ecossistemas distantes de seu ponto de origem. No caso de a garrafa PET estar destampada e, cheia de água, afundar até o solo, o tempo de degradação natural do plástico da garrafa é maior.

Aves, peixes e outros animais podem confundir tampas de garrafas PET com alimentos, acarretando bloqueios digestivos, desnutrição e morte. Além disso, os animais podem ficar emaranhados em tampas ou anéis, levando a ferimentos ou morte.

As tampas de garrafas plásticas se fragmentam em pedaços menores devido à ação da luz solar, vento e ondas. Esses fragmentos, conhecidos como microplásticos, têm menos de 5 mm de tamanho e espalham-se por todo o meio ambiente. Microplásticos são uma grande preocupação



Assinado eletronicamente por Sen. Ciro Noronha

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4833644398>

Avulso do PL 3615/2024 [3 de 5]



ambiental representando riscos tanto para a vida selvagem quanto para a saúde humana, pois acabam contaminando diversos tecidos do nosso organismo.

O pequeno tamanho das tampas pode dificultar a coleta, triagem e reciclagem eficientes. Como resultado, uma proporção significativa das tampas de garrafas plásticas acaba em aterros sanitários ou no ambiente, em vez de serem recicladas.

Uma das dificuldades enfrentadas na cadeia de reciclagem é a separação das tampas das garrafas. Muitas vezes, as tampas são descartadas de forma isolada, resultando em um desperdício considerável de material reciclável. A fixação obrigatória das tampas nas garrafas PET não apenas minimiza o risco de descarte inadequado, mas também facilita o processo de reciclagem. Quando as garrafas e as tampas são recicladas juntas, a eficiência do processo aumenta e, conseqüentemente, a qualidade dos materiais reciclados obtidos é melhor.

O projeto de lei contribui, ademais, para a conscientização da população sobre a importância do descarte correto e da reciclagem, promovendo ações mais sustentáveis. Além disso, a unificação da garrafa e da tampa vai na direção de incentivarmos a indústria a repensar seus processos de produção e a desenvolver soluções que priorizem a sustentabilidade, em consonância com o disposto no art. 32 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Com isso, estaremos não só contribuindo para a conservação ambiental, mas também promovendo a economia circular, onde os materiais são reutilizados ou reciclados em vez de descartados. Esse modelo já encontra aplicação em diversos países europeus. Sua adoção tem demonstrado resultados positivos em várias áreas.

Assim, solicitamos o apoio dos colegas Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador CIRO NOGUEIRA



Assinado eletronicamente por Sen. Ciro Nogueira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4833644398>

Avulso do PL 3615/2024 [4 de 5]



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais (1998) - 9605/98

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>

- art56

- art70

- Lei nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010 - Lei de resíduos sólidos - 12305/10

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2010;12305>

- art32





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 3617, DE 2024

Institui o Dia Oficial de Plantio de Mudanças Nativas e dá outras providências.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3617/2024 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2024**

Institui o Dia Oficial de Plantio de Mudanças Nativas e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o Dia Oficial de Plantio de Mudanças Nativas, a ser comemorado anualmente no primeiro domingo de dezembro, em todo território nacional:

**Art. 2º** O Dia Oficial de Plantio de Mudanças Nativas tem como objetivo:

I – conscientizar a população sobre a importância do plantio de árvores e outras plantas para a preservação ambiental e a qualidade de vida;

II – incentivar a participação de escolas, organizações da sociedade civil, empresas e órgãos públicos em ações de plantio e cuidado com áreas verdes;

III – promover atividades educativas e campanhas de conscientização ambiental relacionadas ao reflorestamento e à preservação de ecossistemas;

IV – contribuir para a restauração de áreas degradadas e a ampliação de áreas verdes, tanto em zonas urbanas quanto em zonas rurais.

**Art. 3º** O poder público, em conjunto com a sociedade civil e a iniciativa privada, poderá promover eventos, palestras, campanhas de conscientização, mutirões de plantio e outras atividades voltadas para os objetivos mencionados no art. 2º desta Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6013418246>

Avulso do PL 3617/2024 [2 de 4]



## JUSTIFICAÇÃO

A proposta de criação do "Dia Oficial de Plantio de Mudas Nativas" visa promover a conscientização ambiental e incentivar a prática de plantio de árvores e outras plantas em todo o território nacional. Esta iniciativa surge em um momento crítico, em que os desafios climáticos e a degradação ambiental se apresentam como uma das maiores ameaças à qualidade de vida das presentes e futuras gerações.

O plantio de árvores desempenha um papel essencial na preservação do meio ambiente, contribuindo para a captura de dióxido de carbono, a produção de oxigênio, a melhoria da qualidade do ar, a conservação do solo e a manutenção da biodiversidade. Além disso, o ato de plantar árvores e cuidar de áreas verdes fortalece a conexão da população com a natureza e promove uma cultura de sustentabilidade.

Instituir um dia nacional dedicado ao plantio reforçaria o compromisso do Brasil com os acordos ambientais internacionais e com as metas de desenvolvimento sustentável, particularmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que preveem a adoção de medidas para combater a mudança do clima, proteger ecossistemas terrestres e promover o uso sustentável de recursos naturais.

Ademais, o "Dia Oficial de Plantio de Mudas Nativas" seria uma oportunidade para envolver escolas, comunidades, empresas e governos locais em campanhas educativas e ações concretas voltadas à recuperação de áreas degradadas e à expansão de áreas verdes em centros urbanos e rurais. A participação ativa da sociedade civil e de instituições públicas e privadas neste dia fortaleceria o espírito de cooperação e cidadania ambiental.

Portanto, esta proposta se justifica pela urgência de ações ambientais em prol de um futuro sustentável e pela necessidade de sensibilizar a população sobre a importância de práticas de reflorestamento e cuidado com o meio ambiente. O "Dia Oficial de Plantio de Mudas Nativas" tem o potencial de se



Assinado eletronicamente por Sen. Senaia Thinnickla

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6013418246>

Avulso do PL 3617/2024 [3 de 4]



tornar uma data emblemática no calendário nacional, mobilizando esforços conjuntos em favor de um Brasil mais verde e sustentável.

Sala das Sessões,

Senadora SORAYA THRONICKE



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6013418246>

Avulso do PL 3617/2024 [4 de 4]







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 3629, DE 2024

Altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990 (legislação sobre o Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural), 8.171, de 17 de janeiro de 1991 (Política Agrícola), 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (reforma agrária), 11.952, de 25 de junho de 2009 (regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal), 9.636, de 15 de maio de 1998 (regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União), 6.766, de 19 de abril de 1979 (Parcelamento do Solo Urbano) e 13.465, de 11 de julho de 2017 (Lei da Regularização Fundiária Urbana - Reurb), para promover medidas de prevenção e combate aos incêndios florestais e em demais formas de vegetação, reduzir o uso irregular do fogo, garantir a recuperação das áreas de vegetação nativa atingidas por incêndios, qualificar os crimes de incêndio em áreas de vegetação nativa e aumentar as penas a eles correlatas.

**AUTORIA:** Senadora Leila Barros (PDT/DF)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/24691.97275-24

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990 (legislação sobre o Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural), 8.171, de 17 de janeiro de 1991 (Política Agrícola), 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (reforma agrária), 11.952, de 25 de junho de 2009 (regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal), 9.636, de 15 de maio de 1998 (regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União), 6.766, de 19 de abril de 1979 (Parcelamento do Solo Urbano) e 13.465, de 11 de julho de 2017 (Lei da Regularização Fundiária Urbana - Reurb), para promover medidas de prevenção e combate aos incêndios florestais e em demais formas de vegetação, reduzir o uso irregular do fogo, garantir a recuperação das áreas de vegetação nativa atingidas por incêndios, qualificar os crimes de incêndio em áreas de vegetação nativa e aumentar as penas a eles correlatas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece medidas para promover a prevenção aos incêndios florestais e em demais formas de vegetação, reduzir o uso irregular do fogo, garantir a recuperação das áreas de vegetação nativa atingidas por incêndios, qualificar os crimes de incêndio em áreas de vegetação nativa e aumentar as penas a eles correlatas.

**Art. 2º** A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“**Art. 10-A.** Tendo ocorrido a conversão da vegetação nativa em razão de incêndios, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação,



Assinado eletronicamente por Sen Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8612194002>

Avulso do PL 3629/2024 [2 de 13]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

inclusive mediante a promoção da regeneração natural, quando esta for viável.

§ 1º A obrigação prevista no *caput* tem natureza real e é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.

§ 2º É assegurado ao proprietário ou possuidor rural o direito de regresso contra aquele que deu causa, por dolo ou culpa, ao incêndio.

§ 3º Durante o prazo de 15 (quinze) anos, as áreas de que trata o *caput* ficam sujeitas ao mesmo regime de proteção da Reserva Legal, ressalvado o regime de proteção daquelas que constituam Área de Preservação Permanente.

§ 4º Quando o proprietário ou posseiro não der causa ao incêndio, o Poder Público auxiliará a ação de recomposição de que trata o *caput*, inclusive por meio de programa de pagamentos por serviços ambientais e demais políticas públicas voltadas à recuperação da vegetação nativa.

§ 5º A violação das obrigações decorrentes deste artigo sujeita o infrator à responsabilização civil e às sanções administrativas e penais decorrentes de infração à legislação ambiental.

§ 6º As disposições deste artigo não se aplicam aos casos de uso legal do fogo.”

“**Art. 40-A.** O proprietário de área rural, bem como o possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, fica obrigado, de acordo com as normas estabelecidas pelas autoridades competentes, a:

I – adotar as práticas necessárias para proteção de sua propriedade e da vegetação nativa do risco de ignições e incêndios, inclusive mediante a aquisição de material e equipamentos, bem como capacitação e contratação de pessoal para manejo integrado do fogo;

II – realizar as medidas adequadas de gestão de material vegetal considerado combustível;

III – conhecer as medidas oficiais de prevenção de incêndios de acordo com o risco;

IV – reportar imediatamente às autoridades competentes os casos de princípio de incêndio em área rural;

V – dar acesso livre à propriedade para as equipes de combate e supressão do fogo e prestar auxílio, naquilo que lhe couber.

*Parágrafo único.* Os proprietários e posseiros rurais, na medida de seus direitos e obrigações, são parte integrante da rede de prevenção e combate a incêndios em áreas rurais estabelecidas nos instrumentos da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, instituída pela Lei nº 14.944, de 31 de julho de 2024.”



Assinado eletronicamente por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8612194002>

Avulso do PL 3629/2024 [3 de 13]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/24691.97275-24

**Art. 3º** O art. 6º da Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 6º** Considera-se investimento na atividade rural, para os propósitos do art. 4º, a aplicação de recursos financeiros, exceto a parcela que corresponder ao valor da terra nua, com o objetivo de:

I – desenvolver as atividades para expansão da produção ou melhoria da produtividade agrícola;

II – conservar a vegetação nativa e os atributos naturais da propriedade, inclusive para fins de cumprimento das obrigações legais previstas na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;

III – cumprir a função social da propriedade rural na redução das condições para ocorrência e progressão de incêndios em áreas rurais, inclusive mediante a aquisição, pelo proprietário ou posseiro rural, de material e equipamento destinado à prevenção e combate ao fogo, bem como por meio de capacitação e contratação de pessoal para atividades de manejo integrado do fogo”. (NR)

**Art. 4º** O art. 22 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 22.** A prestação de serviços e aplicações de recursos pelo Poder Público em atividades agrícolas devem ter por premissa básica:

I – o uso tecnicamente indicado;

II – o manejo racional dos recursos naturais;

III – a preservação do meio ambiente;

IV – a proteção contra incêndios em áreas rurais, orientada para a segurança e salvaguarda das pessoas, animais, bens materiais e da saúde pública.” (NR)

**Art. 5º** A Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“**Art. 44-A.** A propriedade rural cumpre sua função social quando:

I – serve ao seu papel de reduzir as condições para ocorrência e progressão de incêndios em áreas rurais;

II – atende às exigências fundamentais de prevenção de incêndios em áreas rurais estabelecidas pelas autoridades competentes.”



Assinado eletronicamente por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8612194002>

Avulso do PL 3629/2024 [4 de 13]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/24691.97275-24

“**Art. 52-A.** O Poder Público assegurará crédito rural especial e diferenciado aos produtores rurais que desenvolvam medidas de prevenção e combate aos incêndios em áreas rurais, inclusive aquelas que envolvam:

I – a aquisição de material e equipamentos, bem como a capacitação e a contratação de pessoal para atividades de manejo integrado do fogo;

II – a adoção comprovada de práticas para proteção da propriedade e da vegetação do risco de ignições e incêndios;

III – a participação em redes de vigilância auxiliar e brigadas de incêndio florestais privadas voluntárias.”

**Art. 6º** O art. 41 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 41.**.....

Pena – reclusão, de três a seis anos, e multa.

§ 1º Se o crime:

I – tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

II – causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III – destruir, no todo ou em parte, Área de Preservação Permanente, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, ou Unidade de Conservação, de que trata a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;

IV – tiver como objetivo impedir ou dificultar a regeneração da vegetação em área destinada, por determinação do Poder Público, à recuperação ambiental;

V – destruir vegetação em terras públicas e devolutas não destinadas;

Pena – reclusão, de três a dez anos, e multa.

§ 2º Se o crime é culposo, a pena é de detenção de seis meses a dois anos, e multa.

§ 3º Concorre na modalidade culposa aquele que, tendo obrigação legal de adotar medidas de prevenção e de combate aos incêndios florestais em sua propriedade, não as realizou, contribuindo para a propagação do fogo.” (NR)



Assinado eletronicamente por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8612194002>

Avulso do PL 3629/2024 [5 de 13]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/24691.97275-24

**Art. 7º** A Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 9º** .....

V – atendimento às exigências fundamentais de prevenção e combate de incêndios rurais estabelecidas pelas autoridades competentes.

§ 7º O atendimento às exigências fundamentais de prevenção e combate de incêndios rurais se dão quando são cumpridas as condições estabelecidas na legislação ambiental, nos planos de manejo integrado do fogo e nas demais regras estabelecidas por órgãos ambientais do Sisnama ou entes públicos responsáveis pela gestão e regulação do uso do solo.” (NR)

“**Art. 18-A**.....

§ 1º .....

V – a vegetação nativa existente na área não tenha sido convertida para uso alternativo do solo em razão de incêndios, ressalvados os casos de uso legal do fogo.

.....” (NR)

“**Art. 21.** Nos instrumentos que conferem o título de domínio, concessão de uso ou CDRU, os beneficiários da reforma agrária assumirão, obrigatoriamente, os compromissos de:

I – cultivar o imóvel direta e pessoalmente, ou por meio de seu núcleo familiar, mesmo que por intermédio de cooperativas;

II – adotar as práticas necessárias para proteção do imóvel e da vegetação nativa existente do risco de ignições e incêndios;

III – não ceder o seu uso a terceiros, a qualquer título, pelo prazo de 10 (dez) anos.

.....” (NR)

**Art. 8º** A Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 6º** .....

§ 6º Não serão regularizadas ocupações em áreas onde tenha ocorrido a conversão da vegetação nativa para uso alternativo do solo em razão de incêndios.” (NR)



Assinado eletronicamente por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8612194002>

Avulso do PL 3629/2024 [6 de 13]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/24691.97275-24

“Art. 15. ....

V – o atendimento às exigências fundamentais de prevenção e combate de incêndios em áreas rurais estabelecidas pelas autoridades competentes.

.....” (NR)

**Art. 9º** O *caput* do art. 9º da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º .....

III – estejam concorrendo ou tenham concorrido para o início e a propagação de incêndios em áreas rurais.” (NR)

**Art. 10.** O parágrafo único do art. 3º da Lei nº 6.766, de 19 de abril de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º .....

*Parágrafo único.* .....

VI – em terrenos onde tenha ocorrido a conversão da vegetação nativa para uso alternativo do solo em razão de incêndios, ressalvados os casos de uso legal do fogo.” (NR)

**Art. 11** A Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 11 .....

§2º Constatada a existência de núcleo urbano informal situado, total ou parcialmente, em área onde tenha ocorrido a conversão da vegetação nativa em uso alternativo do solo em razão de incêndios, em área de preservação permanente ou em área de unidade de conservação de uso sustentável ou de proteção de mananciais definidas pela União, Estados ou Municípios, a Reurb observará, também, o disposto nos arts. 64 e 65 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, hipótese na qual se torna obrigatória a elaboração de estudos técnicos, no âmbito da Reurb,



Assinado eletronicamente por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8612194002>

Avulso do PL 3629/2024 [7 de 13]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/24691.97275-24

que justifiquem as melhorias ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior, inclusive por meio de compensações ambientais, quando for o caso.

§7º A aprovação da Reurb em núcleo urbano informal situado, total ou parcialmente, em área onde tenha ocorrido a conversão da vegetação nativa em uso alternativo do solo em razão de incêndios não afasta a responsabilidade civil pelo dano e as sanções administrativas e penais decorrentes de infração à legislação ambiental.” (NR)

“Art. 35 .....

XI – previsão, quando for o caso, de sujeição das áreas onde tenha ocorrido a conversão da vegetação nativa em uso alternativo do solo em razão de incêndios ao mesmo regime de proteção da reserva legal durante o prazo de 15 (quinze) anos, ressalvado o regime de proteção daquelas que constituam Área de Preservação Permanente, ambos nos termos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

.....” (NR)

“Art. 36 .....

X – das medidas para recomposição da vegetação das áreas onde tenha ocorrido a conversão da vegetação nativa em uso alternativo do solo em razão de incêndios, quando for o caso;

.....” (NR)

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O Brasil vem enfrentando, ano após ano, graves ocorrências de incêndios florestais e rurais. Causados, na absoluta maioria dos casos, por atos imprudentes e criminosos, tais eventos têm tido consequências severas para a saúde pública, o meio ambiente e a economia brasileira. O problema se torna ainda maior em um cenário de mudanças do clima, no qual períodos de estiagem são mais extremos e muitos focos de incêndios tomam proporções regionais e nacionais.

Em 2019, a cidade de São Paulo vivenciou uma chuva de águas cinzentas, decorrentes da presença, sobre a cidade, de correntes atmosféricas



Assinado eletronicamente por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8612194002>

Avulso do PL 3629/2024 [8 de 13]







SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/24691.97275-24

que trouxeram um ar carregado de fumaça e fuligem de incêndios provenientes da região Amazônica. No ano seguinte, 25% do Pantanal brasileiro foi afetado por incêndios, muitos dos quais se alastraram a partir de poucos focos de fogo.

Agora, em 2024, foi a vez do estado de São Paulo “exportar” a fumaça de incêndios em seus territórios, provocando uma queda vertiginosa da qualidade do ar nas regiões centrais do Brasil: Brasília e diversas cidades de Goiás amanheceram cobertas de fumaça. Ao longo desse período, áreas enormes de Cerrado e Floresta Amazônica foram destruídas pelas chamas, incluindo partes de alguns de nossos maravilhosos Parques Nacionais. Também foram destruídas lavouras e demais riquezas da nossa exuberante produção agropecuária.

Para o meio ambiente, o uso destrutivo do fogo acarreta uma perda imensurável de biodiversidade e riquezas naturais. Cada vez que acontece um incêndio em ecossistemas naturais, ocorre um empobrecimento ecológico local e regional, demorando anos para que a natureza ali retorne a um estado ecológico mais complexo.

Para a economia rural, a tragédia é semelhante: o solo perde nutrientes, torna-se mais seco, desprotegido e suscetível à lixiviação de seus nutrientes quando o período de chuva retorna. Nossa terra empobrece. Quando lavouras e animais de produção são atingidos, o sustento e o modo de vida de famílias rurais também são tragicamente destruídos. Os prejuízos às benfeitorias rurais também são imensos.

Por último, os prejuízos à saúde pública e à economia urbana são incalculáveis: aulas são suspensas em razão do fogo e da fumaça; hospitais ficam lotados de pacientes com problemas respiratórios agravados pela baixa qualidade do ar. O impacto a crianças e idosos, mais vulneráveis a essas condições, são particularmente preocupantes.

Nesse cenário, é impactante notar que nossa legislação ambiental não está adequada o suficiente para o enfrentamento do problema.

No Brasil, a estrutura de prevenção e combate a incêndios urbanos conta com a participação ativa dos condomínios edilícios, conjuntos habitacionais, empresas e shoppings. Todos precisam observar regras que incluem a instalação de sistemas de alarme, rotas de fuga claras, extintores de incêndio e treinamentos regulares para moradores e funcionários, bem como, a depender o tamanho da entidade, manter uma equipe de brigadistas. No caso



Assinado eletronicamente por Sen Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8612194002>

Avulso do PL 3629/2024 [9 de 13]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/24691.97275-24

de incêndios em áreas rurais ou em áreas de domínio da União, inclusive naquelas situadas muito próximas às áreas urbanas ou de características urbanas, passíveis de regularização fundiária, a legislação pouco reconhece o papel da propriedade como elo importante de integração das políticas de prevenção e combate aos incêndios florestais e em demais formas de vegetação.

Ainda, nosso ordenamento jurídico tampouco trata da recuperação ambiental das áreas destruídas após a passagem do fogo. Sabemos que muitas queimadas são intencionais, a fim de eliminar a vegetação nativa e acelerar um processo de urbanização ou de uso alternativo do solo – por vezes, com objetivo de grilagem de terras. Mesmo quando não são intencionais, o fogo pode provocar um processo de modificação do uso do solo. Nada obstante, as áreas atingidas por queimadas deveriam passar por um processo de recuperação e reestabelecimento do ecossistema, a fim de se evitar um caminho sem volta para um solo sem vegetação e empobrecido.

A legislação penal também precisa se modernizar. No tocante ao crime de incêndio previsto na Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998), a pena máxima é equivalente àquela cominada, no Código Penal, para o crime de furto simples. Não há qualificadoras, por exemplo, para o caso de incêndios que resultem em prejuízos à saúde pública.

O projeto de lei que apresento preenche essas lacunas, de forma a permitir que o Brasil consiga lidar satisfatoriamente com uma realidade de mais incêndios rurais país afora. O PL todo se fundamenta em duas certezas: a primeira é a de que não é uma solução real achar que o problema pode ser resolvido apenas por meio do combate aos focos de incêndio com as forças de que dispõe o Poder Público. A segunda, a de que as propriedades rurais possuem um papel central, tanto na prevenção das ocorrências do fogo, quanto no combate aos incêndios e na recuperação ambiental após esses eventos.

Nesse sentido, o PL altera o Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012) para dispor sobre o papel da propriedade rural no tocante a prevenção e combate aos incêndios florestais e em demais formas de vegetação.

O Código Florestal também é alterado para estabelecer que as áreas de vegetação nativa que foram queimadas passam a constituir, por um prazo de 15 anos, área de uso restrito, tendo o mesmo regime de proteção das reservas legais. Com essa medida, garante-se que a natureza terá tempo de se recuperar, além de servir como meio de dissuadir aqueles que pretendam usar



Assinado eletronicamente por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8612194002>

Avulso do PL 3629/2024 [10 de 13]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/24691.97275-24

o fogo como meio criminoso de acelerar o processo de conversão do solo e a grilagem de terras.

Como medida de apoio aos proprietários rurais, o PL modifica a Lei que rege o imposto de renda da atividade rural para estabelecer como investimento em atividade rural os gastos referentes às ações de conservação da vegetação nativa e dos atributos naturais da propriedade, bem como aqueles referentes à aquisição, pelo proprietário ou posseiro rural, de material e equipamento destinado à prevenção e combate ao fogo. A medida leva a um abatimento desses gastos no cálculo final do imposto devido.

Destacamos, aqui, que a imensa maioria dos nossos proprietários e posseiros rurais são pessoas de bem que, infelizmente, por vezes se tornam vítimas dos incêndios. São muitos os relatos de produtores rurais que perderam suas lavouras e áreas de mata que mantinham, com dedicação e afinho, em suas propriedades.

Considerando essa realidade, o PL também inclui nas hipóteses de cumprimento da função social de propriedades rurais o atendimento às exigências fundamentais de prevenção e combate de incêndios e estabelece acesso diferenciado e especial ao crédito rural para os produtores rurais que desenvolvem medidas de prevenção e combate aos incêndios em áreas rurais, inclusive aquelas que envolvam a aquisição de material e equipamentos, bem como a capacitação e a contratação de pessoal para manejo integrado do fogo; a adoção comprovada de práticas para proteção da propriedade e da vegetação nativa do risco de ignições e incêndios; a participação em redes de vigilância auxiliar e brigadas de incêndio florestais privadas voluntárias.

Ademais, o PL trata dos casos criminosos, adequando a legislação penal àquilo que ela deve ser: proporcionalmente punitiva e preventiva. Aumentam-se as penas bases para os crimes de incêndio, igualando-as com as previstas no crime de incêndio de que dispõe o art. 250 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e se preveem modalidades qualificadas do tipo penal, à luz do que já acontece com o crime de poluição, de que dispõe o artigo 54 da Lei de Crimes Ambientais.

Finalmente, o projeto também promove alterações nas legislações de parcelamento do solo e de regularização fundiária na Amazônia Legal, em áreas de propriedade da União e em áreas urbanas para garantir que a promoção de queimadas e incêndios ilegais não seja meio para a ocupação irregular do



Assinado eletronicamente por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8612194002>

Avulso do PL 3629/2024 [11 de 13]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/24691.97275-24

solo e a grilagem destinada à transformação de áreas de vegetação nativa em novas fronteiras de expansão imobiliária ou agrícola.

Reiteramos: a atualização da legislação brasileira é essencial para que o País possa enfrentar de maneira mais efetiva o problema do fogo. Dado o agravamento da situação climática e da ocorrência de incêndios no Brasil, a celeridade vigência das medidas apresentadas neste PL é cada vez mais urgente para proteger nossa economia, meio ambiente e saúde pública. Contamos, por isso, com o apoio dos Pares para uma rápida aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora LEILA BARROS



Assinado eletronicamente por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8612194002>

Avulso do PL 3629/2024 [12 de 13]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal (1940) - 2848/40  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:lei:1940;2848>
- Lei nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 - Lei do Parcelamento do Solo Urbano (1979) - 6766/79  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1979;6766>
  - art3\_par1u
- Lei nº 8.023, de 12 de Abril de 1990 - LEI-8023-1990-04-12 - 8023/90  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8023>
  - art6
- Lei nº 8.171, de 17 de Janeiro de 1991 - Lei da Política Agrícola - 8171/91  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1991;8171>
  - art22
- Lei nº 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993 - Lei da Reforma Agrária - 8629/93  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993;8629>
- Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais (1998) - 9605/98  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>
  - art41
- Lei nº 9.636, de 15 de Maio de 1998 - Lei de Regularização de Imóveis da União - 9636/98  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9636>
  - art9\_cpt
- Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000 - Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; Lei do Snuc - 9985/00  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2000;9985>
- Lei nº 11.952, de 25 de Junho de 2009 - LEI-11952-2009-06-25 - 11952/09  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2009;11952>
- Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012 - Código Florestal (2012) - 12651/12  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12651>
  - art64
  - art65
- Lei nº 13.465, de 11 de Julho de 2017 - LEI-13465-2017-07-11 - 13465/17  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2017;13465>
  - art11
- Lei nº 14.944 de 31/07/2024 - LEI-14944-2024-07-31 - 14944/24  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2024;14944>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 3631, DE 2024

Altera e acrescenta disposições à Lei nº 14.817, de 2024, que estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública.

**AUTORIA:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3631/2024 [1 de 12]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

SF/24197.11345-39

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera e acrescenta disposições à Lei nº 14.817, de 2024, que estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.817, de 16 de janeiro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º A União instituirá, em caráter permanente, uma rede nacional de colaboração e assistência técnica com estados e municípios para a valorização dos profissionais da educação escolar básica nos termos do art. 211 da Constituição Federal e dos arts. 8º, 9º e 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º A rede nacional de colaboração e assistência técnica será formada por servidores públicos da União, estados e municípios, com a finalidade de fortalecer as capacidades estatais de Estados e Municípios para a implementação das políticas públicas de valorização dos profissionais da Educação, conforme diretrizes estabelecidas nesta Lei;

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso  
Arinos – Gabinete 8  
CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014



Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5738927484>

Avulso do PL 3631/2024 [2 de 12]



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

§ 2º A União contribuirá técnica e financeiramente com estados e Municípios para o desenvolvimento de recursos humanos, financeiros e tecnológicos para a implementação de políticas de valorização dos profissionais da educação.

§ 3º Os estados contribuirão técnica e financeiramente com os Municípios para o desenvolvimento de recursos humanos, financeiros e tecnológicos para a implementação de políticas de valorização dos profissionais da educação.

§ 4º A União e os estados poderão realizar parcerias com organizações especializadas e com capacidade técnica reconhecida para a execução das atividades de apoio técnico no âmbito da rede nacional de colaboração e assistência técnica para valorização dos profissionais da educação.

Art. 9º Caberá à União:

I - instituir a rede nacional de colaboração e assistência técnica para valorização dos profissionais da educação junto aos Estados e Municípios;

II - observar as diversidades territoriais, demográficas e fiscais dos sistemas de ensino dos entes federativos;

III - apoiar tecnicamente os estados e municípios no aperfeiçoamento dos processos de gestão de pessoas nas secretarias de educação;

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso  
Arinos – Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014



Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5738927484>

Avulso do PL 3631/2024 [3 de 12]







## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

IV - apoiar tecnicamente estados e municípios na construção ou revisão de Planos de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério, a fim de torná-los viáveis do ponto de vista da sustentabilidade orçamentária e financeira;

V - apoiar tecnicamente estados e municípios na gestão de processos para a otimização do gasto público, a fim de viabilizar orçamentária e financeiramente o cumprimento do piso salarial profissional nacional estabelecido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal;

VI - subsidiar com recursos técnicos, financeiros e tecnológicos os estados e municípios na realização de planejamento da força de trabalho docente, considerando as mudanças demográficas do país e as metas dos planos nacional, estaduais e municipais de educação;

VII - apoiar estados e municípios no planejamento e na realização de concursos públicos e processos seletivos simplificados de professores, com adoção de múltiplos instrumentos de avaliação, inclusive provas práticas;

VIII - apoiar os estados e municípios na construção e implementação de políticas de formação continuada e em serviço para promoção do desenvolvimento profissional dos professores.

Art. 10º Caberá aos Estados:

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso  
Arinos – Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014



Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5738927484>

Avulso do PL 3631/2024 [4 de 12]





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

I - apoiar tecnicamente os municípios na melhoria dos processos de gestão de pessoas nas secretarias de educação; II - apoiar tecnicamente estados e municípios na construção ou revisão de Planos de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério, a fim de torná-los viáveis do ponto de vista da sustentabilidade orçamentária e financeira;

III - apoiar tecnicamente municípios na gestão de processos para a otimização do gasto público, a fim de viabilizar orçamentária e financeiramente o cumprimento do piso salarial profissional nacional estabelecido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal;

IV - Subsidiar com recursos técnicos, financeiros e tecnológicos os municípios na realização de planejamento da força de trabalho docente, considerando as mudanças demográficas dos territórios e as metas dos planos municipais de educação;

V- Apoiar os municípios no planejamento e na realização de concursos públicos e processos seletivos simplificados de professores com adoção de múltiplos instrumentos de avaliação, inclusive provas práticas;

VI - apoiar os municípios na construção e implementação de políticas de formação continuada e em serviço para promoção do desenvolvimento profissional dos professores.

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso  
Arinos – Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014



Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5738927484>

Avulso do PL 3631/2024 [5 de 12]





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

Art. 11º Os Estados poderão realizar concurso público unificado para admissão de profissionais do magistério da educação básica pública em regime de colaboração com seus municípios.

Art. 12º A rede nacional de colaboração e assistência técnica para valorização dos profissionais da educação será coordenada pela Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE) do Ministério da Educação.

Art. 13º As despesas para a execução das ações previstas nesta Lei correrão à conta dos recursos da União e Estados vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos arts. 212 e 212-A da Constituição Federal.

Art. 14º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O Brasil enfrenta um cenário de carência de professores adequadamente habilitados para atuar nas áreas de conhecimento previstas nos currículos dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Existe carência de profissionais habilitados, seja para os quadros atuais, como para

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso  
Arinos – Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014



Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5738927484>

Avulso do PL 3631/2024 [6 de 12]





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

os quadros futuros, bem como, há áreas do saber e regiões do país em que essa escassez é mais acentuada.

Uma das formas de enfrentar esse panorama, que alarma a educação do país, e fomentar a estruturação da carreira dos profissionais da educação de modo que figure dentre as alternativas profissionais atrativas para os educadores.

Em 16 de janeiro de 2024 foi sancionada a Lei nº 14.817, que estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública, contribuindo com a instituição dos pilares que devem nortear o desenvolvimento de planos de carreira destes profissionais, a formação continuada e condições dignas de trabalho.

De acordo com a Lei, dentre outras previsões, devem ser assegurados: piso remuneratório adequado, que atraia bons profissionais; diretrizes para uma progressão estimulante nas carreiras; uma jornada de trabalho que permita dedicar-se a estudos, além do tempo de regência; estímulos à dedicação exclusiva à mesma rede de ensino, preferencialmente à mesma escola, ou seja, foram institucionalizadas estratégias para que a valorização da carreira dos profissionais de educação possam acontecer, na prática.

Apesar do avanço em termos legislativos, um desafio substancial é fazer com que essas diretrizes previstas na Lei sejam implementadas em todo o país, considerando a diversidade territorial, demográfica e fiscal dos sistemas de ensino e suas capacidades de execução.

A implementação de políticas educacionais nos estados e municípios, de forma geral, enfrenta desafios de toda ordem, não apenas relacionados à escassez de recursos financeiros, mas também na expertise

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso  
Arinos – Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014



Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5738927484>

Avulso do PL 3631/2024 [7 de 12]





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

técnica para uma gestão eficiente, por exemplo. A articulação deficiente entre os diferentes níveis de governo e a ausência de um planejamento integrado que considere as especificidades regionais agravam esses desafios, especialmente considerando que a maioria das políticas educacionais são desenhadas de forma centralizada, sem adaptação às realidades locais, o que dificulta sua aplicação em regiões com diferentes contextos socioeconômicos e culturais.

Além disso, a alta rotatividade de gestores públicos e as mudanças políticas frequentes resultam na descontinuidade de programas, prejudicando a consolidação de iniciativas educacionais de longo prazo. Dessa forma, a implementação eficaz das políticas educacionais requer maior coordenação entre os entes federados, melhor formação de gestores e um planejamento adaptado às realidades locais, garantindo que as metas nacionais possam ser alcançadas de maneira eficaz.

Nesse cenário, de modo a complementar o que a Lei já propõe, é que este projeto se apresenta, com a intenção de estabelecer uma rede nacional de colaboração e assistência técnica, unindo todos os entes federativos sob a coordenação da União, a fim de aumentar a capacidade desses entes na implementação das diretrizes básicas de valorização dos profissionais da educação, entendendo que o sucesso das demais políticas educacionais depende do avanço e consolidação das carreiras dos profissionais da educação.

A premissa de que o sucesso das políticas educacionais depende da valorização da carreira dos profissionais da educação está fundada na Constituição Federal e espelhada em tantos outros ordenamentos, como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na Lei que regulamenta o Novo Fundeb, nas metas e ações do Plano Nacional de Educação. Essas

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso  
Arinos – Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014



Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5738927484>

Avulso do PL 3631/2024 [8 de 12]





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

normativas, em conjunto, traçam diretrizes essenciais para assegurar a valorização, a remuneração justa e o desenvolvimento contínuo da carreira dos educadores, pilares fundamentais para a construção de um sistema educacional de qualidade, que precisa sair do papel e se realiza na prática.

Ressalta-se que para que os profissionais de educação sejam valorizados em todo país, é central a coordenação da União para redução de desigualdades e para fortalecer a capacidade estatal dos estados e municípios. As capacidades estatais são essenciais para o sucesso da implementação das políticas públicas. A qualidade das políticas públicas depende da qualidade da capacidade estatal (Andrews, Pritchett, L & Woolcock, 2017; Gomide et al, 2019; Segatto, Euclides & Abrucio, 2021).

As capacidades estatais podem ser divididas em técnico administrativa e político relacional. As capacidades técnico-administrativas abarcam: recursos humanos, financeiros e tecnológicos adequados e disponíveis; instrumentos de coordenação extra e intergovernamentais e estratégias de monitoramento e avaliação das ações. Já as capacidades político-relacionais contemplam: mecanismos de interação das burocracias do executivo com atores do sistema político-representativo, canais institucionalizados de participação da sociedade nos processos decisórios e articulação com órgãos de controle interno e externo (Gomide et al, 2018).

As capacidades técnico-administrativa e político-relacional são fundamentais para que as secretarias de educação possam aumentar a continuidade das políticas, estabelecer objetivos estratégicos e articular os diferentes programas educacionais para promoção do direito à aprendizagem de todos os estudantes. O fortalecimento das capacidades de gestão das Secretarias é uma variável-chave para melhorar a qualidade educacional, especialmente para os municípios (Segatto, Euclides & Abrucio, 2021).

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso  
Arinos – Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014



Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5738927484>

Avulso do PL 3631/2024 [9 de 12]





## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador Alessandro Vieira

Em estudo sobre as capacidades estatais e seus efeitos nas políticas municipais de educação, constatou-se que a dimensão técnico-administrativa da capacidade estatal ainda é frágil na política educacional dos municípios analisados. O estudo destaca que a União e os governos estaduais têm um papel central na criação de condições mínimas de gestão para que os municípios realizem as políticas educacionais, por meio do regime de colaboração (Segatto, Euclides & Abrucio, 2021). O Ceará é um exemplo de sucesso de regime de colaboração entre o estado e municípios para implementação de políticas de alfabetização (Abrucio, Segatto e Pereira, 2016).

O regime de colaboração por meio da rede nacional de colaboração e assistência técnica para fortalecimento da capacidade estatal de estados e municípios para a implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério é essencial para a melhoria dos resultados de aprendizagem com equidade. O professor é o fator intraescolar que mais impacta a aprendizagem dos estudantes.

A rede nacional de colaboração e assistência técnica vai além do treinamento de pessoas, pois construir capacidade estatal para implementação de políticas públicas é o equivalente organizacional de se aprender uma língua, um esporte ou um instrumento musical: é algo que se desenvolve fazendo, por prática persistente (Andrews, Pritchett, L & Woolcock, 2017). A rede apoiará a implementação das políticas com subsídios técnicos e financeiros e, além disso, permitirá a troca de experiências e a disseminação de boas práticas já implementadas no país.

Dessa forma, o presente projeto de lei se justifica pela necessidade de fortalecer e assegurar os direitos dos profissionais da educação, promovendo um ambiente de trabalho mais justo, digno e condizente com a

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso  
Arinos – Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014



Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5738927484>

Avulso do PL 3631/2024 [10 de 12]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

relevância de sua função social, conforme preconizado nas principais normativas educacionais vigentes.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 2024.

SF/24197.11345-39

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso

Arinos – Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014



Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5738927484>

Avulso do PL 3631/2024 [11 de 12]





# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art206\_cpt\_inc8

- art211

- art212

- art212-1

- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) - 9394/96

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>

- art8

- art9

- art10

- Lei nº 14.817, de 16 de Janeiro de 2024 - LEI-14817-2024-01-16 - 14817/24

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2024;14817>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 3632, DE 2024

Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta os serviços notariais e de registro, para incluir a responsabilidade administrativa dos notários e registradores.

**AUTORIA:** Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3632/2024 [1 de 5]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rodrigo Cunha

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta os serviços notariais e de registro, para incluir a responsabilidade administrativa dos notários e registradores.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica acrescido o parágrafo único ao artigo 34 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, com a seguinte redação:

“Art. 34. (...)

Parágrafo único. A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 3 (três) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICATIVA

A improbidade administrativa e as infrações disciplinares cometidas por tabeliães e registradores são duas formas distintas de conduta inadequada, abrangendo diferentes esferas — pública e privada,



Assinado eletronicamente por Sen. Rodrigo Cunha

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9938937129>

Avulso do PL 3632/2024 [2 de 5]



**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador Rodrigo Cunha**

2

respectivamente. Ambas têm implicações sérias, mas diferem em seus contextos e procedimentos.

Analisar as diferenças e semelhanças entre essas categorias é essencial para justificar a implementação de um prazo prescricional para a apuração das infrações disciplinares de tabeliães e registradores, tomando como referência o prazo estabelecido para a improbidade administrativa.

A improbidade administrativa é regulada pela Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que trata de atos que violam os princípios da administração pública, causando prejuízo ao erário ou beneficiando indevidamente terceiros. A legislação prevê sanções como perda da função pública, suspensão dos direitos políticos e multa. Um aspecto fundamental é a previsão de um prazo prescricional para a apuração desses atos. De acordo com o art. 23 da Lei nº 8.429/1992, o prazo para ajuizar a ação é de cinco anos a partir da ciência do ato e do seu responsável, não podendo exceder 10 anos após a prática do ato de improbidade.

Esse prazo é crucial para garantir a segurança jurídica e a estabilidade das relações administrativas, evitando que investigações e ações sejam indefinidamente pendentes e, assim, contribuindo para a eficiência do sistema judicial.

Os tabeliães e registradores estão sujeitos a um regime disciplinar específico, regulamentado pela Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, e por normas estaduais. As infrações disciplinares cometidas por esses profissionais podem levar a sanções que variam de advertências até a perda do cargo. No entanto, a legislação atual não prevê um prazo prescricional específico para a apuração dessas infrações.

Portanto, é crucial considerar a estreita relação entre as infrações disciplinares e a improbidade administrativa. Embora essas categorias possam parecer distintas, ambas envolvem condutas que atentam contra os princípios éticos e legais que devem orientar a atuação dos agentes públicos e, conseqüentemente, afetam a confiança da sociedade no serviço público.



Assinado eletronicamente por Sen. Rodrigo Cunha

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9938937129>

Avulso do PL 3632/2024 [3 de 5]





**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador Rodrigo Cunha**

3

Enquanto a Lei nº 8.429/1992 visa punir atos que causam enriquecimento ilícito, danos ao erário ou violam os princípios da administração pública, as infrações disciplinares buscam coibir comportamentos que, apesar de não necessariamente gerarem prejuízos financeiros diretos, comprometem a integridade e a credibilidade do serviço público.

Por este motivo, a proposta de estabelecer um prazo prescricional de 3 anos para as sanções disciplinares fundamenta-se no artigo 22 da Lei nº 8.935/1998, previamente estudada e atualmente aplicada para os casos em que os notários e oficiais de registro são responsabilizados civilmente por seus atos.

A referida proposta visa garantir tempo adequado para a investigação e aplicação de sanções, sem comprometer a justiça e a punição de condutas graves. A definição clara desse prazo promoveria segurança jurídica e eficiência no sistema notarial e registral, incentivando uma administração mais ágil e justa, e evitando a perpetuação de processos disciplinares. Assim, a criação desse prazo contribuiria significativamente para a eficácia e a transparência no sistema de serviços notariais e de registro.

Sala das Sessões,

**Senador RODRIGO CUNHA**



Assinado eletronicamente por Sen. Rodrigo Cunha

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9938937129>

Avulso do PL 3632/2024 [4 de 5]



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.429, de 2 de Junho de 1992 - Lei da Improbidade Administrativa (1992) - 8429/92

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1992;8429>

- art23

- Lei nº 8.935, de 18 de Novembro de 1994 - Lei dos Cartórios; Lei dos Notários e Registradores - 8935/94

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1994;8935>

- art34

- urn:lex:br:federal:lei:1998;8935

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;8935>

- art22



# Requerimentos





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO N° 651, DE 2024

Requer voto de repúdio à Ministra da Saúde, Nísia Trindade Lima, pela falta de vacinas nos municípios brasileiros e pelo desperdício de recursos públicos na aquisição de imunizantes.

**AUTORIA:** Senador Flavio Azevedo (PL/RN)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 651/2024 [1 de 4]







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Flavio Azevedo

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio à Ministra da Saúde, Nísia Trindade Lima, diante da falta de vacinas nos municípios brasileiros e do desperdício de recursos públicos na aquisição de imunizantes. A negligência e inércia do Ministério da Saúde resultaram, por um lado, no vencimento de milhões de doses da vacina Coronavac, gerando um prejuízo de R\$ 260 milhões, e, por outro lado, em uma escassez generalizada de vacinas essenciais em 64,7% dos municípios do país. Esta situação constitui um atentado ao direito à saúde e à vida de milhões de brasileiros, especialmente das crianças, que estão expostas a riscos evitáveis devido à omissão das autoridades competentes.

## JUSTIFICAÇÃO

Dados recentes da Confederação Nacional de Municípios (CNM) revelam um cenário desolador: 64,7% dos municípios brasileiros estão sem vacinas suficientes para imunizar sua população. Vacinas essenciais, como a Varicela, Covid-19 para crianças, Meningocócica C, Tetraviral, Hepatite A e DTP, encontram-se em falta em diversas localidades, comprometendo a saúde pública e aumentando a ameaça de surtos de doenças já controladas ou erradicadas.

O Ministério da Saúde, constitucionalmente responsável pela aquisição e distribuição de vacinas do Calendário Nacional de Vacinação, tem se



mostrado incapaz de cumprir seu papel. O mais recente exemplo dessa ineficiência é a aquisição de 10 milhões de doses da Coronavac, a um custo de R\$ 330 milhões, dos quais R\$ 260 milhões foram desperdiçados devido à validade expirada e à falta de atualização do imunizante para novas variantes da Covid-19. Esse desperdício de recursos públicos é um flagrante desrespeito à vida e à dignidade da população.

A situação é agravada pela incoerência entre o discurso oficial do governo federal e a realidade vivenciada pelos municípios. Enquanto a vacinação foi destacada como um dos pilares das ações governamentais, conforme enfatizado no desfile de 7 de setembro, a prática tem sido marcada pela escassez de imunizantes e pela incapacidade de atingir as metas de cobertura vacinal. A população brasileira assiste, atônita, ao retorno do risco de doenças graves, como a paralisia infantil, um retrocesso inadmissível que ameaça décadas de avanços na saúde pública.

Essa omissão tem consequências trágicas. Crianças estão sendo expostas a doenças preveníveis, como catapora, meningite, sarampo, caxumba, rubéola, difteria, tétano e coqueluche, que podem resultar em incapacidades permanentes e mortes. Estes fatos revelam uma falha estrutural que precisa ser corrigida com urgência.

Diante desse cenário, exigimos uma resposta imediata e efetiva do Ministério da Saúde. É imperativo que sejam tomadas todas as medidas necessárias para regularizar o fornecimento de vacinas em todos os municípios do país, garantindo assim a proteção da população e o cumprimento do dever constitucional do Estado de assegurar o direito à saúde. Não podemos aceitar que a vida de nossas crianças seja colocada em risco por uma gestão descoordenada e irresponsável dos imunizantes.

Esta nota de repúdio é um apelo à responsabilidade e à ação. O futuro de nossa nação depende da saúde de suas crianças e da capacidade de nosso sistema



de saúde de protegê-las contra ameaças evitáveis. Não há tempo a perder. A vida e a saúde dos brasileiros precisam ser tratadas como prioridade absoluta.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2024.

**Senador Flavio Azevedo**  
(PL - RN)





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO N° 655, DE 2024

Requer calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 7/2021.

**AUTORIA:** Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Otto Alencar (PSD/BA), Líder do Bloco Parlamentar Democracia Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), Líder do Bloco Parlamentar Independência Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Líder do PSB Jorge Kajuru (PSB/GO), Líder do PSDB Plínio Valério (PSDB/AM), Líder do PT Beto Faro (PT/PA), Líder do REPUBLICANOS Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 655/2024 [1 de 2]



**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, calendário especial para a PEC 7/2021, tendo como primeira signatária a Senadora Mara Gabrilli, para que a matéria conste da Ordem do Dia de sessões deliberativas a serem convocadas após a aprovação do requerimento

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2024.

**Senador Otto Alencar**  
**(PSD - BA)**  
**Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

<b>Bahia</b> PSD - Angelo Coronel* PT - Jaques Wagner* PSD - Otto Alencar**	<b>Rio Grande do Sul</b> PP - Luis Carlos Heinze* PT - Paulo Paim* REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**	<b>Amazonas</b> MDB - Eduardo Braga* PSDB - Plínio Valério* PSD - Omar Aziz**
<b>Rio de Janeiro</b> PL - Carlos Portinho* (S) PL - Flávio Bolsonaro* PL - Romário**	<b>Ceará</b> PSB - Cid Gomes* NOVO - Eduardo Girão* PT - Augusta Brito** (S)	<b>Paraná</b> PSB - Flávio Arns* PODEMOS - Oriovisto Guimarães* UNIÃO - Sergio Moro**
<b>Maranhão</b> PSD - Bene Camacho* (S) PDT - Weverton* PDT - Ana Paula Lobato** (S)	<b>Paraíba</b> PSD - Daniella Ribeiro* MDB - Veneziano Vital do Rêgo* UNIÃO - André Amaral** (S)	<b>Acre</b> UNIÃO - Marcio Bittar* PSD - Sérgio Petecão* UNIÃO - Alan Rick**
<b>Pará</b> MDB - Jader Barbalho* PODEMOS - Zequinha Marinho* PT - Beto Faro**	<b>Espírito Santo</b> PT - Fabiano Contarato* PODEMOS - Marcos do Val* PL - Magno Malta**	<b>Mato Grosso do Sul</b> PSD - Nelsinho Trad* PODEMOS - Soraya Thronicke* PP - Tereza Cristina**
<b>Pernambuco</b> MDB - Fernando Dueire* (S) PT - Humberto Costa* PT - Teresa Leitão**	<b>Piauí</b> PP - Ciro Nogueira* MDB - Marcelo Castro* PSD - Jussara Lima** (S)	<b>Distrito Federal</b> PL - Izalci Lucas* PDT - Leila Barros* REPUBLICANOS - Damares Alves**
<b>São Paulo</b> MDB - Giordano* (S) PSD - Mara Gabrilli* PL - Astronauta Marcos Pontes**	<b>Rio Grande do Norte</b> PODEMOS - Styvenson Valentim* PSD - Zenaide Maia* PL - Flavio Azevedo** (S)	<b>Rondônia</b> MDB - Confúcio Moura* PL - Marcos Rogério* PL - Jaime Bagattoli**
<b>Minas Gerais</b> PP - Castellar Neto* (S) PSD - Rodrigo Pacheco* REPUBLICANOS - Cleitinho**	<b>Santa Catarina</b> PL - Beto Martins* (S) PP - Esperidião Amin* PL - Jorge Seif**	<b>Tocantins</b> PL - Eduardo Gomes* PSD - Irajá* UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**
<b>Goiás</b> PSB - Jorge Kajuru* PSD - Vanderlan Cardoso* PL - Wilder Morais**	<b>Alagoas</b> MDB - Renan Calheiros* PODEMOS - Rodrigo Cunha* MDB - Fernando Farias** (S)	<b>Amapá</b> PSD - Lucas Barreto* PT - Randolfe Rodrigues* UNIÃO - Davi Alcolumbre**
<b>Mato Grosso</b> UNIÃO - Jayme Campos* PSD - Margareth Buzetti* (S) PL - Rosana Martinelli** (S)	<b>Sergipe</b> MDB - Alessandro Vieira* PT - Rogério Carvalho* PP - Laércio Oliveira**	<b>Roraima</b> PSB - Chico Rodrigues* REPUBLICANOS - Mecias de Jesus* PP - Dr. Hiran**

Mandatos

\*: Período 2019/2027    \*\*: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA  
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28	
PSD-15 / PT-9 / PSB-4	
Angelo Coronel. . . . .	PSD / BA
Augusta Brito. . . . .	PT / CE
Bene Camacho. . . . .	PSD / MA
Beto Faro. . . . .	PT / PA
Chico Rodrigues. . . . .	PSB / RR
Cid Gomes. . . . .	PSB / CE
Daniella Ribeiro. . . . .	PSD / PB
Fabiano Contarato. . . . .	PT / ES
Flávio Arns. . . . .	PSB / PR
Humberto Costa. . . . .	PT / PE
Irajá. . . . .	PSD / TO
Jaques Wagner. . . . .	PT / BA
Jorge Kajuru. . . . .	PSB / GO
Jussara Lima. . . . .	PSD / PI
Lucas Barreto. . . . .	PSD / AP
Mara Gabrilli. . . . .	PSD / SP
Margareth Buzetti. . . . .	PSD / MT
Nelsinho Trad. . . . .	PSD / MS
Omar Aziz. . . . .	PSD / AM
Otto Alencar. . . . .	PSD / BA
Paulo Paim. . . . .	PT / RS
Randolfe Rodrigues. . . . .	PT / AP
Rodrigo Pacheco. . . . .	PSD / MG
Rogério Carvalho. . . . .	PT / SE
Sérgio Petecão. . . . .	PSD / AC
Teresa Leitão. . . . .	PT / PE
Vanderlan Cardoso. . . . .	PSD / GO
Zenaide Maia. . . . .	PSD / RN

Bloco Parlamentar Democracia - 17	
MDB-10 / UNIÃO-7	
Alan Rick. . . . .	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira. . . . .	MDB / SE
André Amaral. . . . .	UNIÃO / PB
Confúcio Moura. . . . .	MDB / RO
Davi Alcolumbre. . . . .	UNIÃO / AP
Eduardo Braga. . . . .	MDB / AM
Fernando Dueire. . . . .	MDB / PE
Fernando Farias. . . . .	MDB / AL
Giordano. . . . .	MDB / SP
Jader Barbalho. . . . .	MDB / PA
Jayme Campos. . . . .	UNIÃO / MT
Marcelo Castro. . . . .	MDB / PI
Marcio Bittar. . . . .	UNIÃO / AC
Professora Dorinha Seabra. . . . .	UNIÃO / TO
Renan Calheiros. . . . .	MDB / AL
Sergio Moro. . . . .	UNIÃO / PR
Veneziano Vital do Rêgo. . . . .	MDB / PB

Bloco Parlamentar Vanguarda - 15	
PL-14 / NOVO-1	
Astronauta Marcos Pontes. . . . .	PL / SP
Beto Martins. . . . .	PL / SC
Carlos Portinho. . . . .	PL / RJ
Eduardo Girão. . . . .	NOVO / CE
Eduardo Gomes. . . . .	PL / TO
Flavio Azevedo. . . . .	PL / RN
Flávio Bolsonaro. . . . .	PL / RJ

Izalci Lucas. . . . .	PL / DF
Jaime Bagattoli. . . . .	PL / RO
Jorge Seif. . . . .	PL / SC
Magno Malta. . . . .	PL / ES
Marcos Rogério. . . . .	PL / RO
Romário. . . . .	PL / RJ
Rosana Martinelli. . . . .	PL / MT
Wilder Morais. . . . .	PL / GO

Bloco Parlamentar Aliança - 11	
PP-7 / REPUBLICANOS-4	
Castellar Neto. . . . .	PP / MG
Ciro Nogueira. . . . .	PP / PI
Cleitinho. . . . .	REPUBLICANOS / MG
Damare Alves. . . . .	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hiran. . . . .	PP / RR
Esperidião Amin. . . . .	PP / SC
Hamilton Mourão. . . . .	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira. . . . .	PP / SE
Luis Carlos Heinze. . . . .	PP / RS
Mecias de Jesus. . . . .	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina. . . . .	PP / MS

Bloco Parlamentar Independência - 10	
PODEMOS-6 / PSDB-1 / PDT-3	
Ana Paula Lobato. . . . .	PDT / MA
Leila Barros. . . . .	PDT / DF
Marcos do Val. . . . .	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães. . . . .	PODEMOS / PR
Plínio Valério. . . . .	PSDB / AM
Rodrigo Cunha. . . . .	PODEMOS / AL
Soraya Thronicke. . . . .	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim. . . . .	PODEMOS / RN
Weverton. . . . .	PDT / MA
Zequinha Marinho. . . . .	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. . . . .	28
Bloco Parlamentar Democracia. . . . .	17
Bloco Parlamentar Vanguarda. . . . .	15
Bloco Parlamentar Aliança. . . . .	11
Bloco Parlamentar Independência. . . . .	10
TOTAL . . . . .	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA  
(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)	Flavio Azevedo** (PL-RN)	Omar Aziz** (PSD-AM)
André Amaral** (UNIÃO-PB)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Giordano* (MDB-SP)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Paulo Paim* (PT-RS)
Augusta Brito** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Bene Camacho* (PSD-MA)	Irajá* (PSD-TO)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Beto Faro** (PT-PA)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Beto Martins* (PL-SC)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Cunha* (PODEMOS-AL)
Castellar Neto* (PP-MG)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Romário** (PL-RJ)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jorge Seif** (PL-SC)	Rosana Martinelli** (PL-MT)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Damares Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Leila Barros* (PDT-DF)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Magno Malta** (PL-ES)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

\*: Período 2019/2027    \*\*: Período 2023/2031





COMPOSIÇÃO  
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (PODEMOS-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Mara Gabrilli - (PSD-SP)

2º Ivete da Silveira - (MDB-SC)

3º Dr. Hiran - (PP-RR)

4º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB) - 28</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Otto Alencar - PSD</b> (5,65)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSD - 15</b> <b>Otto Alencar</b> (5,65)</p> <p>Vice-Líderes do PSD Omar Aziz (19) Lucas Barreto (35)</p> <p><b>Líder do PT - 9</b> <b>Beto Faro</b> (41)</p> <p>Vice-Líderes do PT Teresa Leitão (33,54) Augusta Brito (38,46,66,67)</p> <p><b>Líder do PSB - 4</b> <b>Jorge Kajuru</b> (6,26)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO) - 17</b></p> <p>Vice-Líderes Davi Alcolumbre (14,58) Professora Dorinha Seabra (15,23,59)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do MDB - 10</b> <b>Eduardo Braga</b> (4)</p> <p>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (29) Confúcio Moura (21,28) Giordano (30)</p> <p><b>Líder do UNIÃO - 7</b> Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (15,23,59) Davi Alcolumbre (14,58) Alan Rick (16)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 15</b></p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (34)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PL - 14</b> <b>Carlos Portinho</b> (13)</p> <p>Vice-Líderes do PL Jorge Seif (31) Izalci Lucas (47) Jaime Bagattoli (50)</p> <p><b>Líder do NOVO - 1</b> <b>Eduardo Girão</b> (12,60)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 11</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Laércio Oliveira - PP</b> (44)</p> <p>Vice-Líder Damares Alves (45)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PP - 7</b> <b>Tereza Cristina</b> (8)</p> <p><b>Líder do REPUBLICANOS - 4</b> <b>Mecias de Jesus</b> (7)</p> <p>Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (20)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Independência (PODEMOS/PSDB/PDT) - 10</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Styvenson Valentim - PODEMOS</b> (43,49)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PODEMOS - 6</b> <b>Rodrigo Cunha</b> (40)</p> <p>Vice-Líderes do PODEMOS Styvenson Valentim (43,49) Marcos do Val (42)</p> <p><b>Líder do PSDB - 1</b> <b>Plínio Valério</b> (48)</p> <p><b>Líder do PDT - 3</b> <b>Ana Paula Lobato</b> (51)</p>	<p><b>Maioria</b> <b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - MDB</b> (10)</p>
<p><b>Minoria</b> <b>Líder</b> <b>Ciro Nogueira - PP</b> (1,9)</p>	<p><b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Jaques Wagner - PT</b> (2)</p> <p>Vice-Líderes Confúcio Moura (21,28) Daniella Ribeiro (27) Jorge Kajuru (6,26) Professora Dorinha Seabra (15,23,59) Randolfe Rodrigues (22) Weverton (24) Zenaide Maia (25) Augusta Brito (38,46,66,67)</p>	<p><b>Oposição</b> <b>Líder</b> <b>Marcos Rogério - PL</b> (63)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Girão (12,60) Magno Malta (56) Eduardo Gomes (57)</p>
<p><b>Bancada Feminina</b> <b>Líder</b> <b>Leila Barros - PDT</b> (52)</p> <p>Vice-Líderes Teresa Leitão (33,54) Soraya Thronicke (53)</p>		

- Notas:**
1. Em 02.01.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador **Jaques Wagner** foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
4. Em 01.02.2023, o Senador **Eduardo Braga** foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
6. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
7. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
8. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
9. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
10. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
12. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
13. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
14. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
15. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
16. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
17. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
18. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
19. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
20. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
21. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
23. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
24. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
25. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
26. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
27. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
28. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
29. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
30. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB).
31. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 12/2023-GLPL).
32. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
33. Em 18.05.2023, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
34. Em 29.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 122/2023 - BLVANG).
35. Em 05.07.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. nº 48/2023-GLPSD).
36. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
37. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
38. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito foi destituída da função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
39. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima foi destituída da função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
40. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
41. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
42. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
43. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
44. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
45. Em 06.03.2024, a Senadora Damares Alves foi designada 1ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
46. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito foi destituída da função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
47. Em 02.04.2024, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 12/2024-GLPL).
48. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
49. Em 09.04.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado Líder do Bloco Parlamentar Independência (Of. 60/2024-GLPODEMOS).
50. Em 22.04.2024, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 20/2024-GLPL).
51. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
52. Em 23.05.2024, a Senadora Leila Barros foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
53. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
54. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
55. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes foi destituído da função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
56. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
57. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
58. Em 18.06.2024, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
59. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
60. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
61. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho foi destituído da função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
62. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho foi destituído da função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
63. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
64. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama foi destituída da função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
65. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
66. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
67. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

**Finalidade:** destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

**Número de membros:** 11

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**RELATOR:** VAGO

**Designação:** 22/06/2016

**Leitura:** 13/07/2016

**Instalação:** 12/07/2016

MEMBROS

VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes  
**Telefone(s):** 61 3303 3514  
**E-mail:** coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA  
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

**Finalidade:** examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

- Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019
- Instalação: 25/09/2019
- Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019
- Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019
- Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019
- Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019
- Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019
- Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019
- Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO



3) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

**Finalidade:** debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

**Número de membros:** 7 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 12/04/2023

**Prazo final:** 01/07/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2,3)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(2)</sup>	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(2)</sup>	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(2)</sup>	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2)</sup>	

**Notas:**

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).
3. Em 14.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Nelsinho Trad membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão (Of. nº 34/2024-BLRESDEM).

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** [cehv@senado.leg.br](mailto:cehv@senado.leg.br)



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAME DE PROJETOS DE REFORMA  
DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** destinada a, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(4)</sup>

**RELATOR:** Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 28/11/2023

**Prazo final:** 07/04/2024

**Prazo final prorrogado:** 22/05/2024

**Prazo final prorrogado:** 20/08/2024

**Prazo final prorrogado:** 09/12/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(1,3)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(1)</sup>	2. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(1)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(1)</sup>	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(1)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(1)</sup>	5. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(1,6,7,8)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1)</sup>	6. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	7. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(1,3)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	8. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1,2,5)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.
- Em 30.08.2023, a Presidência do Senado Federal destitui o Senador Laércio Oliveira, a pedido, como membro suplente desta comissão.
- Em 28.11.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Izalci Lucas membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, para compor a comissão.
- Em 28.11.2023, os Senadores Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães e Efraim Filho foram designados Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, da comissão (Of. nº 001/2023-CTIADMTR).
- Em 28.02.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Hamilton Mourão para compor, como membro suplente, a comissão.
- Em 08.04.2024, a Presidência do Senado Federal designa a Senadora Janaína Farias para compor a comissão, como membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito.
- Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
- Em 05.08.2024, a Presidência do Senado Federal designa a Senadora Augusta de Brito para compor a comissão, como membro suplente, em substituição à Senadora Janaína Farias.

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

**Finalidade:** examinar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 4, de 2022, bem como eventuais novos projetos que disciplinem a matéria.

Requerimento nº 722, de 2023

**Número de membros:** 13 titulares e 13 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>  
**RELATOR:** Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 16/08/2023  
**Prazo final:** 14/12/2023  
**Prazo final prorrogado:** 23/05/2024  
**Prazo final prorrogado:** 17/07/2024  
**Prazo final prorrogado:** 15/09/2024  
**Prazo final prorrogado:** 14/11/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(1)</sup>	1. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(1)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1)</sup>	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1,3)</sup>
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(1,4)</sup>	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(1)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(1)</sup>	5. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(1)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(1)</sup>	6. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1)</sup>	7. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	8. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(1)</sup>	9. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(1)</sup>	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	11. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>	12. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1)</sup>
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>	13. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

**Notas:**  
1. Em 15.08.2023, os Senadores Carlos Viana, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes e Laércio Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Alan Rick, Cid Gomes, Angelo Coronel, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Mecias de Jesus, membros suplentes, para compor a comissão.  
2. Em 17.08.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Carlos Viana e Astronauta Marcos Pontes, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 001/2023-SACTIA). O Presidente designa como Relator o Senador Eduardo Gomes.  
3. Em 17.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Alessandro Vieira para compor, como membro suplente, a Comissão Temporária sobre a Inteligência Artificial no Brasil, na vaga ocupada pelo Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a Comissão.  
4. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).

**Secretário(a):** Leomar Diniz  
**E-mail:** ctia@senado.leg.br





6) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA EM COMEMORAÇÃO  
AOS 200 ANOS DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

**Finalidade:** planejar e coordenar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as atividades de comemoração dos 200 (duzentos) anos da Confederação do Equador.

Requerimento nº 752, de 2023.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 12/12/2023

**Prazo final:** 05/03/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(1)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4,5,6)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(1)</sup>	3.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(1)</sup>	4.
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(1,3)</sup>	5.

**Notas:**

1. Em 06.12.2023, a Presidência designa os Senadores Teresa Leitão, Humberto Costa, Fernando Dueire, Jussara Lima e Efraim Filho membros titulares e a Senadora Ana Paula Lobato, membro suplente, para compor a comissão.
2. Em 12.12.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Teresa Leitão e Jussara Lima, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CTI200CONFEQ).
3. Em 21.06.2024, a Presidência designa o Senador André Amaral membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão.
4. Em 19.06.2024, a Presidência designa a Senadora Janaína Farias membro suplente para compor a comissão.
5. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
6. Em 20.08.2024, a Presidência designa a Senadora Augusta Brito membro suplente para compor a comissão.

**Secretário(a):** Lenita Cunha e Silva | Secretário-Adjunto: Breno de Lima Andrade

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** cti200confeq@senado.leg.br



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

**Finalidade:** verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(1)</sup>	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.

Notas:

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO  
DE ANTEPROJETO DE LEI DO PROCESSO ESTRUTURAL NO BRASIL

**Finalidade:** apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, anteprojeto de Lei do Processo Estrutural no Brasil.

ATO DO PRESIDENTE Nº 3, DE 2024

Número de membros: 15

PRESIDENTE: Augusto Aras <sup>(1)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Marcelo Navarro Ribeiro Dantas <sup>(1)</sup>

RELATOR: Edilson Vitorelli <sup>(1)</sup>

Leitura: 12/04/2024  
Instalação: 13/06/2024  
Prazo final: 10/12/2024

MEMBROS
Augusto Aras <sup>(2,3)</sup>
Marcelo Navarro Ribeiro Dantas <sup>(2,3)</sup>
Luiz Alberto Gurgel de Faria <sup>(2,3)</sup>
Alberto Bastos Balazeiro <sup>(2,3)</sup>
Edilson Vitorelli <sup>(2,3)</sup>
Aluísio Mendes <sup>(2,3)</sup>
Lilian Maciel <sup>(2,3)</sup>
Sérgio Cruz Arenhart <sup>(2,3)</sup>
Suzana Henriques da Costa <sup>(2,3)</sup>
Andrea de Quadros Dantas <sup>(2,3)</sup>
Sérgio Armanelli Gibson <sup>(2,3)</sup>
Antônio Nabor Areias Bulhões <sup>(2,3)</sup>
Marcus Vinicius Furtado Coêlho <sup>(2,3)</sup>
Benedito Cerezzo Pereira Filho <sup>(2,3)</sup>
Antonio Gidi <sup>(2,3)</sup>
José Bernardo de Assis Júnior <sup>(3)</sup>
Juliana Cordeiro de Faria <sup>(3)</sup>
Márcio Carvalho Faria <sup>(3)</sup>
Roberto P. Campos Gouveia Filho <sup>(3)</sup>
Newton Pereira Ramos Neto <sup>(4)</sup>
Ademar Borges de Sousa Filho <sup>(4)</sup>
Matheus Casimiro Gomes Serafim <sup>(4)</sup>

- Notas:**
- Em 12.04.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Augusto Aras, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas e Edilson Vitorelli a Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (ATO nº 3/2024).
  - Em 12.04.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Augusto Aras, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Edilson Vitorelli, Nancy Andrigli, Luiz Alberto Gurgel de Faria, Aluísio Mendes, Sérgio Cruz Arenhart, Antônio Nabor Areias Bulhões, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Benedito Cerezzo Pereira Filho, Antonio Gidi, José Bernardo de Assis Júnior, Juliana Cordeiro de Faria, Márcio Carvalho Faria e Roberto P. Campos Gouveia Filho membros desta comissão (ATO nº 3/2024).
  - Em 11.06.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Augusto Aras, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Luiz Alberto Gurgel de Faria, Alberto Bastos Balazeiro, Edilson Vitorelli, Aluísio Mendes, Lilian Maciel, Sérgio Cruz Arenhart, Suzana Henriques da Costa, Andrea de Quadros Dantas, Sérgio Armanelli Gibson, Antônio Nabor Areias Bulhões, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Benedito Cerezzo Pereira Filho, Antonio Gidi, José Bernardo de Assis Júnior, Juliana Cordeiro de Faria, Márcio Carvalho Faria e Roberto P. Campos Gouveia Filho, membros desta comissão (ATO nº 9/2024).
  - Em 19.06.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Newton Pereira Ramos Neto, Ademar Borges de Sousa Filho e Matheus Casimiro Gomes Serafim, membros desta comissão (ATO nº 10/2024).

**Secretário(a):** Renata Felix Perez | **Adjuntos:** Antonio das Dores P. Silva Neto; Henrique C. Evangelista  
**Telefone(s):** 3303 3490  
**E-mail:** cjprestr@senado.leg.br



9) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES RELATIVAS  
AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL

**Finalidade:** acompanhar, por tempo indeterminado, as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade ocasionada pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul e apresentar medidas legislativas para auxiliar na superação da situação.

ATO nº 5, de 2024

**Número de membros:** 8

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ireneu Orth (PP-RS) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 07/05/2024

MEMBROS
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1,8)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(6)</sup>
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(4)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(3)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(7)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(5)</sup>

- Notas:**
- Em 06.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senadores Paulo Paim, Hamilton Mourão e Ireneu Orth membros desta comissão (ATO nº 5/2024).
  - Em 07.05.2024, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim e Ireneu Orth, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado, e o Presidente designa como Relator o Senador Hamilton Mourão (Of. nº 001/2024-CTERS).
  - Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Astronauta Marcos Pontes membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 21/2024-BLVANG).
  - Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Alessandro Vieira membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 26/2024-BLDEM).
  - Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Esperidião Amin membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 23/2024-GABLID/BLALIAN).
  - Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Jorge Kajuru membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 26/2024-BLREDEM).
  - Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa a Senadora Leila Barros membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar Independência (Of. nº 2/2024-BLIDEP).
  - Em 07.08.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Luis Carlos Heinze membro desta comissão, em substituição ao Senador Ireneu Orth, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 44/2024-GABLID/BLALIAN).

**Secretário(a):** Renata Felix Perez | Adjuntos: Fernanda Lima; Antonio das Dores P. Silva Neto

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** cters@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS

**Finalidade:** apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, dirigentes e empresas de apostas.

Requerimento nº 158, de 2024

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(10)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(10)</sup>

**RELATOR:** Senador Romário (PL-RJ) <sup>(11)</sup>

**Leitura:** 13/03/2024

**Instalação:** 10/04/2024

**Prazo final:** 07/10/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(4)</sup>	2. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(4,13)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(9)</sup>	3. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(9)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(3,8)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(3,8)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(3)</sup>	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(12)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(6)</sup>	
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(5)</sup>	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(2)</sup>
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(7)</sup>	1. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(7)</sup>

- Notas:**
- Em 09.04.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular e o Senador Giordano, membro suplente, pela liderança do MDB, para compor a comissão (Of. nº 15/2024-GLMDB).
  - Em 09.04.2024, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares e o Senador Carlos Portinho, membro suplente, pela liderança do PL, para compor a comissão (Of. nº 05/2024-GLPL).
  - Em 09.04.2024, os Senadores Otto Alencar e Angelo Coronel foram designados membros titulares e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 04/2024-GLPSD).
  - Em 09.04.2024, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Efraim Filho, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2024).
  - Em 09.04.2024, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PT, para compor a comissão (Of. nº 11/2024-GLDPT).
  - Em 09.04.2024, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pela liderança do PSB, para compor a comissão (Of. nº 18/2024-GLDPSB).
  - Em 09.04.2024, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular e o Senador Cleitinho, membro suplente, pela liderança do Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 05/2024-GLPP).
  - Em 09.04.2024, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa à suplência, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 06/2024-GLPSD).
  - Em 10.04.2024, os Senadores Styvenson Valentim e Rodrigo Cunha foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pela liderança do PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 65/2024-GLPODEMOS).
  - Em 10.04.2024, a comissão reunida elegeu os Senadores Jorge Kajuru e Eduardo Girão, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2024-CPIAE).



11. Em 10.04.2024, o Senador Romário foi designado Relator deste colegiado (Of. nº 01/2024-CPIAE).

12. Em 21.05.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo PT, para compor a comissão (Of. nº 017/2024-GLDPT).

13. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Gabriel Udelsmann

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** cpiae@senado.leg.br



## 2)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

**Finalidade:** apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 13/03/2024



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(3)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2,59,62)</sup>	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(2)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(2)</sup>	2. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(2,5,13,48)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2)</sup>	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(2,5,13)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(2,5,13)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(2,26,29)</sup>	5. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(2,5,11,12,13,33,35,39,41)</sup>
Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(2,44,56,60)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(2,56)</sup>	8. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2,13)</sup>
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(2)</sup>	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(2,13)</sup>
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(2,16)</sup>	10. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(2,13)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4,9,10,21)</sup>
Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4,25,31)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4,9)</sup>	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(4)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(4)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(4,15,19,30)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4,57,61,63,64)</sup>	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4,38,40,42,53,54)</sup>	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4,50,51)</sup>	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(4)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4,10)</sup>	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(7)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(18,20)</sup>	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(18,37)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(8)</sup>	
Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) <sup>(1,17,23,24,27,28,46)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1,22,32)</sup>
Senador Flavio Azevedo (PL-RN) <sup>(1,47)</sup>	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1,34,36,55,58)</sup>	3. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1,43,45,49,52)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	4. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1,14)</sup>	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>

Notas:

\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi





- Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.
4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.
7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLRESDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 144](#))
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 114](#))
10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/03/2023, p. 39](#))
11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM). ([DSF de 13/04/2023, p. 121](#))
12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM). ([DSF de 26/04/2023, p. 117](#))
13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
14. Em 05.06.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 25/2023-BLALIAN). ([DSF de 06/06/2023, p. 35](#))
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 101/2023-BLDEM). ([DSF de 23/06/2023, p. 138](#))
17. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))
18. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
19. Em 08.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 82/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 101](#))
20. Em 14.09.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 100/2023-BLRESDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 78](#))
21. Em 03.10.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 106/2023-BLRESDEM). ([DSF de 04/10/2023, p. 161](#))
22. Em 17.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 153/2023-BLVANG). ([DSF de 18/10/2023, p. 147](#))
23. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
24. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 170/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 200](#))
25. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofs. nºs 120 e 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 138](#))
26. Em 22.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 174/2023-BLDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 137](#))
27. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 178/2023-BLVANG). ([DSF de 23/11/2023, p. 136](#))
28. Em 23.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 179/2023-BLVANG). ([DSF de 24/11/2023, p. 71](#))
29. Em 23.11.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 175/2023-BLDEM). ([DSF de 24/11/2023, p. 70](#))
30. Em 24.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 122/2023-BLRESDEM). ([DSF de 25/11/2023, p. 21](#))
31. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
32. Em 28.11.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 180/2023-BLVANG). ([DSF de 29/11/2023, p. 182](#))
33. Em 29.02.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 10/2024-BLDEM).
34. Em 12.03.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2024-BLVANG).
35. Em 13.03.2024, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2024-BLDEM).
36. Em 14.03.2024, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2024-BLVANG).



37. Em 18.03.2024, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 11/2024-BLRESDM).
38. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDM).
39. Em 24.04.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 25/2024-BLDEM).
40. Em 07.05.2024, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Janaína Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 28/2024-BLRESDM).
41. Em 14.05.2024, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 36/2024-BLDEM).
42. Em 15.05.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 33/2024-BLRESDM).
43. Em 11.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 30/2024-BLVANG).
44. Em 11.06.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos Do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Independência (Of. nº 5/2024-BLINDEP).
45. Em 11.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
46. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
47. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
48. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
49. Em 03.07.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 35/2024-BLVANG).
50. Em 04.07.2024, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 49/2024-BLRESDM).
51. Em 09.07.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-BLRESDM).
52. Em 11.07.2024, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 36/2024-BLVANG).
53. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
54. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 54/2024-BLRESDM).
55. Em 19.08.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 42/2024-BLVANG).
56. Em 20.08.2024, o Senador Castellar Neto foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa a compor a comissão como membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Independência (Of. nº 9/2024-BLINDEP).
57. Em 20.08.2024, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 60/2024-BLRESDM).
58. Em 20.08.2024, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 45/2024-BLVANG).
59. Em 21.08.2024, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 92/2024-BLDEM).
60. Em 29.08.2024, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Independência, em substituição ao Senador Castellar Neto, que deixa de compor a comissão (Of. nº 10/2024-BLINDEP).
61. Em 03.09.2024, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 61/2024-BLRESDM).
62. Em 04.09.2024, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 95/2024-BLDEM).
63. Em 09.09.2024, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 62/2024-BLRESDM).
64. Em 17.09.2024, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 63/2024-BLRESDM).

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

**Telefone(s):** 6133033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

**Finalidade:** opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

**(Requerimento 160, de 2023 - CAE)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

**Telefone(s):** 6133033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3,6)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3)</sup>	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3,6)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3)</sup>	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(3,6)</sup>
Senadora Ivete da Silva (MDB-SC) <sup>(3)</sup>	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>	6. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>	7. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(3)</sup>	8. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(10,14,15,16,17,18)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2,8)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2,8)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup>	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Flavio Azevedo (PL-RN) <sup>(1,19)</sup>
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1)</sup>	2. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>
Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,9)</sup>	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1,9,11,12)</sup>
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1,9)</sup>	2. <sup>(5,9,13)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,9)</sup>	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1,9)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Moraes, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 125](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silva, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG). ([DSF de 10/03/2023, p. 91](#))

6. Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 10](#))

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

8. Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/03/2023, p. 39](#))



9. Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLD/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
10. Em 31.05.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 57/2023-BLDEM). ([DSF de 01/06/2023, p. 104](#))
11. Em 15.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 40/2023-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 197](#))
12. Em 15.08.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Aliança, na Comissão (Of. nº 137/2023-BLVANG). ([DSF de 16/08/2023, p. 201](#))
13. Em 30.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Partido União Brasil (Of. nº 44/2023-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 165](#))
14. Em 13.09.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 139/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 95](#))
15. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
16. Em 10.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLDEM). ([DSF de 11/11/2023, p. 9](#))
17. Em 05.12.2023, o Senador Eduardo Braga deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 182/2023-BLDEM). ([DSF de 06/12/2023, p. 92](#))
18. Em 13.06.2024, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 62/2024-BLDEM).
19. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).

**Secretário(a):** Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

**Telefone(s):** 3303-4608

**E-mail:** cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS  
**Finalidade:** acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1)</sup>	1. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(5,7)</sup>
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(5)</sup>	2. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(6)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(3)</sup>	1.

- Notas:**
- Em 11.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
  - Em 11.08.2023, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular e o Senador Flávio Arns, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
  - Em 11.08.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
  - Em 30.08.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Mara Gabrilli e Damares Alves, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 161/2023-SACAS). ([DSF de 31/08/2023, p. 166](#))
  - Em 31.08.2023, os Senadores Alan Rick e Efraim Filho foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 162/2023-SACAS). ([DSF de 01/09/2023, p. 54](#))
  - Em 18.06.2024, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2024-SACAS).
  - Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).

**Secretário(a):** Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro  
**Telefone(s):** 3303-4608  
**E-mail:** cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(4)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(25)</sup>

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2,5,79,91,92)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2,5,27,29,30,37,50,55,57,76,79,92)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (2,27,29,50,55,66,75)	3. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (2,5,8,30,37,66,75,76,79)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senador Giordano (MDB-SP) (2,5,8,13,32,34,44,47)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(2)</sup>	5. Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2,5,8,30,41,57,79)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,38,40)	6. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (2,5,8,18,76,79)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) (2,5,8,38,40,76,79,81)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2,15,19)	8. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2,7,8,79)
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	9. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (2,8,12,16,19,87)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(2)</sup>	10. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (2,8,28,30,39,41)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (17,18)	11. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (17,18,30,39,41,51,52,53,79,91,92)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (3,35,42)	1. Senador Bene Camacho (PSD-MA) (3,85)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(3)</sup>	2. Senador Irajá (PSD-TO) (3,9,20,22)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3,48,49)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (3,23,35,42,46)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (3,36,42,84)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(3)</sup>
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (3,24,31)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(3)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (3,64,67)	6. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (3,56,65,68,70,71)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3,69,72)	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,77,78)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (3,58,59,63,73,74,83,86)	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (3,5)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3,60,61,62,82)	9. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (3,82)
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(6)</sup>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Flavio Azevedo (PL-RN) (1,80)
Senador Beto Martins (PL-SC) (1,88,93,95)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1,14,43,45)
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1,14)	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1,10,11)	1. Senador Castellar Neto (PP-MG) (1,21,26,33,54,89,90,94)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,10,11)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

Notas:

\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)
2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). (DSF de 21/09/2023, p. 126)
3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara





Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.

5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).

8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 252](#); [DSF de 11/05/2023, p. 252](#))

9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLRESDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 253](#))

10. Em 07.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 26/2023-BLALIAN). ([DSF de 08/06/2023, p. 10](#))

11. Em 19.06.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 31/2023-BLALIAN). ([DSF de 20/06/2023, p. 51](#))

12. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 102/2023-BLDEM). ([DSF de 23/06/2023, p. 12](#))

13. Em 26.06.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 103/2023-BLDEM). ([DSF de 27/06/2023, p. 51](#))

14. Em 06.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 126/2023-BLVANG). ([DSF de 07/07/2023, p. 48](#))

15. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 109/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 49](#))

16. Em 06.07.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 51](#))

17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))

18. Em 02.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular e os Senadores Izalci Lucas e Mauro Carvalho Junior, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 118/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 112](#))

19. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 124/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 102](#))

20. Em 08.08.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 81/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 100](#))

21. Em 15.08.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 39/2023-GABLID-BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 196](#))

22. Em 17.08.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 88/2023-BLRESDEM). ([DSF de 18/08/2023, p. 61](#))

23. Em 30.08.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2023-BLRESDEM). ([DSF de 31/08/2023, p. 163](#))

24. Em 12.09.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 99/2023-BLRESDEM). ([DSF de 13/09/2023, p. 217](#))

25. Em 13.09.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 119/2023-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 14/09/2023, p. 93](#))

26. Em 13.09.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 48/2023-GABLID-BLALIAN). ([DSF de 14/09/2023, p. 94](#))

27. Em 13.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 143/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 97](#))

28. Em 13.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 142/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 96](#))

29. Em 14.09.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 144/2023-BLDEM). ([DSF de 15/09/2023, p. 77](#))

30. Em 27.09.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho, Mauro Carvalho Junior, Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 155/2023-BLDEM). ([DSF de 27/09/2023, p. 95](#))

31. Em 27.09.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 104/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/09/2023, p. 179](#))

32. Em 28.09.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 157/2023-BLDEM). ([DSF de 29/09/2023, p. 54](#))

33. Em 29.09.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 52/2023-BLALIAN). ([DSF de 30/09/2023, p. 16](#))

34. Em 03.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 158/2023-BLDEM). ([DSF de 04/10/2023, p. 162](#))

35. Em 04.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 107/2023-BLRESDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 108](#))

36. Em 04.10.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 108/2023-BLRESDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 109](#))





37. Em 04.10.2023, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados segundo e terceiro suplentes, respectivamente, em substituição aos Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 162/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 114](#))
38. Em 04.10.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que passa à suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2023-GLMDB). ([DSF de 05/10/2023, p. 107](#))
39. Em 04.10.2023, os Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 161/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 113](#))
40. Em 05.10.2023, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 163/2023-BLDEM). ([DSF de 06/10/2023, p. 78](#))
41. Em 05.10.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho e Mauro Carvalho Junior foram designados 5º, 10º e 11º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 147/2023-BLDEM). ([DSF de 06/10/2023, p. 77](#))
42. Em 09.10.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Omar Aziz designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 109/2023-BLRESDEM). ([DSF de 10/10/2023, p. 39](#))
43. Em 09.10.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG). ([DSF de 10/10/2023, p. 40](#))
44. Em 10.10.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 165/2023-BLDEM). ([DSF de 11/10/2023, p. 178](#))
45. Em 11.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 152/2023-BLVANG). ([DSF de 12/10/2023, p. 13](#))
46. Em 17.10.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 111/2023-BLRESDEM). ([DSF de 18/10/2023, p. 146](#))
47. Em 18.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 166/2023-BLDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 101](#))
48. Em 18.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2023-BLRESDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 99](#))
49. Em 18.10.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 113/2023-BLRESDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 100](#))
50. Em 31.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 167/2023-BLDEM). ([DSF de 01/11/2023, p. 81](#))
51. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
52. Em 07.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 169/2023-BLDEM). ([DSF de 08/11/2023, p. 199](#))
53. Em 13.11.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 170/2023-BLDEM). ([DSF de 14/11/2023, p. 70](#))
54. Em 20.11.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 59/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 21/11/2023, p. 43](#))
55. Em 21.11.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLDEM). ([DSF de 22/11/2023, p. 136](#); [DSF de 28/11/2023, p. 22](#))
56. Em 27.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 150/2023-GSFCONTA).
57. Em 06.12.2023, o Senador Alan Rick foi designado 2º membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa à 5ª suplência, para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 183/2023-BLDEM). ([DSF de 07/12/2023, p. 101](#))
58. Em 13.12.2023, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, 1ª suplente da chapa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 131/2023-RESDEM). ([DSF de 14/12/2023, p. 147](#))
59. Em 15.12.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, em substituição ao Senador Camilo Santana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 135/2023-BLRESDEM). ([DSF de 16/12/2023, p. 37](#))
60. Em 05.02.2024, o Senador Flávio Dino foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 03/2024-BLRESDEM).
61. Vago em 21.02.2024, em razão da renúncia do titular.
62. Em 27.02.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 06/2024-BLRESDEM).
63. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDEM).
64. Em 16.04.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 20/2024-BLRESDEM).
65. Em 16.04.2024, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2024-BLRESDEM).
66. Em 17.04.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2024-BLDEM).
67. Em 22.04.2024, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 21/2024-BLRESDEM).
68. Em 22.04.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 21/2024-BLRESDEM).
69. Em 07.05.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 27/2024-BLRESDEM).
70. Em 07.05.2024, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa à titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 27/2024-BLRESDEM).
71. Em 10.05.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 30/2024-BLRESDEM).



72. Em 10.05.2024, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 30/2024-BLREDEM).
73. Em 21.05.2024, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição à Senadora Janaína Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 36/2024-BLREDEM).
74. Em 28.05.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 37/2024-BLREDEM).
75. Em 29.05.2024, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 45/2024-BLDEM).
76. Em 03.06.2024, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Marcelo Castro e Izalci Lucas foram designados, respectivamente, segundo, terceiro, sexto e sétimo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 46/2024-BLDEM).
77. Em 05.06.2024, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 40/2024-BLREDEM).
78. Em 12.06.2024, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 43/2024-BLREDEM).
79. Em 19.06.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado sexto suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que passa a ocupar a primeira suplência; o Senador Jayme Campos, segundo suplente, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que passa a ocupar a décima primeira suplência; o Senador Cid Gomes, terceiro suplente, em substituição ao Senador Alan Rick, que passa a ocupar a oitava suplência; e o Senador Izalci Lucas, quinto suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a ocupar a sétima suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 69/2024-BLDEM).
80. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
81. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
82. Em 09.07.2024, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 51/2024-BLREDEM).
83. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
84. Em 05.08.2024, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 55/2024-BLREDEM).
85. Em 05.08.2024, o Senador Bene Camacho foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passou a compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 55/2024-BLREDEM).
86. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLREDEM).
87. Em 07.08.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Independência (Of. nº 7/2024-BLINDEP).
88. Em 08.08.2024, o Senador Beto Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 041/2024-BLVANG).
89. Em 12.08.2024, o Senador Castellar Neto foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 50/2024-GABLID/BLALIAN).
90. Em 12.08.2024, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Castellar Neto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 51/2024-GABLID/BLALIAN).
91. Em 14.08.2024, a Senadora Professora Dorinha foi designada 1ª suplente, em permuta com o Senador Marcelo Castro, que passa a compor a comissão como 11ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 91/2024-BLDEM).
92. Em 14.08.2024, o Senador Marcelo Castro foi designado 1ª suplente, a Senadora Professora Dorinha Seabra, 2ª suplente e o Senador Jayme Campos, 11ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 92/2024-BLDEM).
93. Em 19.08.2024, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Beto Martins, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2024-BLVANG).
94. Em 21.08.2024, o Senador Castellar Neto foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 52/2024-GABLID/BLALIAN).
95. Em 28.08.2024, o Senador Beto Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 47/2024-BLVANG).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(4,14)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3,6)</sup>
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(3,27)</sup>	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3,6)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3,6,7,8)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3)</sup>	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(3)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>	7. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(15,31)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>	8. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(33)</sup>
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3)</sup>	9.
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(3)</sup>	10.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	1. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	3. VAGO <sup>(2,13)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(28)</sup>	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2,23,29,30)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2,24,34)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>	9.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(9)</sup></b>	
Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) <sup>(1,11,16,19,20,25)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1,11)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1,11)</sup>	2. Senador Beto Martins (PL-SC) <sup>(1,11,35)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1,11,32,35)</sup>	3. Senador Flavio Azevedo (PL-RN) <sup>(1,11,26)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1,11)</sup>	4. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(12)</sup>
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(17,18,21,22)</sup>	5. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(17,18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1,5,10)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1,5,10)</sup>
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,10)</sup>	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1,10)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,10)</sup>	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1,10)</sup>

**Notas:**

\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 120)

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 126)

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 66](#))
6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLI/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG). ([DSF de 05/04/2023, p. 106](#))
13. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
14. Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).
15. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
16. Em 11.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 129/2023-BLVANG). ([DSF de 12/07/2023, p. 109](#))
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
18. Em 24.10.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular e o Senador Marcos Rogério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 154/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 193](#))
19. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
20. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 171/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 201](#))
21. Em 29.11.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 183/2023-BLVANG). ([DSF de 30/11/2023, p. 402](#))
22. Em 26.02.2024, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 005/2024-BLVANG).
23. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).
24. Em 28.05.2024, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 38/2024-BLREDEM).
25. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
26. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
27. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
28. Em 25.06.2024, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor a comissão (Of. nº 48/2024-BLREDEM).
29. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
30. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLREDEM).
31. Em 06.08.2024, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 88/2024-BLDEM).
32. Em 08.08.2024, o Senador Beto Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2024-BLVANG).
33. Em 13.08.2024, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Independência, para compor a comissão (Of. nº 8/2024-BLINDEP).
34. Em 20.08.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogério carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 56/2024-BLREDEM).
35. Em 20.08.2024, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Beto Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 44/2024-BLVANG).

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**Telefone(s):** 3303-3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA  
**Finalidade:** acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 11/06/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(1)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(1)</sup>	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(1,4,5)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2)</sup>	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>

**Notas:**  
1. Em 21.05.2024, os Senadores Cid Gomes e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia; e os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim, membros titulares e os Senadores Lucas Barreto e Janaína Farias, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a subcomissão (Of. nº 180/2024-CE).  
2. Em 22.05.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a subcomissão (Of. nº 191/2024-CE).  
3. Em 11.06.2024, a subcomissão reunida elegeu os Senadores Cid Gomes e Zenaide Maia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 223/2024-CE).  
4. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).  
5. Em 19.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a subcomissão (Of. nº 305/2024/CE).

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares  
**Telefone(s):** 3303-3498  
**E-mail:** ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**Finalidade:** acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

VICE-PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3)</sup>

Instalação: 03/07/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(1)</sup>	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(1)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(1,4,5)</sup>	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(1)</sup>
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1)</sup>
Bloco Parlamentar Independência ( PODEMOS, PDT, PSDB )	
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(1)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
	1.

**Notas:**  
1. Em 25.06.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Jussara Lima e Janaína Farias, membros titulares, e os Senadores Cid Gomes e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e os Senadores Soraya Thronicke e Zequinha Marinho designados, respectivamente, membros titular e suplente, pelo Bloco Parlamentar Independência, para compor a comissão (Of. nº 257/2024-CE).  
2. Em 03.07.2024, a subcomissão reunida elegeu a Senadora Janaína Farias Presidente deste colegiado (Of. nº 270/2024-CE).  
3. Em 10.07.2024, a subcomissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 273/2024-CE).  
4. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).  
5. Em 19.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a subcomissão (Of. nº 304/2024/CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares  
Telefone(s): 3303-3498  
E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,  
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(10)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(8)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(13)</sup>
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3)</sup>	6. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(14,26)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2,7)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2,7)</sup>	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2,5)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2,15)</sup>	5. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(2,15,23)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(6,20)</sup>	6. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(19,24)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(9)</sup></b>	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1,11)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1,11)</sup>
Senador Flavio Azevedo (PL-RN) <sup>(1,11,25)</sup>	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1,11,16)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1,11)</sup>	3. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(11,16,18,21)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1,12,22,27)</sup>	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,12,17)</sup>
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1,12)</sup>	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,12)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
3. Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC). ([DSF de 10/03/2023, p. 83](#))
5. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDM). ([DSF de 09/03/2023, p. 56](#))
6. Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDM). ([DSF de 10/03/2023, p. 87](#))
7. Em 09.03.2023, o Sendor Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDM). ([DSF de 10/03/2023, p. 88](#))
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
10. Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC). ([DSF de 23/03/2023, p. 110](#))
11. Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#); [DSF de 01/04/2023, p. 14](#))





12. Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLIID-BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
13. Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM). ([DSF de 14/04/2023, p. 55](#))
14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM). ([DSF de 26/04/2023, p. 118](#); [DSF de 26/04/2023, p. 118](#))
15. Em 14.08.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#))
16. Em 24.10.2023, os Senadores Marcos Rogério e Romário foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 155/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 194](#))
17. Em 02.02.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Esperidião Amin, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2024-GABLIID/BLALIAN).
18. Em 07.02.2024, o Senador Romário deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 04/2024-BLVANG).
19. Em 05.03.2024, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB ao PSD, para compor a comissão (Of. nº 07/2024-BLRESDM).
20. Em 14.03.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 08/2024-BLRESDM).
21. Em 09.04.2024, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 17/2024-BLVANG).
22. Em 10.04.2024, o Senador Irenéu Orth foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
23. Em 15.05.2024, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2024-BLRESDM).
24. Em 29.05.2024, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 39/2024-BLRESDM).
25. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
26. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).
27. Em 07.08.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, em substituição ao Senador Irenéu Orth, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 44/2024-BLALIAN).

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br





6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH  
Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3,6,9)</sup>
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3)</sup>	4. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(3,12)</sup>	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>	6.
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(3)</sup>	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,8,15)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2,16,17,18)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	5. VAGO <sup>(2,10)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(2)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup>	
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(11)</sup>
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(5)</sup>	3.
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,13,14)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDem). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 66](#))

6. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

8. Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLRESDem). ([DSF de 24/03/2023, p. 75](#))

9. Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM). ([DSF de 01/06/2023, p. 103](#))

10. Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023- BLRESDem). ([DSF de 20/06/2023, p. 54](#))

11. Em 02.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2023-BLVANG). ([DSF de 03/08/2023, p. 113](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 29.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 133/2023-BLDEM). ([DSF de 30/08/2023, p. 168](#))
13. Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 164](#))
14. Em 02.02.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 001/2024-GABLID/BLALIAN).
15. Em 05.02.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 03/2024-BLREDEM).
16. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).
17. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
18. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLREDEM).

**Secretário(a):** Christiano De Oliveira Emery

**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -

**Telefone(s):** 3303-2005

**E-mail:** cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3,6)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(3,6)</sup>	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,6)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(3)</sup>	4. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(3,6,25)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3,14,16)</sup>	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3,14,16)</sup>
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3,8)</sup>	6. VAGO <sup>(3,8,23)</sup>
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>	7. Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,19,20)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>	5. Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(2)</sup>	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(9)</sup></b>	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1,11)</sup>	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1,11)</sup>
Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) <sup>(1,11,15,17,18,21,22,24)</sup>	2. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1,11)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1,5,11)</sup>	3. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(5,10,11,13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1,12)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1,12)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1,12)</sup>	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1,12)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE). ([DSF de 09/03/2023, p. 49](#))

5. Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 67](#))

6. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))

7. Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senado Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE). ([DSF de 17/03/2023, p. 90](#))

8. Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM). ([DSF de 17/03/2023, p. 92](#))

9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

10. Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))

12. Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))



11. Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
13. Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG). ([DSF de 20/05/2023, p. 15](#))
14. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 50](#))
15. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))
16. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 103](#))
17. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
18. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 174/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 204](#))
19. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
20. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
21. Em 28.02.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 008/2024-BLVANG).
22. Em 29.02.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 09/2024-BLVANG).
23. Em 06.06.2024, a Senadora Leila Barros deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 54/2024-BLDEM).
24. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
25. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

**Finalidade:** acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

**(Requerimento 20, de 2023 - CRE)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(1,3)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(1)</sup>
Blocos Parlamentares Vanguarda (PL, NOVO) e Aliança (PP,REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>

**Notas:**  
1. Em 25.04.2024, o Senador Fernando Dueire foi designado membro titular e o Senador Izalci Lucas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia; o Senador Nelsinho Trad, membro titular e o Senador Chico Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Esperidião Amin, membro titular e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro suplente, pelos Blocos Parlamentares Vanguarda e Aliança, para compor a subcomissão (Of. nº 4/2024-CRE).  
2. Em 14.05.2024, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Esperidião Amin Presidente deste colegiado (Of. nº 06/2024-CRE).  
3. Em 17.05.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a subcomissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Ofs. nºs 7/2024-CRE e 38/2024-BLDEM).

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira  
**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7  
**Telefone(s):** 3303-5919  
**E-mail:** cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(9)</sup>

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(2)</sup>	1. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(2,26)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(2)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2,5,10)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2)</sup>	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(2,5,6,10)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2,5,10)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(2)</sup>	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2,10)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(2)</sup>	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(2,10,14)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>	7. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(2,10)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	8. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(2,10)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2,24)</sup>	9. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(2,10)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(4)</sup>	1. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4,11,13)</sup>
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4,16,17,19,20)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4,8,20,21)</sup>	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4)</sup>	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4)</sup>	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(4)</sup>	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(4)</sup>	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup>	
Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) <sup>(1,12,15,25)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>
Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1)</sup>	2. Senador Beto Martins (PL-SC) <sup>(1,18,23,29)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Castellar Neto (PP-MG) <sup>(1,28)</sup>	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1,22,27)</sup>	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1)</sup>	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.

4. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 10](#))

6. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

8. Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLREDEM). ([DSF de 24/03/2023, p. 73](#))



9. Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI). ([DSF de 28/03/2023, p. 40](#))
10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
11. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
12. Em 05.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 123/2023-BLVANG). ([DSF de 06/07/2023, p. 265](#))
13. Em 15.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 87/2023-BLRESDM). ([DSF de 16/08/2023, p. 199](#))
14. Em 21.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 145/2023-BLDEM). ([DSF de 22/09/2023, p. 8](#))
15. Em 10.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 176/2023-BLVANG). ([DSF de 11/11/2023, p. 10](#))
16. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
17. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
18. Em 29.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 182/2023-BLVANG). ([DSF de 30/11/2023, p. 401](#))
19. Em 13.12.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzeth, 1ª suplente da chapa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 132/2023-RESDEM). ([DSF de 14/12/2023, p. 148](#))
20. Em 21.12.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, e a Senadora Margareth Buzetti, membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 138/2023-BLRESDM). ([DSF de 22/12/2023, p. 13](#))
21. Em 02.02.2024, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 02/2024-BLRESDM).
22. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
23. Em 09.05.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 22/2024-BLVANG).
24. Em 22.05.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 42/2024-BLDEM).
25. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
26. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
27. Em 07.08.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ireneu Orth, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 44/2024-BLALIAN).
28. Em 12.08.2024, o Senador Castellar Neto foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 51/2024-GABLI/BLALIAN).
29. Em 05.09.2024, o Senador Beto Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 48/2024-BLVANG).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br





9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2,5)</sup>
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(2,16)</sup>	2. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2,5)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(2,5)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(2,5)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(2,5,10)</sup>	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(4)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4,11,12,13)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(4)</sup>	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4,14,17,18)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6)</sup>	6. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Flavio Azevedo (PL-RN) <sup>(1,15)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	3. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR). ([DSF de 10/03/2023, p. 84](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
- Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLREDEM). ([DSF de 15/03/2023, p. 161](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 17.08.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2023-BLVANG). ([DSF de 18/08/2023, p. 59](#))
- Em 31.08.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 95/2023-BLREDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 55](#))
- Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 135/2023-BLDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 56](#))
- Em 30.10.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 115/2023-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2023, p. 35](#))
- Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))





13. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
14. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).
15. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
16. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
17. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
18. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLREDEM).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** [cdr@senado.gov.br](mailto:cdr@senado.gov.br)



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (4,13,16)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (10)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	1. Senador Giordano (MDB-SP) (3,5)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,12)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,5)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (3,23,26)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (3)	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,5,15,22,27)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,14)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (3)	6. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (11,12,15,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2,24,25)	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,18)
Senador Bene Camacho (PSD-MA) (2,32)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2)
Senador Beto Faro (PT-PA) (2)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2,28,31,33)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2)	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (8)
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) (6)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1,35,36)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,7,9)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1,19)	3. Senador Flavio Azevedo (PL-RN) (1,20,21,30)
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1,29,34)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)

2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 120)

3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Femando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 126)

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA). (DSF de 09/03/2023, p. 48)

5. Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). (DSF de 11/03/2023, p. 8)

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). (DSF de 21/03/2023, p. 73)

7. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG). (DSF de 23/03/2023, p. 116)

8. Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLREDEM). (DSF de 24/03/2023, p. 72)

9. Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG). (DSF de 17/05/2023, p. 213)

10. Em 05.07.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaime Bagattoli Vice-Presidente deste colegiado (Of. 36/2023-CRA). (DSF de 06/07/2023, p. 261)

11. Em 05.07.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2023-BLDEM). (DSF de 06/07/2023, p. 263)

12. Em 1º.08.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM). (DSF de 02/08/2023, p. 85)

13. Vago em 1º.08.2023, em virtude de a Senadora Soraya Thronike deixar de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM). (DSF de 02/08/2023, p. 85)



14. Em 1º.08.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLDEM). ([DSF de 02/08/2023, p. 86](#))
15. Em 02.08.2023, os Senadores Mauro Carvalho Junior e Efraim Filho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 117/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 111](#))
16. Em 09.08.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Alan Rick Presidente deste colegiado (Of. 38/2023-CRA). ([DSF de 10/08/2023, p. 68](#))
17. Em 15.08.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 128/2023-BLDEM). ([DSF de 16/08/2023, p. 200](#))
18. Em 15.08.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2023-BLREDEM). ([DSF de 16/08/2023, p. 198](#))
19. Em 29.08.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2023-BLVANG). ([DSF de 30/08/2023, p. 165](#))
20. Em 28.09.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 147/2023-BLVANG). ([DSF de 29/09/2023, p. 53](#))
21. Em 04.10.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG). ([DSF de 05/10/2023, p. 110](#))
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 14.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 172/2023-BLDEM). ([DSF de 15/11/2023, p. 242](#))
24. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
25. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
26. Em 05.12.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 182/2023-BLDEM). ([DSF de 06/12/2023, p. 93](#))
27. Em 20.12.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 186/2023-BLDEM). ([DSF de 21/12/2023, p. 179](#))
28. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).
29. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
30. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
31. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
32. Em 05.08.2024, o Senador Bene Camacho foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 53/2024-BLREDEM).
33. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLREDEM).
34. Em 07.08.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ireneu Orth, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 44/2024-BLALIAN).
35. Em 13.08.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2024-BLVANG).
36. Em 05.09.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2024-BLVANG).

**Secretário(a):** Pedro Glukhas Cassar Nunes

**Reuniões:** Quartas-feiras 14h -

**Telefone(s):** 3303 3506

**E-mail:** cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(4)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(19)</sup>

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3,20)</sup>	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(3)</sup>
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(3,18)</sup>	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>	3. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(5)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>	5. VAGO <sup>(10,13)</sup>
VAGO <sup>(3,15)</sup>	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(8)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2,14,21,22)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(2)</sup>	6. VAGO <sup>(2,9)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(6)</sup>	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) <sup>(1,17)</sup>
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(1,11,12,16)</sup>	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(7)</sup>	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
3. Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 130](#))
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT). ([DSF de 10/03/2023, p. 85](#))
5. Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM). ([DSF de 18/03/2023, p. 26](#))
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
7. Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 18](#))
8. Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLREDEM). ([DSF de 04/05/2023, p. 145](#))
9. Em 14.06.2023, o Senador Flávio Arns deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 69/2023-BLREDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 73](#))
10. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
11. Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 132/2023-BLVANG). ([DSF de 02/12/2023, p. 88](#))
12. Em 25.10.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 157/2023-BLVANG). ([DSF de 26/10/2023, p. 125](#))
13. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
14. Em 08.04.2024, a Senadora Janaina Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 22.05.2024, o Senador Izalci Lucas deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2024-BLDEM).
16. Em 22.05.2024, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 26/2024-BLVANG).
17. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
18. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
19. Em 16.07.2024, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente deste colegiado (Of. 071/2024-SACCT).
20. Em 16.07.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Rodrigo Cunha, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Independência (Of. nº 94/2024-GLPODEMOS).
21. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
22. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLRESDM).

**Secretário(a):** Leomar Diniz

**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -

**Telefone(s):** 3303-1120

**E-mail:** cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (15)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (2)	1. VAGO (5,16)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (5)	2. VAGO (5,17)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (5)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (7)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (7)	4. Senador Weverton (PDT-MA) (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (6)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (6)
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (6)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (6)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6,13,14)	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6,13,14)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6,9)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (13)
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (11)
Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) (4,18)	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (12)
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (8)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (8)

**Notas:**

1. Em 13.06.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 111/2023-BLVANG). (DSF de 14/06/2023, p. 263)

2. Em 13.06.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 79/2023-BLDEM). (DSF de 14/06/2023, p. 260)

3. Em 14.06.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Eliziane Gama Presidente deste colegiado.

4. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 114/2023-BLVANG). (DSF de 15/06/2023, p. 79; DSF de 15/06/2023, p. 79)

5. Em 14.06.2023, os Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke foram designados membros titulares e os Senadores Oriovisto Guimarães e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 70/2023-BLDEM). (DSF de 15/06/2023, p. 74)

6. Em 14.06.2023, os Senadores Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM). (DSF de 14/06/2023, p. 81; DSF de 15/06/2023, p. 81)

7. Em 14.06.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 83/2023-BLDEM). (DSF de 15/06/2023, p. 77)

8. Em 14.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLD/BLALIAN). (DSF de 15/06/2023, p. 71)

9. Em 14.06.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM). (DSF de 15/06/2023, p. 81)

10. Em 15.06.2023, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). (DSF de 16/06/2023, p. 58)

11. Em 19.06.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-BLVANG). (DSF de 20/06/2023, p. 52)

12. Em 20.06.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 115/2023-BLVANG). (DSF de 21/06/2023, p. 366)

13. Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Teresa Leitão e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).

14. Em 14.08.2023, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDEM). (DSF de 15/08/2023, p. 54)

15. Em 20.09.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 07/2023-CDD). (DSF de 21/09/2023, p. 166)

16. Em 06.06.2024, o Senador Oriovisto Guimarães deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2024-BLINDEP).

17. Em 07.06.2024, o Senador Alan Rick deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 55/2024-BLDEM).

18. Em 11.07.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 37/2024-BLVANG).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes

Telefone(s): 3303-3491

E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3,23,24)</sup>	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3,14)</sup>
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3)</sup>	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(3,14,22,25)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3,14,20,21)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(7,14)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>	5. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(6,14)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(9,14,19,22,25)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,29,30)</sup>	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2,5)</sup>
Senador Bene Camacho (PSD-MA) <sup>(2,34)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2,5,15,18)</sup>	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2,26)</sup>	4. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2,26)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(2)</sup>	6. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(8)</sup></b>	
Senador Flavio Azevedo (PL-RN) <sup>(1,33)</sup>	1. Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) <sup>(1,16,27,28,32)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1,17)</sup>	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1,11,12,31,35)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,10)</sup>	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLREDEM). ([DSF de 09/03/2023, p. 54](#))

6. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))

7. Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))

8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

9. Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 114](#))

10. Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN). ([DSF de 27/04/2023, p. 86](#))

11. Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN). ([DSF de 28/04/2023, p. 87](#))

12. Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 09/05/2023, p. 22](#))

13. Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLREDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 212](#))





14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 25.08.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2023-BLVANG). ([DSF de 26/08/2023, p. 46](#))
17. Em 29.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2023-BLVANG). ([DSF de 30/08/2023, p. 166](#))
18. Em 30.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 93/2023-BLREDEM). ([DSF de 31/08/2023, p. 162](#))
19. Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 136/2023-BLDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 57](#))
20. Em 20.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 144/2023-BLDEM). ([DSF de 21/09/2023, p. 168](#))
21. Em 21.09.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 150/2023-BLDEM). ([DSF de 22/09/2023, p. 9](#))
22. Em 04.10.2023, os Senadores Zequinha Marinho e Plínio Valério foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 159/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 111](#))
23. Em 04.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 160/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 112](#))
24. Em 06.10.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 164/2023-BLDEM). ([DSF de 07/10/2023, p. 33](#))
25. Em 06.10.2023, os Senadores Plínio Valério e Zequinha Marinho foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 165/2023-BLDEM). ([DSF de 07/10/2023, p. 34](#))
26. Em 25.10.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 114/2023-BLREDEM). ([DSF de 26/10/2023, p. 124](#))
27. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
28. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 203](#))
29. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
30. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
31. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
32. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
33. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
34. Em 05.08.2024, o Senador Bene Camacho foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 53/2024-BLREDEM).
35. Em 07.08.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ireneu Orth, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 44/2024-BLALIAN).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br





13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

**Finalidade:** estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

**(Requerimento 13, de 2023 - CMA)**

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 13/03/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(1)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(2)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(3)</sup>
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(5)</sup>

- Notas:**
- 1. Em 30.11.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Margareth Buzetti, Tereza Cristina e Jayme Campos foram designados membros titulares, e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 200/2023-CMA).
  - 2. Em 07.03.2024, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 04/2024-CMA).
  - 3. Em 12.03.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 05/2024-CMA).
  - 4. Em 13.03.2024, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes e a Senadora Tereza Cristina Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
  - 5. Em 13.03.2024, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 13/2024-CMA).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DISCUTIR E ANALISAR O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS BRASILEIROS

**Finalidade:** discutir e analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, o mercado de ativos ambientais brasileiros no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

**(Requerimento 53, de 2023 - CMA)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 13/03/2024

**Prazo final:** 11/06/2024

**Prazo prorrogado:** 22/07/2024

**Prazo prorrogado:** 30/09/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(3)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(1)</sup>	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(4)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	5.

- Notas:**
- Em 06.03.2024, os Senadores Jorge Kajuru, Sérgio Petecão, Plínio Valério, Carlos Viana e Jorge Seif foram designados membros titulares e as Senadoras Damares Alves e Tereza Cristina, membros suplentes, para compor este colegiado (Of. nº 03/2024-CMA).
  - Em 13.03.2024, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Jorge Kajuru Presidente deste colegiado (Of. nº 01/2024 - CMAATIVOS).
  - Em 13.03.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 14/2024-CMA).
  - Em 09.05.2024, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 87/2024-CMA).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP  
Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>  
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(3,6,22)</sup>	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,10)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(3)</sup>	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>	5. Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>	6. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(14)</sup>
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>	7. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(15,20)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>	2. Senador Bene Camacho (PSD-MA) <sup>(2,24)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2,21)</sup>	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,16,17)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2,18,23,25)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(5)</sup>	7. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(8)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	2. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(11)</sup>
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(9)</sup>	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(12)</sup>
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(13,19,26)</sup>

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)

2. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 120)

3. Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 07/2023-BLDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 126)

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDEM). (DSF de 09/03/2023, p. 52)

6. Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM). (DSF de 16/03/2023, p. 141)

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). (DSF de 21/03/2023, p. 73)

8. Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDEM). (DSF de 23/03/2023, p. 113)

9. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG). (DSF de 23/03/2023, p. 116)

10. Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM). (DSF de 23/03/2023, p. 112)

11. Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG). (DSF de 29/03/2023, p. 105)



12. Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG). ([DSF de 29/03/2023, p. 106](#))
13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP). ([DSF de 13/04/2023, p. 119](#))
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM). ([DSF de 13/04/2023, p. 120](#))
15. Em 02.06.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 64/2023-BLDEM). ([DSF de 03/06/2023, p. 34](#))
16. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
17. Em 05.02.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 03/2024-BLREDEM).
18. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).
19. Em 10.04.2024, o Senador Irenéu Orth foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
20. Em 25.04.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 79/2024-GLPODEMOS).
21. Em 20.06.2024, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2024-BLREDEM).
22. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).
23. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
24. Em 05.08.2024, o Senador Bene Camacho foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 53/2024-BLREDEM).
25. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLREDEM).
26. Em 07.08.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irenéu Orth, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 44/2024-BLALIAN).

**Secretário(a):** Waldir Bezerra Miranda

**Reuniões:** Quintas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** (61) 3303-2315

**E-mail:** [csp@senado.leg.br](mailto:csp@senado.leg.br)



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(5)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(5)</sup>

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3,10,11)</sup>	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(7)</sup>
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(7,29)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(7)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(7)</sup>	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(8,26)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(8)</sup>	4. Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(10)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(8)</sup>	5. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(8)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(8)</sup>	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(16,22,28)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(1,23,24)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>	4. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4,13,18)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4,13,18)</sup>	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4,13,19)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>	6. Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(20)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(6,30)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2,17)</sup>	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(12,17,21,25,27)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(15)</sup>
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(9,14)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(9)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(9)</sup>	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(9)</sup>

**Notas:**

1. Em 13.06.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Zenaide Maia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares e os Senadores Angelo Coronel, Margareth Buzetti e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDM). ([DSF de 14/06/2023, p. 256](#))

2. Em 13.06.2023, os Senadores Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLVANG). ([DSF de 14/06/2023, p. 264](#))

3. Em 13.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (of. 80/2023-BLDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 261](#))

4. Em 13.06.2023, os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDM). ([DSF de 14/06/2023, p. 258](#))

5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

6. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLVANG). ([DSF de 15/06/2023, p. 78](#))

7. Em 14.06.2023, os Senadores Efraim Filho e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Alan Rick membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 74](#))

8. Em 14.06.2023, os Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Jader Barbalho e Rodrigo Cunha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 77](#))

9. Em 14.06.2023, os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 30/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 15/06/2023, p. 71](#))

10. Em 15.06.2023, o Senador Izalci Lucas deixou a vaga de titular e passa a ocupar a comissão como membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 87/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 57](#))

11. Em 15.06.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 58](#))

12. Em 19.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 18/2023-BLVANG). ([DSF de 20/06/2023, p. 53](#))

13. Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Paulo Paim e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDM).



14. Em 05.07.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 33/2023-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 06/07/2023, p. 260](#))
15. Em 05.07.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 124/2023-BLVANG). ([DSF de 06/07/2023, p. 266](#))
16. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
17. Em 10.08.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 136/2023-BLVANG). ([DSF de 10/08/2023, p. 69](#))
18. Em 14.08.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLREDEM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#); [DSF de 30/08/2023, p. 164](#))
19. Em 29.08.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 92/2023-BLREDEM). ([DSF de 30/08/2023, p. 164](#))
20. Em 12.09.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 98/2023-BLREDEM). ([DSF de 13/09/2023, p. 216](#))
21. Em 24.10.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 158/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 196](#))
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
24. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
25. Em 07.02.2024, o Senador Romário deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 03/2024-BLVANG).
26. Em 29.02.2024, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 09/2024-BLDEM).
27. Em 20.03.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2024-BLVANG).
28. Em 25.04.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 24/2024-BLDEM).
29. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
30. Em 05.08.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 039/2024-BLVANG).

**Secretário(a):** Antônio Oscar Guimarães Lossio

**Telefone(s):** 3303-2554

**E-mail:** ccdd@senado.leg.br



### 15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

**Finalidade:** Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

**(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)**

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

**Secretário(a):** Antônio Oscar Guimarães Lossio

**Telefone(s):** 3303-2554

**E-mail:** ccdd@senado.leg.br



## 15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

**Finalidade:** viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

**(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Antônio Oscar Guimarães Lossio

**Telefone(s):** 3303-2554

**E-mail:** ccdd@senado.leg.br





16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp  
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PL-RJ) <sup>(5)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(5)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(6,12,20)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(4)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(7,15)</sup>	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(6)</sup>
Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(7)</sup>	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(7)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(9)</sup>	4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(1)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3,11)</sup>	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3,11)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(1)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	1. Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) <sup>(10,13,17,18,19)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(8)</sup>	1. Senador Castellar Neto (PP-MG) <sup>(8,14,16,21)</sup>

**Notas:**

1. Em 13.06.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru foram designados membros titulares e o Senadores Lucas Barreto e Mara Gabrilli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLREDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 256](#))

2. Em 13.06.2023, os Senadores Romário e Carlos Portinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 110/2023-BLVANG). ([DSF de 14/06/2023, p. 262](#))

3. Em 13.06.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular e o Senador Humberto Costa, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLREDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 258](#))

4. Em 13.06.2023, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 78/2023-BLDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 259](#))

5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

6. Em 14.06.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 74](#))

7. Em 14.06.2023, os Senadores Carlos Viana e Fernando Farias foram designados membros titulares e os Senadores Zequinha Marinho e Fernando Dueire membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 77](#))

8. Em 14.06.2023, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Laércio Oliveira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 15/06/2023, p. 71](#))

9. Em 15.06.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 58](#))

10. Em 16.06.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Girão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 116/2023-BLVANG). ([DSF de 17/06/2023, p. 17](#))

11. Em 26.06.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim, que passa à suplência, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLREDEM).

12. Em 30.06.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 105/2023-BLDEM). ([DSF de 01/07/2023, p. 10](#))

13. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))

14. Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 164](#))

15. Em 26.09.2023, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 152/2023-BLDEM). ([DSF de 27/09/2023, p. 94](#))

16. Em 03.10.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 54/2023-BLALIAN). ([DSF de 04/10/2023, p. 160](#))

17. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))

18. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 202](#))

19. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).



20. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).

21. Em 12.08.2024, o Senador Castellar Neto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 50/2024-GABLI/BLALIAN).

**Secretário(a):** Flávio Eduardo De Oliveira Santos

**Reuniões:** Quartas-feiras 10:30 -

**Telefone(s):** 3303-2540

**E-mail:** cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos  
Endereço: Edifício Principal - Térreo  
Telefone(s): 33035258  
E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR  
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

- 1ª Eleição Geral: 19/04/1995

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

7ª Eleição Geral: 14/07/2009
- 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

12ª Eleição Geral: 18/09/2019

13ª Eleição Geral: 21/03/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos  
Endereço: Edifício Principal - Térreo  
Telefone(s): 33035258  
E-mail: naot@senado.leg.br



**3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ**  
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

**1ª Designação:** 03/12/2001  
**2ª Designação:** 26/02/2003  
**3ª Designação:** 03/04/2007  
**4ª Designação:** 12/02/2009  
**5ª Designação:** 11/02/2011  
**6ª Designação:** 11/03/2013  
**7ª Designação:** 26/11/2015

**Atualização:** 08/02/2017

**Secretaria-Geral da Mesa**  
NPFG  
**Endereço:** Edifício Principal - Térreo  
**Telefone(s):** 33035713  
**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA**  
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

**1ª Designação:** 30/11/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

**3ª Designação:** 21/03/2012

**4ª Designação:** 11/03/2013

**5ª Designação:** 20/05/2014

**6ª Designação:** 04/03/2015

**Atualização:** 11/11/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-713

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL**  
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

**1ª Designação:** 12/09/2012

**2ª Designação:** 11/03/2013

**Atualização:** 31/01/2015

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL  
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br





**7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO**  
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

**1ª Designação:** 20/12/2013

**2ª Designação:** 16/09/2015

**Atualização:** 11/11/2015

**Secretaria-Geral da Mesa**  
NPFG  
**Endereço:** Edifício Principal - Térreo  
**Telefone(s):** 33035713  
**E-mail:** npfg@senado.leg.br



8) PROCURADORIA PARLAMENTAR  
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

- 1ª Designação: 16/11/1995
- 2ª Designação: 30/06/1999
- 3ª Designação: 27/06/2001
- 4ª Designação: 25/09/2003
- 5ª Designação: 26/04/2011
- 6ª Designação: 21/02/2013
- 7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa  
NAOT  
Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL  
(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



**11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

*(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)*

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**4ª Designação:** 26/03/2014

**5ª Designação:** 01/07/2015

**Atualização:** 29/11/2016

**Notas:**

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**12) COMENDA REI PELÉ**  
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)

---



13) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA  
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

---

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br





15) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES  
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPFG

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR  
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO  
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

**PRESIDENTE:**

---



18) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO  
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



19) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN  
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

---



20) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL  
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**21) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES**  
*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)*

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**22) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO**  
*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)*

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br





**23) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER**  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



24) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER  
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPFG

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



25) MEDALHA MARIA QUITÉRIA  
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**26) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES**  
*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)*

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



27) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL  
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



28) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO  
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



29) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA  
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO  
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

**Secretaria-Geral da Mesa**  
NPFG  
**Endereço:** Edifício Principal - Térreo  
**Telefone(s):** 33035713  
**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**30) COMENDA ZILDA ARNS**  
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

**Número de membros:** 0 titulares

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPFG

**Telefone(s):** 5713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br





Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

